

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília, março de 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos Órgãos de Controle Interno (Controladoria Geral da União) e Externo (Tribunal de Contas da União) e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e 147/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015, do Sistema e-Contas e das orientações firmadas pela Portaria CGU nº 522/2015.

A Assessoria Especial de Gestão Estratégica/Secretaria-Executiva, por meio deste Relatório de Gestão, consolida as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro; Assessoria Especial de Apoio ao Ministro; Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais; Diretoria de Programas; Assessoria Especial em Gestão Socioambiental; Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes; Secretaria-Executiva; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; Secretaria de Energia Elétrica; e a Secretaria de Petróleo, Gás Naturais e Combustíveis Renováveis e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Brasília, março de 2016.

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
1. VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	17
1.1. Identificações da Unidade Jurisdicionada -UJ	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais do MME.....	17
1.3. Ambiente de atuação	19
1.4. Organograma Funcional.....	22
1.5. Macroprocessos Finalísticos.....	23
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	43
2.1. Planejamento Organizacional.....	43
2.2. Descrição Sintética dos objetivos do Exercício.....	45
2.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	57
2.4. Vinculação do planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	57
2.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	61
2.6. Desempenho Orçamentário.....	64
2.7. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	67
2.8. Execução Física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	98
2.9. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	109
2.10. Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no Orçamento	110
2.11. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	110
2.12. Execução descentralizada com transferência de recursos.	115
2.13. Informações sobre auxílios prestados por intermédio de convênios.....	116
2.14. Informação sobre realização das receitas.....	125
2.15. Informação sobre execução das despesas	125
2.16. Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento de governo federal.....	128
2.17. Desempenho Operacional	129
2.18. Licenciamento Ambiental do Setor Elétrico	129
2.19. Desempenho quanto as metas de universalização de energia elétrica.....	130
2.20. Indicadores de Desempenho.....	132
2.21. Descrição e análise das ações desenvolvidas para prorrogação dos contratos de concessões	135
2.22. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	136
3. GOVERNANÇA.....	151
3.1. Descrição das estruturas de governança.....	151
3.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	152
3.3. Gestão de riscos e controles internos.....	152
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	154
4.1. Canais de acesso do cidadão.....	154
4.2. Cartas de Serviços ao cidadão	155
4.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos - usuários	156
4.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	156
4.5. Medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	157
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	158
5.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	158
5.2. Sistematica de apuração de custos no âmbito da unidade	158
5.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas	159
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	161
6.1. Gestão de pessoas.....	161
6.2. Estrutura de pessoal da unidade	162
6.3. Demonstrativo das despesas com pessoal	167
6.4. Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	168
6.5. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	168
6.6. Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	171
6.7. Gestão do patrimônio e da infraestrutura	180
6.8. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	180
6.9. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	181
6.10. Gestão do patrimônio imobiliário da União	181
6.11. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	183
6.12. Informações sobre os imóveis locados de terceiros	184

6.13.	<i>Gestão da tecnologia da informação.....</i>	184
6.14.	<i>Principais sistemas de informação.....</i>	185
6.15.	<i>Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação – PDTI.....</i>	188
6.16.	<i>Descrição dos Projetos e dos Processos de Gerenciamento de Serviços TI.....</i>	188
6.17.	<i>Gestão ambiental e sustentabilidade.....</i>	191
6.18.	<i>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	192
6.19.	<i>Gestão de fundos e de programas.....</i>	192
6.20.	<i>Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....</i>	193
7.	CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	194
7.1.	<i>Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....</i>	194
7.2.	<i>Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....</i>	197
7.3.	<i>Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....</i>	214
7.4.	<i>Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com disposto no art 5º da Lei nº8666/93.....</i>	215
7.5.	<i>Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos.....</i>	215
7.6.	<i>Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....</i>	216
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
8.	ANEXOS E APÊNDICES.....	217
	<i>Balanco Financeiro (2015).....</i>	217
	<i>Balanco Orçamentário (2015).....</i>	218
	<i>Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....</i>	220
	<i>Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....</i>	220
	<i>Balanco Patrimonial (2015).....</i>	221
	<i>Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanco Patrimonial.....</i>	223
	<i>Demonstração do Fluxo de Caixa.....</i>	224
	<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (2015).....</i>	226
	<i>Demonstração das Variações Patrimoniais (2015).....</i>	227
9.	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	230
9.1.	<i>Relatório de Avaliação de Resultados de Contrato de Gestão.....</i>	230
9.1.1.	<i>Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.....</i>	235
9.1.2.	<i>Pronunciamento de Autoridade Supervisora de Contrato de Gestão.....</i>	235
9.2.	<i>Relatório de Instância ou Área de Correição.....</i>	238
9.3.	<i>Declarações de integridade.....</i>	239
9.3.1.	<i>Integridade e Completude das Informações dos Contratos e Convênios nos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal.....</i>	239
9.3.2.	<i>Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....</i>	239
9.3.3.	<i>Integridade e completude do Atendimento dos Requisitos da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas.....</i>	240
9.3.4.	<i>Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....</i>	240
9.3.5.	<i>Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....</i>	241
9.3.6.	<i>Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....</i>	241

Lista de Quadros

Quadro 1: Identificação da UPC MME	17
Quadro 2: Execução Orçamentária	65
Quadro 3: Limites de Empenho e Valores Empenhados.....	65
Quadro 4: Objetivo 0034 (PPA) - SPE	67
Quadro 5: Objetivo 0048 (PPA) - SPE	70
Quadro 6: Objetivo 0604 (PPA) - SPE	71
Quadro 7: Objetivo 0032 (PPA) - SGM	72
Quadro 8: Objetivo 0035 (PPA) - SGM	72
Quadro 9: Objetivo 0038 (PPA) - SGM.....	73
Quadro 10: Objetivo 0042 (PPA) - SGM	74
Quadro 11: Objetivo 0044 (PPA) - SGM.....	75
Quadro 12: Objetivo 0046 (PPA) - SGM	76
Quadro 13: Objetivo 0478 (PPA) - SGM	76
Quadro 14: Objetivo 0481 (PPA) - SGM	78
Quadro 15: Objetivo 0553 (PPA) - SPG	80
Quadro 16: Objetivo 0057 (PPA) - SPG	80
Quadro 17: Objetivo 63 (PPA) - SPG.....	80
Quadro 18: Objetivo 64 (PPA) - SPG.....	82
Quadro 19: Objetivo 0529 (PPA) - SPG	84
Quadro 20: Objetivo 0185 (PPA) - SPG	85
Quadro 21: Objetivo 0029 (PPA) - SEE	86
Quadro 22: Objetivo 0045 (PPA) - SEE	89
Quadro 23: Objetivo 0019 (PPA) - SEE	90
Quadro 24: Objetivo 0023 (PPA) - SEE	91
Quadro 25: Objetivo 0025 (PPA) - SEE	91
Quadro 26: Objetivo 0036 (PPA) - SEE	93
Quadro 27: Objetivo 0037 (PPA) - SEE	94
Quadro 28: Objetivo 0436 (PPA) - SEE	96
Quadro 29: Objetivo 0437 (PPA) - SEE	96
Quadro 30: Objetivo 0439 (PPA) - SEE	97
Quadro 31: Ação 20AA - SPE.....	98
Quadro 32: Ação 4897 - SPE	99
Quadro 33: Ação 20TZ - SGM	100
Quadro 34: Ação 4887 - SGM.....	100
Quadro 35: Ação 211G - SGM.....	101
Quadro 36: Ação 4892 - SPG	102
Quadro 37: Ação 0E90 - SPG	103
Quadro 38: Ação 00OE - SPG	103
Quadro 39: Ação 20L8 - SEE	104
Quadro 40: Ação 20A9 - SEE	105
Quadro 41: Ação 1379 - SEE	106
Quadro 42: Ação 20L6 - SEE	108
Quadro 43: Ação 20L7 - SEE	109
Quadro 44: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPG/MME.....	110
Quadro 45: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SGM/MME	111
Quadro 46: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPE/MME	111
Quadro 47: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SEE/MME.....	112
Quadro 48: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPOA/MME.....	114
Quadro 49: Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios (SPOA)	115
Quadro 50: Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão (SPOA)...	115
Quadro 51: Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos (SPOA)	116
Quadro 52: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SGM)	116
Quadro 53: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SGM)	116
Quadro 54: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SGM).....	117
Quadro 55: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPE) .	117
Quadro 56: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SPE)	118
Quadro 57: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos (SPG).....	119
Quadro 58: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SEE)	120
Quadro 59: Situação da análise das contas prestadas (SEE).....	124
Quadro 60: Despesas por Modalidade de Contratação.....	125

Quadro 61: Despesas por grupo e elemento de despesa	127
Quadro 62: Concessão de suprimento de fundos	128
Quadro 63: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência	128
Quadro 64: Indicadores referentes aos produtos/serviços	132
Quadro 65: Orçamento total do Projeto META.....	136
Quadro 66: Categorias de Gastos e por Componentes Técnicos	137
Quadro 67: Atividades contratadas/em vigência no exercício 2015	138
Quadro 68: Convênios e Termos de Cooperação firmados no âmbito do Projeto META.....	147
Quadro 69: Desembolsos por Categoria (Pedidos de Saque efetuados).....	147
Quadro 70: Executado e Comprovado por Categoria até 2015	147
Quadro 71: Pedidos de Saque e Comprovação de Gastos até dezembro de 2015.....	148
Quadro 72: Detalhamento dos Encargos Pagos até 2015.....	149
Quadro 73: Quadro de Pessoal do Ministério.....	161
Quadro 74: Força de Trabalho do MME.....	162
Quadro 75: Distribuição da Lotação Efetiva do MME	162
Quadro 76: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME.....	162
Quadro 77: Distribuição da Força de Trabalho por Unidade Administrativa	163
Quadro 78: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Escolaridade.....	163
Quadro 79: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Idade.....	163
Quadro 80: Ações de treinamento e as áreas atendidas (Capacitação).....	165
Quadro 81: Despesas com Manutenção e Reforma do Imóvel	182
Quadro 82: Capacitações CGTI/2015	184
Quadro 83: Força de Trabalho CGTI/2015.....	185
Quadro 84: Principais Sistemas em Atividade	185
Quadro 85: Sistemas Concluídos em 2015 – Valores (R\$)	190
Quadro 86: Sistemas com Iterações Concluídas em 2015 – Valores (R\$).....	191
Quadro 87: Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento em 2015- SPG	194
Quadro 88: Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento em 2015- SPOA.....	196
Quadro 89: Tratamento de Recomendações CGU - SGM	198
Quadro 90: Tratamento de Recomendações CGU - SPE	198
Quadro 91: Tratamento de Recomendações CGU - SEE	200
Quadro 92: Casos de Dano ao Erário	214
Quadro 93: Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	216

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma Funcional.....	22
--------------------------------------	----

Lista de anexos e apêndices

Balanço Financeiro (2015).....	212
Balanço Orçamentário (2015)	213
Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	215
Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....	215
Balanço Patrimonial (2015)	216
Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.....	218
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	219
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (2015).....	221
Demonstração das Variações Patrimoniais (2015)	222

Lista de abreviações e siglas

AAAS - Avaliações Ambientais de Área Sedimentar
ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
AEAM - Assessoria Especial de Apoio ao Ministro
AEAPE - Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes
AEAR - Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios
AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AEGSA - Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do MME
AEPED - Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais
AERI - Assessoria Especial de Relações Internacionais
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional
ANA - Agência Nacional de Águas
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APL - Arranjo Produtivo Local
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BISE - Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia
BVENERGIA - Boa Vista Energia S.A.
CAP - *Country Assessment Paper*
CAF - Cooperação Andina de Fomento
CARIAMA - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Luziânia e Região
CBHP - Comitê da Bacia Hidrográfica da Paranaíba
CCC - Conta de Consumo de Combustíveis
CCCisol - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCPs - Centros Comunitários de Produção
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEAL - Companhia Energética de Alagoas
CEAM - Companhia Energética do Amazonas
CEL - Comissão Especial de Licitação
CELG - Companhia de Eletricidade de Goiás
CEPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais
CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CEPISA - Companhia Energética do Piauí
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
CGH - Central Geradora Hidrelétrica
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGP - Comitê Gestor De Projeto
CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CGU - Controladoria-Geral da União
CHE - Complexo Hidroelétrico
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMA - Comando Militar da Amazônia
CMO - Custo Marginal de Operação
CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNBem - Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIEIX - Comissão de Financiamento Externo
COMPET - Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural
CONACON - Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica
CONJUR/MME - Consultoria Jurídica do MME
COPRON - Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Tread way Commission dos Estados Unidos
CPI - Comissão Parlamentar de Investigação
CPNSEE - Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CTC - Centro e Treinamento, Organização e Ação Social do Cidadão
CTI - Cooperação Técnica Internacional
CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
CTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus
CUSE - Custo Unitário do Serviço
CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”
DGSE - Departamento de Gestão do Setor Elétrico
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU - Diário Oficial da União
DPL - *Development Policies Loan*
DPUE - Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia
EAR - Energia Armazenada de Reserva
EER - Encargo de Energia de Reserva
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S.A.
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EMTU/SP - Empresa Metropolitana de Transporte Urbano de São Paulo
ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
EPM - Empresa de Pequeno e Médio Porte
ESS - Encargo de Serviços de Sistema
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético
FM - Financial Management
FETRANSPOR - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro
FPSO - *Floating Production Storage and Offloading* (Plataforma Flutuante de Produção e Estocagem)
FUMIN/BID - Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes
GAB - Gabinete
GEAF - Gestão Administrativa e Financeira
GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GM - Gabinete do Ministro
GPAC - Grupos do PAC
GT Crises - Gabinete de Crises sobre Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco
GTEC/COFIEIX - Grupo Técnico Executivo do COFIEIX
GTI Meio Norte - Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano de Meio Norte

GTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus
GTSIC-Energia - Grupo Técnico de Segurança de Infra-estruturas Críticas
IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDS/RN - Instituto de Assistência à Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte
IEBMSE - Índice de Emissão de Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
INFC/DF - Instituto Novas Fronteiras de Cooperação do Distrito Federal
INOVAR AUTO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotivos
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPDO - Informativo Preliminar Diário da Operação
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPRPMO - Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação
IRTCE - Índice de Redução Tarifária por Compensação Ambiental
LAI - Lei de Acesso à Informação
LD - Linhas de Distribuição
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LER - Leilão de Energia Renováveis
LOA - Lei de Orçamento Anual
LpT - Programa Luz para Todos
LTs - Linhas de Transmissão
MDS - Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
META Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project
MF - Ministério da Fazenda
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia MP - Medida Provisória
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPT Ministério Público do Trabalho
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MW - Megawatt
NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria Executiva
NITEG - Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração
NRMEG - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração
NRMET - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão
OGM - Orçamento de Gasto Maior ou Menor
OLUC - Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado
ONS - Operador Nacional do Sistema
OSPF - Órgãos Setoriais de Programação Financeira
OTGM - Ordenamento Territorial Geomineiro
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Project Appaiser Project 4
PAR - Plano de Ampliação e Reforços
PBE VEICULAR - Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular para Veículos Leves
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCH - Pequena Central Hidrelétrica
PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia
PEDEFOR - Programa de Estimulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural
PEL - Planejamento da Operação Elétrica Anual
PEMAT - Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País
PEN - Planejamento Anual da Operação Energética
PNEF - Plano Nacional de Eficiência Energética
PET - Programa de Expansão da Transmissão
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco
PLpT - Programa Luz para Todos

PMIS - Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas
PMO - Programa Mensal de Operação
PNE - Plano Nacional de Energia
POCP - Procedimentos Operativos de Curto Prazo
PPA - Plano Plurianual
PRC/Prodeem - Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem
PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RAP - Relatório de Análise de Perturbação
REIDI - Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes
RGR - Reserva Global de Reversão
RPNP - Restos a Pagar Não Processado
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP - Solicitação de Propostas
SE - Secretaria Executiva
SEB - Sistema Elétrico Brasileiro
SEE - Secretaria de Energia Elétrica
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC/MME - Sistema de Informação ao Consumidor do Ministério de Minas e Energia
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGET - Sistema de Gestão da Transmissão
SIN - Sistema Interligado Nacional
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SMI - Solicitação de Manifestação de Interesse
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STGE - Sistema Transacional da Geração
STTE - Sistema Transacional de Transmissão de Energia
TC - Termo de Compromisso
TCU - Tribunal de Contas da União
THS - Tarifa Horo-Sazonal
TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica
TR - Termo de Referência
UAT - Ultra Alta Tensão
UAR - Unidade de Adição e Retirada
UG - Unidade Gestora
UGP - Unidade de Gestão de Projetos
UHE - Usina Hidrelétrica
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNI-SOL/AM - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões
UO - Unidade Orçamentária
URA - Unidade de Concentração de
Urânio UTE - Usina Termelétrica
UTEJF - Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá de Minas Gerais
ZNMT - Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás
ZPTM - Zona de Processamento e Transformação Mineral

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão, ora apresentado, cumpre o propósito de descrever com objetividade e transparência a condução das atividades planejadas/programadas para o exercício de 2015 e apresentar, de forma estruturada, à sociedade, aos órgãos de controle (CGU e TCU), a Prestação de Contas Anual desta Pasta.

Este documento consolida as informações sobre a gestão das Unidades do MME e foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação estabelecidas pelos seguintes normativos:

- I) Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010;
- II) Portaria CGU nº 522, de 04/03/2015;
- III) Decisão Normativa TCU nº 146 de 30/09/2015;
- IV) Decisão Normativa TCU nº 147 de 11/11/2015; e
- V) Portaria TCU nº 321 de 30/11/2015.

Forma da estrutura do Relatório de Gestão 2015

A primeira parte do Relatório (do item 1 ao item 1.5) apresenta a visão geral do Ministério de Minas e Energia, compreendendo sua identificação, finalidade, competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, breve histórico, ambiente de atuação, organograma e designação dos macroprocessos finalísticos e de apoio.

Nas seções seguintes (item 2 em diante), encontra-se a maior parte dos quadros solicitados na Portaria TCU nº 321/2015. Dessa forma, são apresentados o planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, a governança, o relacionamento com a sociedade, o desempenho financeiro e informações contábeis, as áreas especiais da gestão, a conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e, por fim, anexos e apêndices.

Vale ressaltar que a numeração dos capítulos e subcapítulos neste trabalho segue a sequência normal, diferentemente daquela da Portaria TCU nº 321/2015 e do sistema e-Contas. Quanto aos quadros, alguns deles (de Objetivos, Financeiros e Orçamentários, de Recomendações TCU/CGU, entre outros) foram agrupados por Secretarias, devido a sua grande quantidade.

É importante destacar que, reconhecidamente, o Ministério de Minas e Energia atua em segmentos de atividades de extrema relevância para o desenvolvimento econômico e social do País. A energia, por exemplo, está no cerne de todas as cadeias e processos produtivos, nos mais diversos segmentos de atividades. Os combustíveis são propulsores das engrenagens fabris, do escoamento da produção de onde é gerada para os centros de consumo, da mobilidade rural e urbana, enfim são insumos imprescindíveis ao mundo moderno. Da mesma forma, a energia elétrica não só é um vetor de desenvolvimento, como requisito imprescindível à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

O segmento de geologia, mineração e transformação mineral, por sua vez, tem uma das mais expressivas participações no Produto Interno Bruto – PIB, responsável por uma expressiva e complexa cadeia de insumos básicos para inúmeras atividades econômicas. É também, um dos maiores geradores de emprego e renda no Brasil.

Essas referências sobre o contexto de atuação do Ministério permitem constatar a responsabilidade, o alcance e a complexidade dos trabalhos que são da sua competência. Como Órgão da Administração Direta cumpre-lhe dar curso à implementação das políticas setoriais e às diretrizes governamentais, em consonância com os interesses maiores da sociedade e em prol do desenvolvimento do País.

Nesse cenário atua em franca articulação com os Órgãos e Entidades (Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) que são vinculados ao MME, no sentido de concretizar o exercício pleno das competências legais de sua responsabilidade.

Principais dificuldades encontradas pelo Ministério para realização dos Objetivos

Cabe ressaltar que, em que pese o alcance e a complexidade das competências que são afetas ao MME, este tem uma das menores estruturas organizacionais (cargos comissionados e funções de confiança) entre todos os Ministérios.

Além da limitação apontada no parágrafo anterior, o MME enfrentou também obstáculos advindos do ambiente externo, como exemplo, citam-se:

- Condições hidrológicas adversas durante o ano;
- demora na aprovação de Licenciamentos SócioAmbientais e atrasos por questões indígenas;
- variação no Mercado Mundial do preço do Barril de Petróleo;
- rompimento da Barragem de Mariana, entre outras.

Principais realizações da Gestão

Em 2015 o Ministério de Minas e Energia, como órgão setorial da União, atuou para a aplicação adequada das políticas e diretrizes de governo nas áreas energéticas e de recursos minerais, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

Especificamente em relação ao Setor Elétrico, durante o ano de 2015, algumas ações devem ser aqui ressaltadas, tais como:

- A prática das bandeiras tarifárias, mecanismo que sinaliza ao consumidor a variação do custo de geração e, com isto, alerta-o quanto ao ajuste entre o consumo e o custo da energia;
- A atuação do MME visando garantir a segurança dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016;
- A Interligação do Sistema Elétrico de Manaus e do Amapá ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
- A continuidade da integração eletroenergética com os países vizinhos, com a conclusão das obras da conversora São Carlos e da LT 500 kv, São Carlos-Candiota, viabilizando o intercâmbio de até 500 KV entre Brasil e Uruguai;
- A edição do Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, que dispõe sobre as regras para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, regulamentando o art. 7º da Lei 12.783/2013);
- A continuidade da realização de leilões de geração de energia nova, fontes alternativas e de reserva, contratando a energia de 137 empreendimentos de geração;
- A não ocorrência de blecautes no SIN, envolvendo mais subsistemas em sua totalidade;
- A promulgação da Lei nº 13.182, de 3/11/2015, permitindo o fornecimento de energia competitiva para a indústria eletro intensiva. Está previstas na Lei, a criação de Fundos de Energia do Nordeste e do Sudeste e do Centro-Oeste –FEN e FESC, respectivamente, os quais irão evitar o fechamento de postos de trabalho estimados em 220 mil pessoas, além de autorizar a realização de investimentos pelos Fundos em projetos de energia, que poderão superar R\$50 bilhões;
- A promulgação da Lei nº13.203, de 08/12/2015, que autoriza a repactuação do Risco Hidrológico suportado pelos geradores de energia e participantes do Mecanismo de realocação de Energia. Assim, a partir da escolha do nível de risco assumido pelo gerador ou repassado ao consumidor, será pactuado um sistema de compensações.

A promulgação da Lei nº13.203, de 08/12/2015, que autoriza a repactuação do Risco Hidrológico suportado pelos geradores de energia e participantes do Mecanismo de realocação de Energia. Assim, a partir da escolha do nível de risco assumido pelo gerador ou repassado ao consumidor, será pactuado um sistema de compensações.

No segmento de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, os principais destaques foram os seguintes:

- Realização da 13ª rodada de licitações de blocos. A 1ª etapa da rodada, em outubro de 2015 tratou da oferta de 266 blocos exploratórios, havendo o arremate de 37 blocos em nove setores distribuídos e 4 bacias sedimentares, com expectativa de investimento de cerca de R\$ 340 milhões. A área arrematada é de 33,6 mil km². A 2ª etapa foi realizada em dezembro, em área total de 58,4 km². Foram arrematadas 9 áreas inativas pelos quais deverão ser pagas à União o montante de cerca de R\$4,25 bilhões;
- Atualização dos estudos de Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. Este é um estudo continuado de publicação bienal utilizado como subsídio para a elaboração do Planejamento Estratégico, no contexto do Plano Nacional de Energia;
- Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País, que são de grande importância estratégica, econômica e social, geraram uma produção média diária, até novembro, de 3,19 milhões de barris de óleo equivalente (boe). O Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2024 projeta uma produção média diária de 4,03 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (GNL) em 2020, o que representa um aumento substancial para o período;
- Em agosto de 2015, foi concluída a construção do trecho 1 do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2, que possui 402,2 Km de extensão. O projeto deverá escoar o gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos para o Terminal de Cabiúnas – Tecab, no Estado do Rio de Janeiro;
- Foram entregues quatro navios: os petroleiros André Rebouças, Marcílio Dias e José do Patrocínio, classe Suezmax, e o gaseiro Oscar Niemeyer. Em janeiro de 2016, foi entregue o navio gaseiro Barbosa Lima Sobrinho e a expectativa é de que, até o final do ano, sejam entregues mais quatro navios: dois petroleiros e dois gaseiros;
- No âmbito das obras de infraestrutura do PAC 2, foram concluídos dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, destinados a escoar a produção de etanol combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o centro metropolitano de São Paulo e o Porto de Santos. Trata-se de um projeto de polidutos e hidrovias, cuja extensão é de 1.132 km, com capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m³ de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhão de m³.

Na área de geologia, mineração e transformação mineral, o MME focou suas ações na formulação, implementação e a avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro.

Entre as ações e políticas governamentais para o setor mineral brasileiro, em 2015, destacam-se as seguintes:

- O conhecimento geológico e de recursos minerais em todas as regiões do País registrou importantes avanços, resultado de ações articuladas entre a SGM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Foram realizados levantamentos geológicos em mais de 80 mil km² do Território Nacional e levantamentos aero geofísicos em mais de 220 mil km², alcançando uma cobertura de 99% do cristalino brasileiro;
- Realização do Programa de Gestão de Riscos e Inundações, envolvendo atividades de mapeamento e estudos geológicos nas áreas urbanas em Municípios considerados críticos, com foco naqueles recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. Esses estudos já foram executados em 1.404 municípios, e fazem parte do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres - PNGRRD, que visa contribuir para a eliminação

de riscos decorrentes de desastres naturais e para o planejamento adequado do uso e ocupação do solo;

- Foram realizados mapeamentos de setorização de riscos geológicos em 256 municípios e foram confeccionadas cartas de susceptibilidade a movimentos gravitacionais de massas e inundações em 25 municípios, totalizando 281 municípios atendidos;
- O Brasil assinou o Contrato de Exploração exclusiva com a Autoridade Internacional de Fundos Marinhos (ISBA), o que autoriza, por 15 anos, a pesquisa a crostas ricas em cobalto, níquel, platina manganês, tálio e telúrio na elevação do Rio Grande.

Nas páginas seguintes do presente documento está consignada a especificação das ações desenvolvidas pelo Ministério, no exercício de 2015, observados os critérios normativos definidos para a elaboração do Relatório de Gestão.

1. VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

1.1. Identificações da Unidade Jurisdicionada -UJ

Quadro 1: Identificação da UPC MME

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria-Executiva			
Denominação Abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320011
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 37.115.383/0001-53		
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato	(61) 2032-5011 / (61) 2032-5819	FAX - (61) 2032-5088	
Endereço Eletrônico: secex@mme.gov.br			
Página na Internet: www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
SGM	37.115.383/0001-53	320012	80058
SPE		320010	1917
SEE		320011	2852
SPG		320017	80045

1.2. Finalidade e Competências Institucionais do MME

O Ministério de Minas e Energia, como órgão setorial, representa a União e tem suas competências institucionais voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos energéticos e minerais, bem como é indutor e supervisor da implementação dessas políticas nas respectivas áreas.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade sócio ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

1.2.1 Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do MME

A Lei nº 10.683/2003, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo o Ministério de Minas e Energia, Órgão da administração federal direta, que tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- I) geologia, recursos minerais e energéticos;
- II) aproveitamento da energia hidráulica;
- III) mineração e metalurgia; e
- IV) petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.

O Decreto nº 7.798/2012, aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas e as Competências das Secretarias do MME. Esse Decreto nº 7.798/2012 revoga o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004.

O Decreto nº 5.267/2004, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, e da outras providências.

A Portaria nº 89, de 27 de fevereiro de 2014, aprova os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Assessoria Especial de Relações Internacionais, da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do MME. Esta Portaria revoga a Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006.

A Portaria nº 144/2006, aprova os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME.

Busca-se integrar as ações do MME com as de outros ministérios, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido, espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

É importante mencionar também que o MME interage com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.2.2 Breve histórico do Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 1960, pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Anteriormente, os assuntos de minas e energia eram de competência do Ministério da Agricultura.

Em 1990, a Lei nº 8.028 extinguiu o MME e transferiu suas atribuições ao Ministério da Infraestrutura, criado pela mesma lei, que também passou a ser responsável pelos setores de transportes e comunicações. O Ministério de Minas e Energia voltou a ser criado em 1992, por meio da Lei nº 8.422/1992.

Em 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.478 criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado à Presidência da República e presidido pelo ministro de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas para o setor.

A Lei nº 10.683/2003 definiu como competências do MME as áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear. A atual estrutura do Ministério foi regulamentada pelo Decreto nº 7.798/2012. As secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético; de Energia Elétrica; de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e Geologia, Mineração e Transformação Mineral foram criadas pelo Decreto nº 5.267/ 2004.

Em 2004, foi criado pela Lei 10.848 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), cuja função é acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional e foi criada pela Lei nº 10.847, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

Outras empresas públicas ligadas ao Ministério são a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, responsável pela geração de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos do território nacional e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA, autorizada pela Lei nº 12.304/2010. Entretanto, sua criação só ocorreu em 1º de agosto de 2013, com a publicação do Decreto nº 8.603.

O Ministério de Minas e Energia tem como empresas vinculadas a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, que são de economia mista. A Eletrobrás, por sua vez, controla, as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, Eletrosul Centrais Elétricas S.A - Eletrosul e Eletrobrás Termonuclear S.A - Eletronuclear.

Entre as autarquias vinculadas ao Ministério estão a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - ANP e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

1.3. Ambiente de atuação

O Ministério de Minas e Energia tem como ambiente de atuação as áreas de energia, geologia, mineração e transformação mineral. As principais políticas públicas a cargo do MME fazem parte das seguintes diretrizes governamentais:

- I) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- II) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- III) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional; e
- IV) Fortalecer a soberania do País no espaço internacional e a integração sul-americana.

- **Energia**

Na formulação das Políticas e Diretrizes de Energia, o assessoramento ao Presidente da República é feito pelo Conselho Nacional de Política Energética e a segurança do setor é monitorada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

Criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, o CNPE é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Estado de Minas e Energia. O Secretário-Executivo do MME, juntamente com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao MME, também participam do Conselho.

Sendo um órgão de representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor energético, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)

O CMSE foi criado pela Lei nº 10.848 de 2004 e atua como instância de acompanhamento e avaliação permanente, da efetividade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o Território Nacional, sob a presidência do Ministro de Estado de Minas e Energia.

O Comitê realiza reuniões com periodicidade mensal e, quando necessário, reuniões extraordinárias, contando com quatro representantes do MME e os titulares da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), da Empresa de Pesquisas Energética (EPE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

- **Geologia e Mineração**

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia (MME) é a unidade responsável por implementar, orientar e coordenar as políticas para o setor mineral nacional, competência legal atribuída pelo Decreto nº 7.798/2012. Nesse sentido, a SGM atua conjuntamente com as demais entidades do setor vinculadas ao MME, quais sejam, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), também denominada, em face de suas atribuições, Serviço Geológico do Brasil.

O DNPM, autarquia cuja criação foi autorizada pela Lei nº 8.876/1994, tem a finalidade de promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, superintender as pesquisas geológicas e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe a legislação.

A CPRM é uma empresa pública cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524/1995 e tem como missão gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Tendo em vista que o Decreto 7.798/2012 estabelece como competência da SGM a promoção e o apoio à articulação dos agentes, colaboradores e parceiros do setor, sua atuação para a geologia, a mineração e a transformação mineral não pode prescindir de uma ação conjunta com as demais entidades do setor.

Especificamente em relação à CPRM, a SGM participa da formulação e implementação de políticas públicas de geração de conhecimento geológico e hidrogeológico do território brasileiro, em áreas emersas e imersas, além de contribuir para o ordenamento territorial, minimização dos efeitos de desastres naturais, aumento na oferta de áreas potenciais para a exploração mineral e consequente ampliação da produção minerária brasileira.

Quanto ao DNPM, a SGM contribui nas discussões para a definição de políticas para o aprimoramento da gestão do patrimônio mineral brasileiro e fomento ao setor, possibilitando a maximização da produção de forma sustentável, contribuindo para a formalização da atividade minerária e, conseqüentemente, com a consolidação de tão importante setor para economia e para o desenvolvimento do País.

Finalmente, a SGM, em sua função de planejamento, acompanha as tendências setoriais, econômicas, sociais e ambientais ligadas à atividade produtiva do setor mineral. Para isso, propõe, quando necessário, revisões e atualizações dos programas e ações do setor, para a completa consecução dos objetivos estratégicos estipulados pelas políticas de Governo.

Competências Institucionais

Para cumprir suas competências institucionais, além da Secretaria-Executiva, o MME está estruturado da seguinte forma:

- Secretaria de Energia Elétrica (SEE)
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE)
- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG)
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM)

Observação: Para melhor apresentar as competências institucionais específicas do MME, estas estão por secretaria finalística e por macroprocesso, no ítem 2.4.

Secretaria-Executiva do MME

Compete à Secretaria-Executiva, resumidamente, assistir o Sr. Ministro na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias Finalísticas; coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, entre outras; coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimentos e do programa de dispêndios globais das empresas estatais; prestar assistência ao CNPE, articular e integrar as ações de meio ambiente, relacionadas com os empreendimentos da área de competência do MME.

1.4. Organograma Funcional

DECRETO Nº 7.798, DE 12/9/2012.

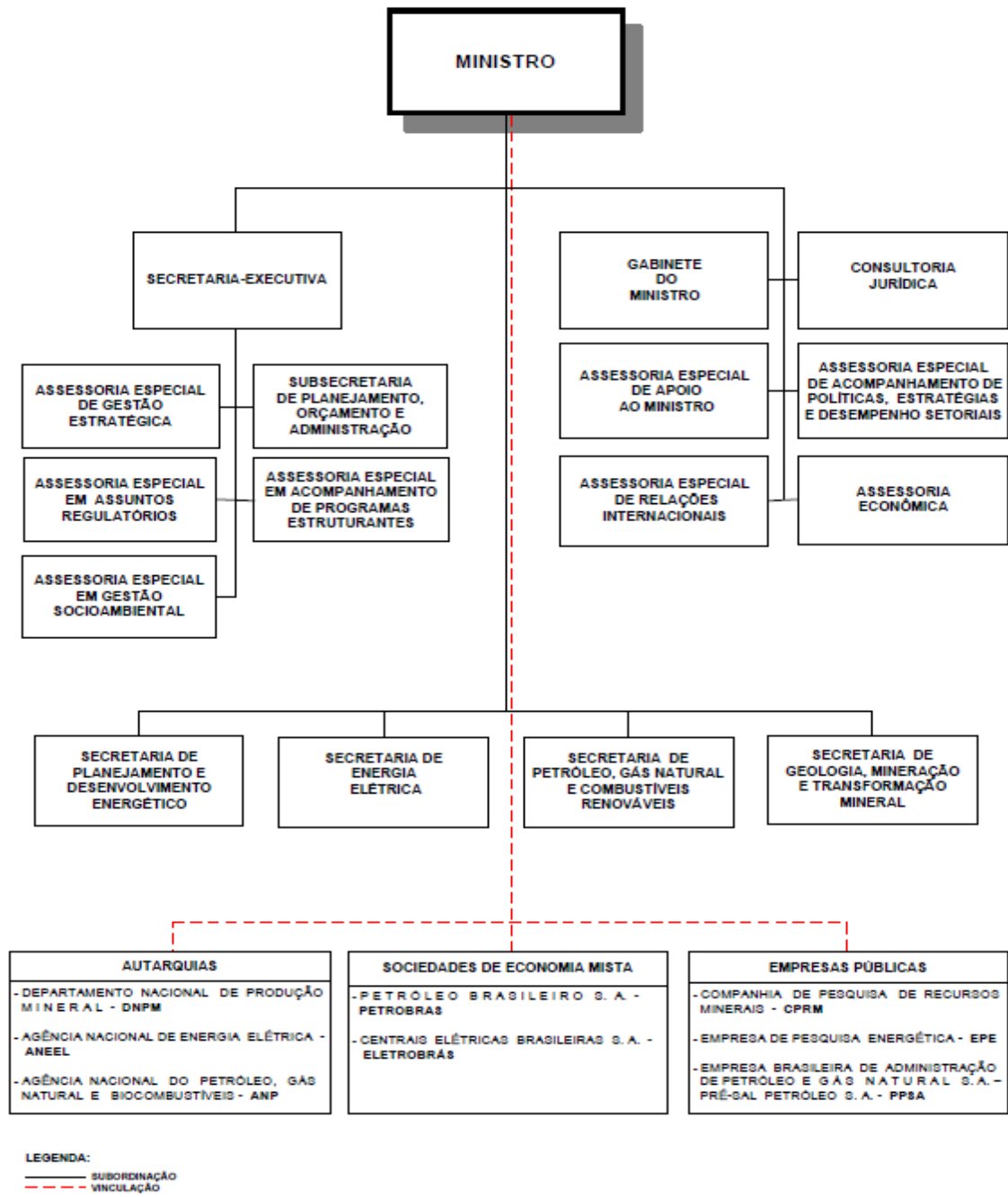


Figura 1: Organograma Funcional

As subunidades estratégicas da gestão deste Ministério são as seguintes:

Observação: O conceito de unidades e subunidades estratégicas pode estar presente em vários contextos, sendo que, pela multiplicidade de aspectos e pouco embasamento teórico da norma (DN nº 134/2013 e Portaria nº 90/2014), é difícil definir exatamente qual unidade ou subunidade é estratégica para o Ministério de Minas e Energia.

Tendo em vista a observação acima, define-se como mais estratégico as seguintes:

- 1. Assessoria Especial de Gestão Estratégica -AEGE**, que tem como principais atribuições a coordenação do Plano Plurianual com suas avaliações e revisões, a coordenação do Orçamento de Investimentos das empresas estatais e do Programa de Dispêndios Globais das entidades vinculadas ao MME, a consolidação dos textos do Relatório de Gestão, da Mensagem Presidencial e da Prestação de Contas da Presidenta da República e o acompanhamento das demandas das empresas estatais junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP e a outros órgãos do governo.
- 2. Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setorial -AEPED**, cujas competências principais são o monitoramento do atendimento às orientações e determinações do Presidente da República e do Ministro, o registro e monitoramento das ações estratégicas, o desenvolvimento e atualização do sistema de informações gerenciais para subsidiar a tomada de decisões sobre ações relevantes e manter sistema de controle e acompanhamento de projetos prioritários.

Titulares:

1. Tulio Neiva Rizzo

Cargo: Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica.

Data de nomeação: 05 de Maio de 2006.

2. Edvaldo Luís Risso

Cargo: Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setorial.

Data da nomeação: 13 de Setembro de 2012.

Data da exoneração: 27 de Novembro de 2015

1.5. Macroprocessos Finalísticos

Conforme a Portaria TCU nº 90/2014, os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão. Nesse contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos e recebem apoio de outros processos internos, gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo.

Atualmente, estão estabelecidos no MME 08 (oito) Macroprocessos Finalísticos subdivididos nos temas “Energia” e “Mineração”, conforme descrição abaixo:

1.5.1 Macroprocessos Finalísticos da área de Energia

A. Planejamento Energético

Tem o objetivo de, a partir da definição de Políticas e Diretrizes do CNPE, refletidas no Plano Plurianual (PPA), estabelecer o Planejamento Energético Nacional em diversos horizontes, para orientar decisões de natureza estrutural e conjuntural, levando em consideração os condicionantes socioambientais e tecnológicos, por meio da elaboração de estudos e pesquisas que tracem cenários macroeconômicos, projeções de mercado e de custos, alternativas para expansão da oferta, de forma integrada com os demais recursos energéticos, buscando a segurança energética e o desenvolvimento econômico sustentável.

B. Gestão da Política Energética

Consiste em, a partir do Planejamento Energético e da conjuntura, elaborar, estabelecer e apresentar temas e agendas para a política energética nacional buscando a segurança energética, a modicidade tarifária, a universalização do atendimento, a integração energética sul-americana e o desenvolvimento econômico sustentável do País. A gestão da política energética orienta-se ainda pela construção perene da governabilidade desta política, buscando criar um ambiente institucional sólido, por meio da interação com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades da sociedade civil dos setores energéticos.

C. Monitoramento do Setor Energético

Tem o objetivo de monitorar e avaliar o funcionamento dos setores de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, avaliando o desempenho do sistema em seus aspectos de segurança e de suprimento energético, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, a fim de identificar dificuldades e/ou problemas e propor medidas preventivas e corretivas.

D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Tem o objetivo de estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em energia, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e eletricidade, bem como o de contribuir para o aumento da competitividade de fontes alternativas de energia com potencial de crescimento na matriz energética brasileira, reconhecendo a eficiência energética como parte fundamental do Planejamento Energético do País.

Macroprocessos do âmbito da Secretaria de Planejamento Energético (SPE)

A. Planejamento Energético

No âmbito do Macroprocesso Planejamento Energético, em 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) conduziu o desenvolvimento do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050 e o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2024, conforme detalhado abaixo:

Em 2014, foi iniciada a elaboração do PNE 2050, tendo sua previsão de conclusão e publicação em meados de 2016. Trata-se do maior esforço de planejamento energético do setor. Além disto, iniciou-se a confecção da nova atualização do PDE 2024, bem como foi realizado um Convênio de Estudos de Planejamento Energético com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPTEL, com vistas a apoiar a Pasta até 2017.

Com base no Termo de Referência do PNE 2050, instrumento construído pelo MME e EPE, e que orienta a elaboração do referido Plano, em junho de 2014 o MME realizou, em Brasília, a primeira reunião temática (socioeconômica) visando à elaboração do PNE 2050. A reunião buscou debater os rumos da economia e suas tendências até 2050. Em agosto de 2014, apresentaram-se os cenários econômicos e de demanda energética do PNE 2050, os quais foram disponibilizados. Os estudos de expansão da oferta de energia prosseguiram ao longo do ano de 2015 com discussões de caráter interno, sendo postergada a apresentação final para meados de 2016.

Em julho de 2015 foi realizada uma reunião entre a SPE e a EPE para a apresentação dos destaques da minuta do PDE 2024. Posteriormente a essa apresentação, a SPE e outras áreas deste Ministério apresentaram suas contribuições para o Plano. Também foram apresentadas sugestões, correções e apresentações à minuta do PDE, por outras equipes de trabalho no âmbito do MME.

Após a incorporação das sugestões e correções pertinentes, em 16 de setembro de 2015, o PDE 2024 foi disponibilizado para Consulta Pública, publicada por meio da Portaria MME nº 445, de 15 de setembro de 2015, com o prazo para recebimento das contribuições dos agentes interessados até o dia 7 de outubro de 2015. Todas as contribuições recebidas foram encaminhadas pelo Departamento de Planejamento Energético (DPE) à EPE para análise de sua relevância e factibilidade de inclusão no relatório do PDE 2024.

A versão final do relatório do PDE 2024 foi aprovada por meio da Portaria MME nº 555, de 28 de dezembro de 2015.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- **Plano Nacional de Energia (PNE)**

O PNE 2050 orienta o planejamento energético brasileiro ao nível estratégico. O PNE 2050, está sendo desenvolvido pela EPE, observando diretrizes estabelecidas no âmbito do MME, contemplando os cenários de expansão nacional no longo prazo. Os estudos de planejamento de longo prazo são a base para a formulação de políticas públicas que têm rebatimento na estratégia nacional para a expansão da oferta de energia com vistas ao atendimento da demanda, observados os objetivos básicos de segurança energética, universalização do acesso da população aos serviços energéticos, geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais, fortalecimento do planejamento, desenvolvimento tecnológico nacional, diversificação da matriz energética preferencialmente através de fontes renováveis, integração nacional, sustentabilidade sócio ambiental e modicidade de preços e tarifas. Nesse contexto, o PNE é instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, avaliando tendências na produção e no uso da energia e balizando as estratégias alternativas para expansão da oferta de energia nas próximas décadas.

- **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)**

O PDE 2024 traz uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período de 2015 a 2024. Nele estão previstos investimentos globais em energia da ordem de R\$1,4 trilhão. Dentre os principais parâmetros físicos, está prevista a ampliação da capacidade instalada de geração de energia elétrica de 132,9 para 206,4 GW. Já a produção de petróleo deverá ter um acréscimo de 2,3 para 5,1 milhões de barris/dia. A produção de gás natural, de 87,4 para 144,4 milhões de m³/dia; e a de etanol, de 28,5 para 43,9 milhões de m³.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

Os principais clientes a que se destina o planejamento energético são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de evolução e futuro do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros. Em específico, vale mencionar os potenciais investidores nacionais e internacionais e grandes demandantes de energia.

B. Gestão da Política Energética

Na condução deste Macroprocesso destacam-se as seguintes atividades:

- Aperfeiçoamento do Tratado Energético Sul-americano na esfera da UNASUL. É um tratado de proteção e fomento com a realização de investimentos em segurança energética na América do Sul;
- Análise e Cálculo de Garantias Físicas de Energia - GFE e de Potência - GFP de empreendimentos de geração;
- Autorização de alterações de características técnicas de empreendimentos de geração participantes de leilões;
- Consolidação de obras de transmissão da Rede Básica para fins de licitação e autorização;
- Outorgas de Concessão e Autorização de Novos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica;
- Enquadramentos de Projetos de Infraestrutura de energia elétrica no Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura (REIDI);
- Equiparação das Instalações de Transmissão necessárias aos intercâmbios internacionais de energia elétrica, para efeitos técnicos e comerciais, aos Concessionários de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

- Publicadas Portarias de garantias físicas de empreendimentos de geração, referentes aos Leilões A-5, A-3, 1º, 2º e 3º Leilão de Energia de Reserva, Leilão de Fontes Alternativas e Ambiente de Contratação Livre;
- Aprovação / revisão de projeto básico: 43 PCHs;
- Revisão de GFE com base na energia gerada: 59 PCHs e 2 UTEs a biomassa;
- Revisão extraordinária de GFE: 5 UHEs; 3 UTEs a carvão mineral e 2 UTEs a gás natural;
- Revisão de GFE em razão de alteração de características técnicas: 56 EOLs;
- Publicadas 02 Portarias de Acesso de Consumidor Livre à Rede Básica, conforme regulamentação do Decreto nº 5597, de 28 de novembro de 2005 e pela Portaria MME nº 311, de 13 de setembro de 2013;
- Autorizada a alteração das características técnicas de 122 empreendimentos de geração, após o ato de outorga, totalizando: 11 EOLs 2 UTEs a óleo combustível 3 UTEs a Biomassa e 6 PCHs;
- Publicados 118 atos de outorga para geração de energia elétrica, totalizando 7.782,21 MW de potência instalada, e 4.126,75 MW médios de Garantia Física de Energia, dos quais 3.550,55 MW médios foram contratados para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR);
- Enquadrados 306 projetos de infraestrutura de energia elétrica no REIDI, correspondentes a cerca de R\$ 45 bilhões de investimentos;
- Publicadas 158 Portarias aprovando projetos de infraestrutura em energia elétrica como prioritários;
- Emitidas 8 Portarias designando 7 concessionárias de geração a Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica por meio de 23 Usinas Hidrelétricas, nos termos da Lei nº 12.783/2013;

- Prorrogação dos Contratos de Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Observação: Sendo este item específico exigido pelo Sistema e-Contas, o assunto está detalhado no item 2.21.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

Os principais clientes a que se destina a Gestão da Política Energética são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de evolução e futuro do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Visa estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em energia, nos setores de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis e eletricidade, bem como contribuir para o aumento da competitividade de fontes alternativas de energia com potencial de crescimento na matriz energética brasileira, reconhecendo a eficiência energética como parte fundamental do planejamento energético do País.

Uma das competências da SPE é fomentar a ampliação da participação das fontes alternativas de geração na matriz energética nacional. No ano de 2015, buscou-se a promoção dessa atribuição por meio do apoio a Projetos de Lei do Congresso Nacional com propostas focadas em fontes renováveis. Além disso, incrementou-se a divulgação das vantagens e benefícios da geração de energia, em especial a eólica e a solar, mediante a participação em eventos e reuniões técnicas públicas e privadas. Essas ações contribuíram para a criação, junto com outros setores do Ministério, do Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica – ProGD, lançado pelo Ministério de Minas e Energia em 15/12/2015.

O Ministério finalizou o processo de retirada do mercado das lâmpadas incandescentes de 60 W, modelo até então mais comum no Brasil, sendo substituída por suas equivalentes fluorescentes compactas, halógenas e LED. Com isso, espera-se que nos próximos vinte anos os ganhos energéticos atinjam cerca de 10 TWh/ano, proporcionando economia de mais de R\$ 6 bilhões. Em 2015, as ações realizadas pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, e pelo Programa de Eficiência Energética das Concessionárias de Distribuição, regulado pela ANEEL, somaram cerca de 4,5% de economia. No que diz respeito ao Programa Nacional da Racionalização do uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet), a parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro garantiu aumento de 10% na quantidade de modelos pertencentes ao Programa de Etiquetagem Veicular, alcançando mais de 630 modelos. Por fim, em 8 de dezembro de 2015, foi aprovada a criação do Comitê Técnico de Eficiência Energética – CTEE, no âmbito do CNPE, com objetivo de propor estratégias para a promoção da eficiência energética no País.

Foi concluído o modelo computacional para elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa do setor de energia. A partir desse modelo foi elaborado o Relatório “Levantamento de Emissões: Setor de Energia”, que conta com detalhamento de dados por combustíveis e por setores. Merecem destaque as contribuições para elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima. Ainda cumpre destacar a participação do Ministério na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), órgão nacional responsável pela aprovação dos projetos de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Trata-se de um recorte mais técnico da política energética que pretende atingir todos os que utilizam da energia para o seu uso final útil. Nesse contexto, incluem-se tanto produtores quanto consumidores de energia, bem como aspectos socioambientais decorrentes do uso da energia.

Macroprocessos do âmbito da Secretaria de Energia Elétrica (SEE)

B. Gestão da Política Energética

O Macroprocesso “Gestão da Política Energética” reflete o agrupamento dos seguintes processos conduzidos pela SEE:

- **Universalização do Acesso à Energia**

O processo de “Universalização do Acesso à Energia” se refere à implantação do acesso à energia elétrica em todos os domicílios localizados em regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN), em regiões isoladas e na zona rural, cujas decisões são tomadas por meio de reuniões e articulações com a Eletrobras e suas empresas controladas, a ANEEL, as distribuidoras de energia elétrica, os Comitês Gestores Estaduais do Programa Luz para Todos e representantes das demandas prioritárias, sendo coordenado pela Diretoria do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, da Secretaria de Energia Elétrica, com apoio da Coordenação Geral de Universalização do Acesso à Energia (CGUE).

- **Desenvolvimento de Políticas Sociais**

O processo de “Desenvolvimento de Políticas Sociais” envolve articulação e tratativas com representantes de outros Programas e entidades governamentais no sentido de orientar programas e projetos, cujo escopo atenda às políticas sociais de energia e de promoção do uso produtivo da energia.

- **Gestão da Política Tarifária**

O Processo “Gestão da Política Tarifária” consiste em: acompanhar a implementação das políticas tarifárias, analisando seus impactos, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais; formular e propor a implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda; desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo; desenvolver procedimentos para o acompanhamento da evolução tarifária, por nível de tensão, classe de consumo, agentes setoriais e outros agrupamentos, com análises sobre a rentabilidade nas diversas instâncias do processo; e participar e acompanhar as definições e aplicações de mecanismos institucionais de ressarcimento e de incentivo aos investimentos na operação e expansão do sistema elétrico, seus impactos sobre os preços praticados e a política tarifária projetada.

- **Gestão da Comercialização de Energia**

O Processo “Gestão da Comercialização de Energia” consiste em: acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais, identificando projetos de expansão e sinalizando políticas setoriais que assegurem condições de competitividade nos mercados nacional e internacional; auxiliar a implementação das políticas, diretrizes e orientações para o setor elétrico que impactam na comercialização e contabilização da energia elétrica; analisar o funcionamento do mercado de energia elétrica no âmbito nacional, participando das negociações e articulações com os agentes setoriais para a comercialização da energia; e participar da formulação e implementação de políticas de comercialização, em articulação com os demais agentes envolvidos.

- **Gestão de Programas e Regulamentação**

O Processo “Gestão de Programas e Regulamentação” consiste em: desenvolver ações para a gestão dos programas do setor elétrico, avaliando e propondo melhorias nos mecanismos de controle para garantir o aperfeiçoamento do modelo de gestão e do processo decisório institucional; promover articulações com os centros de excelência sobre regulação, operação e comercialização de energia, propondo mecanismos e instrumentos de melhoria no relacionamento institucional; e acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Resumo dos Reajustes Tarifários e Revisões Periódicas das Distribuidoras – Acompanhamento Gerencial;
- Estudo sobre o impacto da implantação das Bandeiras Tarifárias;
- Participação no GT Olimpíadas (gastos da CDE com a Light e Furnas);
- Informativo Tarifário;
- Contratos do Programa Luz para Todos celebrados entre a Eletrobras e as Distribuidoras de Energia Elétrica para atendimento dos domicílios da área rural ainda sem acesso ao serviço público de energia elétrica;
- Índice de atendimento - percentual da totalidade de domicílios dos municípios que já possuem o serviço de energia elétrica;
- Cumprimento do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem);
- Desfazimento de bens remanescentes dos Sistemas fotovoltaicos armazenados nos almoxarifados das Empresas Eletrobras; e
- Informações para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Relatórios com informações por município do desempenho no atendimento das demandas.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

Os principais clientes a que se destina Gestão da Política Energética são todos aqueles que demandam e se orientam por informações sobre o desempenho do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

C. Monitoramento do Setor Energético

O Macroprocesso “Monitoramento do Setor Energético” reflete o agrupamento dos seguintes processos conduzidos pela SEE:

- **Monitoramento da Expansão da Geração de Energia Elétrica**

O processo “Monitoramento da Expansão da Geração de Energia Elétrica” envolve a supervisão do Sistema Elétrico Brasileiro com ênfase nos empreendimentos de geração, que estão em construção no País e que venderam energia no ambiente de contratação regulado. A expansão da capacidade de geração tem como objetivo, essencialmente, garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia, a segurança eletroenergética, a confiabilidade, a continuidade e a qualidade da energia fornecida aos consumidores finais. São monitoradas também as usinas hidrelétricas em implantação que têm relevância no cenário nacional, mesmo que não tenham vendido energia no ambiente regulado.

- **Monitoramento da Expansão da Transmissão de Energia Elétrica**

O processo “Monitoramento da Expansão da Transmissão de Energia Elétrica” envolve o monitoramento de empreendimentos de transmissão licitados, a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos, baseado nos cronogramas dos empreendimentos. A SEE, por meio do Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico (DMSE), monitora a execução das obras, articulando com os agentes de governo e entidades privadas para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, garantindo a ampliação da oferta energética, conforme planejado. Esse processo também serve de apoio ao CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

- **Monitoramento do Desenvolvimento dos Sistemas de Distribuição**

O processo “Monitoramento do Desenvolvimento dos Sistemas de Distribuição” envolve a avaliação do desenvolvimento dos sistemas de distribuição de energia elétrica, por meio da sistematização de dados e informações relativas aos indicadores de acompanhamento e monitoramento desse segmento, bem como por meio da avaliação do desenvolvimento dos sistemas, em atendimento ao crescimento contínuo da carga, além de avaliar e monitorar as condições de suprimento elétrico a regiões e cargas especiais e a grandes eventos programados para o País.

- **Monitoramento do Desempenho dos Sistemas Elétricos e Energéticos**

O processo “Monitoramento do Desempenho dos Sistemas Elétricos e Energéticos” envolve o monitoramento e a avaliação do desempenho do sistema elétrico brasileiro por meio de indicadores de continuidade e segurança, acompanhando de forma contínua o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, a otimização energética, em articulação com agentes e instituições envolvidos, a implementação de diretrizes e ações preventivas definidas pelo MME, CNPE e CMSE.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Informativo Gerencial do Setor Elétrico;
- Informações para o CMSE;
- Informações para o PAC;
- Relatório mensal da Expansão da Transmissão;
- Boletim Diário de Monitoramento do Sistema Elétrico;
- Boletim Semanal de Monitoramento da Geração Térmica;
- Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro;
- Informações sobre ocorrências e perturbações no Sistema Elétrico Brasileiro; e
- Gestão dos Documentos e Informações do CMSE e organização de suas reuniões.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

Os principais clientes a que se destina o Monitoramento do Setor Energético são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de desempenho do setor elétrico nacional. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

Macroprocessos no âmbito da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

A. Planejamento Energético

No âmbito do macroprocesso de planejamento energético no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, a SPG tem como principais atividades a análise dos resultados das rodadas, dos estudos conduzidos no âmbito do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, bem como das informações de posse da ANP, oriundas dos contratados e de estudos geológico-geofísicos conduzidos pela Agência, para planejar as rodadas de licitações vindouras.

Em 2015, esta Secretaria propôs os blocos a serem licitados, tendo acompanhado e monitorado a realização da 13ª Rodada de Licitações de blocos. A primeira etapa da Rodada, realizada em 7 de outubro de 2015, tratou da oferta dos 266 blocos exploratórios. Como resultado, houve o arremate de 37 blocos em nove setores, distribuídos em quatro bacias sedimentares: Parnaíba, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Recôncavo. Assim, nos blocos arrematados, existe a expectativa de investimentos de cerca de R\$ 340 milhões pelas futuras concessionárias, sendo mais de R\$ 121 milhões em bônus de assinatura e R\$ 216 milhões na execução do Programa Exploratório Mínimo. A área arrematada foi de 33,6 mil km² e, ao todo, participaram da licitação 17 empresas, de sete países, sendo 11 nacionais e seis estrangeiras (Canadá, França, Argentina, Bermudas, Panamá, China). Essa Rodada objetivou ampliar as áreas para exploração e produção de hidrocarbonetos no País e promover a manutenção da demanda por bens e serviços no setor, almejando a segurança energética, dado que foram ofertadas áreas situadas em bacias de elevado potencial (fora do polígono do Pré-sal), bacias maduras (continuidade da atividade em regiões com tradição na exploração e produção de óleo e gás) e em bacias de novas fronteiras tecnológicas e do conhecimento (visando a descoberta de novas regiões produtoras).

Em 10 de dezembro de 2015 foi realizada a 2ª etapa da 13ª Rodada, com a oferta de 10 Áreas Inativas com Acumulações Marginais nas Bacias do Recôncavo, Tucano Sul, Paraná, Barreirinhas, Potiguar e Espírito Santo, totalizando uma área de 58,4 km². Este conjunto de áreas inativas visou atender à demanda do segmento de pequenas e médias empresas do setor petróleo e gás natural. Como resultado, foram arrematadas 9 áreas inativas, pelas quais deverão ser pagos à União o montante de R\$ 4.248.201,00 a título de Bônus de Assinatura.

Ainda em 2015, tendo em vista que o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás constitui-se como base de informações no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013, a SPG atuou junto à Empresa de Pesquisa Energética - EPE para que fosse concluída a atualização dos estudos integrantes do Zoneamento. A atualização contou com a articulação da SPG para que fossem disponibilizadas para a EPE as informações sigilosas que se encontram sob a posse da ANP, bem como para ajustes da metodologia desse estudo no quesito Importância Petrolífera de Áreas (IPA). O estudo estabelece zonas de interesse para o aproveitamento racional do potencial brasileiro no setor de petróleo e gás natural, tanto no âmbito de exploração & produção (upstream), como no de refino (midstream) e de abastecimento (downstream) e será utilizado para: i) a definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades vinculadas à indústria do petróleo e gás natural; ii) as discussões sobre temas de ordenamento territorial e socioambientais; iii) a definição das áreas prioritárias para os

estudos e pesquisas geológicas a serem desenvolvidas no território nacional; e iv) os estudos relacionados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS).

Quanto ao planejamento energético no setor de gás natural, o MME possui a competência de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT) com base em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em atendimento à Lei nº 11.909/2009 e ao Decreto nº 7.382/2010. A primeira edição do Plano, o PEMAT 2022, foi lançada em março de 2014, com atuação da SPG na Coordenação Executiva. Durante o ano de 2015, o Ministério de Minas e Energia acompanhou a elaboração dos estudos de expansão da malha pela EPE e participou de reuniões com os agentes do setor, contribuindo com o processo. A segunda edição do Plano, o PEMAT 2024, deverá ser disponibilizada para consulta pública em 2016.

O empreendimento Itaboraí-Guapimirim, localizado no Estado do Rio de Janeiro, foi objeto da primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte com previsão no PEMAT. Em 2015, teve publicada a minuta de edital para licitação. O processo poderá ter continuidade após serem atendidas as questões apontadas em Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano de 2015, o Ministério de Minas e Energia participou das discussões e contribuiu para a elaboração de regulamentos do setor de gás natural que legalmente estão sob a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Nesse âmbito, destacam-se a Resolução ANP nº 17, de 18 de março de 2015, que aprovou regulamento técnico sobre Plano de Desenvolvimento; e a Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015, que estabeleceu regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito, biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.

Adicionalmente, destaca-se a participação da SPG na elaboração dos Planos Nacional e Decenal de Expansão de Energia, PNE e PDE, respectivamente, elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, importantes ferramentas de planejamento de longo prazo.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Foram realizadas duas Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios;
- Estudos de Geologia e Geofísica de Bacias Sedimentares em nove empreendimentos;
- Estudo continuado do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás – ZNMT, utilizado na elaboração do Planejamento Energético;
- Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE;
- Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT;
- Plano de Coleta de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC).

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

Sociedade, Empresa de Pesquisa Energética, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

B. Gestão da Política Energética

A seguir são mostrados alguns fatos referentes à condução e ao desenvolvimento do macroprocesso Gestão da Política Energética em 2015, em que a SPG conduziu ou participou.

No decorrer de 2015, a SPG atuou na definição dos termos dos contratos de remuneração MME-PPSA que culminou na formalização da assinatura do Contrato de Remuneração pela Gestão de Contratos e Representação da União. Além disso, elaborou minuta de decreto visando à

regulamentação das participações governamentais no âmbito da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei da Partilha). O texto, que já contém contribuições da ANP, deverá ser discutido com demais instâncias de governo no intuito de regulamentar as questões relativas aos contratos que sejam firmados no regime de partilha de produção.

Em atendimento à Portaria MME nº 451/2015, relativa a nova Política de E&P, a SPG coordenou a elaboração de uma minuta de resolução CNPE com as propostas do GT formado para disciplinar o assunto, incluindo nota técnica com justificativa para as propostas, que foram submetidas à Secretaria Executiva do Conselho.

Para atendimento à Portaria MME nº 452/2015, que trata de proposta de diretrizes para acordos de individualização de produção, foi elaborada a minuta de resolução CNPE e nota técnica com o embasamento para as decisões tomadas pelo GT, de modo a submeter o processo à Secretaria Executiva do CNPE.

Além disso, em 2015, a SPG coordenou um Grupo de Trabalho com a participação do MDIC, MCTI, ANP, BNDES, ABDI e IBP, que culminou com proposta para aprimoramento da Política de Conteúdo Local, com vistas a valorar os ganhos advindos com o desenvolvimento de fornecedores, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e competitividade. Essa proposta evoluiu para uma minuta de decreto presidencial sobre o tema, que foi analisado pela Casa Civil/PR. Assim, o Decreto Presidencial nº 8.637, de 15 de janeiro de 2015, instituiu o “Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR”. O Programa contém medidas de aprimoramento para a citada Política.

A SPG atuou ainda no aprimoramento da política para aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte (EPM) no setor petrolífero por meio de reunião com os representantes das entidades e na realização de ajustes em procedimentos regulatórios visando a simplificação dos planos de desenvolvimento para campos de menor porte e a oferta de blocos exploratórios em bacias maduras e campos marginais na 13ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em duas etapas em 2015.

Destaca-se também o início dos estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. As Portarias Interministeriais MME-MMA de nºs 621 e 622, de 18 de novembro de 2014, constituíram os Comitês Técnicos de Avaliação (CTA) da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, de Solimões e de Sergipe-Alagoas, respectivamente, com a participação de representantes do MME, MMA, ANP, EPE, IBAMA e ICMBio, que trabalharam na elaboração dos Termos de Referência - TR para a contratação dos respectivos estudos, tendo a de Sergipe-Alagoas/Jacuípe sido submetida à consulta pública pela ANP nos meses de novembro e dezembro/2015. Já a minuta de TR de Solimões deverá ser colocada em consulta pública em janeiro de 2016. Os CTAs analisaram, no final de 2015, as contribuições recebidas para incorporação ou não aos TRs, devendo a EPE e a ANP, que contratarão os estudos em nome do MME, preparar o projeto básico com base nesses TRs para as respectivas contratações.

No que tange à Integração Energética Sul-Americana no setor de gás natural, releva destacar a participação da SPG na viabilização do suprimento à usina termelétrica de Uruguaiana, localizada no Rio Grande do Sul. Esse fornecimento foi amparado no Segundo Aditivo ao Memorando de Entendimento (MoU – Memorandum of Understanding, em inglês) em matéria de intercâmbio de energia celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina, que incluiu o dispositivo de livre trânsito de gás natural brasileiro pela malha de gasodutos da Argentina. O MoU e seu aditivo tiveram vigência até o final de 2015.

No âmbito do processo de gestão da política energética, ainda a respeito de gás natural, a SPG

acompanhou obras pertencentes à carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, em 2015, pode-se destacar o avanço nas obras de construção do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2, que atingiram, em novembro de 2015, 99% de realização. Esse duto possui 402,2 Km de extensão e deverá escoar o gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos para o Terminal de Cabiúnas – Tecab, no Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, as obras de ampliação da capacidade de processamento de gás natural do citado terminal atingiram 97% de realização em novembro de 2015. Adicionalmente, encontra-se em fase de construção a Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN Comperj – Rota 3. No entanto, as obras foram paralisadas em setembro de 2015, com 35% de realização, por dificuldades envolvendo o consórcio de empresas contratado para a execução do serviço. Quanto aos projetos ligados à produção de fertilizantes, podemos citar a Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III (Três Lagoas/MS) – UFN III, com 80,9% das obras realizadas, e a Planta de Amônia (Uberaba/MG) – UFN V, com 36,5% das obras realizadas. Relewa destacar, entretanto, que o Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 elaborado pela Petrobras prevê que esses empreendimentos não serão priorizados.

Ainda com relação ao acompanhamento das obras pertencentes à carteira de investimentos do PAC, pode-se destacar: a entrada em operação da plataforma P-61, do tipo TWLP, no campo de Papa-Terra, e do navio-plataforma FPSO Cidade de Itaguaí, no campo de Lula no pré-sal da Bacia de Santos; a entrega técnica dos navios André Rebouças, Marcílio Dias e José do Patrocínio, do tipo Suezmax, e do navio gaseiro Oscar Niemeyer; e a entrada em operação de duto de transporte de GLP denominado OCVAP I, com extensão de 70 km, interligando a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA) à Refinaria Henrique Lage (Revap).

Além desses empreendimentos, também foi concluído mais um trecho do Sistema de Logística de Etanol, destinado a escoar a produção de etanol combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o centro metropolitano de São Paulo e para o Porto de Santos. Trata-se de um projeto de polidutos e hidrovias, cuja extensão é de 1.132 km, com capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m³ de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhões de m³.

O primeiro trecho do etanolduto, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Paulínia, no estado de São Paulo, foi concluído no primeiro semestre de 2013, tendo iniciado sua operação em agosto de 2013. Um segundo trecho, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Uberaba, entrou em operação a partir de 01 de abril de 2015. O alcooduto, composto por estes dois trechos, possui 342 km de extensão e capacidade para movimentar 12 bilhões de litros de etanol.

No que tange à condução da gestão da política para derivados de petróleo, em 2015, foram conduzidas discussões, construídas agendas e realizados estudos com agentes de mercado, órgãos reguladores e entidades governamentais sobre os seguintes temas majoritários:

- Segurança energética e sistema nacional de estoques de combustíveis (Relatório de Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis);
- Qualidade dos combustíveis, teores de etanol e de biodiesel, presentes nos combustíveis automotivos e destinação de óleos lubrificantes usados ou contaminados;
- Redução de emissões atmosféricas provenientes de combustíveis;
- Ampliação e melhorias na infraestrutura de produção e transporte de derivados do petróleo;
- Distorções de mercado e dependência externa de derivados do petróleo; e
- Propostas de emenda constitucional, de lei e medidas provisórias com temas pertinentes ao abastecimento nacional de derivados de petróleo.

No que se refere ao tema biocombustíveis, a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, determinou o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 5% para 6% a partir de

julho de 2014 e para 7% a partir de novembro daquele ano e a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Especificamente quanto ao biodiesel, espera-se evoluir para uma maior participação desse biocombustível no setor de transportes, a partir da edição da Resolução CNPE n.º 3, de 21 de setembro de 2015, que estabeleceu as diretrizes para a comercialização e o uso de biodiesel, em caráter autorizativo, em quantidades superiores ao percentual de adição obrigatória. Estima-se que a medida tenha potencial de incorporar até 1 bilhão de litros à produção anual desse combustível renovável.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

- Regulamentação da Lei da Partilha quanto à formalização da assinatura do Contrato de Remuneração pela Gestão de Contratos e Representação da União e elaboração da minuta de decreto visando à regulamentação das participações governamentais no âmbito da Lei.;
- Minuta de resolução CNPE com as propostas de diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Minuta de resolução CNPE propondo diretrizes gerais relativas aos acordos de individualização da produção (AIP) de petróleo e gás natural (O&G);
- Minuta de decreto presidencial, que culminou no Decreto Presidencial n.º 8.637, de 15 de janeiro de 2015 que instituiu o “Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR”;
- Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS;
- Elaboração dos Termos de Referência para a contratação de estudos que tratam da relação do processo de outorga de blocos marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades, conforme Portarias MME/MMA N.ºs 621 e 622 de 18 de novembro de 2014, as quais constituíram Comitês Técnicos de Avaliação para a avaliação ambiental de Áreas Sedimentares de Solimões, Sergipe e Alagoas. Participaram desses Comitês, representantes do MME, MMA, ANP, EPE, IBAMA e ICMBIO;
- Portarias de autorização para importação/exportação de gás natural;
- Portaria MME n.º 456, de setembro de 2015, que enquadrou o Programa de Exploração e Desenvolvimento da Produção dos Campos da Cessão Onerosa, da Petrobras, na área de infraestrutura de petróleo e gás natural;
- Portaria MME n.º 457, de setembro de 2015, que enquadrou o Projeto de Expansão e Suporte à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás (2015-2017), da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), na área de serviços locais de gás canalizado;
- Leilões regulares e leilões de opção de compra para formação de estoques de biodiesel; e
- Relatório de Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

C. Monitoramento do Setor Energético

O monitoramento dos setores de petróleo, gás natural e de combustíveis renováveis em 2015, foi realizado pelo acompanhamento da evolução dos principais indicadores dos setores, os quais são sistematizados pelos departamentos que compõem esta UJ e, posteriormente, são publicados na forma de boletins mensais. Esses mesmos boletins também são utilizados nas atividades de planejamento do setor com vistas à segurança energética.

A SPG utiliza dados da ANP para a geração desses boletins que servem também para as atividades relacionadas ao monitoramento setorial. Tais informações são utilizadas ainda, como exemplo, na atualização feita pela EPE, do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás.

Além disso, é realizado o monitoramento da indústria do gás natural objetivando contribuir para a garantia do suprimento energético ao País. Suas análises contemplam as condições e a evolução do abastecimento de gás natural, a sua competitividade em relação aos energéticos substitutos, os preços do gás importado, incluindo do gás natural liquefeito – GNL, a incidência de tributos, o aproveitamento das reservas de gás natural, entre outras atividades.

Em 2015 o setor de combustíveis derivados do petróleo, em seus aspectos de segurança e suprimento, obteve um desempenho adequado. Os acontecimentos que mereceram atenção em relação ao abastecimento de combustíveis foram:

- De janeiro a abril de 2015, o suprimento de derivados de petróleo na região Norte foi dificultado pela cheia do rio Madeira e outros: as dificuldades de abastecimento foram contornadas por planos de contingência das distribuidoras de derivados, além da atuação da ANP. O MME monitorou a situação, interagindo com outros órgãos governamentais e contribuindo para a celeridade da implantação das ações;
- A SPG coordenou um grupo de trabalho, composto por representantes do governo federal e da indústria petroquímica nacional, com a finalidade de discutir as questões que afetam o suprimento continuado de nafta petroquímica e elaborar as bases estruturais para a celebração de contrato de longo prazo para fornecimento de nafta à indústria petroquímica. O contrato entre Braskem e Petrobras foi assinado em 23/12/2015, para fornecimento de um volume de 7 milhões de toneladas anuais de nafta por um prazo de 5 anos e preço de 102,1% da referência internacional ARA.
- A SPG coordenou o trabalho de atualização dos percentuais de coleta de OLUC e da revisão da portaria interministerial que regulamenta a coleta do produto, junto aos agentes de mercado, ao MMA e à ANP;
- No âmbito dos combustíveis renováveis, a SPG articula-se com diversos órgãos e entidades governamentais, além de agentes de mercado. Entre os fóruns, destacam-se a condução da Mesa Tripartite - etanol, participação em câmaras setoriais de etanol, de biodiesel e de palma de óleo, assim como a participação na Comissão Executiva Interministerial - CEIB, entre outras, além de participações em congressos e fóruns setoriais, bem como audiências no Congresso Nacional. A SPG realiza também o monitoramento dos leilões de biodiesel junto à ANP e acompanha a tramitação de projetos de lei relativos ao setor.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Boletins Semanal e Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural;
- Informativo Semanal de Acompanhamento da Geração Termelétrica a Gás Natural;
- Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis;
- Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo; e
- Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Neste macroprocesso, embora a SPG não possua objetivo específico no âmbito do PPA, a Secretaria realizou as seguintes ações:

- Continuação, em 2015, das atividades de implementação do Projeto do Ônibus Brasileiro a Hidrogênio, que deverá permitir a demonstração da viabilidade do uso de ônibus a célula a combustível hidrogênio para transporte urbano e sua infraestrutura de abastecimento;
- Em 2015, MME, MMA, ANP, Ibama, Petrobras e a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) encerraram as discussões técnicas e jurídicas sobre a minuta do Acordo Geral de Cooperação do Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE), com o objetivo desenvolver dados e informações científicas relativas aos combustíveis na aplicação automotiva, para auxiliar a indústria automotiva, a indústria de combustíveis, os órgãos responsáveis pela elaboração e proposição de políticas energéticas e os agentes reguladores quando da tomada de decisões na implantação de ações que visem promover, no território nacional, a melhoria constante e permanente da qualidade do ar e da saúde pública, bem como desenvolvimento de motores e de novos combustíveis.
- Participação das discussões e formatação das regras para continuidade dos programas de fomento ao setor sucroalcooleiro operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Abaixo estão listados os programas do BNDES que a SPG participou:
 - Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (BNDES PASS): destinado ao financiamento a estocagem de etanol. O programa disponibilizou R\$ 2 bilhões para safra 2015, mesmo valor do ano anterior;
 - Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova): destinado a financiamentos à renovação dos canaviais antigos e à ampliação da área plantada, com orçamento de R\$ 1,5 bilhão. Se utilizado integralmente pelo setor, esse programa viabilizará o plantio de mais de 400 mil hectares de cana-de-açúcar, contribuindo para o aumento da produtividade agrícola do setor sucroenergético;
 - Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (BNDES Paiss): tem o objetivo de estruturar, a médio e longo prazo, o crescimento sustentável da produção, com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização. Os recursos previstos, da ordem de R\$ 2,8 bilhões, destinam-se a financiar 24 iniciativas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a produção de etanol de segunda geração (etanol 2G), novos produtos de cana-de-açúcar e gaseificação de biomassa; e
 - Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético – (BNDES PAISS Agrícola): importante instrumento para viabilizar a mudança de paradigmas tecnológicos no setor, de modo a contribuir para aumento da produtividade. Seu foco está voltado para incentivo aos planos de negócio com inovações que promovam o desenvolvimento, a produção pioneira e a adaptação de sistemas industriais nas cadeias produtivas da cana-de-açúcar e de outras culturas energéticas compatíveis, complementares ou consorciáveis com o sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. O Programa já selecionou 35 planos de negócio de um total de 61 propostas, os quais estão sendo implementados com recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Projeto Ônibus Brasileiro a Hidrogênio;
- Proposta Consolidada do Acordo Geral de Cooperação do Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE).

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

1.5.2_Macroprocessos Finalísticos da área Mineral

E Planejamento Mineral

Consiste em promover o conhecimento geológico e hidrogeológico do território brasileiro, subsidiar políticas de aproveitamento sustentável dos recursos minerais e fornecer insumos para o ordenamento territorial e para a identificação de riscos geológicos associados a desastres naturais.

F.Gestão da Política Mineral

Tem como objetivo a governança eficaz da política mineral brasileira, criando um ambiente institucional sólido, com a efetiva participação de entidades do setor público e privado e demais entidades da sociedade civil.

G.Monitoramento do Setor Mineral

Tem como objetivo monitorar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, com base no acompanhamento e na avaliação de informações do setor produtivo e dos sistemas estruturantes da Administração Federal.

H.Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente

Visa estimular o suprimento atual e futuro de bens minerais, apoiar atividades relacionadas ao fomento à produção e à capacitação, bem como estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais.

Macroprocessos do âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

E.Planejamento Mineral

O conhecimento geológico do território nacional e o planejamento adequado do setor mineral são ferramentas estratégicas importantes para nortear as políticas de médio e longo prazo, para garantir e ampliar o suprimento atual e futuro de bens minerais e fornecer informações para o ordenamento territorial.

Em 2015, o conhecimento geológico e de recursos minerais em todas as regiões do País registrou importantes avanços, resultado de ações articuladas entre a SGM e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Foram realizados levantamento geológicos em mais de 80 mil km² do território nacional e levantamentos aerogeofísicos em mais de 220 mil km², alcançando uma cobertura de 99% do cristalino brasileiro.

Representando, ainda, o avanço para uma nova fronteira exploratória, o Brasil foi o primeiro país do hemisfério sul a assinar contrato de exploração exclusiva com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). Assinado em 2015, o instrumento autoriza por 15 anos a pesquisa de crostas ricas em cobalto, níquel, platina, manganês, tálio e telúrio na Elevação do Rio Grande.

No âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, como suporte à prevenção de desastres naturais no País e às necessidades de planejamento urbano, em 2015 foram realizados mapeamentos de setorização de riscos geológicos em 256 municípios e foram confeccionadas cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massas e inundações em 25 municípios, totalizando 281 municípios atendidos.

Em 2015, a atuação governamental para o desenvolvimento da indústria mineral nacional esteve voltada para parcerias e diálogos setoriais e com a sociedade. A articulação com os diversos atores envolvidos tem se mostrado como premissa em um contexto cujo objetivo é que a atividade mineral propicie ganho à geração presente, crie oportunidades para as gerações futuras e, ao mesmo tempo, mantenha a qualidade ambiental e propicie a geração de emprego e renda.

No que se refere à mineração em pequena escala, em 2015, foram realizadas tratativas com o objetivo de contratar empresa para realizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, com financiamento do Banco Mundial. A expectativa é de que em 2016 o estudo seja iniciado. Os resultados advindos desse estudo devem proporcionar um maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala, permitindo aprimorar a governança do setor sobre este segmento, pela identificação de parcerias mais eficazes e pelo desenvolvimento de melhores práticas.

Em 2015, aconteceu, ainda, o retorno do diálogo com o setor extrativo de agregados minerais para construção civil, com perspectiva para a construção, a partir de 2016, do Plano Nacional de Agregados.

Diante do desafio que constitui a formalização da mineração de ouro em pequena escala, o Governo Federal deu continuidade às ações voltadas à mitigação de conflitos, em especial na região do Tapajós, onde ocorre a maior concentração de garimpos de ouro no Brasil. Uma das estratégias adotadas considera o debate e a integração de informações de organizações não governamentais e outros órgãos de Governo. A estruturação dessas políticas e seu acompanhamento têm continuidade no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial - Grupo Técnico Tapajós.

Destacam-se, ainda, as discussões conduzidas pelo Comitê Intergovernamental de Negociação do Programa da ONU para Meio Ambiente - PNUMA, que resultaram na Convenção de Minamata, sobre o uso e comércio de mercúrio. Ao longo dos próximos anos serão formulados o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala e a proposição de diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração.

No que se refere ao ordenamento territorial, em 2015, foram avaliadas 5 proposições de criação de Unidades de Conservação (UCs), 3 propostas de criação de Territórios Quilombolas e analisadas 98 propostas de desapropriações de imóveis para fins de reforma agrária, utilizando como ferramenta de apoio o banco de dados do Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM).

Em 2015, houve a conclusão de estudo visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs), que criará um novo modelo para agregação de valor e adensamento da cadeia produtiva de base mineral em regiões com atividade mineral. O estudo envolveu a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir de bens minerais e de seus impactos em outros setores econômicos; a indicação da viabilidade de implantação de ZPTM nas áreas estudadas; e a proposição

de modelo conceitual e de implantação de ZPTM em caráter preliminar. Esta ação teve a parceria da ABDI/MDIC, SDP/MDIC e DEINFRA/SPI/MP.

A SGM deu continuidade aos trabalhos da Comissão de Acompanhamento do Programa Elementos Terras Raras (SGM/MME, CPRM, CETEM, ABDI, BNDES, MCTI e MDIC) e a promoção, em parceria com outros ministérios e instituições federais e estaduais (MCTI, MDIC, ABDI, CETEM, BNDES, FINEP, MP, UFSC, IPT, EMBRAPPII), de articulação das diversas partes interessadas na implantação e desenvolvimento integral da cadeia produtiva dos elementos terras-raras no País, bem como aos trabalhos do Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos, em parceria com o DNPM, com o objetivo de ampliar as reservas e produção desses minerais.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

- Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030);
- Diretrizes para Mineração em Áreas com Restrições Legais;
- Ampliação dos Programas de Formalização e Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs);
- Promoção da Produção Sustentável do Setor Mineral;
- Elaboração de Diretrizes para Minerais Estratégicos;
- Elaboração de Projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs); e
- Participação na formulação e Construção de “Programa de Inovação Mineral – Inova Mineral”.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

Todos clientes envolvidos com planejamento, investimento e funcionamento do setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, demais agentes econômicos – instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluído clientes, fornecedores, sociedade civil e cidadãos.

F. Gestão da Política Mineral

A proposta do novo Marco Regulatório para a Mineração representa a perspectiva de um novo arcabouço jurídico para regular o setor mineral, visando conferir maior eficiência, celeridade e transparência ao processo de gestão dos recursos minerais nacionais.

Em 2015, a SGM participou ativamente das reuniões e audiências públicas realizadas para debater o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados e em outros fóruns. A elaboração de um substitutivo ao PL nº 5.807/2013 demandou uma análise detalhada pela SGM dos principais pontos alterados e os riscos associados à eventual aprovação de cada um deles. No âmbito do Senado Federal, instituiu-se a Subcomissão Permanente de acompanhamento do setor de Mineração, na qual a SGM esteve sempre presente tanto para conhecer as demandas ali apresentadas, quanto para dialogar com os diversos atores envolvidos na questão mineral.

Além disso, a SGM acompanhou e manifestou-se a respeito das proposições legislativas que tratavam de questões afetas ao setor mineral. Realizou, ainda, tratativas com Secretarias Estaduais visando à formalização de propostas de convênios para elaboração de diagnósticos e planos estaduais de mineração.

É importante destacar também a atuação da Secretaria nas representações dos seguintes conselhos, comitês, comissões e grupos de trabalho: Comissão Interministerial para os recursos do mar (CIRM); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH; Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE, Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ e GTs “Substâncias Químicas de Uso Industrial” e “Mercúrio”; Grupo Executivo sobre Mudanças no Clima; ADT – Tapajós; Diálogo Indústrias Extrativas e Desenvolvimento Sustentável – Casa da ONU; Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR; Reuniões com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil; Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL); e a Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (CG RedeAPLmineral).

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Mineral

- Análises e manifestações técnicas sobre proposições legislativas afetas ao setor mineral; e
- Análises de minutas de planos de trabalho para formalização de convênios com estados visando a elaboração de diagnósticos e planos estaduais de mineração.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Mineral

Todos clientes envolvidos com o setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, demais agentes econômicos – instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluído clientes, fornecedores, sociedade civil e cidadãos.

G .Monitoramento do Setor Mineral

A SGM desenvolve uma política efetiva de monitoramento do setor mineral. Os projetos e programas que objetivam o desenvolvimento sustentável da mineração no País são acompanhados e avaliados com base na articulação com o setor produtivo, da sociedade em geral e nas informações disponíveis nos sistemas da Administração Federal. Atualmente, a SGM desenvolveu projeto piloto utilizando-se da ferramenta Qlickview para captação e monitoramento de dados do setor, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão pelos gestores e auxiliar na elaboração de políticas para a mineração.

Em 2015, a SGM acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelo DNPM na região do Município de Mariana por ocasião do rompimento da barragem. A Secretaria e outros órgãos de Governo, passou a integrar o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e instituído com o objetivo de acompanhar as ações de socorro, assistência, reestabelecimento de serviços essenciais afetados, recuperação de ecossistemas e reconstrução que se fizeram necessárias por ocasião do rompimento da barragem Fundão, da empresa Samarco, em Mariana, Minas Gerais.

Com o objetivo de promover o acompanhamento setorial de mercado, foram analisados dados e séries históricas estatísticas do setor de mineração e transformação mineral, que deram origem às seguintes publicações: o Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2015; o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2015; a Sinopse da Mineração & Transformação Mineral 2015 e o Boletim Informativo do Setor Mineral. Estas publicações podem ser acessadas no portal do MME.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

- Anuários Estatísticos da Metalurgia;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos
- Sinopse da Mineração & Transformação Mineral 2015
- Boletim Informativo do Setor Mineral

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

Todos os clientes envolvidos com o setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, demais agentes econômicos – instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral.

H. Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

Visando garantir o suprimento atual e futuro de bens minerais, o fomento à produção e à capacitação e o estímulo ao uso racional e eficiente dos recursos minerais representam uma das prioridades da política de governo para o setor, foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a SGM e o SINDIROCHAS/ES para promover o desenvolvimento sustentável do setor de rochas ornamentais, com foco no estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva da mineração, principalmente na pequena mineração e em Arranjos Produtivos Locais - APLs de base mineral.

Adicionalmente, a Secretaria participou da realização de eventos de divulgação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento sustentável de APL de base mineral e de construção de planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável dos APLs de base mineral, bem como da realização do Prêmio Melhores Práticas em APL de Base Mineral 2015.

Por meio do Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos (GAME), a Secretaria acompanhou as concessões de lavra dos minerais estratégicos (fosfato, potássio, terras-raras e lítio), visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento dos produtos.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

- Elaboração do Projeto de Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços da Indústria da Mineração;
- Elaboração da proposta de “Programa de Inovação Mineral – Inova Mineral”, programa de financiamento de planos de negócios de empreendimentos de mineração e transformação mineral baseados em PD&I; e
- Execução de ações e programas integrados para a consolidação, expansão e desenvolvimento sustentável dos APL de base mineral.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

Todos aqueles envolvidos com o setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, demais agentes econômicos – instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluído clientes, fornecedores, sociedade civil e cidadãos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

O Planejamento Organizacional do MME está estruturado para o atingimento de sua missão, ou seja, promover o contínuo e efetivo desenvolvimento da gestão dos recursos energéticos, minerais e geológicos, em benefício da sociedade, do desenvolvimento econômico e social do País e da preservação do equilíbrio ambiental. Tem seus pilares norteadores nos seguintes Objetivos Estratégicos, Planos Setoriais e Programas Específicos:

Objetivos Estratégicos

No campo da energia, o MME desenvolve suas atividades com foco no equilíbrio entre oferta e demanda, na modicidade tarifária, na garantia do abastecimento, na promoção da inclusão social, do crescimento com sustentabilidade e na geração de empregos.

Destaca-se nessas atividades a segurança energética, alcançada pela realização de leilões de geração e transmissão de energia elétrica, pelas rodadas de licitações de novas áreas de exploração e prospecção de petróleo e gás, que asseguraram a expansão da oferta para o pleno atendimento do mercado energético brasileiro.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o Ministério direcionou suas ações na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro.

Em 2015, atuou para que a proposta do novo Marco Regulatório da Mineração (PL nº 5.807/2013) fosse aprovada no Congresso Nacional, dada sua importância para a economia nacional. Todavia, até o momento, a matéria ainda não foi votada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A formulação e a implementação das políticas públicas para o setor mineral tiveram como foco a ampliação do conhecimento geológico do território nacional, a definição de zonas especiais de aproveitamento mineral, o estímulo à produção mineral – em especial de minerais considerados estratégicos – e o apoio à mineração de pequeno porte e ao estímulo à formalização da atividade minerária.

O Ministério tem buscado continuamente a consolidação de conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável junto ao setor mineral brasileiro, a exemplo de sua participação ativa, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que diz respeito ao Planejamento Estratégico Setorial, o Plano Nacional de Mineração - PNM 2030 contribuiu para a definição dos objetivos e metas do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, já finalizado, assim como para a o PPA 2016-2019, cujos objetivos e metas deverão ser realizados ao longo do próximo ciclo.

O PNM é ferramenta indispensável, pois estabelece as políticas estratégicas de médio e longo prazos para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro, assentado em três diretrizes principais: governança pública eficaz, agregação de valor e adensamento de conhecimento e sustentabilidade.

Sua revisão, em 2016 será essencial para avaliar as políticas setoriais em curso e a necessidade de readequação de objetivos e ações.

Planos Setoriais e Programas Específicos

- **Plano Nacional de Energia (PNE) 2050**

O PNE 2050, documento de cunho estratégico e de elaboração complexa, tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do País, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas. O PNE é composto de uma série de estudos que buscam fornecer insumos para a formulação de políticas energéticas segundo uma perspectiva integrada dos recursos disponíveis. Estes estudos estão divididos em volumes temáticos cujo conjunto subsidiará a elaboração do relatório final do PNE.

- **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2023**

O PDE incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período decenal. Cumpre ressaltar a importância deste Plano como instrumento de planejamento para o setor energético nacional, contribuindo para o delineamento das estratégias de desenvolvimento do País a serem traçadas pelo Governo Federal, num horizonte de dez anos.

- **Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT)**

De modo a atender o disposto no Objetivo 0063 do PPA 2012-2015, o MME, a EPE e a ANP retomaram os trabalhos de atualização necessários à publicação da versão do ciclo 2013-2015 do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás". O relatório foi concluído no 2ª semestre de 2015 e encontra-se em fase de revisão final para a publicação (mar/2016).

Neste ciclo (2013-2015), a partir da interpretação de significativa quantidade de dados e informações que não haviam sido incorporadas em ciclos anteriores, além da atualização de atributos de plays já definidos e da caracterização de novos plays, foram estabelecidas associações geológicas de todas as jazidas dos campos brasileiros com plays. Tais associações fundamentaram a avaliação dos volumes dos potenciais de petróleo e gás natural das bacias sedimentares brasileiras, constituindo-se num dos principais aperfeiçoamentos trazidos neste ciclo e que propiciou a reformulação do argumento de Prospectividade, na perspectiva econômica.

A partir da base de informações, resultante do processo da perspectiva geológica, no desenvolvimento da perspectiva econômica foram elaborados mapas para representar a Importância Petrolífera de Área (IPA), conforme vários pontos de vista ou argumentos. Além de elementos geológicos, foi considerada a proximidade de áreas sob contrato com empresas para atividades de Exploração e Produção (E&P) e de instalações de infraestrutura de abastecimento de petróleo e gás natural. Os mapas de IPA, individualmente, permitem a cada ciclo de atualização do estudo observar o dinamismo das atividades do setor de petróleo e gás, especialmente no segmento de E&P e, combinados por meio de uma função multiargumentos, sintetizam a importância relativa das diversas áreas do Brasil.

O levantamento lista todas as 68 bacias sedimentares brasileiras, qualificadas em terrestres (53) e marítimas (15), bem como sua área sedimentar, área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos) e maturidade exploratória. Entre essas bacias, encontram-se as 21 bacias, em terra e mar, que possuem campos descobertos de petróleo e gás natural.

- **Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT)**

O PEMAT é o planejamento de expansão da malha de transporte dutoviário de gás natural e serve de subsídio à proposição, para ampliação e construção dos gasodutos. Esse planejamento decenal é revisto anualmente, com base em estudos de expansão realizados pela EPE.

- **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030)**

O Plano é peça fundamental para a formulação de políticas e planejamento setorial, também contribuirá no médio e longo prazo para a confecção dos próximos Planos Plurianuais.

Os riscos identificados para o alcance dos objetivos

Em 2015, no macroambiente, foram quatro as principais condições de risco no cenário de atuação do Ministério:

- No Setor Elétrico, as condições hidrológicas adversas e a demora na aprovação de Licenciamentos SocioAmbientais;
- No Setor de Petróleo e Gás, a variação no Mercado Mundial do preço do Barril de Petróleo;
- No Setor Mineral, o rompimento da Barragem de Mariana; e
- No âmbito do MME, o Ministério enfrenta dificuldades na retenção de servidores qualificados para atuar nas áreas finalísticas e de gestão.

2.2.Descrição Sintética dos objetivos do Exercício

O Ministério de Minas e Energia não possui um Sistema de Planejamento Estratégico estruturado (integrado e sistematizado), capaz de abarcar os diversos planos setoriais desenvolvidos em seu âmbito de atuação e propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade na gestão de todos os seus segmentos. Em razão disso o MME considera como seus objetivos, aqueles definidos para o Plano Plurianual.

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Universalizar o Acesso à Energia Elétrica;
- Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional; e
- Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Principais Riscos Identificados

- Imprevistos externos que possam afetar a política de universalização do acesso à energia, tais como: recursos financeiros; empresas capacitadas; mercado de materiais; e falta de mão de obra.
- Intempéries e imprevistos que possam afetar o segmento energético.

Principais Ações e Resultados da Gestão da Política Energética

Ações

A seguir, estão apresentadas as principais ações desenvolvidas pela SEE, no exercício de 2015, aderentes às suas competências regimentais, em consonância com os referidos objetivos do PPA 2012-2015, acima referenciados, no contexto do Macroprocesso “Gestão da Política Energética”:

- Acompanhamento da nova política da Tarifa Social de Energia Elétrica (prazos para cadastro; perdas de direito);
- Realização de estudo sobre o impacto da implantação das bandeiras tarifárias;
- Análise Orçamentária dos gastos da CDE (incluindo Carvão Mineral);
- Acompanhamento das transferências orçamentárias do Tesouro Nacional para a CDE;
- Participação no GT Olimpíadas (CDE: Light e Furnas);
- Recebimento e gerenciamento dos processos de Declaração de Necessidades e Acompanhamento dos Leilões de Energia.

Resultados referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- No que se refere ao monitoramento da Gestão da Política Tarifária, houve o acompanhamento de 62 Reajustes Tarifários de distribuidoras de energia elétrica e 1 Revisão Tarifária Extraordinária; acompanhamento de 100% das prorrogações das concessões de Geração e Transmissão (efeitos da MP nº 579/2013); e
- Emissão de 40 Notas Técnicas e Pareceres endereçados ao Congresso Nacional, apoiando a construção de políticas públicas ou regulamentação do setor.

Em dezembro de 2015 foi aprovada a Portaria MME nº 538 que criou o ProGD - Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica. Essa Portaria apresenta ações de estímulo à geração distribuída com base em fontes renováveis.

Também em dezembro foi promulgada a Lei nº13.203, de 08/12/2015, que autoriza a repactuação do Risco Hidrológico suportado pelos geradores de energia e participantes do Mecanismo de realocação de Energia. A quantidade de energia gerada pelas usinas hidrelétricas está associada ao risco hidrológico e portanto, quando há sobra de água, há geração de energia e ganho excedente ao gerador, Por outro lado, quando há falta de água, ocorre geração menor, surgindo a possibilidade dos geradores hidrelétricos não conseguirem suportar esse risco. Essa repactuação tem que ter a anuência da ANEEL e contrapartida dos agentes de geração, com o pagamento de prêmio de risco. Assim, a partir da escolha do nível de risco assumido pelo gerador ou repassado ao consumidor, será pactuado um sistema de compensações.

Destaca-se, também, o Projeto das Redes Elétricas Inteligentes, em parceria com o CEPTEL, esse Ministério atua no tema junto ao acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos. A inovação tecnológica apresentada nessas redes trará benefícios para o país.

Em relação ao monitoramento do processo de universalização do acesso à energia, cabe destacar que o Programa LPT foi prorrogado por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, estendendo o seu período de vigência para o final do ano de 2018, de forma a cumprir as metas necessárias ao atendimento da totalidade de famílias que permaneciam ainda sem os benefícios do Programa.

Em 2015, o Programa Luz para Todos atendeu a 57.676 famílias rurais, levando o benefício para mais de 231 mil pessoas. No acumulado, até dezembro de 2015, foram atendidas 3.258.086 famílias em todo o País, beneficiando mais de 15,6 milhões de brasileiros do meio rural.

Em 2015, até dezembro, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras, assinou contratos que somam R\$ 489,6 milhões para a implementação do Programa LpT. Além disso, liberou R\$ 656 milhões para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados em 2015 e nos exercícios anteriores.

Com a edição do Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, que alterou o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, o Programa Luz para Todos deverá atender também aos domicílios localizados nas regiões remotas dos sistemas isolados, que não podem ser conectados eletricamente ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse sentido foram publicados, o Manual de Operacionalização do Programa para o período 2015/2018, o Manual de Atendimento para as Regiões Remotas dos Sistemas Isolados e o Caderno de Especificações Técnicas para os atendimentos em Regiões Remotas dos Sistemas Isolados.

No âmbito das Ações Integradas do Programa LpT, desde 2014, não há destinação de recursos para novos projetos, porém, até 2015 foram apoiados projetos em andamento que beneficiaram cerca de 25.000 famílias. Além dos Centros Comunitários de Produção - CCPs, outros projetos como os de perfuração e instalação de 73 poços tubulares favoreceram 1.936 famílias. Em 2015, a prioridade foi o acompanhamento e monitoramento dos projetos implantados e encerramento de seis convênios e um Termo de Parceria referentes aos CCPs.

O Programa realizou, em 2015, em parceria com a SEPPIR, cursos para formação de agentes multiplicadores sobre a Tarifa Social e temas relacionados à energia elétrica. Já foram capacitados cerca de 388 professores, agentes de saúde e lideranças quilombolas, com previsão de capacitar, em 2016, aproximadamente 200 quilombolas.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 57.676 ligações em 2015 foram: monitoramento dos programas de obras junto às concessionárias de energia elétrica, gestões junto ao Tesouro Nacional para o repasse de recursos para o Programa, gestões junto à Caixa Econômica Federal e agentes executores para efetivação de contratos e liberação de recursos, reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores e Coordenações-Gerais de Monitoramento da Expansão da Geração (CGEs).

Em decorrência da conclusão do Programa e da declaração de universalização do acesso à energia em várias áreas de concessão, em 2015, foram encerradas as atividades dos Comitês Gestores Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraíba.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional;
- Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária;
- Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis;
- Utilizar as fontes térmicas para a geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica;
- Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema;
- Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a **todas** capitais brasileiras;
- Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados;
- Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do Sistema;

- Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Principais Riscos Identificados

- Possibilidade de atrasos na conclusão das obras monitoradas por parte do empreendedor.

Principais Ações e Resultados do Monitoramento do Setor Energético

Ações

A seguir, estão apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo MME, no exercício de 2015, aderentes às suas competências regimentais, em consonância com os referidos objetivos do PPA 2012-2015, acima referenciados, no contexto do Macroprocesso “Monitoramento do Setor Elétrico”:

- **Olimpíadas 2016:** de forma a garantir a segurança do evento e atender os critérios técnicos definidos pelo Comitê Olímpico Internacional – COI para o suprimento de energia elétrica ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, o MME atuou para viabilizar várias obras de expansão da rede de energia elétrica do local. O conjunto de obras incluiu a construção da Subestação Olímpica 138 kV/120 MVA de capacidade instalada, dos Ramais Subterrâneos em 138 kV interligando as Subestações Gardênia e Barra II à SE Olímpica e as ampliações de vãos de saída 138 kV nas Subestações Gardênia e Barra II, obras realizadas com recursos do Governo Federal e perfazendo um investimento total de cerca de R\$ 165 milhões. O MME também vem atuando para que sejam investidos pelo Governo Federal cerca de R\$ 27,7 milhões em expansões e melhorias das redes de distribuição de energia elétrica para atendimento aos diversos locais onde acontecerão as competições. Além das obras definitivas de infraestrutura de energia elétrica para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, será necessária a construção de instalações provisórias para suprir com energia elétrica as atividades de suporte à realização dos jogos, que incluem obras temporárias, serviços, aluguel de máquinas, equipamentos e materiais. Em 23 de junho de 2015, foi editada, pela Presidência da República a Medida Provisória nº 679/2015, convertida na Lei nº 13.173, de 21 de outubro de 2015, que autoriza as distribuidoras responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica nas áreas de concessão onde serão realizados os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 a executar os procedimentos necessários para garantir o fornecimento temporário de energia elétrica.

- **Monitoramento da expansão:** no ano 2015, o MME deu continuidade aos trabalhos de monitoramento da expansão da oferta de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a assegurar o equilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda de energia no país. Nesse sentido, diversas ações foram realizadas, dentre elas as apresentadas a seguir:

- Atuação junto aos empreendedores, aos órgãos licenciadores e intervenientes com o objetivo de remover óbices e melhorar os processos de licenciamento sócioambiental de usinas e sistemas de transmissão;
- Monitoramento das ações para a efetiva entrada em operação do ramal SINOP, trecho da Linha de Transmissão 500 kV Paranaíta-Cláudia-Ribeirãozinho, objetivando garantir o escoamento da energia gerada pela Usina do Complexo Teles Pires, ação que mostrou efetividade e contou com a participação da ANEEL, ONS e EPE;
- Foi realizada reunião da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON), que tratou das questões relacionadas com os problemas do transporte de urânio do CTMSP para a URA/Caetité, do processo de licenciamento ambiental de Angra III e de sua relação com os planos de emergência, utilização do Iodeto de Potássio em

emergências nucleares na CNAAA, entre outros assuntos;

o O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), localizado na Central Nuclear de Angra dos Reis, atuará por meio de seus Centros de Emergência, entre os quais o CNAGEN, no nível de gerenciamento nacional. São realizados exercícios gerais a cada dois anos (anos ímpares) e exercícios parciais nesse intermédio, também a cada dois anos (anos pares), sob a coordenação do Órgão Central do SIPRON. O principal objetivo desses exercícios é de preparar a atividade do Sistema para eventuais emergências nucleares no Brasil, com a integração de organizações públicas e privadas nos âmbitos municipal, estadual e federal. O MME participou de três exercícios gerais e dois exercícios parciais no período de 2011 a 2015, apoiando o Centro nas questões relacionadas com energia;

o Desempenho do Sistema: as atividades de monitoramento do desempenho do sistema elétrico nacional foram desenvolvidas com o intuito de garantir o suprimento de energia elétrica no país em níveis adequados de qualidade, confiabilidade e continuidade. Dentre as ações realizadas ao longo de 2015, algumas são destacadas a seguir:

o Continuação das atividades dos Grupos de Trabalho criados anteriormente à 2015 e dos quais o Ministério participa, a exemplo do ‘GT Olimpíadas 2016’, GT ‘Segurança das Instalações’, GT ‘Regulamentação e Procedimentos de Distribuição’ e GT ‘Brasil – Venezuela’. Nesse sentido, destaca-se a finalização em 2015 das atividades do GT ‘Segurança das Instalações’ e do GT ‘Brasil – Venezuela’. O GT ‘Segurança das Instalações’ teve como objetivo identificar as necessidades de melhoria na segurança elétrica e na confiabilidade das instalações da Rede Básica do SIN e de outras instalações relevantes para a operação da rede, trabalho realizado pelo MME conjuntamente com a EPE, o ONS, a ANEEL e o CEPREL. Após a finalização dos trabalhos pelo Grupo, a ANEEL elaborou um Plano de Ação para a implantação das medidas indicadas, cujo acompanhamento tem sido realizado pelo CMSE. Já o GT ‘Brasil – Venezuela’ teve como finalidade avaliar o desempenho eletroenergético da interligação do Sistema Elétrico do Brasil com o da Venezuela e identificar instrumentos para o desenvolvimento de ações coordenadas na área de energia elétrica, nos aspectos técnicos e operacionais;

o Participação no GT ‘Avaliação do Processo dos Leilões de Transmissão’, criado em 2015, em atendimento à deliberação do CMSE, com o objetivo de revisar o processo de leilões detransmissão, visando estabelecer ações para garantir a implantação das obras dentro dos prazos estabelecidos nos contratos de concessão;

o Condução de ações específicas relacionadas à mitigação do impacto do atraso de obras estruturantes, bem como ações emergenciais e conjunturais necessárias em função da não identificação em tempo hábil de condições degradadas de atendimento. Como exemplo, destaca-se o acompanhamento semanal realizado ao longo de 2015 da implantação das obras necessárias ao escoamento da energia gerada pela UHE Teles Pires, a avaliação do suprimento de energia elétrica aos estados do Amazonas, Amapá e de Roraima, a reavaliação da solução para atendimento ao Tramo Oeste do Pará, a indicação de medidas de curto e médio prazo para o atendimento à região do Baixo Araguaia, no Mato Grosso, e ações de curto prazo para reforço no atendimento à Goiânia;

o Atuação junto às concessionárias de transmissão de energia elétrica com o objetivo de reduzir o número de ocorrências, em especial as que implicam em corte de carga. Nesse sentido, a SEE participou das análises, coordenadas pelo ONS, de diversas ocorrências e de inspeções in loco, tendo efetuado reuniões de forma a definir ações, quando necessárias, para mitigação dos efeitos e eliminação das causas que resultaram nos desligamentos;

- Participação em diversas reuniões que objetivaram avaliar as condições e flexibilizações de restrições hidráulicas para aumento conjuntural da garantia de suprimento eletroenergético, no âmbito do monitoramento do desempenho energético. Nesse sentido, podem ser citados os casos da bacia do Rio São Francisco e das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Três Irmãos;
- Participação nos Comitês das Bacias do rio São Francisco, Paraguai e Grande, no Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
- Deve-se destacar também uma aplicação importante resultante do Convênio 029/2004, firmado entre o MME e o CEPEL, possibilitando a aquisição de equipamentos para monitoramento das linhas de transmissão que permitem aferir e aperfeiçoar os modelos de comportamento térmico das linhas, com dados reais, e elevar suas capacidades de transporte, temporariamente. Em outubro de 2014 estes equipamentos foram instalados no sistema da CHESF. Essa medida viabiliza o despacho de uma maior quantidade de usinas eólicas no sistema da CHESF, mesmo sem a conclusão de todas as obras de transmissão previstas para o sistema;
- Início das obras de 108 usinas monitoradas pelo MME, sendo 9 PCH, 4 UTE e 95 UEE, destacando-se: as 4 UTE são movidas à biomassa (renováveis); e os Parques Eólicos Aura Mangueira (92 MW), Itarema (192 MW), Ventos de Santa Joana (203,5 MW), Ventos de São Clemente (174 MW) e Verace (121,7 MW);
- Realização de diversas reuniões com empreendedores do setor de Geração sobre projetos relevantes como a UHE Belo Monte, as usinas do complexo do rio Madeira, UHEs Jirau e Santo Antônio, a UTN Angra 3 e as usinas do rio Teles Pires, UHEs Colíder e São Manoel, a UHE Sinop, a UHE Cachoeira Caldeirão e a UHE São Roque. Adicionalmente, foram realizados encontros com representantes das UTE Mauá 3, UTE Araguaia, UTE Campo Grande, UTE Acre e UTE Costa Rica Bertin;
- Realização de inspeções técnicas às obras dos empreendimentos de geração que contribuíram para melhorar o processo de monitoramento. Foram realizadas visitas técnicas em 23 empreendimentos de geração em construção no País, com objetivo de buscar informações sobre os empreendimentos;
- Na área de Monitoramento de Transmissão, foram realizadas várias reuniões com os diversos empreendedores com enfoque na Linha Transmissão 500 kV Manaus-Boa Vista, dada a importância para a região norte, haja vista que Boa Vista é a única capital do país que não é atendida pelo SIN; bem como nas Linhas de Transmissão entre a Subestação da UHE Teles Pires às Subestações do sistema Sudeste/Centro-Oeste. A sistemática para monitoramento de novos empreendimentos resulta em realização de reuniões com os empreendedores logo após a assinatura do contrato de concessão;
- As visitas técnicas às obras dos empreendimentos de transmissão também contribuíram para um monitoramento mais eficaz. Foram realizadas duas visitas técnicas em obras de transmissão com o objetivo de melhor avaliar o seu andamento e garantir a entrada em operação na data prevista. Além dessas, no âmbito do licenciamento ambiental, foram realizadas três reuniões com órgãos licenciadores locais, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Norte e Bahia, com o objetivo de eliminar obstáculos para a emissão das licenças ambientais.

Resultados referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Em 2015, foram emitidos 12 Boletins Mensais de Monitoramento do Sistema Elétrico, 12 Informativos de Acompanhamento das Perturbações Relevantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, 52 Boletins Semanais de Monitoramento da Geração Térmica e 260 Boletins Diários de Monitoramento do Sistema Elétrico;
- Além disso, foram incorporados 6.428,23 MW de capacidade de geração de energia elétrica (2.416,51 MW de fonte hidráulica, 1.356,52 MW de fonte térmica, 2.655,20 MW de fonte eólica). Dos empreendimentos que entraram em operação em 2015, destacam-se: a entrada em operação de 2.655,2 MW de usinas eólicas; de 212,47 MW dos 3.568 MW da usina UHE Santo Antônio fechando o ano com 2.568 MW liberados para operação; de 1.275 MW dos 3.750 MW da UHE Jirau, atingindo 2.625 MW liberados para geração de energia; conclusão da UHE Ferreira Gomes que teve a terceira unidade geradora entrando em operação comercial no ano, com 84 MW; e UHE Teles Pires que teve duas unidades geradoras entrando em operação comercial no ano, com 728 MW. Adicionalmente, destaca-se a motorização da terceira unidade geradora da UTE Baixada Fluminense, com 186 MW de potência;
- O total da expansão da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, em termos de linhas e capacidade de transformação, foi de 3,428 mil km de linhas e 16.274 MVA de capacidade de transformação. Com isso, a extensão total da rede elétrica do Sistema Elétrico Brasileiro atingiu aproximadamente 128,8 mil km de linhas de transmissão, com tensão maior ou igual a 230 kV, e cerca de 320 GVA de capacidade de transformação instalada nas subestações da rede Básica do Sistema Interligado Nacional;
- Na Rede Básica foram concluídas 78 novas linhas de transmissão, destacando-se a LT 500 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns – Pau Ferro; LT 500 kV Garanhuns – Campina Grande III, de 653 km, importante obra que beneficiará a região Nordeste; e as LTs 500 kV Paranaíta – Cláudia, Circuito 1 e 2 e LT 500 kV Cláudia – Ramal SINOP, com 703 km de extensão no total, permitindo assim o escoamento da energia gerada pela Usina Teles Pires;
- Em relação às subestações na rede básica, foram realizadas 65 obras de ampliações e novas instalações, destacando-se três obras: entrada em operação de 2 transformadores 500/230 kV na SE Pau Ferro, em Pernambuco, com a capacidade total de transformação de 1.500 MVA; entrada em operação de 2 transformadores 440/138 kV na SE Piracicaba, em São Paulo, com a capacidade total de transformação de 800 MVA; e entrada em operação de 3 transformadores de 500/345 kV na SE Ibiúna, também no estado de São Paulo, com a capacidade total de transformação de 750 MVA;
- Foram publicadas 2 Portarias de Acesso de Consumidor Livre à Rede Básica, conforme regulamentação do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005 e pela Portaria MME nº 311, de 13 de setembro de 2013;
- Ao final de 2015, incorporou-se ao sistema uma capacidade de transformação de 16.274 MVA, número bem próximo ao registrado no ano de 2014. Pode-se observar também uma significativa melhoria, em termos absolutos, em relação aos anos anteriores a 2014;
- O MME, objetivando evitar atrasos, realiza inspeções técnicas nas obras e reuniões com empreendedores para a identificação e solução de dificuldades que possam impactar os cronogramas. Mensalmente, são realizadas salas de situação com os órgãos IBAMA, Funai, ICMBio, IPHAN e outros, para análise e encaminhamento de soluções aos problemas de licenciamento ambiental. Em dezembro de 2015, 31% dos empreendimentos de geração, totalizando 12.663 MW, estavam atrasados com relação ao seu ato legal, com um atraso médio de 18 meses e 41% dos empreendimentos de transmissão, totalizando 11.750 km de linhas com atraso superior a

12 meses, sendo o atraso médio total de cerca de 19 meses;

- Ainda no final de 2015, a energia armazenada no subsistema Sudeste/Centro-Oeste atingiu 29,8% EAR_{máx}, valor 10,4 pontos percentuais (p.p.) superior ao verificado no final de dezembro de 2014 (19,4 %EAR_{máx}), e 2,5 p.p. inferior ao armazenamento no mesmo mês de 2001 (32,3 %EAR_{máx}). O subsistema Sul atingiu 98,4 % EAR_{máx}, valor cerca de 41,0 p.p. superiores ao armazenamento do final do mês de dezembro de 2014 (57,4 % EAR_{máx}). O subsistema Nordeste atingiu 5,2 % EAR_{máx}, valor 12,5 p.p. inferior ao verificado ao final de dezembro de 2014 (17,7 % EAR_{máx}) e 8,9 p.p. inferior ao armazenamento no mesmo mês de 2001 (14,1 % EAR_{máx}). O subsistema Norte atingiu 15,4% EAR_{máx}, valor cerca de 18,0 p.p. inferior ao armazenamento do final de dezembro de 2014 (33,4 % EAR_{máx}); e
- Com relação aos principais reservatórios do SIN, destacam-se as variações percentuais de energia armazenada entre dezembro de 2015 e dezembro de 2014 nos reservatórios da UHE Serra da Mesa (-14,3 % do volume útil), atingindo 12,9% v.u. da UHE Sobradinho (-18,3% v.u.), atingindo 2,2% v.u. e da UHE Furnas (+17,5% v.u.), atingindo 30,5% v.u ao final de dezembro de 2015.

Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico

Em 2015, não houve blecaute no Sistema Interligado Nacional – SIN envolvendo um subsistema em sua totalidade. Além disso, em termos de quantidade de ocorrências com corte de carga igual ou superior a 100 MW por mais de 10 minutos, houve aumento dos casos registrados entre 2014 e 2015, passando de 78 para 81, respectivamente. No entanto, deve-se considerar que, em agosto de 2015, houve a incorporação ao SIN do sistema do Amapá, tendo os dados referentes a ocorrências nesse Estado passado a compor, desde então, o número acima apresentado. Especificamente, foram registradas 4 ocorrências no Amapá dentro do critério apresentado. Já em termos do montante de carga interrompida, o número passou de 26.443 MW em 2014 para 27.068 MW em 2015.

Garantia de Atendimento

O CMSE avalia permanentemente as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País, definindo as diretrizes e providências necessárias. Nos últimos anos foram observadas no Brasil condições hidrometeorológicas adversas, significativamente abaixo da média climatológica em algumas importantes bacias hidrográficas, como a do Rio Grande, Paranaíba, Tietê e São Francisco. Isso tem impactado a recuperação do nível de armazenamento dos reservatórios, com conseqüente reflexo na estratégia de operação do SIN. Assim, tem sido necessário o despacho de geração térmica em patamares elevados, de forma a evitar impacto desfavorável no nível de água nos reservatórios e garantir a segurança energética nacional.

Ainda assim, contrapondo-se às previsões pessimistas em relação ao atendimento de energia elétrica no País, o sistema elétrico apresenta-se estruturalmente equilibrado, devido à capacidade de geração e transmissão instalada, que está continuamente sendo ampliada com a entrada em operação de usinas de fontes diversas, linhas de transmissão e subestações, garantindo, desta forma, a segurança no atendimento e na oferta de energia elétrica com a qualidade e confiabilidade requerida.

Até 31 de dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira atingiu a marca de 140.858 MW. Desse total, a matriz de geração de energia elétrica brasileira é composta 65% por empreendimentos hidrelétricos, 30% de fontes térmicas, 5% de usinas eólicas e 0,02% solar. As fontes renováveis representam atualmente cerca de 80% da capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira (Hidráulica + Biomassa + Eólica + Solar), enquanto que, em termos mundiais, há uma participação de aproximadamente 24% de fontes renováveis na matriz elétrica (Resenha Energética Brasileira, edição de junho de 2015).

Em relação à fonte eólica, houve crescimento de 56% de sua capacidade instalada. Foi verificada geração recorde, devido à entrada de novos empreendimentos e às condições favoráveis de vento. Em relação à fonte solar fotovoltaica, houve contratação de 1.763,14 MW de energia a ser entregue nos próximos anos, contribuindo para a diversificação da matriz de geração de energia elétrica brasileira e para a continuidade do Brasil como país referência em fontes renováveis no mundo.

Além disso, em 31 de dezembro de 2015, o sistema elétrico brasileiro atingiu 128,8 mil quilômetros (km) de linhas de transmissão de energia elétrica, com tensão maior ou igual a 230 kV, e cerca de 320 GVA de capacidade de transformação instalada nas subestações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

A grande expansão das linhas de transmissão nos últimos anos trouxe o benefício de conectar ao SIN os sistemas elétricos das capitais de Estados da Federação que ainda eram isoladas eletricamente, além de conectar ao SIN as novas usinas e subestações.

A partir de maio de 2015, o sistema elétrico de Manaus passou a ser considerado plenamente interligado ao SIN, conforme Despacho ANEEL nº 1.365, de 05 de maio de 2015, permitindo o desligamento de usinas térmicas locais de elevado custo. Em agosto de 2015, também foi interligado ao SIN o sistema elétrico de Macapá, aumentando a confiabilidade e segurança no atendimento. Já a interligação plena do Amapá ao SIN foi atestada pela ANEEL como efetiva a partir de agosto de 2015, conforme Despacho nº 2.411.

A integração eletroenergética com os países vizinhos vêm sendo ampliada nos últimos anos e novos projetos estão em desenvolvimento e implantação. Nesse sentido, em 2015, foram concluídas as obras da Linha de Transmissão em 500 kV que amplia a interligação dos sistemas elétricos brasileiro e uruguaio.

Esta linha viabilizará maiores trocas de energia entre os dois países, trazendo importantes ganhos no relacionamento entre Brasil e Uruguai.

Em relação ao consumo de energia elétrica, foi observado, em 2015, um decréscimo em relação ao verificado no ano anterior. O cenário econômico adverso, associado aos aumentos tarifários decorrentes de reajustes e bandeira, foram os principais motivadores para o desempenho observado.

De janeiro a novembro de 2015, o consumo nacional de energia elétrica, considerando autoprodução e acrescido das perdas, alcançou 516.317 GWh, o que representa uma queda de 1,7% em relação ao mesmo período de 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO -

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Principais Riscos Identificados

- Descontinuidade do planejamento energético e enfraquecimento do arranjo institucional do planejamento;
- Desvios estruturais e conjunturais do planejamento energético;
- Desvio na conformação das premissas de planejamento energético.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Principais Riscos Identificados

- Se não for assegurada a formulação de agendas e temas da política energética, podem ser geradas deficiências no planejamento

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica;
- Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos;
- Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Principais Riscos Identificados

- Descontinuidade do aporte de recursos para o Conpet;
- Custos elevados na troca por tecnologias mais eficientes;
- Concentração dos investimentos na extração do petróleo na área do pré-sal;
- Desvios na conformação das premissas de planejamento energético;
- Contingenciamento orçamentário inviabilizando a celebração de novos convênios para o desenvolvimento de estudos de inovação no setor de energia elétrica; e
- Não realização das pesquisas por parte do conveniente.

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS MINERAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas;
- Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país;
- Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Principais Riscos Identificados

- Falta de conhecimento das Bacias Sedimentares para seleção de áreas a serem ofertadas em rodadas de licitações;
- Baixa sinergia entre empresas concessionárias e fornecedores de bens e serviços visando ao melhor aproveitamento dos recursos petrolíferos da União;
- Se o planejamento da expansão da malha dutoviária de gás natural não fosse elaborado pelo MME, poder-se-ia dificultar - ou até inviabilizar - o transporte da produção nacional e do gás

importado para os mercados potenciais de consumo. Em decorrência disto, os riscos associados pela ausência de planejamento da expansão da malha estão relacionados a restrições à expansão da malha nacional, levando ao estrangulamento da infraestrutura de transporte, ao comprometimento da modicidade tarifária, ao descrédito do setor perante os agentes, com consequências negativas para a atração de novos investimentos privados no setor;

- Oferta dos principais insumos para a produção de biocombustíveis - soja e cana de açúcar - serem inferiores à demanda requerida pelo setor de biocombustíveis;
- Riscos de desabastecimento de biodiesel e etanol no período de entressafra de soja e cana-de-açúcar respectivamente;
- Queda de produtividade da safra de cana-de-açúcar devido a não renovação do canavial; e
- Sinalização inadequada da necessidade de investimentos para modernização, ampliação ou manutenção da infraestrutura do setor de combustíveis.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local;
- Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização, e
- Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Principais Riscos Identificados

- O não atendimento à produção de biocombustíveis pode comprometer o atendimento à lei que determina a adição obrigatória de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente;
- Comprometimento ao cumprimento de metas de redução de emissões de CO₂ assumida pelo Brasil em compromissos internacionais;
- O não aprimoramento da gestão dos recursos implica em risco de decisões intempestivas ou em desacordo com as políticas públicas ou com as estratégias de governo;
- Dificuldade de inserção de pequenos produtores rurais e agricultores familiares no mercado produtor de biodiesel, principalmente os produtores situados nas regiões Norte e Nordeste;
- Diminuição das condições de competitividade de pequenas e médias usinas na cadeia produtiva do biodiesel;
- Inadequada infraestrutura para atendimento da demanda de combustíveis, visando garantia do abastecimento do mercado;
- Condução da Política Energética para as atividades de E&P em dissonância com as diretrizes governamentais e as necessidades de mercado;
- Paralisação de projetos contratados até que sejam estabelecidas regras claras para os acordos de individualização de produção (AIP);
- Enfraquecimento da cadeia de fornecedores de bens e serviços da indústria petrolífera nacional
- Perda de investimentos de empresas de pequeno e médio porte no setor, e
- Insegurança econômica e jurídica aos concessionários por conta de entraves no licenciamento ambiental das áreas licitadas.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito do Monitoramento Energético que sejam de responsabilidade da Secretaria finalística

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito do Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia que sejam de responsabilidade da Secretaria finalística.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL -

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

- Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas a identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longos prazos;
- Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégico;
- Realizar estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território; e
- Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Principais Riscos Identificados

- Insuficiência de recursos para o levantamento de dados e atualização do Banco de Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM);
- Insuficiência de informações e meios para fomentar o aumento da produção de minerais estratégicos;
- Insuficiência de recursos para assegurar o sistemático desenvolvimento de estudos e projetos;
- Insuficiência de meios para garantir a necessária qualidade dos estudos de eficiência que elevem o desempenho da regulação, fiscalização e de projetos na produção e transformação mineral.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Mineral

- Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Principais Riscos Identificados

- Não atualização e modernização do arcabouço legal; e
- Ocorrer falta de recursos para parcerias com os Estados da Federação.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

- Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Principais Riscos Identificados

- Insuficiência de recursos para realização dos levantamentos geofísicos na escala necessária e a respectiva difusão de informações.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente

- Fortalecer atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica do setor mineral; e
- Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Principais Riscos Identificados

- Não contar com diagnósticos, suficientemente adequados, sobre conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para o setor mineral; e
- Insuficiência de recursos para os programas de formalização da atividade mineral e de fortalecimento da micro e pequena empresas, assim como diagnósticos temporais para o dimensionamento e acompanhamento da atividade mineral em pequena escala.

2.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O MME, dando continuidade às iniciativas para o Desenvolvimento e a Implantação do Planejamento Estratégico Institucional, disponibilizou para a contratação de serviços de consultoria de que trata o Termo de Referência nº 43, a importância de R\$ 2.680.612,44 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e doze reais e quarenta e quatro centavos do Programa de Trabalho nº 10.32.101.25.572.2119.13E4.0001. O processo licitatório encontra-se em análise técnica de proposta.

2.4. Vinculação do planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para melhor explanação do assunto no âmbito do MME, optou-se por apresentar as competências de cada Secretaria referentes a cada Macroprocesso.

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA -

Competências Vinculadas da SEE referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)

- Acompanhar as ações de integração elétrica com os Países vizinhos, nos termos dos acordos internacionais firmados;
- Participar na formulação de política tarifária e no acompanhamento da sua implementação, tendo como referências a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico- financeiro dos agentes setoriais;
- Coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os Países vizinhos;
- Gerenciar programas e projetos institucionais relacionados ao setor de energia elétrica,

- promovendo a integração setorial no âmbito governamental; e
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

Competências Vinculadas da SEE referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)

- Monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, conforme as políticas governamentais;
- Monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerados os aspectos de continuidade e segurança;
- Coordenar o desenvolvimento de modelos e mecanismos para monitorar a expansão dos sistemas elétricos e o desempenho da operação;
- Gerenciar programas e projetos institucionais relacionados ao setor de energia elétrica, promovendo a integração setorial no âmbito governamental;
- Participar na formulação da política de uso múltiplo de recursos hídricos e de meio ambiente, por meio de acompanhamento de sua implementação e garantia da expansão da oferta de energia elétrica de forma sustentável;
- Articular os agentes setoriais e os órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos, para viabilizar a expansão e funcionamento dos sistemas elétricos;
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência; e
- Prestar assistência técnica ao CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO - SPE

Competências Vinculadas da SPE referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)

- Apontar as potencialidades do setor energético, para o estabelecimento de políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes, e
- Propor mecanismos de relacionamento com a EPE, orientando diretrizes para a prestação de serviços ao Ministério e ao setor;

Competências Vinculadas da SPE referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)

- Coordenar o sistema de informações energéticas;
- Coordenar os estudos de planejamento energético setorial;
- Promover e apoiar a articulação do setor energético; e
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

Competências Vinculadas da SPE referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)

- Orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;

- Coordenar ações e programas de desenvolvimento energético, em especial nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética; e
- Promover estudos e tecnologias de energia.

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

Competências Vinculadas da SPG referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, para garantir a equilibrada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- Monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, das instituições responsáveis pelos setores e propor as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;
- Monitorar e avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;
- Promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas, para garantir o abastecimento satisfatório de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e atendimento adequado aos consumidores;
- Monitorar e estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- Monitorar, em conjunto com a ANP, o aproveitamento racional das reservas de hidrocarbonetos;
- Propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural;
- Articular-se com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais; e
- Facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente.

Competências Vinculadas da SPG referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Formular propostas de planos plurianuais para os setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, monitorando, avaliando e ajustando sua implementação e resultados;
- Coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e
- Propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural.

Competências Vinculadas da SPG referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Promover estudos das bacias sedimentares brasileiras, e propor diretrizes para licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Inserir novos combustíveis renováveis na matriz energética;
- Articular-se com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, orientando-as quanto às políticas aprovadas;

- Coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- Monitorar e estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- Facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

Competências Vinculadas da SPG referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Articular-se com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, orientando-as quanto às políticas aprovadas;
- Monitorar e avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;
- Promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas, para garantir o abastecimento satisfatório e atendimento adequado aos consumidores;
- Coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- Propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços nos setores de petróleo, gás natural;
- Articular-se com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais;
- Facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos do setor; e
- Assistir tecnicamente o CNPE em assuntos dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL -

Competências Vinculadas da SGM referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Coordenar os estudos de planejamento setoriais, e propor ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;
- Formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração; e
- Promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração.

Competências Vinculadas da SGM referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Mineral

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- Implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;
- Promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;

- Orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;
- Estabelecer políticas e procedimentos de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;
- Coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;
- Propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração; e
- Funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

Competências Vinculadas da SGM referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso; e
- monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, e a satisfação dos consumidores.

Competências Vinculadas da SGM referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente

(Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012):

- promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral; e
- promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente.

2.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

• Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

O MME como formulador de políticas públicas, bem como indutor e supervisor da implantação das políticas relativas à energia tem como seu principal instrumento de monitoramento e avaliação dos resultados, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

O CMSE em sua competência legal monitora de forma permanente as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia no País, assegurando o equilíbrio entre oferta e a demanda, acompanhando as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitando a formulação de política tarifária.

O CMSE é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e conta com quatro representantes do MME, representantes da Agência de Energia Elétrica – ANEEL, Agência Nacional de Petróleo – ANP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Empresa de Pesquisa Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Dentre suas atribuições destacam-se:

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados.
- Avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente àquelas atividades.
- Analisar periodicamente a segurança de abastecimento e atendimento no mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados, entre outras atribuições.
- O CMSE se reúne uma vez por mês em reuniões ordinárias. Nessas reuniões são tratados diversos assuntos, tais como:
 - Acompanhamento das obras para suprimento de energia;
 - Monitoramento da expansão da geração e transmissão;
 - Apresentação da evolução dos empreendimentos de transmissão / Leilões;
 - Avaliação das condições de atendimento eletromagnéticos do SIN;
 - Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia.
 - Gestão de contratos de Concessão Geração e Transmissão, dentre outros.

A partir dessas reuniões mensais, são então, emitidas deliberações do CMSE abrangendo providências aos órgãos participantes, com enfoque nos assuntos supramencionados.

• **Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia**

O Gabinete do Ministro, por sua vez, monitora as ações mais estratégicas e prioritárias no âmbito do MME.

Para tanto, em conformidade com o Decreto nº 7.798, de 2012, com o Plano Plurianual da União – PPA 2012-2015, e com os Planos de Energia e Mineração (PNE 2030, PNM 2030, PNEf 2030, ZNMT 2012, PEMAT 2022 e PDE 2023), escolheu um conjunto de ações, estruturado em cinco Programas, que balizou a avaliação dos resultados obtidos ao longo do exercício.

Entre outras ações destacam-se as ações de acompanhamento dos níveis dos reservatórios, de leilões, de ampliação da capacidade de geração e de transporte de energia elétrica e de produção de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.

• **Secretaria Executiva**

Faz a coordenação/supervisão de todos os assuntos das Secretarias Finalísticas e além disso, coordena os seguintes temas:

- Consolida a elaboração da proposta que compõe o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (Sistema Eletrobras e Petrobras);
- Monitora e promove alterações, quando necessárias, ao Programa de Dispendios Globais das Empresas Estatais – PDG;
- Monitora a execução dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019;
- Monitora o desenvolvimento do Contrato de Gestão celebrado entre MME e ANEEL;

- Consolida e monitora os Planos de Providências Permanente – PPP, geradas nas Auditorias da CGU;
- Acompanha o desenvolvimento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito do MME;
- Monitora a liberação das Licenças Ambientais das obras do Setor Elétrico; e
- Elabora e Consolida o texto da Mensagem Presidencial.

A Secretaria Executiva realiza a gestão de três Projetos: Projeto de Cooperação Técnica “Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica”, PCT/BRA/IICA – ABC/12/001; “Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META”, objeto do Acordo de Empréstimo 8.095 – BR, firmado com o Banco Mundial; e Acordo Marco de Cooperação, firmado entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF.

Com relação ao Monitoramento dos projetos acima elencados, a Secretaria Executiva utiliza o Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, o qual é alimentado com envio de dados mensal. Além disto, o IICA envia, mensalmente, a Prestação de Contas, para análise e aprovação da SEDP/SE/MME.

- **Secretaria de Energia Elétrica - SEE**

Em relação ao monitoramento das ações de energia elétrica, a SEE, agrupa as competências relacionadas com a área de segurança do suprimento de energia elétrica e monitora as atividades de expansão da geração, transmissão e desempenho do sistema elétrico brasileiro, inclusive as relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo a base de apoio técnico e operacional para o funcionamento do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

- **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG**

O monitoramento dos setores de petróleo, gás natural e de combustíveis renováveis é realizado pelo acompanhamento da evolução dos principais indicadores dos setores, os quais são sistematizados e publicados na forma de boletins mensais. Esses mesmos boletins também são utilizados nas atividades de planejamento do setor com vistas à segurança energética.

São utilizados dados da ANP para a geração desses boletins que servem também para as atividades relacionadas ao monitoramento setorial. Tais informações são usadas na atualização, do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Além disso, a Secretaria monitora os resultados da indústria de gás natural, objetivando contribuir para a garantia do suprimento energético ao País. Suas análises contemplam as condições e a evolução do abastecimento de gás natural, a sua competitividade em relação aos energéticos substitutos, os preços do gás importado, incluindo do gás natural liquefeito – GNL, a incidência de tributos, o aproveitamento das reservas de gás natural, entre outras atividades.

No âmbito dos combustíveis renováveis, a SPG articula-se com diversos órgãos e entidades governamentais, além de agentes de mercado. Entre os fóruns, destacam-se a condução da Mesa Tripartite - etanol, participação em câmaras setoriais de etanol, de biodiesel e de palma de óleo, assim como a participação na Comissão Executiva Interministerial - CEIB, entre outras.

Participa também em congressos e fóruns setoriais, bem como em audiências no Congresso Nacional. A SPG monitora os leilões de biodiesel junto à ANP e acompanha a tramitação de projetos de lei relativos ao setor.

O Monitoramento do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis gera as seguintes informações:

- Boletins Semanal e Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural;
 - Informativo Semanal de Acompanhamento da Geração Termelétrica a Gás Natural;
 - Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis; e
 - Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo.
- **Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM**

A SGM monitora e acompanha a execução de atividades vinculadas aos objetivos e metas do PPA. Este processo de monitoramento e acompanhamento se dá por intermédio do gerenciamento de todos os atos normativos, especialmente os que tratam do monitoramento de avaliação de objetivos, metas e recomendações dos órgãos de controle.

Em concordância com a legislação aplicável, a SGM dedica especial atenção ao acompanhamento de Convênios e Termos de Cooperação, desde as tratativas iniciais para a implementação da transferência voluntária até a prestação de contas do processo como um todo. Esse processo é realizado por meio de *Check Lists* e de análises técnicas e financeiras das prestações de contas dos convênios.

Outros instrumentos de monitoramento são os relatórios trimestrais das ações que suportam os objetivos, as metas e os macroprocessos finalísticos da Secretaria. Estes relatórios trimestrais visam prestar contas às instâncias de planejamento e controle interno/externo ao MME.

2.6. Desempenho Orçamentário

No exercício de 2015, o orçamento do Ministério de Minas e Energia, assim como o dos demais órgãos do Poder Executivo Federal, foi submetido a dois contingenciamentos, por meio dos Decretos nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e nº 8.496, de 30 de julho de 2015.

O Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, estabeleceu, para as Demais Despesas Discricionárias (não considera o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e os Benefícios ao Servidor), um contingenciamento de cerca de 27% em relação às dotações aprovadas na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015), ou de cerca de 18% em relação às dotações previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015.

Posteriormente, o Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015, alterou o Decreto anterior e apresentou um novo contingenciamento, estabelecendo, para o MME, uma redução adicional de cerca de 3,5% em relação ao limite anterior.

Quanto aos limites de pagamento, já considerado os dois contingenciamentos acima mencionados, o MME ficou com uma diferença a menor de cerca de R\$ 25 milhões (4,3%), em relação aos limites de empenho. Vale lembrar que esses limites incluem benefícios ao servidor e se destinam ao pagamento de despesas do exercício e também, despesas de anos anteriores inscritas em restos a pagar.

A planilha abaixo apresenta a execução orçamentária das Demais Despesas Discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31/12/2015, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa, indicando que o percentual de empenho do MME foi de 99,1%, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados.

Quadro 2: Execução Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLQA 2015	LOA 2015	LIMITE DE EMPENHO	VALOR EMPENHADO	EMP/LIM (%)
32101 - MME	106.412.524	140.023.635	78.482.037	75.930.232	96,7%
Custeio	68.300.795	68.300.795	46.463.621	43.936.053	94,6%
Investimento	20.111.729	53.722.840	14.155.871	14.131.634	99,8%
Inv. Financeiras	18.000.000	18.000.000	17.862.545	17.862.545	100,0%
32202 - CPRM	112.644.630	108.212.062	85.776.353	84.539.451	98,6%
Custeio	101.710.630	99.451.167	78.542.509	78.430.499	99,9%
Investimento	10.934.000	8.760.895	7.233.844	6.108.951	84,4%
32263 - DNPM	64.982.651	75.982.651	54.959.764	54.511.041	99,2%
Custeio	46.390.504	58.549.861	52.113.430	51.810.916	99,4%
Investimento	17.592.147	16.432.790	2.846.334	2.700.125	94,9%
Inv. Financeiras	1.000.000	1.000.000	-	-	0,0%
32265 - ANP	219.412.752	219.412.752	183.910.699	183.896.815	100,0%
Custeio	205.043.697	205.043.697	179.083.214	179.082.531	100,0%
Investimento	14.369.055	14.369.055	4.827.485	4.814.284	99,7%
32266 - ANEEL	122.090.071	167.090.071	102.301.021	102.205.113	99,9%
Custeio	107.496.981	129.690.854	88.726.551	88.630.695	99,9%
Investimento	14.593.090	37.399.217	13.574.470	13.574.418	100,0%
32314 - EPE	25.430.046	29.371.199	24.085.964	23.906.157	99,3%
Custeio	25.135.808	29.135.808	23.916.602	23.845.166	99,7%
Investimento	294.238	235.391	169.362	60.991	36,0%
TOTAL MME	650.972.674	740.092.370	529.515.838	524.988.809	99,1%
Custeio	554.078.415	590.172.182	468.845.927	465.735.859	99,3%
Investimento	77.894.259	130.920.188	42.807.366	41.390.404	96,7%
Inv. Financeiras	19.000.000	19.000.000	17.862.545	17.862.545	100,0%

Fonte: LOA 2015 e SIAFI (até 31/12/2015)

Ao longo do exercício, a SPOA acompanhou a execução orçamentária e financeira das Unidades que compõem o MME (Administração Direta e Indireta) e efetuou os remanejamentos internos de limites necessários para a otimização da execução do órgão como um todo.

No que se refere especificamente à Administração Direta do MME, a posição final dos limites de empenho e dos valores empenhados, por Unidade Gestora, é a constante do quadro abaixo:

Quadro 3: Limites de Empenho e Valores Empenhados

UNIDADE GESTORA	PLQA 2015	LOA 2015	LIMITE DE EMPENHO	VALOR EMPENHADO	% LIM/EMP
SEE	2.853.977	36.465.088	342.816	337.816	98,5%
CUSTEIO	2.653.977	2.653.977	342.816	337.816	98,5%
INVESTIMENTO	200.000	33.811.111	0	0	0,0%
SGM	1.322.987	1.322.987	1.048.691	982.003	93,6%
CUSTEIO	1.322.987	1.322.987	1.048.691	982.003	93,6%
SPE	688.547	688.547	425.790	353.625	83,1%
CUSTEIO	688.547	688.547	425.790	353.625	83,1%
SPG	33.386.149	33.386.149	24.067.694	22.134.934	92,0%
CUSTEIO	15.386.149	15.386.149	6.205.149	4.272.389	68,9%
INVERSÃO FINANCEIRA	18.000.000	18.000.000	17.862.545	17.862.545	100,0%
META	20.312.054	20.312.054	15.094.172	14.928.897	98,9%

CUSTEIO	9.660.325	9.660.325	4.512.904	4.347.629	96,3%
INVESTIMENTO	10.651.729	10.651.729	10.581.268	10.581.268	100,0%
SPOA	47.848.810	47.848.810	37.502.874	37.192.957	99,2%
CUSTEIO	38.588.810	38.588.810	33.928.271	33.642.590	99,2%
INVESTIMENTO	9.260.000	9.260.000	3.574.603	3.550.366	99,3%
TOTAL MME	106.412.524	140.023.635	78.482.037	75.930.232	96,7%
CUSTEIO	68.300.795	68.300.795	46.463.621	43.936.053	94,6%
INVESTIMENTO	20.111.729	53.722.840	14.155.871	14.131.634	99,8%
INVERSÃO FINANCEIRA	18.000.000	18.000.000	17.862.545	17.862.545	100,0%
TOTAL MME	106.412.524	140.023.635	78.482.037	75.930.232	96,7%

- **Eventuais dificuldades enfrentadas pelo MME na execução do orçamento e reflexos no cumprimento de seus objetivos.**

De uma forma sucinta enumeram-se os seguintes objetivos do PPA que não alcançaram as metas previstas e as razões que favoreceram essas impossibilidades.

No âmbito da Secretaria de Energia Elétrica – SEE

Objetivo 0045- Universalizar o acesso à Energia Elétrica

Em relação ao Programa Luz Para Todos, algumas dificuldades interferiram no cumprimento da meta estabelecida para 2015, originadas pelos seguintes fatores:

Meta: Atender 405.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos.

Razão:

- A limitação de viagens diminuíram as ações de monitoramento e gestão do Programa, prejudicando o cumprimento das metas de 2015;
- A transição na gestão da CELG Distribuição S.A. e a venda das distribuidoras do grupo Rede para o grupo Energisa comprometeram significativamente a meta da região Centro-Oeste;
- Na região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas, o desempenho das concessionárias ficou abaixo do previsto;
- Na região Sudeste, em particular na área de concessão da AMPLA, alguns projetos tiveram atrasos significativos na obtenção de licenças ambientais, impactando o desempenho daquela região;
- Os recursos da CDE voltaram a ser recolhidos pelas distribuidoras, sem aportes do Tesouro Nacional, provocando um atraso de três meses nas liberações de 2015;

No âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

Objetivo 0035- Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados com vistas à identificação, à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Meta: **Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil**

Razão:

- Limitação de recursos humanos e orçamentários.

Objetivo 0038- Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Meta: **Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos**

Razão:

- Limitações de ordem orçamentária.

Objetivo 0046- Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Meta: **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

Razão:

- Em 2015, não se obteve êxito nos esforços para a articulação de parcerias e captação recursos para viabilizar a realização dos estudos previstos.

Objetivo 0478- Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Meta: **Desenvolver 25 planos estaduais e municipais de mineração**

Razão:

- Dois convênios foram firmados entre 2012-2015. O não atendimento da meta ocorreu em razão das restrições orçamentárias.

Objetivo 0481- Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Meta II: **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Razão:

- Dificuldades de ordem orçamentária

Meta III: **Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros**

Razão:

- Dificuldades de ordem orçamentária

2.7. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

OBJETIVOS PPA - SPE

Quadro 4: Objetivo 0034 (PPA) - SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor					
Código	0034	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
I	Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa	MW	1.100	1.627,04	3.386,81	100
II	Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares	UN	4	0	0	0
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)

III	Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica	MW	8.240	870,33	10.165,06	100
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Hidrográfica Amazônica	MW	5.700	112,2	5.021,36	88%
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	MW	140	254	331,76	100
	Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	MW	70	8,6	149,11	100
	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	MW	210	49,70	373,23	100
	Região Hidrográfica Paraná	MW	630	308,67	2.219,39	100
	Região Hidrográfica São Francisco	MW	160	13,8	513,11	100
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	MW	190	20,27	1.171,72	100
	Região Hidrográfica Uruguai	MW	1.140	103,09	385,38	34%
IV	Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW	MW	15.365	58	12.722	82,8%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Hidrográfica Amazônica	MW	13.500	0	9.359	69,3
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	MW	225	0	294	100
	Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	MW	110	0	113	100
	Região Hidrográfica Paraná	MW	210	58	438,9	100
	Região Hidrográfica São Francisco	MW	450	0	209,10	46,4
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	MW	150	0	2.250	100
	Região Hidrográfica Uruguai	MW	720	0	0	0
V	Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica	MW	4.000	1.177	8.415,55	100
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Nordeste	MW	3.000	1.177	7.780,45	100
	Região Sul	MW	1.000	-	635,1	63,51%

Análise Situacional

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa superaram a meta estabelecida. Apenas os estudos de viabilidade ficaram aquém da meta.

Com relação às usinas termoeletricas, o CNPE definirá a política de expansão.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, foram revisados e aprovados pela ANEEL, 116 Estudos de Inventário, totalizando 9.294,73 MW. No mesmo período foram concluídos pelos empreendedores e entregues 14 Estudos de Viabilidade, que totalizaram 12.664 MW. Desse total, 1.582 MW já foram aprovados e 11.082 MW se encontram em processo de análise pela ANEEL.

No ano de 2015, foram revisados e aprovados, pela ANEEL, 31 Estudos de Inventário, com um potencial de 870,33 MW. Nesse mesmo período, foi aceito 1 Estudo de Viabilidade, que se encontra em processo de análise, com potencial de 58 MW.

Portanto, no período de janeiro de 2012 e dezembro de 2015, 147 Estudos de Inventário foram revisados e aprovados, com um potencial de 10.165,06 MW. No mesmo período, foram concluídos pelos empreendedores e entregues 15 Estudos de Viabilidade, que totalizam 12.722 MW.

Análise Situacional

I) Viabilizar e Projetar 1.100 MW de Capacidade de Geração a partir de Biomassa

De 2012 a 2015, foram viabilizados 3.386,81 MW de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. Esse montante representa 100% de realização da meta prevista.

Para o atingimento dessa meta, os resultados anuais foram:

- 2012 - Não houve leilão para Biomassa.
- 2013 - 808,79 MW
- 2014 - 950,98 MW
- 2015 - 1.627,04 MW

A quantidade alcançada contempla o período de 2012 a 2015d o PPA.

Importante ressaltar que se considera viabilizado todo empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos.

Análise Situacional

II) Viabilizar e Projetar 4 Usinas Termonucleares

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

Análise Situacional

III) Inventariar o equivalente a 8.240 MW de Capacidade de Geração Hidrelétrica

Entre janeiro/2012 e dezembro/2015, os Estudos de Inventário Hidrelétrico aprovados pela ANEEL (incluindo revisões), totalizaram 10.165 MW. Desse modo, as ações realizadas permitiram conhecer com maior nível de detalhamento o potencial hidrelétrico brasileiro, atingindo-se a meta prevista para o horizonte 2012-2015.

Para o atingimento dessa meta, os valores foram alcançados da seguinte forma:

- 2012 - 4.159,41 MW
- 2013 - 470,41 MW
- 2014 - 4.664,91 MW
- 2015 - 870,33 MW

Análise Situacional

IV) Realizar e Aprovar Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas com Potencial total da ordem de 15.365 MW

Entre janeiro/2012 e dezembro/2015, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de Aproveitamentos Hidrelétricos, concluídos pelos empreendedores e entregues à ANEEL (incluindo revisões), totalizaram 12.722 MW.

Para o atingimento da valor acumulado de 12.722 MW, os resultados anuais foram os seguintes:

- o 2012 – 3.684 MW
- o 2013 - 700 MW
- o 2014 – 8.280 MW
- o 2015 - 58 MW

Análise Situacional

V) Viabilizar e Projetar 4.000 MW de Capacidade de Geração a partir de Fonte Eólica

No período compreendido entre 2012 e 2015, os Leilões de Energia viabilizaram a implantação de 8.415,55 MW em novas centrais eólicas. Desse montante, 7.780,45 MW estão localizados na região Nordeste, confirmando a vocação da região para a fonte eólica. Os 635,10 MW restantes encontram-se na Região Sul. O potencial viabilizado superou o montante previsto da meta.

Para o atingimento dessa meta, os valores foram alcançados da seguinte forma:

- o 2012 - 281,9 MW
- o 2013 - 4710,6 MW
- o 2014 - 2246,05 MW
- o 2015 – 1.177 MW

Ressalta-se que para fins de aferição da meta considera-se viabilizado todo o empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia regulado.

Quadro 5: Objetivo 0048 (PPA) - SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.					
Código	0048	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
I	Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação	UN	20.000	11.000	40.200	201%

Análise Situacional

Os resultados levantados no Relatório do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) que fazem referência a 2012 demonstraram que foram alcançados 9.000 GWh naquele ano. Para o ano de 2013, os resultados de economia de energia foram de aproximadamente 9.700 GWh. Em 2014, o PROCEL contribuiu para uma economia de 10.500 GWh e, por fim, para 2015, embora ainda não tenham sido consolidados em relatório oficial, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 11.000 GWh.

Análise Situacional

I) Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação.

Os resultados levantados no Relatório do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) ultrapassaram a meta estabelecida, alcançando 40,2 GWh no período de vigência do PPA.

Quadro 6: Objetivo 0604 (PPA) - SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis contribuam para o uso racional destes insumos.					
Código	0604	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Combustíveis	Código	2022			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
I	Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%.	%	50%	18%	70%	140
II	Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética.	Milhões e litros	650	-	76	11,7

Análise Situacional

Após a vinculação do PBE Veicular ao Inovar-Auto, realizada em 2013, o crescimento do Programa foi vertiginoso. Hoje, o número de modelos participantes do Programa é 8 vezes maior do que no início de vigência do PPA 2012-2015, enquanto o número de marcas/fabricantes quadruplicou, demonstrando claramente o crescimento do alcance do Programa. Isso se deve, essencialmente, ao fato de que cada fabricante deverá declarar 100% da frota até 2017, de acordo com o Inovar-Auto.

I) Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%.

Ao final do ano de 2015, havia 693 modelos participantes do PBE Veicular, de 36 marcas/fabricantes diferentes, um crescimento de quase 18% de 2014 para 2015.

Análise Situacional

II) Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética.

O Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado Economizar, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros.

No período de janeiro a outubro de 2012, estimou-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

Entretanto, a partir do encerramento de parceria entre o CONPET e a Fetranpor, ocorrida em 2013, parceria esta que atuava na aferição de regulagem dos motores de ônibus urbanos, e redução na

emissão de poluentes, a Petrobrás/CONPET não foi capaz de dar prosseguimento a esta meta.

OBJETIVOS PPA - SGM

Quadro 7: Objetivo 0032 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.		
Código	0032	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro.		

Análise Situacional

Entre as metas previstas no objetivo 0032, apenas a meta descrita acima é de responsabilidade de apuração da SGM, em conjunto com o DNPM. Nesse sentido, em 2015, as publicações geradas e divulgadas por essa Secretaria foram:

- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2015;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2015;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2015;
- Boletim Informativo do Setor Mineral 2015;

Ressalte-se que no Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos foram acrescentados mais dois capítulos: Rochas Ornamentais e Gemas, Joias e Afins. O acesso a essas publicações está disponível no site do MME.

Quadro 8: Objetivo 0035 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.		
Código	0035	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		

I	Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil.
---	--

Análise Situacional

Entre as metas previstas no objetivo 0035, apenas a meta descrita acima é de responsabilidade de apuração da SGM.

A conclusão da meta está parcialmente baseada em dados do estudo a ser contratado pelo META - “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”. O estudo deverá ser contratado ainda no primeiro semestre de 2016.

A SGM deu continuidade à inserção e validação de informações do banco de dados Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM). O OTGM é um banco de dados com informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, de infraestrutura, de restrição à mineração, entre outras.

Quadro 9: Objetivo 0038 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.					
Código	0038	Órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
I	Realizar 5 estudos da cadeia Produtiva de minerais estratégicos	Estudo	5	0	1	20%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
II	Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo					

Análise Situacional

I) Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos.

- Com base no estudo "Usos e Aplicações de Terras-Raras no Brasil: 2012-2030", realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2012, foi iniciada a execução do estudo “Estruturação da Cadeia Produtiva Competitiva em Produtos Derivados de Elementos de Terras Raras no Brasil”, sob a responsabilidade de um consórcio tecnológico constituído pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- O estudo deveria se concentrar na cadeia produtiva de ímãs de terras raras no Brasil, conforme indicação realizada pelo CGEE. Em 2014, foi iniciada a execução do referido projeto envolvendo estudo de mercado e tecnologias, tendo sido interrompido ao final daquele ano por falta de recursos financeiros.

Análise Situacional

II) Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

As ações para esta meta buscaram organizar o ambiente de governança pública para tratar dos problemas críticos para o segmento de minerais estratégicos. Para atendimento dessa meta, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil e a Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-Raras – CAPETR.

No âmbito da estrutura de governança foram realizadas as seguintes ações:

- Contribuição na elaboração de atos normativos para caracterização e registro de remineralizadores como insumos agrícolas na rochagem (propostas de instrução normativa de remineralizadores e metodologia de ensaio e análise de remineralizadores).
- Elaboração de proposta de criação e instituição da rede de laboratórios de ensaios e análise de material de referência para remineralizadores.
- Apoio à capacitação laboratorial da UFG para realização de ensaios e análise de remineralizadores, financiado pela SETEC/MCTI no valor de R\$ 300 mil.
- Contribuição na elaboração de minuta de exposição de motivos e de projeto para edição decreto de regulamentação do REIF (Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013), em parceria com ASSEC/MME e SPG/MME e em colaboração com o MAPA, MDIC, MCTI, MF e Casa Civil.
- Promoção do desenvolvimento integral das cadeias produtivas de minerais estratégicos e de articulação com o setor privado da mineração, sendo possível ampliar as reservas brasileiras de 40 mil toneladas de óxidos de terras-raras para 22 milhões de toneladas óxidos de terras-raras e iniciar a produção em escala piloto de óxidos de cério, lantânio, dídimo e terras-raras pesadas.
- Início do projeto Embrapii/CBMM/IPT-SP de desenvolvimento tecnológico para produção de neodímio metálico, etapa necessária para implantação da cadeia produtiva de terras-raras no Brasil.
- Realização de articulação com a WEG, IPT-SP e UFSC e parceiros governamentais com o objetivo de estabelecer um novo projeto Embrapii para a fabricação de ímãs de terras-raras.
- Realização, em parceria com a SETEC/MCTI e CETEM, do III Seminário Brasileiro de Terras-raras – SBTR (26 e 27/11/2015, no CETEM, Rio de Janeiro/RJ).
- Execução de 13 Projetos de apoio à PD&I em Elementos de Terras Raras, no valor de R\$ 9,0 milhões (CT-Mineral), a partir de 2014;
- Realização pelo CETEM, a partir de 2013, do Projeto de PD&I PROTERRARAS, no valor de R\$ 2,0 milhões (CT Mineral).

Quadro 10: Objetivo 0042 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.		
Código	0042	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			

Sequencial	Descrição da Meta
I	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

Análise Situacional

Iniciado em 2014 e concluído em 2015 o contrato relativo à elaboração de estudos visando a implantação de zonas de processamento e transformação mineral (ZPTM), que teve como objeto estudos dos seguintes produtos: i) a proposição de arcabouço institucional, normativo, fiscal e regulatório; ii) identificação e caracterização de cinco áreas propícias à implantação de ZPTM; iii) estudo de caso, em uma área definida, de Implantação de ZPTM, e iv) proposta de modelo geral para implantação de ZPTM.

Fez parte do escopo, ainda, a atividade de organização do Seminário “Estímulo ao Adensamento da Cadeia Produtiva Mineral: Proposta do Governo Federal para a Implantação de ZPTMs”, em Belo Horizonte/MG, na data de 20/08/2015, e a realização do Seminário sobre “Estudos e Projetos de Implantação de ZPTM - Proposta de Modelo Geral de Implantação de ZPTM”, em 30 de novembro de 2015, no MME.

A meta foi alcançada com a aprovação dos produtos e do Sumário Executivo do Estudo. Assim, uma proposta preliminar para implantação de ZPTMs foi concluída.

Quadro 11: Objetivo 0044 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.		
Código	0044	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral.		

Análise Situacional

Encontra-se em fase final de execução o estudo, contratado por intermédio de parceria entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM), para levantamento da capacidade e do potencial do conteúdo local das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração.

No ano de 2014, foram entregues três estudos de um total de cinco estudos e os demais serão entregues no segundo trimestre de 2016.

Destaca-se também a participação do MME em Grupo de Trabalho constituído pela FINEP/MCTI, BNDES, SGM/MME, CETEM/MCTI, SETEC/MCTI, SPI/MPOG, SDP/MDIC, ABDI/MDIC para formulação e Construção de “Programa de Inovação Mineral – Inova Mineral. O Inova Mineral é um programa de financiamento de planos de negócios de empreendimentos de mineração e transformação mineral baseados em PD&I, com um prazo inicial de 5 anos e estimado em R\$ 1,2 bilhões.

Quadro 12: Objetivo 0046 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.		
Código	0046	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira		

Análise Situacional

Foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética. Foi identificada a necessidade de contratar estudos específicos para sanar deficiências no conjunto de informações. Essa atividade não foi realizada por restrições orçamentárias.

Quadro 13: Objetivo 0478 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.		
Código	0478	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas.		
II	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários.		
III	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira.		
IV	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas.		
V	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties").		
VI	Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório.		
VII	Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração.		
VIII	Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório.		

Análise Situacional

O conjunto de metas previsto no Objetivo 0478 está diretamente vinculado à aprovação de um novo marco regulatório para o setor mineral, com a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e da Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como modificações na cobrança de encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

A tramitação da proposta do Novo Marco da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/13), de iniciativa do Poder Executivo aguarda a votação do Relatório da Comissão Especial, constituída para apreciar o PL nº 37/11, ao qual foi apensado o PL nº 5.807/13.

Análise Situacional

I) Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas.

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto continua em discussão. Em 2015 não houve avanço na aprovação do regulamento.

Análise Situacional

II) Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários.

Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Até 31/12/2015, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 ainda não havia sido votado.

Análise Situacional

III) Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira.

A matéria permanece em discussão no âmbito da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, órgão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, responsável pela proteção aos interesses da defesa nacional. Em 2015 não houve avanços que pudessem originar uma proposta de projeto de lei.

Análise Situacional

IV) Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas.

O Projeto de Lei nº 1.610/1996, do Senado Federal, encontra-se atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Em 2015 foi criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL.

Análise Situacional

V) Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties").

Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

Análise Situacional

VI) Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório.

A reestruturação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia – está contemplada no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

Análise Situacional

VII) Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração.

Firmado convênio, em 2013, para a elaboração de “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão”. O convênio encontra-se em fase de prestação de contas.

Análise Situacional

VIII) Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório.

Ao final de 2015 o Termo de Referência para contratação de estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, foi enviado para análise do Banco Mundial e aguarda publicação de não objeção.

Quadro 14: Objetivo 0481 (PPA) - SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.		
Código	0481	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração.		
II	Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral.		
III	Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros.		
IV	Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral.		

Análise Situacional

I) Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração. DDSM.

As atividades relacionadas a esta meta, apoiam-se no resultado do estudo “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”. Este estudo faz parte do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Projeto META), no âmbito do contrato de empréstimo 8095-BR, firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial.

A contratação do estudo sofreu atrasos em função de alteração de diretrizes do Banco Mundial. O estudo deverá ser contratado ainda no primeiro semestre de 2016 e o prazo de execução será de 540 dias.

Análise Situacional

II) Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral. – DTTM

Uma das atuações da SGM na execução desta meta foi por meio de ações integradas para a consolidação, expansão e desenvolvimento sustentável dos APL de base mineral pela Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral - RedeAPLmineral, constituída pela SGM/MME, SETEC/MCTIM, CETEM/MCTI e IBICT/MCTI, e em parceria com o DNPM e o Grupo de Trabalho Permanente para APL (GTP APL), coordenado pelo MDIC, tendo como principais produtos desta atuação os seguintes resultados:

- Apoio à consolidação, estruturação e desenvolvimento sustentável de 13 APL de base mineral consolidados e priorizados pela RedeAPLmineral;
- Realização do XII Seminário Nacional de APL de base Mineral e IX Encontro da RedeAPLmineral, no dia 8 de dezembro de 2015, em Brasília, DF, com apoio da OCB;
- Organização e realização da 7ª Conferência Brasileira de APL, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2015, em Brasília, DF, em parceria com o GTP APL;
- Elaboração e formulação, em parceria com o MDIC, MCTI, MEC, SMPE/PR, ABDI, APEX, SEBRAE e CNI/SENAI/IEL do Programa de Extensionismo Industrial e estabelecimento do APL de Gesso/PE como um dos APL para realização de experiência piloto (2016);
- Realização de Prêmio Melhores Práticas em APL de Base Mineral 2015 - <http://redeaplmineral.org.br/apl/regulamento-premio-melhores-praticas>);
- Fomento à melhoria da qualidade da produção por meio de realização de projetos financiados pelo CT-Mineral/MCTI de apoio à normalização, avaliação da conformidade de produtos e avaliação de ciclo de vida para produtos das cadeias produtivas de rochas ornamentais; gemas, joias e afins; e gesso (2012 – 2015); e
- Estabelecimento de Convênio de Cooperação Técnica entre SGM/MME e SINDIROCHAS/ES (2015), visando promover o desenvolvimento sustentável do setor de rochas ornamentais principalmente das empresas de mineração e transformação mineral organizadas em APL.

Análise Situacional

III) Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros.

Em 2015 foram realizadas ações e 2 projetos, Cotação dos preços dos agregados da construção civil/GO e Controle da Poluição por Mercúrio - Tapajós/PA" (Estudo da Contaminação provocada pela queima de amálgama nas casas de compra de ouro da cidade de Itaituba-PA).

Análise Situacional

IV) Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral. – DTTM.

Ao longo de 2015, deu-se continuidade às atividades de suporte aos APL em processo de formação pela parceria com a RedeAPLmineral.

Foi apoiado à consolidação, estruturação e desenvolvimento sustentável de 4 APL de base mineral em processo de formação e priorizados pela RedeAPLmineral, sendo 1 na Região Centro-Oeste, 1 na Região Sul e 2 na Região Nordeste.

OBJETIVOS PPA - SPG

Quadro 15: Objetivo 0553 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos.			
Código	0553	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Combustíveis	Código	2022	
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente			

Análise Situacional

Em relação ao etanol combustível, até novembro de 2015, o consumo doméstico foi de 26,4 bilhões de litros, a projeção da demanda doméstica apresentada no PDE 2024 foi de 29,8 bilhões de litros. A demanda foi atendida pela produção nacional. O excedente de produção exportado em 2015 é estimado em 1,86 bilhão de litros.

Para o biodiesel, até novembro de 2015, foram consumidos 3,6 bilhões de litros para uma demanda estimada em 3,6 bilhões de litros no PDE 2024. A demanda foi plenamente atendida pela produção nacional. Por fim, destaca-se ainda a capacidade instalada nacional da ordem 7,3 bilhões de litros, avaliada como robusta para atender o mercado doméstico.

Quadro 16: Objetivo 0057 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.			
Código	0057	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Agregar valor ao gás natural			

Análise Situacional

Relacionados ao cumprimento da meta de agregar valor ao gás natural estão os projetos ligados à produção de fertilizantes. Destaca-se a Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III (Três Lagoas/MS) – UFN III, com 80,9% das obras concluídas, e a Planta de Amônia (Uberaba/MG) – UFN V, com 36,5%. No Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás 2015-2019, não foram priorizados esses empreendimentos.

Quadro 17: Objetivo 63 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.			
Código	63	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
001	Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção

Análise Situacional

Na 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, ocorrida em outubro de 2015, foram introduzidos aprimoramentos nas tabelas de exigências de conteúdo local para águas rasas, acima de 100 metros, e águas profundas. Outros aprimoramentos introduzidos, tendo por base o processo de regulação e fiscalização da Política de Conteúdo Local implementada pela ANP, buscaram estabelecer mecanismos para evitar eventual caracterização de reserva de mercado.

Na segunda etapa da 13ª Rodada, ocorrida em dezembro de 2015, foram licitadas áreas com acumulações marginais de petróleo e gás e mantida a sistemática de conteúdo local. Porém, tendo em vista, as características intrínsecas da atividade, que envolvem baixos volumes de recursos financeiros, comparativamente aos blocos exploratórios, entende-se que deverão ser estudadas exigências específicas para esses campos, como forma também de aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte.

Em atendimento à Portaria MME nº 451/2015, relativa à nova Política de E&P, a SPG coordenou a elaboração de uma minuta de resolução CNPE com as propostas do GT formado para disciplinar a política de conteúdo local.

Além disso, a SPG coordenou, em 2015, Grupo de Trabalho com a participação do MDIC, MCTI, ANP, BNDES, ABDI e IBP, que apresentou proposta para aprimoramento da Política de Conteúdo Local, com objetivo de valorar os ganhos advindos com o desenvolvimento de fornecedores, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e competitividade. Essa proposta evoluiu para uma minuta de decreto presidencial sobre o tema, que foi analisado pela Casa Civil/PR. Assim, o Decreto Presidencial nº 8.637, de 15 de janeiro de 2015, instituiu o “Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR”.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.			
Código	63	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço			

Análise Situacional

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte - EPM, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

A partir desses estudos foi editada a Resolução CNPE nº 1, de 7/2/2013, a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas

atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Nesse sentido, foi instituída, pela Portaria MME nº 37/2014 de 29 de janeiro de 2014, a Comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Foram realizadas reuniões da Comissão, objetivando alinhar as questões críticas, e foi publicada a Resolução ANP nº 32, de 05 de junho de 2014, que dispôs sobre o enquadramento de medidas específicas para o aumento da participação das Empresas de pequeno e médio porte - EPM.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada reunião entre MME e as entidades de classe do setor na qual foi apresentado estudo sobre o atendimento das demandas. A partir desse encontro foram realizados ajustes em procedimentos regulatórios visando à simplificação dos planos de desenvolvimento para campos de menor porte e a oferta de blocos exploratórios em bacias maduras e campos marginais na 13ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em duas etapas em 2015.

Quadro 18: Objetivo 64 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.		
Código	64	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país.		

Análise Situacional

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera. Desde 2012, conforme previsto no PPA foi ampliada a atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero.

Destaca-se ainda a Portaria MME nº 451, de 24 de setembro de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho com a finalidade de propor ao CNPE diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)		
Código	0063	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)		

Análise Situacional

A Portaria MME nº 451, de 24 de setembro de 2015, instituiu Grupo de Trabalho - GT com a

finalidade de propor ao CNPE diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O grupo propôs minuta de resolução CNPE com as propostas para disciplinar o assunto.

Nesta minuta de resolução, que encontra-se em análise pela Secretaria Executiva do Conselho, existe uma diretriz para que a EPE forneça subsídios atualizados, com base nos estudos integrantes do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, para o planejamento de exploração e produção das áreas da União ainda não contratadas, incluindo a avaliação de perspectivas volumétricas para petróleo e gás natural nos diferentes horizontes geológicos das bacias sedimentares.

Assim, o planejamento das rodadas obedecerá às diretrizes governamentais para o setor e levará em conta as informações estratégicas do Zoneamento. Futuramente, deverão se juntar a esse processo as informações dos estudos associados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar – AAAS, estabelecidas pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198/2012.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação (Meta qualitativa. A área total prevista é de 849.168 km ² até 2015)			
Código	0063	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação (Meta qualitativa. A área total prevista é de 849.168 km ² até 2015)			

Análise Situacional

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos realizados nas doze bacias que compõem a regionalização sofreram alguns ajustes para adequar a questões técnicas, fruto de processamento de outros dados, indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias.

A situação atual desses levantamentos é a seguinte:

- II) Bacia Sedimentar de Santos: poços estratigráficos cancelados. Levantamento sísmico 3D concluído;
- III) Bacia Sedimentar do Acre/Madre de Deus: cancelada a perfuração do poço estratigráfico e parte dos recursos foi remanejada para levantamento sísmico, concluído em 2014;
- IV) Bacia Sedimentar do Amazonas: processamento e levantamento sísmico concluídos;
- V) Bacia Sedimentar do Tucano/Jatobá: todos os projetos previstos para esta bacia foram cancelados;
- VI) Bacia Sedimentar do Marajó: levantamentos sísmico foi cancelado e processamento de dados sísmicos e levantamentos geoquímico concluídos;
- VII) Bacia Sedimentar do Paraná: o aerolevantamento foi cancelado; foram concluídos os levantamentos magnetotelúrico e os dados sísmicos; os levantamentos sísmicos estão em execução;

- VIII) Bacia Sedimentar dos Parecis: o aerolevanteamento foi cancelado; foi concluído o levantamento magnetotelúrico; o levantamento sísmico está em execução. Com relação aos poços estratigráficos, o primeiro teve a perfuração concluída e encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados. O projeto do segundo poço que havia sido cancelado, foi retomado pela ANP. Este projeto está na fase de perfuração;
- IX) Bacia Sedimentar do Parnaíba: o poço foi cancelado e o levantamento sísmico e os dados sísmicos foram concluídos;
- X) Bacia Sedimentar do São Francisco: Perfuração do poço concluída; levantamento geoquímico concluído e reavaliação geológica em execução.
- XI) Bacia Sedimentar do São Luis/Bragança -Vizeu: levantamento sísmico cancelado; perfuração do poço e processamento de dados sísmicos foram concluídos.
- XII) Bacia Sedimentar do Solimões: o processamento sísmico foi concluído.
- XIII) Bacia Sedimentar do Tacutu: levantamento sísmico cancelado e levantamento geoquímico concluído.

O levantamento geoquímico marítimo na Bacia da Foz do Amazonas foi concluído, e em 2012, foi executado o levantamento geoquímico contratado para a Bacia do Ceará.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)		
Código	0063	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)		

Análise Situacional

A versão anterior do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" foi apresentada em 10 de outubro de 2013. O trabalho, que constitui base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350/2013, compreendeu a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional, sendo útil tanto às políticas públicas quanto à indústria petrolífera.

A revisão e atualização do documento foram realizadas pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), e apoio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e concluídas em 2015. A versão digital estará disponível no site eletrônico do MME em 2016.

Quadro 19: Objetivo 0529 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país		
Código	0529	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)		

Análise Situacional

Em março de 2014, foi lançada a primeira edição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País, PEMAT 2022, aprovada pela Portaria MME nº 128/2014. O documento contém o planejamento, em um horizonte de dez anos, para ampliação e construção de gasodutos.

Durante o ano de 2015, o Ministério de Minas e Energia acompanhou a elaboração, por parte da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do PEMAT 2024 que deverá publicado em 2016.

Importante destacar que o projeto do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, foi proposto em 2013 e, em 2015, teve publicada a minuta de edital para licitação. O processo terá continuidade após serem atendidas as questões apontadas em Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

Quadro 20: Objetivo 0185 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.			
Código	0185	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	2022	Código	Combustíveis	
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente			

Análise Situacional

A participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2015, na matriz veicular, os biocombustíveis representaram em 2015 aproximadamente 22,6% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 19,8% etanol (anidro e hidratado) e 2,8% biodiesel.

Em relação ao etanol combustível, até novembro de 2015, a produção total foi de 28,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 29,8 bilhões de litros para todo o ano de 2015.

Para o biodiesel, até novembro de 2015, a produção foi de 3,6 bilhões de litros. Espera-se que a produção total de 2015 seja de 3,94 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 3,6 bilhões de litros, para todo o ano de 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos.			
Código	0553	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	2022	Código	Combustíveis	
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Garantir o abastecimento nacional do óleo diesel S10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis.			

Análise Situacional

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras,

instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10.

OBJETIVOS PPA - SEE

Quadro 21: Objetivo 0029 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.					
Código	0029	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica			Código	2033	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica.	unidade	3	3	9	100%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
2	Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País.	unidade	250	591	487	197,90%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	unidade	30	27	37	121,7
2	Região Nordeste	unidade	65	432	316	485,4
3	Região Norte	unidade	55	10	16	28,2
4	Região Sudeste	unidade	40	38	37	91,9
5	Região Sul	unidade	60	84	83	138,3
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
3	Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País.	unidade	270	408	417	154,4

Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	unidade	35	47	49	141,3
2	Região Nordeste	unidade	70	150	150	214,5
3	Região Norte	unidade	55	48	53	95,6
4	Região Sudeste	unidade	45	70	83	183,7
5	Região Sul	unidade	65	85	82	126,4
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
4	Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção.	unidade	180	37	232	128,9
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	unidade	25	0	15	60
2	Região Nordeste	unidade	45	18	111	246,7
3	Região Norte	unidade	40	9	41	102,5
4	Região Sudeste	unidade	30	9	39	130
5	Região Sul	unidade	40	1	26	65

Análise Situacional

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica.

O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), atuando para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme planejado.

No monitoramento da expansão da geração, o Ministério acompanhou em 2012 um montante de 424 empreendimentos em implantação, quantidade acima do previsto no PPA, que era de 250. Em 2013, o objetivo manteve um bom índice de monitoramento com 407 empreendimentos monitorados. Em 2014 a quantidade de empreendimentos monitorados teve um crescimento de aproximadamente 30% em relação ao verificado em 2013, ficando na casa de 527 empreendimentos. Em 2015 a quantidade de empreendimentos monitorados cresceu para 591.

No caso da transmissão, a quantidade de empreendimentos monitorados foi também sempre acima da meta estabelecida no PPA 2012-2015. Em 2012, foram monitorados 459 empreendimentos, em 2013 foram 370; em 2014 foram 426; e, em 2015, foram 408 empreendimentos.

No primeiro semestre de 2014, além das suas atividades rotineiras, o monitoramento atuou na preparação do sistema elétrico para a Copa do Mundo de 2014. A maior parte das inspeções de campo foram realizadas nas obras de distribuição de energia nas cidades sede (29 inspeções) e no sistema de transmissão (4 inspeções). Nas usinas em construção foram realizadas somente 3 inspeções.

No caso do desempenho do sistema elétrico, foram realizadas, no período do PPA, inspeções técnicas em instalações da Rede Básica do SIN. Além disso, o MME participou de análises de perturbações e/ou ocorrências no sistema elétrico e das reuniões do Programa Mensal da Operação Eletroenergética – PMO.

Desde janeiro de 2015, o setor elétrico passou a praticar a chamada Bandeira Tarifária para os consumidores atendidos por distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse mecanismo foi instituído para sinalizar ao consumidor a variação do custo de geração, incentivando assim o consumo eficiente.

Houve, ainda, a consolidação de dados de 56 processos de reajuste tarifário, 7 processos de revisão tarifária periódica e 58 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras de energia elétrica. Essa tarefa permite a análise da evolução das tarifas, possibilitando tomadas de decisão sobre o tema.

O Ministério recebeu e processou as declarações de necessidades de compra de energia elétrica das distribuidoras dos seguintes leilões:

- 3º Leilão de Fontes Alternativas, que movimentou R\$ 3,4 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 16.998.508 MWh em energia. As eólicas tiveram preço de venda de R\$ 177,47 por MWh e as térmicas movidas a biomassa fecharam com o preço de R\$ 209,91;
- 15º Leilão de Energia Existente “A-1”, que movimentou ao todo R\$ 6,9 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 47.018.016 MWh em energia. O preço médio do leilão foi de R\$ 147,77;
- 21º Leilão de Energia Nova “A-5”, foram vendidos 260.111.035,200 MWh, num total de R\$ 67,4 bilhões transacionados. O preço médio do leilão foi de R\$ 259,19 por MWh; e
- 22º Leilão de Energia Nova “A-3”, que movimentou ao todo R\$ 10,9 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 58.004.224 MWh em energia. O preço médio foi de R\$ 188,87 por MWh.

Além desses, o MME compilou os dados dos resultados dos seguintes leilões:

- 7º Leilão de Energia de Reserva, que movimentou ao todo R\$ 12,2 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 40.586.580 MWh em energia. O preço médio do leilão foi de R\$ 301,79;
- 8º Leilão de Energia de Reserva, que movimentou ao todo R\$ 46,6 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 170.218.188 MWh em energia. O preço médio do leilão foi de R\$ 274,17;
- 9º Leilão de Energia de Reserva para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fonte termelétrica a gás natural - Não houve oferta para o produto; e
- 18º Leilão de Ajuste, que movimentou ao todo R\$ 3,3 bilhões em contratos, equivalente a um montante de 8.554.361 MWh em energia, ou 2.105 MW médios. O preço médio foi de R\$ 387,07 por MWh.

No âmbito da comercialização, o acompanhamento dos processos de contratação e comercialização entre agentes setoriais e a avaliação da evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica devem servir de base para a formulação e a implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso para consumidores de baixa renda.

Quadro 22: Objetivo 0045 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica					
Código	0045	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Atender 495.000 domicílio rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos.	Domicílios Rurais	495000	57676	355688	72%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1.1	Região Centro Oeste	Domicílios Rurais	65670	4712	16985	26
1.2	Região Nordeste	Domicílios Rurais	222000	25751	204835	92
1.3	Região Norte	Domicílios Rurais	174500	26137	124028	71
1.4	Região Sudeste	Domicílios Rurais	31450	992	4800	15
1.5	Região Sul	Domicílios Rurais	1380	84	5040	36,5
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização					

Análise Situacional

No âmbito do PPA (2012-2015), foram acompanhadas duas metas no objetivo da universalização do acesso à energia elétrica: META 1 - Atendimento a 495 mil domicílios rurais pelo Programa Luz para Todos; e META 2 - Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Programa Luz para Todos e da Universalização.

Do total esperado, referente à primeira meta, foram executadas 355.688 ligações, atingindo 72% da meta, sendo 57.676 em 2015.

Na segunda meta, relacionada com a população de extrema pobreza, identificada no Censo IBGE 2010, o Programa Luz para Todos atendeu em 2015 11.534 famílias, totalizando 216.734 famílias atendidas no período de 2012 a 2015, o que significa 84% dessa meta.

Algumas dificuldades interferiram no cumprimento da meta global estabelecida para 2015, entre elas:

- A transição na gestão da CELG Distribuição S.A. e a venda das distribuidoras do grupo Rede para o grupo Energisa comprometeram significativamente a meta da região Centro-Oeste;
- Na região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas, o desempenho das concessionárias ficou abaixo do previsto;
- Na região Sudeste, em particular na área de concessão da AMPLA, alguns projetos tiveram

atrasos significativos na obtenção de licenças ambientais, impactando o desempenho daquela região; e

- Os recursos da CDE voltaram a ser recolhido pelas distribuidoras, sem aportes do Tesouro Nacional, provocando um atraso de três meses nas liberações de 2015.

Quadro 23: Objetivo 0019 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária					
Código	0019	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica				Código	2033
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Adicionar 10.326 MW decapacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)	MW	9338	440,5	3792	41%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	2280	395,3	694,71	30,5
2	Região Nordeste	MW	326	0	222,45	68,2
3	Região Norte	MW	6950	1978,5	6792,85	97,7
4	Região Sudeste	MW	75	2	600,75	801
5	Região Sul	MW	695	37,7	998,83	143,7

Análise Situacional

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade de recursos hídricos. Essa geração pode ocorrer por meio de uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH), uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) ou uma Usina Hidrelétrica de Energia (UHE).

No período do ciclo 2012-2015, dos 10.326 MW previstos, entraram em operação 9.309,6 MW de geração a partir de fonte hídrica. Em 2012 entraram 1.856 MW, com destaque para a entrada de máquinas da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Estreito, situada entre o Maranhão e o Tocantins. Em 2013, foram incorporados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 1.724,9 MW de capacidade instalada, com destaque para o início da operação da primeira máquina da UHE Jirau, além de máquinas da UHE Santo Antônio. Em 2014, entraram em operação, 3.314,5 MW, com destaque novamente para as UHEs Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Em 2015 entraram em operação 2.413,5 MW com destaque para a UHE Teles Pires, além das usinas do Rio Madeira.

Quadro 24: Objetivo 0023 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica					
Código	0023	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Adicionar 9.338 MW decapacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	MW	9338	440,5	3792	41%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	120	0	363,6	303
2	Região Nordeste	MW	4900	62,7	2570,2	52,5
3	Região Norte	MW	80	152,3	203,5	254,4
4	Região Sudeste	MW	4150	217	626,1	15,1
5	Região Sul	MW	88	8,6	28,6	32,5

Análise Situacional

O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTES) estão entre as alternativas de diversificação. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos.

Em 2015, o índice de realização desse objetivo foi abaixo da meta, com um total de 440,5 MW. Assim, a realização acumulada no PPA 2012-2015 ficou em apenas 3.792 MW, representando 40,6% da meta estabelecida.

Assim, a participação da fonte térmica na matriz de energia elétrica brasileira caiu de 20,8%, em dezembro de 2011, para 20,0 %, dezembro de 2015. O energético que mais declinou de participação na matriz, no contexto da geração térmica, foi o gás natural, de 11,3% em 2011 para 8,8% em 2015. Essa redução se deu principalmente pelo crescimento das outras fontes, como eólica, biomassa e hidráulica.

Quadro 25: Objetivo 0025 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis		
Código	0025	órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Energia Elétrica	Código	2033
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS			

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Adicionar 1.395 MW decapacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa	MW	1395	828	4167,5	299%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	480	290	1168,8	243,5
2	Região Nordeste	MW	125	0	502,4	401,9
3	Região Norte	MW	80	0	94,8	18,5
4	Região Sudeste	MW	710	319,2	2036,9	286,9
5	Região Sul	MW	0	218,8	364,7	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	Adicionar 3.680 MW decapacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	unidade	3680	2729,4	6294,5	171
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Sudeste	unidade	3360	1826,2	5026,2	149,6
2	Região Sul	unidade	320	903,3	1268,3	396,3

Análise Situacional

A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, merecendo destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semi-árido.

A biomassa é outra fonte renovável que tem sido muito desenvolvida no País, principalmente utilizando como combustível o bagaço de cana, nas regiões produtoras de álcool e açúcar, como São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O objetivo era adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. No biênio 2012-2013 foram adicionados 769,4 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 2.245 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional, dentro da regionalização estabelecida pelo PPA. Além disso, em 2014 foram adicionados mais 2.793,5 MW de fonte eólica e 980,5 MW de fonte à biomassa.

Em 2015, essa capacidade instalada a partir da biomassa evoluiu para 13.257 MW, confirmando o potencial desse energético, fazendo com que a sua participação na matriz de energia elétrica já seja a maior de todas as fontes térmicas no Brasil.

Na fonte eólica, em 2015, foi adicionada uma capacidade de geração de 6.294,5 MW, valor equivalente a quase o dobro da meta estabelecida para o período. A fonte eólica representou, em 2015, 5,4% da capacidade total instalada no Brasil, enquanto em 2011, essa participação era de 1,2%.

Quadro 26: Objetivo 0036 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras					
Código	0036	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica				Código	2033
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País	KM	17650	2873	23467	133%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	KM	700	703	3661,7	523,1
2	Região Nordeste	KM	900	916,5	3624	291,6
3	Região Norte	KM	14500	733	14547	100,3
4	Região Sudeste	KM	800	0	580,8	72,6
5	Região Sul	KM	750	521,4	2054,3	273,9
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN	KM	22000	7994	37313,3	169,6
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	KM	4500	430	3555	79
2	Região Nordeste	KM	3500	3650	11300	322,9
3	Região Norte	KM	6800	650	4950	72,8
4	Região Sudeste	KM	4700	708	12595,3	268
5	Região Sul	KM	2500	2466	4913	196,5

Análise Situacional

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um conjunto de usinas, linhas de transmissão e de subestações elétricas interconectadas entre si, cuja principal função é de transportar a energia para os grandes centros de consumo, integrando os diversos componentes, e otimizando os recursos

energéticos disponíveis.

A integração dos subsistemas ainda isolados e dos novos empreendimentos de geração de energia ao SIN é uma questão estratégica e de soberania nacional. Destaca-se o desafio de integrar potenciais hidroelétricos ao SIN, por meio de linhas de transmissão e subestações associadas, p.ex.: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

As ações consideradas neste Objetivo são relativas às novas instalações que passaram a integrar o SIN.

Em 2015 entraram em operação 2.873,9 km de novas linhas de transmissão, acumulando, no período do PPA 2012-2015, um montante de 23.467,5 km. Assim, a meta foi superada em 33%. No caso da transformação, foi colocado em operação 7.994 MVA de nova capacidade em 2015, acumulando no período 37.313 MVA de capacidade de transformação em novas subestações. A meta foi superada em 69,6%.

Quadro 27: Objetivo 0037 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema					
Código	0037	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Adicionar 5.100 MVA decapacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional	MVA	5100	6574	20295,2	398%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MVA	900	825	2600	288,9
2	Região Nordeste	MVA	1500	170	6351	423,4
3	Região Norte	MVA	350	1080	2159	616,9
4	Região Sudeste	MVA	1100	2786	6449,2	586,1
5	Região Sul	MVA	1250	183	2736	218,9
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional	MVA	600	-	-	0

Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MVA	0	0	0	0
2	Região Nordeste	MVA	150	0	0	0
3	Região Norte	MVA	0	0	0	0
4	Região Sudeste	MVA	350	0	0	0
5	Região Sul	MVA	100	0	0	0
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
3	Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional	MVA	2400	96,1	1103	46
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MVA	600	0	22,6	3,8
2	Região Nordeste	MVA	500	16,8	582,4	116,5
3	Região Norte	MVA	0	10,3	10,3	0
4	Região Sudeste	MVA	600	13	402,3	67,1
5	Região Sul	MVA	700	56	85,4	12,2

Análise Situacional

Normalmente as ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2015 a extensão total de linhas de transmissão recapitadas foi de 96,1 km, totalizando no período 1.103 km. Assim, o montante realizado no PPA ficou abaixo da meta estabelecida inicialmente, com uma realização percentual de 46%, motivado pela dificuldade de realizar desligamentos programados para intervenções no sistema elétrico em operação.

No caso da ampliação da capacidade instalada percebe-se uma situação bastante diferente. A solução de ampliação de uma subestação existente, assim como a adição de um transformador reserva para elevar a confiabilidade do sistema, tem sido bastante utilizada, tendo em vista o menor tempo envolvido na sua execução. Assim, em 2015, foram adicionados 6.574 MW de nova capacidade instalada nas subestações existentes no sistema elétrico, acumulando um total de 20.295,2 MVA no período do PPA, valor esse que supera a meta inicialmente estabelecida em quase três vezes.

No que tange ao aumento na capacidade instalada de usinas em operação, não foi concretizado nada nesse período do PPA, pela dificuldade no desenvolvimento dos projetos.

Assim, no geral esse Objetivo teve boa realização no incremento da capacidade instalada de subestações existentes, apesar das dificuldades de atingimento das outras metas.

Quadro 28: Objetivo 0436 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados					
Código	0436	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica	KM	1050	273	2704	258%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	KM	300	137	1027	342,3
2	Região Norte	KM	750	136	1677	223,6
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
2	Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados	KM	150	-	56	37,3
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Norte	KM	150	-	56	37,3
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
3	Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos	%	1,25	-2	2,45	195,8
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	%	1	-0,87	3,5	350
2	Região Norte	%	1,38	-2,59	1,83	133,1

Análise Situacional

Em 2015, foram construídos 273 km de redes de distribuição de Alta Tensão, acumulando no período um total de 2.704 km de novas linhas nas regiões norte e nordeste. Assim, o acumulado no período do PPA superou a meta estabelecida. No caso das perdas a meta também foi alcançada.

Quadro 29: Objetivo 0437 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema					
Código	0437	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONELIZADAS						

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro	MW	7100	45412	45412	640%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	MW	2000	11003	11003	550,2
2	Região Norte	MW	1800	13838	13838	768,8
3	Região SE/CO	MW	1200	11742	11742	587,1
4	Região Sul	MW	1300	8829	8829	679,2

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
2	Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro	KM	8000	70463	70463	967,5
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	KM	2500	24239	24239	1000,5
2	Região Norte	KM	1500	14615	14615	1051,8
3	Região Sudeste	KM	1500	21018	21018	965,6
4	Região Sul	KM	1500	10591	10591	831,3

Análise Situacional

No período do ciclo PPA 2012-2015, as empresas do Grupo Eletrobras realizaram manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade. Assim, tanto as metas como esse Objetivo foram alcançadas.

Quadro 30: Objetivo 0439 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica						
Código	0439	órgão	Ministério de Minas e Energia				
Programa	Energia Elétrica				Código	2033	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2012 - 2015	b) Previsto (Final) 2015	c) Realizada em 2015	d) Realizada até 2015	e) % Realização (c/a)
1	Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica	R\$	66.325.000,00	12.500.000,00	7.384.087,35	43.478.695,16	65,6%

Análise Situacional

Execução orçamentária do objetivo

	Dotação Inicial - R\$	Dotação Final - R\$	Realizado - R\$	% realiz
--	-----------------------	---------------------	-----------------	----------

2012		25.075.000,00	20.172.725,76	80,4%
2013	21.250.000,00	9.500.000,00	6.756.421,00	71,1%
2014	26.125.000,00	19.250.000,00	9.165.461,05	47,6%
2015	16.500.000,00	12.500.000,00	7.384.087,35	59,1%
Até 2014	63.875.000,00	66.325.000,00	43.478.695,16	65,6%

No período de 2010 a 2015, os principais investimentos do CEPEL, foram aplicados no projeto de desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LongDist, abrangendo em torno de 50% do valor.

No âmbito deste projeto, destaca-se a construção do Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento, avaliação do desempenho de soluções comerciais de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e \pm 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias.

Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do CEPEL, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia.

Em 2015, foram contratadas as obras da fase final de instalação do LabUAT Externo, num total de R\$ 25.946.926,53. As obras atingiram uma realização de 90% e deverão ser concluídas em 2016.

Investimentos também foram realizados na modernização da subestação de 138 kV, do Cepel em Adrianópolis. Que estão permitindo a substituição dos equipamentos da SE, instalados há mais de 30 anos.

Em 2015, foi atingida uma realização de R\$ 7.384.087,35 que representa 59,1% do orçamento aprovado para o exercício.

2.8. Execução Física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

AÇÕES - SPE

Quadro 31: Ação 20AA - SPE

Identificação da Ação						
Código	20AA		Tipo: Atividade			
Título	Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia					
Iniciativa	01GD - Realização de Pesquisas no Setor Elétrico					
Objetivo	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica. Código: 0439					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Ministério de Minas e Energia – MME					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processado
200.000	200.000	33.000	33.000	0	33.000	-
Execução Física						

Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realiza
Centro apoiado		Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional

Meta física

No que diz respeito a essa ação, o Convênio de apoio ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, foi encerrado em dezembro de 2014. Em 2015, não houve a celebração de novos convênios por restrições orçamentárias.

Meta Financeira

Não se aplica

Quadro 32: Ação 4897 - SPE

Identificação da Ação						
Código	4897		Tipo: Atividade			
Título	Planejamento do Setor Energético					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Ministério de Minas e Energia – MME					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
474.843	474.843	374.784	374.784	348.294	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizada	
Documento publicado		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise Situacional

Meta física

O cronograma de elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 está sendo cumprido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com previsão de conclusão para 2016.

Em específico, os cenários de economia e demanda foram apresentados em 2014. A versão preliminar do cenário de oferta e demanda de energia foi concluída ao final de 2015.

Meta Financeira

No ano de 2015, foi realizada a descentralização orçamentária no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) à UNIFEI, bem como a transferência financeira no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Em 2015, não foi realizado nenhum repasse em virtude do

atraso dos trabalhos.

ACÇÕES - SGM

Quadro 33: Ação 20TZ - SGM

Identificação da Ação						
Código	20TZ		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração					
Iniciativa	01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros.					
Objetivo	Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral. Código: 0481					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Tecnologia mineral difundida		unidade	30	80	80	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
64.584,00	48.100,00	16.484,000	Tecnologia mineral difundida	unidade	0	

Análise Situacional

Meta física

A meta física estabelecida no PPA 2012-2015 para esta ação era de 30 (trinta) capacitações, sendo realizada 80 (oitenta).

Meta financeira

Não se aplica

Quadro 34: Ação 4887 - SGM

Identificação da Ação		
Código	4887	Tipo: Atividade
Título	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.	
Iniciativa	Ação sem iniciativa	
Objetivo	Ação sem objetivo	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Lei Orçamentária 2014		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
456.402,00	456.402,00	427.114,16	427.114,16	405.061,56	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo realizado			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.760,00	0	1.760	Estudo realizado	unidade	0	

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Não se aplica

Quadro 35: Ação 211G - SGM

Identificação da Ação						
Código	211G		Tipo: Atividade			
Título	Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM					
Iniciativa	002U – Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs					
Objetivo	Realizar estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território. Código: 0042					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral				Código: 2041	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.320.000,00	1.320.000,00	208.625,80	-	-	-	208.626
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Relatório produzido			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Em 2014, foram entregues dois dos seis Produtos (Relatórios Técnicos do Estudo) contratuais no valor de R\$ 208.625,80. Os quatro produtos restantes, no valor de R\$ 834.503,18, foram entregues e pagos em suas versões finais ao longo de 2015, sendo o último produto entregue

em 26 de outubro de 2015. Portanto, o valor total contratado e liquidado foi de R\$ 1.043.128,98.

No ano de 2014, a ação orçamentária 211G fazia parte do PAC. A partir de 2015, esta ação passou a fazer parte do orçamento da Secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

AÇÕES - SPG

Quadro 36: Ação 4892 - SPG

Identificação da Ação						
Código	4892		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.					
Iniciativa						
Objetivo	Não possui iniciativa			Código: -		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia				Código: 2119	
Tipo:	Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32101 – Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
386.149,00	386.149,00	384.610,07	369.254,22	369.254,22		15.355,85
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa implementada			Unidade	30	-	15
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
12.357,56	-	-	Iniciativa implementada		Unidade	

Análise Situacional

Meta física

Devido aos contingenciamentos de 2015, sua dotação orçamentária e financeira foi utilizada para diárias e passagens para condução das seguintes iniciativas previstas no PPA 2012-2015: outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, na modalidade de concessão; ajuste da política sobre conteúdo local mínimo nos novos contratos de concessão; definição das cláusulas de conteúdo local para os contratos de partilha da produção; política de incentivo à participação de pequenas e médias empresas de Exploração e Produção; revisão das cláusulas de conteúdo local mínimo nos contratos de cessão onerosa, conforme previsto nestes contratos; ampliação da atuação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) na área de estudos para o planejamento do Setor Petrolífero; elaboração dos contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União; gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A; gestão dos contratos de partilha da produção pela Pré-Sal Petróleo S/A; implantação da Pré-Sal Petróleo S/A; proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção; realização de estudos sobre petróleo e gás; elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT); monitoramento das condições e da evolução do mercado de combustíveis;

Além disso, há o pagamento de participação no Comitê Executivo do Acordo de Cooperação em Bioenergia da Agência Internacional de Energia.

Meta financeira

Dos R\$ 386.149,00 previstos no orçamento, foram empenhados recursos que alcançaram 95,62% da dotação.

Quadro 37: Ação 0E90 - SPG

Identificação da Ação						
Código	0E90		Tipo: Operações Especiais			
Título	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)					
Iniciativa	Não possui iniciativa					
Objetivo	Não possui objetivo			Código: -		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia				Código: 2119	
Unidade Orçamentária	32101 – Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.000.000,00	18.000.000,00	17.862.545,00	17.862.545,00	17.862.545,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
-			-		-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Foram repassados R\$ 17.862.545,00 à PPSA como parte da integralização do capital da União, conforme previsto no Decreto nº 8063, de 1º de agosto de 2013.

Quadro 38: Ação 00OE - SPG

Identificação da Ação						
Código	00OE		Tipo: Atividade			
Título	Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão dos Contratos					
Iniciativa	-					
Objetivo	-			Código: -		
Programa	Operações Especiais		Código: 0909	Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000.000,00	15.000.000,00	3.886.239,92	125.892,26	125.892,26	-	3.760.347,66
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
50.000.000,00	50.000.000,00	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Foi pago o valor de R\$ 125.892,26 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos), correspondente aos serviços prestados pela PSSA em 2015.

AÇÕES - SEE

Quadro 39: Ação 20L8 - SEE

Identificação da Ação						
Código:	20L8			Tipo: Atividade		
Título	Monitoramento das Ações de Comercialização de Energia e da Política Tarifária.					
Iniciativa	015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária.					
Objetivo	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da políticas tarifárias em todo o território nacional. Código: 029					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000,00	45.000,00	27.498,00	9.120,00	9.120,00		
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Relatório divulgado		unidade	4			4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.126,84			Relatório divulgado	Gigawatt hora		

Análise Situacional

Meta física

Foram divulgados quatro relatórios intitulados “Informativos Tarifários” nos seguintes

meses: janeiro, abril, julho e outubro. Nesses relatórios, são incluídas as informações dos últimos três meses anteriores à divulgação, com dados sobre tarifas e comercialização de energia elétrica.

Em 2015, foram realizados 6 Leilões de Compra e Venda Energia:

- 21º Leilão de Energia Nova A-5, realizado em 30/04/2015
- 22º Leilão de Energia Nova A-3, realizado em 21/08/2015
- 7º Leilão de Energia de Reserva, realizado em 28/08/2015
- 8º Leilão de Energia de Reserva, realizado em 13/11/2015
- 15º Leilão de Energia Existente A-1, realizado em 11/12/2015

Nesses certames foram comercializados 37.239 GWh por ano. Assim, em 2015, a meta dessa ação foi superada em 11.547 GWh.

Além dos leilões de energia previstos na Lei nº 10.848, de 2004, em 2015, foi realizado, em 25/11/2015, o leilão em atendimento ao disposto na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, resultando na outorga de concessão de 29 usinas hidrelétricas, não prorrogadas nos termos desta Lei, totalizando 6 GW de capacidade instalada. O deságio médio foi de 0,32% e o preço médio da energia de R\$ 124,88MW/h. O pagamento de bônus de outorga, previsto em R\$ 17 bilhões, foi totalmente alcançado.

Meta financeira

A previsão orçamentária inicial e final para o desenvolvimento dessa Ação foi dotada em R\$ 45.000,00. Após definição do limite foi liquidado e pago o montante de R\$ 9.120,00 com viagens das equipes para o monitoramento das ações de comercialização de energia e da política tarifária.

Quadro 40: Ação 20A9 - SEE

Identificação da Ação						
Código:	20A9 Atividade				Tipo:	
Título	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica					
Iniciativa	037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica.					
Objetivo	Universalizar o Acesso à energia elétrica Código: 045					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.463.977,00	1.463.977,00	54.000,00	44.137,43	44.137,43	-	-
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Projeto apoiado		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
17.508,16	3.537,70	-	Projeto apoiado	Unidade	0	

Análise Situacional

Meta física

A meta previu orçamento que foi gasto em ações junto ao monitoramento do Programa Luz para Todos nos Estados.

Meta financeira

A previsão orçamentária inicial e final para o desenvolvimento dessa ação foi dotada em R\$ 1.463.977,00. Após definição do limite de empenho e de remanejamento para a SPOA/MME, o valor desta Ação ficou em R\$ 54.000,00 os quais foram gastos R\$ 44.137,43 com viagens das equipes para o monitoramento do Programa Luz para Todos nos Estados.

Quadro 41: Ação 1379 - SEE

Identificação da Ação						
Código:	1379			Tipo: Atividade		
Título	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional					
Iniciativa	036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso a energia elétrica.					
Objetivo	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica			Código: 045		
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.006.111,00	11.656.111,00	22.782,82	22.782,82	22.782,82		
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
unidade consumidora atendida		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			2339	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.719.321,17	895.193,97	-	unidade consumidora atendida	Unidade	0	

Análise Situacional

Meta física

Convênio 010/2004-MME/Eletronorte - Recolhimento de sistemas no Maranhão.

Para o serviço de recolhimento de 287 (duzentos e oitenta e sete) sistemas fotovoltaicos no estado do Maranhão, foi contratada a empresa Nascimento e Arruda Ltda., com início dos trabalhos em 9 de setembro de 2015, tendo realizado até dezembro/2015 60% (sessenta por cento) do contrato. O contrato foi prorrogado por meio de Termo Aditivo com término previsto para 9 de março de 2016.

Convênio 009/2004 - MME/Eletrosul – Prorrogação da Vigência

Foi prorrogada a vigência do convênio para 31/12/2017, de modo a dar continuidade às ações e

providências necessárias à conclusão dos processos de cessão e doação dos bens do Prodeem na área de concessão da Eletrobras Eletrosul, em conformidade com o Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento.

O 11º Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2004-MME foi assinado em 4 de dezembro de 2015 e publicado no DOU em 10 de dezembro de 2015.

Foi assinado Termo de Cessão de Uso de Bem Público entre a União, por intermédio do MME, e a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul, em conformidade com o Processo nº 48000.000895/2014-12, tendo seu extrato publicado no DOU em 10 de abril de 2015.

Foi assinado Termo Cessão de Uso de Bem Público entre a União, por intermédio do MME, e a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, em conformidade com o Processo nº 48000.000943/2014-72, tendo seu extrato publicado no DOU em 20 de fevereiro de 2015.

Foi assinado Termo Cessão de Uso de Bem Público entre a União, por intermédio do MME, e a Companhia Paranaense de Energia – Copel Distribuição, em conformidade com o Processo 48000.000923/2014-18, tendo seu extrato publicado no DOU em 24 de março de 2015.

Foi assinado Termo de Doação entre a União, por intermédio do MME, e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, com a interveniência da Eletrosul, tendo seu extrato publicado no DOU em 24 de março de 2015.

Convênio 014/2004-MME/Chesf – Recolhimento de Sistemas no Nordeste

O recolhimento dos equipamentos instalados na área de atuação da Chesf foi executado pela Salviano Engenharia Ltda. – EPP, com início das atividades em 17 de abril de 2014 e término em 31 de março de 2015, sendo o contrato encerrado em 29 de junho de 2015. Os equipamentos recolhidos foram armazenados no Almoxarifado de Abreu e Lima/PE.

Por meio da Portaria nº 16/2015 foi constituída a Comissão de Desfazimento dos bens remanescentes do Prodeem, armazenados no almoxarifado da Chesf, em Abreu e Lima/PE, dos sistemas instalados no Município de Viçosa do Ceará/CE e na Universidade Federal do Piauí, na cidade de Teresina/PI, conforme Processo nº 48000.000736/2015-15

Os trabalhos foram concluídos os trabalhos em outubro de 2015 e o Relatório Conclusivo foi aprovado pela SEE e submetido à homologação da Secretaria Executiva em 28 de dezembro de 2015, conforme Memorando nº 600/2015-SEE-MME.

Convênio 012/2004-MME/Furnas

Foi dada continuidade às ações e providências necessárias à conclusão dos processos de cessão e doação dos bens do Prodeem na área de concessão da Eletrobras Furnas, em conformidade com o Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento.

Foi assinado Termo de Cessão de Uso de Bem Público entre a União, por intermédio do MME, e a Celg Distribuição S.A.- CELG-D, em conformidade com o Processo nº 48000.002446/2014-17, tendo seu extrato publicado no DOU em 10 de julho de 2015.

CEMIG-D – Processo nº 48000.2458/2014-33

Foi assinado Termo de Cessão de Uso de Bem Público entre a União, por intermédio do MME, e a Cemig Distribuição S.A. – CEMIG-D, em conformidade com o Processo nº 48000.2458/2014-33, tendo seu extrato publicado no DOU em 8 de julho de 2015.

NOTA: Em continuidade aos processos de cessão, as ações relativas à baixa patrimonial foram objeto de interface entre SEE, SPOA e ANEEL para finalização do processo.

Meta financeira

A Ação 1379, de Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional, previu recurso final no valor de R\$ 11.656.111,00. Após definição do limite de empenho e de remanejamento para a SPOA/MME, o valor desta Ação ficou em R\$ 22.783,00, dos quais foram gastos com viagens das equipes de desfazimento dos equipamentos do PRODEEM.

A Emenda Parlamentar Individual - RP 6 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Convencional - (Ação 1379) no Estado do Ceará, do Deputado André Figueiredo - PDT/CE, na localidade beneficiada: Pref. Munic. de Apuiarés – CE, foi inicialmente no valor de R\$ 350.000,00. Em 3.7.2015, o Decreto nº 8.478 alterou o Anexo III do Decreto nº 8.456/2015 alterando o valor desta Emenda Parlamentar de: 350.000,00 para 180.000,00. E pelo Decreto nº 8.496, reduziu para R\$ 168.000,00. Em 30.9.2015 o Decreto s/nº, referente à abertura de créditos adicionais, também cancelou esta Emenda Parlamentar.

Quadro 42: Ação 20L6 - SEE

Identificação da Ação						
Código:	20L6		Tipo: Atividade			
Título	Coordenação das Ações de Integração Elétrica com os Países vizinhos.					
Iniciativa	010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos.					
Objetivo	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional. Código: 029					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.000,00	90.000,00	90.000,00	85.189,00	85.189,00		
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Energia comercializada		Gigawatt hora	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			2000		924	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.026,52	-	-	Energia comercializada	Gigawatt hora		

Análise Situacional

Meta física

Em relação ao contrato de compra de energia elétrica com a Venezuela para o sistema Boa Vista (RR), foi contratado montante da ordem de 924 GWh em 2015.

Meta financeira

A previsão orçamentária para o desenvolvimento dessa Ação era de R\$ 90.000,00. Durante o ano de 2015, foi liquidado e pago o valor de R\$ 85.189,00 dos quais foram gastos com viagens das equipes de monitoramento da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético, bem como dos processos de comercialização e da implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Quadro 43: Ação 20L7 - SEE

Identificação da Ação						
Código:	20L7		Tipo: Atividade			
Título	Monitoramento da Expansão e do Desempenho dos Sistemas Elétricos em Apoio ao CMSE.					
Iniciativa	014 - Monitorar a expansão e do desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)					
Objetivo	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional. Código: 029					
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
710.000,00	710.000,00	111.318,00	92.686,00	92.686,00		
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Sistema monitorado		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			900		965	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Sistema monitorado	Unidade	0	

Análise Situacional

Meta física

A Meta prevista era de 900 e foram realizados 965 monitoramentos.

Meta financeira

A previsão orçamentária inicial e final para o desenvolvimento dessa Ação foi dotada em R\$ 710.000,00. Após definição do limite de empenho e de remanejamento para a SPOA/MME, o valor desta Ação ficou em R\$ 92.686,00 os quais foram gastos com viagens das equipes para o monitoramento da expansão e do desempenho dos sistemas elétricos.

2.9.Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Esse assunto foi abordado em diversos itens deste Relatório, conforme opção apresentada no Sistema e-Contas. Logo na apresentação desse Relatório, estão citadas as “Principais dificuldades encontradas pelo MME na realização de seus objetivos”.

Além disso, no item 2.6 é abordado a questão do orçamento, no que diz respeito aos

contingenciamentos realizados.

Em relação ao Programa Luz para Todos, um dos fatores intervenientes é que, no âmbito de suas ações, desde 2014 não há destinação de recursos para novos projetos. Quanto as ações de responsabilidade da SGM, essas também sofreram restrições orçamentárias (ver ítem 2.6).

No que diz respeito aos licenciamentos ambientais, em 2015, continuaram a ser de demorada obtenção gerando atrasos na implantação de novos empreendimentos (ver ítem 2.18).

2.10. Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no Orçamento

Para o exercício de 2015, não houve registro contábil que evidenciasse qualquer obrigação assumida pela UPC-MME, sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.11. Restos a pagar de exercícios anteriores

RESTOS A PAGAR - SPG

Quadro 44: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPG/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2013	450,60	0,00	450,60	0,00
2009	336,18	0,00	336,18	0,00
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	50.012.357,56	50.000.000,00	0,00	12.357,56
-	-	-	-	-

Análise Situacional

Restos a Pagar Processados: o valor de R\$ 336,18 refere-se a faturas de passagens aéreas emitidas pela empresa Aires Turismo, originadas pelos lançamentos 2009NO031 e 2009NO032. As respectivas ordens bancárias OB800244 e 800245 foram posteriormente canceladas quando identificado que as despesas pertenciam à outra Unidade Gestora do MME. O Valor de R\$ 450,60 originou-se de apropriações para pagamento de diárias pelo Sistema SCDP concernente aos seguintes documentos hábeis 2013AV078 e 2013AV086. As ordens bancárias OB800103 e OB 800105 foram canceladas devido a não realização das viagens. Apurados os motivos que ocasionaram a permanência de tais saldos como restos a pagar processados, efetuou-se os ajustes para registro da baixa dos mesmos pelos Documentos 2015NL001 e 2015NL002 em 03/02/2015.

Restos a Pagar não Processados: o montante de R\$ 12.327,56 refere-se a serviços de caráter continuado, Contrato 05/2014 – P&P TURISMO LTDA - ME, cujas despesas demandadas

durante o mês de dezembro são costumeiramente pagas no exercício seguinte. O saldo foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015, e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

RESTOS A PAGAR - SGM

Quadro 45: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SGM/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	230.678,40	213.653,55	0,00	17.024,85
-	-	-	-	-

Análise Situacional

Restos a Pagar não Processados: o montante de R\$ 17.024,85 refere-se a serviços de caráter continuado, Contrato 05/2014 – P&P TURISMO LTDA - ME, cujas despesas demandadas durante o mês de dezembro são costumeiramente pagas no exercício seguinte. O saldo foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015, e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

RESTOS A PAGAR - SPE

Quadro 46: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPE/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2013	1.329,27	0,00	1.329,27	-
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	59.489,92	40.761,18	-	18.728,44

-	-	-	-	-
---	---	---	---	---

Análise Situacional

Restos a Pagar não Processados: O montante de R\$ 59.489,92 refere-se às seguintes despesas:

Empenho	Credor	Valor Inscrito	Valor Pago	Saldo
2014NE000013	BANCO DO BRASIL SA	33.000,00	33.000,00	0,00
2014NE800002	P&P TURISMO LTDA - ME	13.824,87	7.761,48	6.063,39
2014NE800003	P&P TURISMO LTDA - ME	12.665,05	0,00	12.665,05
Total		59.489,92	40.761,48	18.728,44

A Nota de Empenho 2014NE000013 foi utilizada para pagamento da contribuição anual à Agência Internacional de Energia – AIE – referente à participação do MME no grupo de trabalho Hydropower no período de 1/04/2014 a 31/03/2015.

Quanto à empresa P&P TURISMO LTDA – ME, trata-se de serviço de caráter continuado, Contrato 05/2014 – MME, cujas despesas demandadas durante o mês de dezembro são costumeiramente pagas no exercício seguinte. O saldo de R\$ 18.728,44 foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015, e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

RESTOS A PAGAR - SEE

Quadro 47: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SEE/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º /jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2013	479,44	0,00	0,00	479,44
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º /jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	83.146.915,59	19.398,67	0,00	83.127.516,92
2013	879.333,00	879.333,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-

Análise Situacional

Restos a Pagar Processados: o valor de R\$ 479,44, refere-se à inclusão da fatura N° 8853/2013-SEE/GABI, emitido pela empresa Viagens Brasil, por meio da qual gerou o documento hábil 2013NP000050 que não foi finalizado por problemas operacionais. A mesma fatura foi liquidada e paga através do documento hábil 2013NP000053, constante no processo 48000.001517/2013-75. Portanto, o saldo será baixado.

Restos a Pagar Não Processados 2014: conforme quadro abaixo, informamos que do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor inscrito de R\$ 61.982,68, foi empenhado em favor da empresa P&P TURISMO LTDA – ME, Notas de Empenho 2014NE800001, 2014NE800003, 2014NE800005 e 2014NE800009. Trata-se de serviço de caráter continuado, Contrato 05/2014 – MME, cujas despesas demandadas durante o mês de dezembro são costumeiramente pagas

no exercício seguinte. O saldo restante de R\$ 42.584,01 foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015 e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

Empenho	Credor	Valor Inscrito	Valor Pago	Saldo
2014NE800001	P&P TURISMO LTDA	19.321,16	15.860,97	3.460,19
2014NE800003	P&P TURISMO LTDA	17.508,16	3.537,70	13.970,46
2014NE800005	P&P TURISMO LTDA - ME	13.026,52	0,00	13.026,52
2014NE800009	P&P TURISMO LTDA - ME	12.126,84	0,00	12.126,84
Total		61.982,68	19.398,67	42.584,01

Do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor inscrito totalizando R\$ 820.667,00 empenhado em 2014, Ação 1379, Notas de Empenho 2014NE000012, de investimento, no valor de R\$ 544.310,01 e 2014NE000021, de custeio, no valor de R\$ 276.357,00, serão destinados em complemento ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

Do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor inscrito de R\$ 69.685.000,00, representado pela Nota de Empenho nº 2014NE000001, versa sobre o Repasse de Recursos do Fundo Setorial CDE, as Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, Processo 48000.000021/2014-65.

Este recurso ficará à disposição, no orçamento da CDE, para aplicações regulamentares devidamente comprovadas.

Do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor inscrito de R\$ 12.579.265,00, representado pela Nota de Empenho nº 2014NE000022, versa sobre o projeto de implantação de obras de infraestrutura de energia elétrica em face do evento Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Processo 48000.000021/2014-65.

O projeto foi regulado pela Resolução Normativa ANEEL nº 625/2014 e a primeira parcela foi autorizada pelo Despacho ANEEL nº 4.318/2014, que permitiu o repasse, via CDE, do valor de R\$ 27.735.734,10, encaminhados à Eletrobras e repassados à LIGHT em 28/11/2014, por meio da Ordem Bancária nº 2014OB800196.

O recurso total do Projeto foi estipulado em R\$ 40.315.000,00, recursos estes transferidos do Orçamento do Ministério do Esporte para o Ministério de Minas e Energia por meio do Decreto s/n de 28 de outubro de 2014.

Os recursos complementares ao valor estipulado no Decreto s/n de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 40.315.000,00, de exatos R\$ 12.579.265,90 poderão ser utilizados pela LIGHT, para os mesmos fins, com base no Art. 6º, § 3º da Resolução Normativa ANEEL 625/2014.

Este recurso, proveniente do desbloqueio, ficará à disposição, no orçamento da CDE, para complementação de projetos da LIGHT para implantação de obras de infraestrutura de energia elétrica em face do evento Olimpíadas 2016, depois de devidamente comprovados junto à ANEEL.

Restos a Pagar não Processados 2013:

Sobre os valores inscritos em 2013, informamos que o valor de R\$ 879.333,00, empenhado em 2013 nas Ações 20A9 e 1379, Notas de Empenho 2013NE000029, de custeio, no valor de R\$ 829.33,00 e 2013NE000030, de investimento, no valor de R\$ 50.000,00, foi pago em 29 de dezembro de 2015, Ordem Bancária 2015OB800193, destinado em complemento ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

RESTOS A PAGAR - SPOA

Quadro 48: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPOA/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	146,25	-	-	-
2013	4.983,05	-	-	-
2012	28.936,88	-	-	-
2011	20.025,82			
2010	4.824,11	-	-	-
2009	181,33	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	110.770.215,24	109.290.575,25	50.913,49	1.428.726,50
2013	240.326,13	240.134,22	191,91	0,00
2012	36.268,90	36.268,50	0,40	0,00

Análise Situacional

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se à aplicação de penalidades por descumprimento contratual. No momento do pagamento é utilizada uma dedução específica para retenção do valor correspondente sobre o pagamento devido ao fornecedor. Tais valores serão recolhidos ao Tesouro Nacional após conclusão de todas as etapas de notificação e o consequente esgotamento dos recursos de defesa.

Do montante do saldo de Restos a Pagar Não Processados de 2014, a maioria - 96% - deve-se a pagamentos devidos à Itaipu Binacional, em atendimento ao Decreto nº 7.506, de 27/06/2011 e à Portaria Interministerial nº 420, de 25/08/2011.

Ressalte-se que do saldo remanescente de R\$ 1.428.726,50, o montante de R\$ 1.408.308,00 foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015 e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPOA/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de jan do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	2.801.969,49	2.404.489,69	397.479,80	0,00

2013	600,00	0,00	600,00	0,00
-	-	-	-	-

Análise Situacional

No exercício de 2014, foram inscritos em RP não processados os empenhos para pagamentos de pessoal com duas expectativas:

- I) reembolso às empresas com funcionários cedidos ao órgão das faturas referente ao mês de dezembro/2014; e
- II) recadastramento de aposentados e pensionistas com dispêndios referentes aos meses de novembro e dezembro de 2014.

Como não havia conhecimento dos valores específicos, optou-se por inscrever o saldo remanescente dos empenhos, que, após liquidação e pagamento, foi realizado o devido cancelamento do saldo dos empenhos inscritos.

Em 2013, o valor correspondente a um evento de capacitação à distância deixou de ser realizado por incompatibilidade de sistemas entre a empresa e o órgão.

2.12. Execução descentralizada com transferência de recursos.

Quadro 49: Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios (SPOA)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
UG/GESTÃO:	320005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	3.168.913,14	2.776.384,64
Contrato de Repasse						
Totais						

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Quadro 50: Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão (SPOA)

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos				
UG/GESTÃO: 320005/00001				
Contas Apresentadas ao Repassador no Exercício de Referência do Relatório de Gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	...
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-		
	Quantidade Reprovada	-		
	Quantidade de TCE Instauradas	-		
	Montante Repassado (R\$)	-		
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01		
	Montante Repassado (R\$)	7.191.116,14		

Fonte:

Obs.: Convênio nº 01/2012 – MME/GEAP, SIAFI 672549, ainda vigente (até 29/06/2017)

Quadro 51: Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos (SPOA)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
UG/GESTÃO: 320005/00001					
Instrumentos da Transferência	Quantidade de Dias de Atraso na Análise das Contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	01
Contratos de Repasse					
...					
...					

Análise Situacional

Trata-se de valores de repasses realizados mensalmente à GEAP permanecendo equivalentes nos exercícios citados, considerando a suspensão de novas adesões e algumas saídas de aposentados e pensionistas por falecimento ou perda do direito do beneficiário de pensão.

Nos exercícios de 2013 e 2014, repasses mensais de acordo com o Convênio nº 01/2012 - MME/GEAP, sendo realizados os registros de comprovação e aprovação conforme documentos SIAFI: 2016NS000086, 2016NS000087, 2016NS000088 e 2016NS000089.

No exercício de 2015, repasses mensais de acordo com o Convênio nº 001/2013 - Planejamento/GEAP.

Obs.: O Convênio nº 01/2012-MME/GEAP, SIAFI 672549 tem a vigência até 29/06/2017, assim não existem informações sobre a prestação de contas final.

2.13. Informações sobre auxílios prestados por intermédio de convênios

CONVÊNIOS - SGM

Quadro 52: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SGM)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM.					
UG/GESTÃO:	320012					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	01	-	244.600,00	225.400,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	01	03	15.000,00	35.000,00	80.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	01	01	04	15.000,00	279.600,00	305.400,00

Quadro 53: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SGM)

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de

convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente						
Nome:	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
UG/GESTÃO	320012					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	01	-
		Montante Repassado	470.000,00	-	35.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-	-
Fonte:			470.000,00	-	35.000,00	-

OBS.: O termo de descentralização celebrado em 2015 terá o seu prazo de apresentação da prestação de contas finalizado no exercício de 2016.

Quadro 54: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SGM)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral				
UG/GESTÃO	320012				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	01	-
	Quantidade reprovada	-	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	35.000,00	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	470.000,00	-	-	-

CONVÊNIOS - SPE

Quadro 55: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPE)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ:	37.115.383/0001-53					
UG/GESTÃO:	320010/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento. (em R\$ 1,00).		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013

Convênio		1			250.000,00	
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1			75.000,00		
Termo de Compromisso						
Totais	1	1		75.000,00	250.000,00	

Análise Situacional

Como já mencionado, no ano de 2014, foi realizado um Convênio com o Centro de Pesquisas em Energia Elétrica – CEPEL. Esse Convênio tem como objetivo, o aprimoramento do programa MATRIZ e dar apoio a outras atividades correlatas, foi firmado, em maio de 2014, com valor total de R\$ 1.100.000,00, e vigência até 2017. Houve repasse autorizado em 2014 de um total de R\$ 250.000,00.

No exercício de 2015, ocorreu apenas um repasse no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente à parcela inicial do referido Termo de Execução.

Quadro 56: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SPE)

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE				
CNPJ: 37.115.383/0001-53		UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2015	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	300.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	1.300.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Análise Situacional

No exercício de 2015, a Secretaria não efetivou nenhuma transferência de recursos para outras Instituições. No dia 24 de dezembro de 2014 houve o encerramento do Convênio nº 773762/2012 MME/CEPEL, desse modo, no exercício de 2015 não permaneceu nenhum convênio em execução.

CONVÊNIOS - SPG

Quadro 57: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos (SPG)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320017				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Convênio	009/2001 ⁽¹⁾	03.723.329/0001-79; 58.518.069/0001-91	8.366.530 ⁽²⁾	3.090.057 ⁽³⁾	0 ⁽⁴⁾	4.486.731	01/11/01	31/12/14 ⁽⁵⁾	Concluído ⁽⁶⁾

Análise Situacional

⁽¹⁾ Convênio MME nº 009/2001 foi firmado entre o MME e a EMTU/SP e teve sua vigência até 31 de dezembro de 2014, estando atualmente encerrado. Esse Convênio atribuía a implementação do Projeto Ônibus a Hidrogênio à EMTU/SP, no âmbito do Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, firmado entre o MME, a EMTU/SP, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Global Environment Facility (GEF). O PRODOC BRA/99/G32 teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2015. Considerando isso, foram mantidas neste Relatório de Gestão as informações referentes ao Convênio MME nº 009/2001, mesmo encerrado, em função da continuidade do Projeto no âmbito do PRODOC BRA/99/G32. Vale comentar que o mecanismo de repasse dos recursos da União era feito da seguinte forma: a FINEP, por descentralização, transferia os recursos (do Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, em que o MME é convenente, instrumento encerrado também em 31 de dezembro de 2014) para o MME, e este, por sua vez, os transferia para o PNUD, que tem a atribuição de gerir os recursos financeiros do projeto e participar da sua execução em colaboração com o MME e a EMTU/SP. A EMTU/SP, como implementadora do projeto, utilizava estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstas no Plano de Trabalho e é a beneficiária final dos ônibus e da estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Até o Relatório de Gestão de 2012, foi informado que o beneficiário do Convênio era o PNUD (CNPJ 03.723.329/0001-79), poderia ser o destinatário dos recursos da FINEP. A partir do Relatório de Gestão de 2013, fez-se o ajuste para incluir como beneficiária a EMTU/SP (CNPJ 58.518.069/0001-91), por ser a destinatária dos bens produzidos no âmbito do Projeto.

⁽²⁾ Estes recursos são provenientes do Convênio FINEP nº 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP, concedente, e o MME, convenente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

⁽³⁾ A EMTU/SP, de acordo com o Convênio MME nº 009/2001, entra com uma contrapartida de R\$ 3.090.057,00, que pode ser na forma de recursos financeiros e/ou bens materiais e/ou serviços. O projeto conta ainda com recursos do PNUD, tendo como fonte o GEF, no valor de US\$ 12.274.000,00, os quais convertidos pela cotação do dólar da época da assinatura do Convênio correspondem a R\$ 22.338.680,00. Em dezembro de 2011, foi celebrada ainda uma revisão do PRODOC com a inclusão de recursos próprios do PNUD no valor de US\$ 55.500,00 ao Projeto.

⁽⁴⁾ O Convênio está concluído e não há possibilidade de novas transferências desde seu

encerramento em 2014.

(5) O Convênio MME nº 009/2001, celebrado em 1º de novembro de 2001, tinha a vigência até 1º de novembro de 2006. Em 1º de novembro de 2006, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2001, prorrogando a sua vigência até 30 de junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2011, prorrogando a sua vigência até 31 de dezembro de 2014.

(6) O Convênio MME nº 009/2001 teve vigência até 31 de dezembro de 2014, juntamente com o Convênio FINEP nº 21.02.0058.00. Entretanto, foi dada continuidade ao Projeto no âmbito do PRODOC BRA/99/G32, que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2015, motivo pelo qual se optou por rerepresentar as informações do Convênio neste Relatório de Gestão

CONVÊNIOS - SEE

Quadro 58: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SEE)

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Energia Elétrica-SEE				
CNPJ: 37.115.383/0001-53		UG/GESTÃO: 320013/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
	Contas Prestadas	Quantidade	7	
		Montante Repassado	19.345.057,00	
2015	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	0	
	Contas Prestadas	Quantidade	6	
		Montante Repassado	1.904.884,00	
2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	6	
		Montante Repassado	19.486.647,00	
	Contas Prestadas	Quantidade	5	
		Montante Repassado	2.752.394,44.	
2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	12	
		Montante Repassado	21.391.531,00	
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	43	
		Montante Repassado	53.957.269,59	

Análise Situacional

Em Contas Prestadas, na coluna de Convênios, o valor do montante repassado inclui o valor de R\$ 513.590,00 referente ao Termo de Parceria nº 700872/2008, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF, em razão do quadro não prever uma coluna para Termos de Parceria. Observa-se que ainda, que o Termo de Parceria foi objeto da Tomada de Contas Especial com Comissão de Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria SPOA/SE/MME nº 16 de 10/03/2015, prorrogada pela Portaria SPOA/SE/MME nº 20, de 28/04/2015 – Processo nº 48000.000379/2015-79, enviado para a Controladoria Geral da União – CGU em 29/05/2015, por meio do Ofício nº 33/2015-SPOA/SE-MME, para certificação das contas e posterior envio ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Salienta-se também o acréscimo no valor de R\$ 372.000,00, referente ao Convênio nº 001/2001 – Processo nº 48000.002489/2001-70 celebrado entre o Ministério de Minas e Energia - MME e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE, não informado nos relatórios anteriores.

Ano 2015 - Convênios de responsabilidade da SEE:

• 6 Convênios com Contas prestadas e 1 Termo de Parceria

1. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/2008 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.
2. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.
3. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.
4. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.
5. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.
6. Convênio nº 011/2001-MME – Processo nº 48000.002489/2001-70 – SIAFI nº 430745, celebrado entre o Ministério de Minas e Energia-MME e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE – vigência 29/12/2003. Valor do repasse R\$ 372.000,00.

7. 1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012, no valor de R\$ 513.590,00.

• Valor dos Repasses 2015 - Contas Prestadas: R\$ 19.345.057,00

• Convênios com Contas não Prestadas

1. Não existem Convênios aguardando prestação de contas, todo o passivo relacionado à Secretaria de Energia Elétrica foi solucionado.

Ano 2014 - Convênios de responsabilidade da SEE:

• 6 Convênios com Contas Prestadas

1. Convênio nº 701083/2008 – Processo nº 48000.002554/2008-33 – SIAFI nº 652462, celebrado entre o MME e o Instituto de Assistência a Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável –IDS/RN – vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 594.998,00.

2. Convênio nº 720171/2009 - Processo nº 48000.002257/2009-70 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL - vigência 29/12/2010 – Valor repassado R\$ 249.886,00.
3. Convênio nº 720215/2009 - Processo nº 48000.002290/2009-07 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 15/12/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
4. Convênio nº 026/2004 - Processo nº 48000.002981/2004-98 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 30/09/2006 – Valor repassado R\$ 570.000,00
5. Convênio nº 729287/2009 - Processo nº 48000.002453/2009-43 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 330.000,00.
6. Convênio nº 004/2000 - Processo nº 48000.001973/1999-60 – SIAFI nº 391.457, celebrado entre MME e SEINPE/RJ, hoje SEDEIS – vigência 29/05/2003. Valor do repasse: R\$ 60.000,00.

Valor dos Repasses 2014 - Contas Prestadas: R\$1.904.884,00

• 5 Convênios e 1 Termo de Parceria com Contas não Prestadas:

1. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/2008 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.
2. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.
3. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.
4. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.
5. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465.611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.

Valor dos Repasses: R\$ 18.973.057,00

• 1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012, no valor de R\$ 513.590,00.

Valor dos Repasses 2014 - Contas Não Prestadas: R\$ 19.486.647,00

Valor Total dos montantes financeiros dos instrumentos de transferências considerados no ano de 2014: R\$ 21.391.531,00

Ano 2013 - Convênios de responsabilidade da SEE:

• 5 Convênios com Contas Prestadas:

1. Convênio nº - 701096/2008 - Processo nº 48000.002552/2008-44 - SIAFI nº 652455, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul/RS – vigência 22/08/2011 – Valor repassado R\$ 165.800,00.
2. Convênio nº 702588/2008 - Processo nº 48000.002666/2008-94 - SIAFI nº 652442, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/RJ – vigência 13/10/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
3. Convênio nº 720157/2009 - Processo nº 48000.002253/2009-91 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luziânia/GO - vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 239.930,00.
4. Convênio nº 720600/2009 - Processo nº 48000.002256/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Formosa/GO- vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 282.217,00.
5. Convênio nº 021/2006 - Processo nº 48000.003398/2005-85 - celebrado entre o MME e a Fundação Souzafrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA /MA – vigência –30/03/2012. Valor repassado R\$ 1.964.447,44.

Valor dos Repasses 2013 – Contas Prestadas: R\$ 2.752.394,44.

• 11 Convênios com Contas não Prestadas:

1. Convênio nº 701083 – Processo nº 48000.002554/2008-33 – SIAFI nº 652462, celebrado entre o MME e o Instituto de Assistência a Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável –IDS/RN – vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 594.998,00.
2. Convênio nº 720171/2009 - Processo nº 48000.002257/2009-70 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL - vigência 29/12/2010 – Valor repassado R\$ 249.886,00.
3. Convênio nº 720215/2009 - Processo nº 48000.002290/2009-07 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 15/12/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
4. Convênio nº 729287/2009 - Processo nº 48000.002453/2009-43 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 330.000,00.
5. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/2008 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.
6. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.
7. Convênio nº 026/2004 - Processo nº 48000.002981/2004-98 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 30/09/2006 – Valor repassado R\$ 570.000,00.
8. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.

9. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.

10. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465.611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.

11. Convênio nº 004/2000 - Processo nº 48000.001973/1999-60 – SIAFI nº 391.457, celebrado entre MME e SEINPE/RJ, hoje SEDEIS – vigência 29/05/2003. Valor do repasse: R\$ 60.000,00.

Valor dos Repasses: R\$ 20.877.941, 00.

• **1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:**

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136,celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012, no valor de R\$ 513.590,00.

Valor dos Repasses 2013 - Contas Não Prestadas: R\$ 21.391.531,00

Valor Total dos montantes financeiros dos instrumentos de transferências considerados no ano de 2013: R\$ 24.143.925,44

Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

A visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse: contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ.

A data de referência a ser considerada em cada exercício é 31 de dezembro.

Quadro 59: Situação da análise das contas prestadas (SEE)

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Secretaria de Energia Elétrica							
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320013/0001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2015	Quantidade de Contas Prestadas						
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada				
			Quantidade Reprovada				
			Quantidade de TCE		1		
			Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade					
		Montante Repassado (R\$)					
		Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		6	
				Quantidade Reprovada			
	Quantidade de TCE						
Montante Repassado (R\$)				1.904.884,00			
Contas NÃO Analisadas	Quantidade		6				
	Montante Repassado (R\$)		19.486.647,00				
	Quantidade de contas prestadas						
	2014	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		5		
Quantidade Reprovada							
Quantidade de TCE							

	Contas NÃO Analisadas	Montante repassado	2.752.394,44	
		Quantidade	12	
		Montante repassado (R\$)	21.391.531,00	
2013	Quantidade de contas prestadas			
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	15	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante repassado	5.297.418,71	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	17	
Montante repassado (R\$)		24.143.925,44		

Para o ano de 2014 restava à Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME encerrar a prestação de contas de 11(onze) Convênios e 1 (um) Termo de Parceria. No entanto, só foi possível o encerramento de 6 (seis) convênios, ficando pendente para o ano de 2015 a avaliação das prestações de contas de 5 (cinco) Convênios e 1 Termo de Cooperação, conforme já explicitado na análise crítica quadro anterior desse documento em 2014.

Importa registrar que as pendências mencionadas foram sanadas em 2015, estando os Convênios com prestação de contas final aprovadas e processos arquivados, salvo o Termo de Parceria acima citado que foi objeto de Tomada de Contas Especial – TCE, Portaria nº 16, de 10 de março de 2015, prorrogada pela Portaria nº 20, de 28 de abril de 2015, Processo 48000.000379/2015-7, enviado a CGU em 29 de maio de 2015, por meio do Ofício nº 33/2015-SPOA/SE-MME, e enviada ao Tribunal de Contas da União em 19 de outubro de 2015, onde encontra-se em análise. Portanto, o planejamento para abolir o passivo de Convênios na carga da Secretaria foi realizado por intermédio de ações corretivas relativas ao Plano de Ações dos Convênios.

2.14. Informação sobre realização das receitas

A UPC- MME não possui fontes de receitas próprias. Portanto a explicação para esse ítem, não se aplica.

2.15. Informação sobre execução das despesas

Quadro 60: Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia		Código UO: 32101		UGO: 320002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	19.270.657	20.383.307	19.264.695	20.383.160	
a) Convite		17.797		17.797	
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	19.270.657	20.365.510	19.264.695	20.365.364	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	3.730.031	3.269.018	3.730.031	3.269.018	
h) Dispensa	2.525.298	2.169.964	2.525.298	2.169.964	
i) Inexigibilidade	1.204.734	1.099.054	1.204.734	1.099.054	
3. Regime de Execução Especial	9.856	5.834	9.856	5.834	
j) Suprimento de Fundos	9.856	5.834	9.856	5.834	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	196.319.741	194.018.182	196.319.741	194.018.182	

k) Pagamento em Folha	195.910.181	193.589.659	195.910.181	193.589.659
l) Diárias	409.560	428.523	409.560	428.523
5. Outros	42.595.043	20.198.242	42.595.043	20.198.242
6. Total (1+2+3+4+5)	261.925.327	237.874.583	261.919.366	237.874.437

Fonte: SIAFI

Quadro 61: Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia					Código UO: 32101		UGO: 320001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
TOTAL DESPESAS CORRENTES	251.193.533	291.653.260	236.027.442	231.020.652	15.166.091	60.632.608	236.021.481	231.020.652
1. Despesas de Pessoal	198.077.191	196.219.508	195.910.181	193.589.659	2.167.010	2.629.849	195.910.181	193.589.659
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	66.661.721	63.296.217	66.661.721	63.296.217			66.661.721	63.296.217
1 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	52.565.929	52.452.806	52.565.929	52.452.806			52.565.929	52.452.806
3 - Pensões do RPPS e do Militar	39.558.161	38.306.098	39.558.161	38.189.371		116.726	39.558.161	38.189.371
Demais Elementos do Grupo	39.291.380	42.164.388	37.124.370	39.651.265	2.167.010	2.513.123	37.124.370	39.651.265
2. Juros e Encargos da Dívida	335.533	116.116	335.533	116.116	0		335.533	116.116
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	335.533	116.116	335.533	116.116			335.533	116.116
3. Outras Despesas Correntes	52.780.809	95.317.636	39.781.728	37.314.877	12.999.081	58.002.759	39.775.767	37.314.877
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP. Int. Orc.	29.303.986	73.569.382	20.073.516	18.735.922	9.230.470	54.833.460	20.073.516	18.735.922
37 - Locação de Mão-de-obra	9.660.166	8.670.161	8.816.429	7.723.670	843.737	946.492	8.810.468	7.723.670
46 - Auxílio-Alimentação	3.935.485	3.927.720	3.935.485	3.927.720			3.935.485	3.927.720
Demais Elementos do Grupo	9.881.173	9.150.373	6.956.298	6.927.565	2.924.874	2.222.808	6.956.298	6.927.565
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	31.994.179	24.790.469	25.897.885	6.853.931	6.096.294	17.936.538	25.897.885	6.853.784
4. Investimentos	14.131.634	22.790.469	8.035.340	4.853.931	6.096.294	17.936.538	8.035.340	4.853.784
52 - Equipamentos e Material Permanente	10.778.682	15.252.579	4.682.388	0	6.096.294	2.683.959	4.682.388	0
51 - Obras e Instalações	2.922.367	5.715.015	2.922.367	3.031.057		15.252.579	2.922.367	3.030.910
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP. Int. Orc.	430.585	1.822.874	430.585	1.822.874			430.585	1.822.874
5. Inversões Financeiras	17.862.545	2.000.000	17.862.545	2.000.000			17.862.545	2.000.000
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	17.862.545	2.000.000	17.862.545	2.000.000			17.862.545	2.000.000
6. Amortização da Dívida								
TOTAL	283.187.712	316.443.729	261.925.327	237.874.583	21.262.385	78.569.146	261.919.366	237.874.437

Análise Situacional

Em 2015, houve redução no valor empenhado no GND 3 – Outras Despesas Correntes de R\$ 42,5 milhões (-44,6%) em relação ao empenhado em 2015. Também houve redução no GND 4 – Investimentos em 2015, no montante de R\$ 8,6 milhões (-38%) em relação a 2014.

Houve aumento quanto ao GND 5 - Inversões Financeiras, correspondente ao aporte de capital na PPSA (ação 0E90 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA).

O orçamento do Ministério de Minas e Energia, no exercício de 2015, assim como o dos demais órgãos do Poder Executivo Federal, foi submetido a dois contingenciamentos, por meio dos Decretos nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e nº 8.496, de 30 de julho de 2015.

O Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, estabeleceu, para as Demais Despesas Discricionárias (não considera o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e os Benefícios ao Servidor), um contingenciamento de cerca de 27% em relação às dotações aprovadas na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015), ou de cerca de 18% em relação às dotações previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015.

Posteriormente, o Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015, alterou o Decreto anterior e apresentou um novo contingenciamento, estabelecendo, para o MME, uma redução adicional de cerca de 3,5% em relação ao limite anterior.

2.16. Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento de governo federal

Quadro 62: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do Maior Limite Individual Concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	Qtde	Valor Total	
2015	320004	CGRL	0	0,00	07	29.716,00	6.000,00
2014	320004	CGRL	0	0,00	06	33.500,00	6.500,00

Fonte: SIAFI

Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	Qtde	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	320004	CGRL	0	0,00	0	0,00	9.856,17	9.856,17
2014	320004	CGRL	0	0,00	0	0,00	5.834,37	5.834,37

Fonte: SIAFI

Quadro 63: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
320004	CGRL	339030	9	79,13	
			16	1.189,38	
			17	2.880,00	
			26	1.434,81	
			29	890,00	
			42	115,13	
			44	275,00	
			59	66,72	
			339039	17	800,00
				20	1.410,00

		449052	12	716,00
--	--	--------	----	--------

2.17. Desempenho Operacional

Tendo em vista que o Ministério utiliza os objetivos do PPA , como seus próprios objetivos, esse desempenho já está contemplado no ítem 2.7.

Quanto às eventuais dificuldades enfrentadas pelo Ministério na consecução de seus objetivos essas estão expostas no ítem 2.9.

2.18. Licenciamento Ambiental do Setor Elétrico

Em 2015 deu-se continuidade à articulação intrasetorial e intersetorial para implementação de ações que visem o equacionamento de questões socioambientais relativas a empreendimentos do setor elétrico, além de atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental. Destacam-se os projetos da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aqueles elencados como prioritários pelo ONS e CMSE dada sua contribuição para o atendimento das metas de geração e transmissão de energia elétrica.

As ações de monitoramento alcançaram, até 31 de dezembro de 2015, quase 700 empreendimentos entre planejados, outorgados ou autorizados do setor elétrico. São apresentados, a seguir, os principais destaques:

Geração de Energia Elétrica

- Emissão da Licença Prévia 502/2015, em 14 de abril de 2015, da UHE Davinópolis - 74MW, situada entre os Municípios de Davinópolis (GO) e Abadia dos Dourados(MG);
- Emissão da Licença de Instalação 1061/2015, em 18 de junho de 2015, da UTE Pampa Sul - 340 MW, localizada no Município de Candiota/RS e da respectiva retificação e Autorização de Supressão de Vegetação 1045/2015 em 7 de julho de 2015;
- Emissão de Autorização pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 25 de agosto de 2015, para reinício das obras da UHE Baixo Iguaçu - 350,2 MW, localizada entre os Municípios de Capanema, Planalto, Realeza, Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná;
- Emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte, em 24 de novembro de 2015, localizada nos Municípios Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no estado do Pará.

Transmissão de Energia Elétrica

- Emissão da Licença de Instalação 1028/2014, em 12 de fevereiro de 2015, da LT 500 kV Tucuruí II – Colinas. Aproximadamente 563 km distribuídos no Pará e Tocantins;
- Emissão da Licença Prévia 504/2015, em 27 de março de 2015 e da Licença de Instalação nº 1096/2015 em 18 de dezembro de 2015, do Sistema de Transmissão composto pelas Linhas de Transmissão Itatiba-Bateias, Araraquara II-Itatiba e Araraquara II-Fernão Dias e Subestações, Santa Bárbara do Oeste, Itatiba e Fernão Dias. Cerca de 880 km nos estados de São Paulo e Paraná;
- Emissão da Licença Prévia 506/2015, em 20 de maio de 2015 e da Licença de Instalação 1080/2015, em 05 de outubro de 2015 da Interligação Belo Monte – LT em corrente contínua 800 kV Xingu - Estreito e Instalações Associadas. A Licença de Instalação foi específica para as Estações Conversoras da SE Xingu e SE Estreito e canteiros principais, de 2.087 km de extensão, situada nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Pará;

- Emissão da Licença Prévia 508/2015, em 15 de junho de 2015, da LT 500 kV Xingu - Parauapebas - Miracema; Parauapebas – Itacaiúnas. 1761 km de extensão distribuídos no Pará e Tocantins;
- Emissão da Licença Prévia 511/2015, de 14 de julho de 2015, da LT 500 kV Presidente Dutra - Sobral III, com 543 km de extensão entre Maranhão, Piauí e Ceará;
- Emissão da Licença Prévia 509/2015, em 24 de julho de 2015, da LT 500 kV Assis - Londrina C2. 122 km de extensão, entre São Paulo e Paraná;
- Emissão da Licença de Instalação 1073/2015, em 19 de agosto de 2015, da LT 500 kV Marimondo 2 – Campinas, aproximadamente 367 km de extensão entre São Paulo e Minas Gerais;
- Emissão da Licença de Instalação parcial 2373/2015, em 20 de agosto de 2015, para LT 500 kV Araraquara 2 – Taubaté, aproximadamente 356 km em São Paulo. Licença de Instalação de outro trecho foi emitida em 30/10;
- Emissão da Licença de Instalação 1071/2015, em 25 de agosto de 2015, da LT 500 kV São João do Piauí - Luiz Gonzaga. Extensão aproximada de 630 km distribuídos em Piauí, Ceará e Pernambuco;
- Emissão da Licença Prévia 524/2015 em 23 de dezembro de 2015, da LT 500kV Estreito-Fernão Dias e Subestações Associadas, com extensão de aproximadamente 342 Km em São Paulo e Minas Gerais;
- Participação na reunião realizada na Comunidade Indígena Waimiri-Atroari, Roraima/RR, em outubro de 2015, para tratar do Sistema de Transmissão Interligação Manaus – Boa Vista., cuja Licença Prévia 522/2015, foi emitida em 09 de dezembro de 2015. A Licença de Instalação ainda não foi emitida.

No ano de 2015, em articulação com órgãos licenciadores e outros atores envolvidos, o MME removeu óbices de importantes projetos de energia elétrica. Não obstante, projetos que reduzirão o consumo de combustível gerado por termelétrica, sofreram atrasos por envolvimento com questões indígenas (FUNAI), como é o caso da Linha de Transmissão 500kV Manaus – Boa Vista e Linha de Transmissão 230kV Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

De uma maneira geral, nas atividades afetas ao monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental, a multiplicidade de agentes e atores envolvidos no processo tem provocado atrasos na obtenção das licenças. Em especial, observa-se dificuldades relacionadas a obtenção da Declaração do Uso e Ocupação do Solo, documento obrigatório no âmbito do procedimento (Resolução CONAMA 237/97), que é emitido pelas Prefeituras Municipais onde fica localizado o empreendimento, principalmente linhas de transmissão.

2.19. Desempenho quanto as metas de universalização de energia elétrica

Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Em novembro de 2003 foi lançado o Programa Luz para Todos (LPT) com o desafio de expandir a prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, que ainda não possuíam acesso a esse serviço essencial para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Com a implantação do Programa nos vários Estados do Brasil, foi identificada a existência de mais um milhão de famílias ainda sem acesso à energia elétrica, além da meta inicial, que teve como base o Censo do IBGE de 2010.

Em 12 anos, 3,2 milhões de famílias na área rural do País foram atendidas beneficiando 15,6 milhões de brasileiros, com a aplicação de investimentos que ultrapassaram R\$ 22,8 bilhões.

Em decorrência do desempenho do Programa, foi editado o Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, estendendo o período de vigência do Programa LPT para o final do ano de 2018, de forma a cumprir as metas necessárias ao atendimento da totalidade de famílias que permaneciam ainda sem os benefícios.

Em 2015, o Programa Luz para Todos atendeu a 57.676 famílias rurais, levando o benefício para mais de 231 mil pessoas. No acumulado, até dezembro de 2015, foram atendidas 3.258.086 famílias em todo o País.

Até dezembro de 2015, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras, assinou contratos que somam R\$ 489,6 milhões para a implementação do Programa LpT. Além disso, liberou R\$ 656 milhões para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados no ano de 2015 e nos exercícios anteriores.

Com a edição do Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, que alterou o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, o Programa Luz para Todos deverá atender também aos domicílios localizados nas regiões remotas dos sistemas isolados, que não podem ser conectados eletricamente ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram publicados, o Manual de Operacionalização do Programa para o período 2015/2018, o Manual de Atendimento para as Regiões Remotas dos Sistemas Isolados e o Caderno de Especificações Técnicas para os atendimentos em Regiões Remotas dos Sistemas Isolados.

No âmbito das Ações Integradas do Programa LpT, desde 2014 não há destinação de recursos para novos projetos, porém foram mantidos os projetos em andamento que estão beneficiando cerca de 25.000 famílias. Além dos CCPs, outros projetos como os de perfuração e instalação de 73 poços tubulares favoreceram 1.936 famílias. Em 2015, a prioridade foi o acompanhamento e monitoramento dos projetos implantados e encerramento de seis convênios e um Termo de Parceria referentes aos CCPs.

O Programa realizou, em 2015, em parceria com a SEPIR, cursos para formação de agentes multiplicadores sobre a Tarifa Social e temas relacionados à energia elétrica. Já foram capacitados cerca de 388 professores, agentes de saúde e lideranças quilombolas, com previsão de capacitar, em 2016, aproximadamente 200 quilombolas.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 57.676 ligações em 2015 foram: monitoramento dos programas de obras junto às concessionárias de energia elétrica, gestões junto ao Tesouro Nacional para o repasse de recursos para o Programa, gestões junto à Caixa Econômica Federal e agentes executores para efetivação de contratos e liberação de recursos, reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores e Coordenações-Gerais de Monitoramento da Expansão da Geração (CGEs), interação junto à ANEEL para acompanhamento dos atendimentos pela universalização, interação junto à SEPIR, MEC, FUNAI, MDS e INCRA para monitoramento do atendimento por energia elétrica das prioridades do Programa, interação junto à ANEEL com vistas à regulamentação do atendimento por energia elétrica em regiões remotas.

Em decorrência da conclusão do Programa e da declaração de universalização do acesso à energia em várias áreas de concessão, em 2015, foram encerradas as atividades dos Comitês Gestores Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraíba.

2.20. Indicadores de Desempenho

No exercício de 2015, o Ministério manteve a aferição dos indicadores estabelecidos nos anos anteriores, com o monitoramento do desempenho de alguns serviços operados no âmbito dos processos de gestão de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de gestão de orçamento e finanças, bem como de organização administrativa.

Na sequência, são relacionados os indicadores referentes aos produtos/serviços:

Quadro 64: Indicadores referentes aos produtos/serviços

Indicador: Média de Afastamento por Servidor (MAS)				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	$(\text{Total de Dias em Licença Médica}) / (\text{Total de Servidores na Sede})$	Anual	4,55 dias	6,36 dias
<p>Análise do indicador: Dentro da meta estabelecida (< ou = 10 dias), não houve acréscimo em relação ao exercício anterior, apesar da avançada faixa etária do pessoal deste Órgão. Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados do MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.</p> <p>Dos 664 servidores do MME, 263 (39,61%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável, pois todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, que justificam a incidência do percentual de afastamento. Ainda, nesse contexto, dos 4.222 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 2.697 dias foram gozados por 51 (7,68%) servidores (reincidentes), sendo que esses servidores foram responsáveis por 63,88% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados de alguns servidores por motivo de doença grave (crônica).</p>				
Indicador: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	$(\text{Prazo dos Trâmites da Aposentadoria}) / (\text{Número de Processos de Aposentadoria})$	Anual	6,08 dias	5,15 dias
<p>Análise do indicador: Levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto à sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador acima (5,15 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.</p> <p>Importante ressaltar que muitos servidores do PGPE já atenderam os requisitos mínimos para requerer aposentadoria. O fator impactante, sem dúvida, é a possibilidade de solicitação do “Abono de Permanência”, que, em muitos casos, retarda a decisão do servidor em se aposentar.</p>				
Indicador: Percentual de Participação de Servidores no PADC				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PADC.	$(\text{Total de Participação de Servidores}) / (\text{Total de Participação Prevista no PADC}) \times 100$	Anual	89,67%	87,31%

Análise do indicador: Era esperado atingir o total de Participações previstos no Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação (PADC), o que não foi possível em razão das restrições orçamentárias em 2015.

Indicador: Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	$(\text{Tempo de Disponibilidade dos Servidores}) / (\text{Total de Servidores em Operação}) \times 100$	Mensal	99,49%	99,91%

Análise do indicador: O indicador se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do MME, que armazenam todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o índice auferido de **99,91%** de disponibilidade encontra-se acima da faixa mínima de aceitação de 97%, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

Indicador: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	$TA \leq PIA \quad TA \leq PCA$ TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo de Início de Atendimento \leq a 30 min PCA = Prazo de Conclusão de Atendimento \leq 4h	Mensal	7,3 falhas	5,4 falhas

Análise do indicador: Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk. O prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 2113 chamadas por mês (105 por dia).

O número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado, foi da ordem de **5,4** abaixo, portanto, da faixa de aceitabilidade fixada.

Verificou-se no ano de 2015 um aumento da maturidade no nível dos serviços prestados pela equipe de HelpDesk com atendimentos mais tempestivos e de qualidade.

Indicador: Consumo de Água do Bloco U

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Avaliar os níveis de gasto de água por m^2 em comparação ao exercício anterior e a outras edificações de mesmo padrão e população similar. Compreender os padrões de consumo de água da população do MME, com vistas a identificar desperdício e desenvolver ações de caráter educativo.	$\text{Consumo Total de Água (m}^3\text{/mês)} / \text{Área Total do Edifício (m}^2\text{)}$	Trimestral	0,04 ($m^3/mês/m^2$)	0,03 ($m^3/mês/m^2$)

Análise do indicador: A média geral do consumo de água nos quatros trimestres de 2015 foi de 0,03 m³/mês/m² que se enquadra na faixa de aceitação (< 0,05 m³/mês/m²). Assim a meta de manter o consumo abaixo de 0,05 (m³/mês/m²) foi alcançada.

Indicador: Consumo de Energia Elétrica do Bloco U

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Avaliar os níveis de gasto de energia por m ² em comparação ao exercício anterior e a outras edificações de mesmo padrão e população similar. Identificar situações / comportamento de desperdício a fim de desenvolver ações de enfrentamento.	Consumo Total de Energia (kWh/mês) / Área Total do Edifício (m ²)	Trimestral	8,33 (Kwh/mês/m ²)	8,75 (Kwh/mês/m ²)

Análise do indicador: A média geral do consumo de energia elétrica, nos quatro trimestres de 2015 foi de 8,75 kWh/mês/m², que se enquadra na faixa de aceitação de: <8,91 kWh/mês/m². Portanto, a meta de manter o consumo de energia elétrica abaixo de 8,91kWh/mês/m² foi alcançada.

(*) A Meta de 7,73 kWh/mês/m², anteriormente utilizada, que teve como base os três últimos trimestres do ano de 2013, foi atualizada da para 8,91 kWh/mês/m², considerando como base o consumo nos dois últimos trimestres do ano de 2014.

A necessidade de se atualizar a meta decorreu da elevação do consumo fixo de energia, devido a ampliação da Sala Cofre/CPD do MME e a instalação da Sala Cofre/CPD do MTur , em meados de agosto de 2014.

Indicador: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Verificar o grau de eficiência no tempo de atendimento da prestação dos serviços de manutenção predial.	Diferença entre a hora de conclusão da Solicitação de Atendimento (SA) e da hora de recebimento da SA.	Mensal	2h32 min	1h39min

Análise do indicador: A média geral do TESA (Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento) - de serviços de manutenção das instalações elétricas/hidrossanitárias, marcenaria e dos aparelhos de ar condicionado, em 2013, foi de 3h 08min, em 2014, de 2h36min, e em 2015 foi de 1h39min, que se enquadra na faixa de aceitação (5 horas), e demonstra então eficiência nos processos. Assim a meta de abaixar o TESA para 4 horas foi alcançada.

Indicador: Índice de Valores Orçados X Valores Contratados

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2014)	Índice Observado (2015)
Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva das contratações e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	(Total dos valores estimados menos o Total dos valores contratados) / (Total de valores estimados) X 100	Semestral	24,88%	13,54%

Análise do indicador: O indicador apresentou redução no percentual entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado em relação ao ano anterior (2014) visto que se ampliou a pesquisa de preços em diversas fontes.

2.21. Descrição e análise das ações desenvolvidas para prorrogação dos contratos de concessões

A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe no art. 7º que as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.

Com a edição dos Decretos nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e nº 8.461, de 2 de junho de 2015, que regulamentaram a Lei nº 12.783, de 2013, foram estabelecidos os regramentos para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, consolidando os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com o objetivo de elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios destinados a subsidiar definições sobre a futura situação das centrais de geração hidrelétrica, das instalações de transmissão componentes da rede básica e das instalações de distribuição depreciadas ou amortizadas.

O Decreto nº 8.461, de 2015, transferiu ao Ministério de Minas e Energia competência para a prorrogação dos prazos de concessão de distribuição de energia elétrica, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013, e estabeleceu o prazo de cinco anos para as distribuidoras atenderem às condições estabelecidas no Decreto, em conformidade com as metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O descumprimento das metas implicará na extinção da concessão e consequente licitação nos termos da referida Lei.

Nos termos dos referidos Decretos, a ANEEL apresentou ao Ministério de Minas e Energia (MME) manifestação sobre 41 concessões de distribuição, tendo sido favorável à prorrogação de 40. Dessa forma, a ANEEL manifestou-se contrariamente à prorrogação da concessão de distribuição da Companhia Energética de Roraima – CERR, tendo o Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio do Despacho de 17 de dezembro de 2015, restituído os autos à Agência para instrução do Processo com estudos complementares com vistas a subsidiar sua Decisão.

Em 28 dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 706 alterou a redação do art. 11 da Lei nº 12.783, de 2013, estabelecendo prazo de até 210 dias para o concessionário assinar o contrato de concessão ou termo aditivo, contado da data de convocação pelo poder concedente. Diante disso, as seguintes distribuidoras ainda não tiveram as concessões prorrogadas, devendo ocorrer as formalizações em 2016, quais sejam:

- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE;
- Boa Vista Energia S.A. – BOVESA;
- Centrais Elétrica de Rondônia – CERON;
- Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE;
- Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA;
- Companhia Energética de Alagoas – CEAL; e
- Companhia Energética do Piauí – CEPISA.

2.22. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Esse ítem foi elaborado pela Diretoria de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia e está de acordo com as orientações da Portaria TCU no 321, de 30 de novembro de 2015 e conforme as disposições da Decisão Normativa – TCU no 146, de 30 de setembro de 2015.

Os dados financeiros e contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema de Convênios – Siconv, GED On Line do IICA e ferramenta de acompanhamento de execução financeira IICAPROJ.

Em decorrência do exposto, faz-se necessário informar que no âmbito da Diretoria de Programa da Secretaria Executiva – SEDP/SE/MME, no ano de 2015, encontravam-se em andamento três Projetos: Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – PCT/BRA/IICA – ABC/12/001; Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META – Loan Agreement 8.095 – BR, firmado com o Banco Mundial; e Acordo Marco de Cooperação, firmado entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF, sob a coordenação técnico-administrativa da SEDP/SE/MME.

Projeto META – Dados Gerais

Em 1º de março de 2012, foi assinado pelo Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD o Acordo de Empréstimo no 8.095/BR, para a implementação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project), cujo executor é o Ministério de Minas e Energia – MME.

O valor do empréstimo do Banco Mundial é de US\$ 49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares), com contrapartida do MME de US\$ 4.039.287,00 (quatro milhões, trinta e nove mil e duzentos e oitenta e sete dólares), recursos previstos para serem executados até 30 de junho de 2017, data de encerramento do Projeto, conforme se pode observar abaixo:

Quadro 65: Orçamento total do Projeto META

Descrição	US\$	R\$
Montante Aprovado	49.480.117,00	86.590.205,00
Front-end Fee	124.010,00	217.018,00
Subtotal	49.604.127,00	86.807.222,00
Contrapartida	4.039.287,00	7.068.752,00
TOTAL	53.643.414,00	93.875.975,00

Fonte: Documento de Avaliação do Projeto – PAD;

Taxa de câmbio da estruturação do Projeto: US\$ 1,00 = R\$ 1,75

O objetivo do Projeto META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineral, bem como, com a modernização institucional destes setores, por meio da realização de um conjunto de estudos técnicos, aquisição de equipamentos e realização de obras para melhoria da infraestrutura tecnológica dos órgãos vinculados aos citados setores.

O Projeto atende às secretarias finalísticas do Ministério e aos seguintes coexecutores externos:

- Departamento de Produção Mineral – DNPM;
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM;
- Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL; e

- Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O montante de recursos externos alocado ao projeto está distribuído por Categorias de Gastos e por Componentes Técnicos com destaque para o Componente 3, “Desenvolvimento Tecnológico”, cujo valor estimado é de US\$ 35.691.562,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil e quinhentos e sessenta e dois dólares), equivalentes a 72% (setenta e dois por cento) do valor total do Projeto, da parte financiada pelo Banco Mundial.

Quadro 66: Categorias de Gastos e por Componentes Técnicos

COMPONENTES – Valores em US\$	BIRD	UNIÃO	TOTAL
1. Fortalecimento da capacidade do Governo visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral	8.939.650,00	4.039.287,00	12.978.937,00
2. Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação	2.327.300,00	-	2.327.300,00
3. Desenvolvimento Tecnológico	35.691.562,00	-	35.691.562,00
4. Suporte à Cooperação Sul/Sul	2.521.604,00	-	2.521.604,00
Total do Projeto	49.480.116,00	4.039.287,00	53.519.403,00
Front-end Fee (0,25% do financiamento)	124.011,00	-	124.011,00
TOTAL DO PROJETO	49.604.127,00	4.039.287,00	53.643.414,00

Fonte: Documento de Avaliação do Projeto – PAD

Extensão do prazo de vigência do Projeto

Em julho de 2015, foram iniciadas as tratativas com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento – SEAIN/MP, para a prorrogação do prazo de vigência do contrato de empréstimo, estabelecida à época, até 30 de junho de 2016, para possibilitar a realização das ações contratadas, bem como das atividades em processo licitatório.

Posteriormente às etapas de análise, da documentação elaborada pelo MME, e de aprovação das instâncias competentes (Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), em 24 de dezembro de 2015, o Banco Mundial emitiu Carta ao Ministério da Fazenda, informando que o prazo de encerramento do Projeto (Closing Date) passou a ser 30 de junho de 2017.

Execução das Atividades

A execução das atividades é realizada de forma centralizada, pelas secretarias finalísticas, e descentralizada, pelos coexecutores externos, sob a coordenação da Secretaria Executiva.

Para possibilitar a transferência de créditos e recursos financeiros, aos coexecutores externos, fez-se necessária a formalização de Convênios com o CEPEL e ONS, e Termos de Cooperação – TC com a ANEEL, CPRM e EPE.

Execução das Atividades em 2015

Para o exercício de 2015, estava prevista a contratação de treze atividades entretanto, foram contratadas cinco:

- II) Atividade nº 1: Avaliação dos custos de interrupção de energia elétrica (ANEEL);
- III) Atividade nº 4: Contratação de serviços de obra civil e fornecimento de estrutura metálica para os pórticos do Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL;
- IV) Atividade no 14: Revitalização da Subestação de 138 kV do CEPEL, em Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ;
- V) Atividade nº 32.1: Aquisição de equipamentos para processamento dos dados e imagens geofísicas (Sísmicos) – CPRM; e
- VI) Atividade nº 38: Contratação de curso de especialização em políticas públicas e gestão governamental, nos setores energético e mineral, em nível de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE/MME.

VII)

As demais atividades planejadas foram iniciadas e estão em andamento, ainda sem contrato assinado, até a data de abrangência deste relatório.

Quadro 67: Atividades contratadas/em vigência no exercício 2015

1. AQUISIÇÃO DE CLUSTERS PARA ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL DO LABORATÓRIO DE COMPUTAÇÃO INTENSIVA DO CEPEL						Atividade 3
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
14/6/2013	14/10/2016	R\$ 4.728.000,00	-	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens
<p>Objeto da Contratação: Aquisição de dois novos “clusters” computacionais, de última geração, para a atualização da infraestrutura do Laboratório de Computação Intensiva (LabCin), do CEPEL e da SPE/MME.</p> <p>Empresa contratada: Torino Informática Ltda.</p> <p>Status: Atividade concluída. Equipamentos entregues e comissionados pelo CEPEL e MME, em plena utilização.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: Não foi registrado atraso no cronograma de execução contratual, tendo sido os equipamentos fornecidos em setembro e novembro de 2013. Em 2014, houve o pagamento residual do contrato, além do tombamento dos bens pelo CEPEL.</p>						
2. AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E ESTAIS – CA e CC, SISTEMA DE ENSAIO DA GAIOLA CORONA E CAPACITORES DE ACOPLAMENTO PARA O LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL						Atividade 5
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
14/5/2014	13/9/2016	R\$ 14.069.600,76	-	Contratação Direta	CEPEL (Convênio)	Bens
<p>Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para reparar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias.</p> <p>Empresa contratada: Haefely Test AG.</p> <p>Status: Todos os equipamentos foram entregues pela empresa contratada; aguardando comissionamento dos bens.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: O contrato foi firmado em francos suíços (CHF 5.137.000,00), conforme moeda do país de origem do fornecedor. O pagamento é realizado mediante conversão dos valores em dólares americanos e posteriormente em Reais. Em razão das disposições contratuais, foi necessária a emissão de carta de crédito para a empresa contratada, correspondente a 60% do valor total do contrato. Somados aos 30% de adiantamento de recursos, o percentual total desembolsado foi de 90%. Ainda, houve a emissão de termo aditivo pelo CEPEL, para ajustes das cláusulas 16.1 (i) e 16.1 (iii) do contrato original, a pedido do Banco Mundial.</p> <p>Houve a entrega física de todos os bens ao CEPEL, mas é necessário realizar o comissionamento dos bens, para a posterior aprovação do pagamento do saldo contratual.</p> <p>O comissionamento foi iniciado em dezembro de 2015, mas foi interrompido, pois as canaletas que ligam a Gaiola Corona à sala de controle do Lab. UAT. Externo, ainda não estavam concluídas, na ocasião do transporte da fonte, da área de montagem para o laboratório. A energização da Gaiola Corona (transformador) está prevista para fevereiro de 2016, quando os representantes da Haefely estarão novamente no Brasil.</p>						
3. AQUISIÇÃO DE ELETRODOS DE TERMINAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL – YOKES, ALIMENTADORES E SUPORTES						Atividade 6.1
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
12/11/2013	13/4/2015	R\$ 2.850.000,00	-	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens
<p>Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para reparar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias (Laboratório de UAT, CEPEL, Unidade de Adrianópolis/RJ).</p> <p>Empresa contratada: Clemar Engenharia Ltda.</p> <p>Status: Contrato encerrado - bens entregues, pagos e etiquetados com número patrimonial.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: Foi necessário aditar o prazo original do contrato em cinco meses, tendo em vista que não foi possível ensaiar o protótipo dentro do prazo planejado (maio de 2014), em decorrência de mau tempo (problemas meteorológicos). Após os testes com o primeiro yoke entregue, a empresa foi autorizada a fabricar os demais equipamentos, fornecidos em outubro de 2014 ao CEPEL.</p> <p>Execução contratual encerrada em 2014, com contrato vigente até 2015 em razão da garantia dos bens.</p>						
4. AQUISIÇÃO DE CARRETA BI-ARTICULADA PARA O LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL						Atividade 6.2
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
12/11/2013	8/3/2015	R\$ 415.000,00	-	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de carreta biarticulada para o laboratório de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias. (Laboratório de UAT, CEPEL, Unidade de Adrianópolis/RJ).

Empresa contratada: Clemar Engenharia Ltda.

Status: Contrato encerrado – bem entregue, pago e etiquetado com número patrimonial.

Observações sobre a execução contratual: Execução contratual encerrada em 2014, com contrato vigente até 2015 em razão da garantia do bem.

5. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO FASORIAL SINCROINIZADA DO CEPEL (1ª etapa)

Atividade 11

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor total contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
4/8/2014	5/12/2015	R\$ 398.147,00	-	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos - Unidade de Medição Fasorial, Receptor GPS externo à PMU e acessórios, Unidade de medição fasorial c/ proteção de linhas de transmissão, Unidade de medição fasorial c/ medição de qualidade de energia, Osciloscópio Digital, Multímetro de 6,5 dígitos, Multímetro de 3,5 dígitos, Fonte de alimentação DC, Programas Computacionais para Concentração de Dados de Fasores e Visualização de Dados de Fasores e Servidor par PDC/Estação de trabalho – para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona – LabPMU do CEPEL.

Empresas contratadas:

Pregão nº	Item adquirido	Empresas contratadas	Valor em R\$
004/2013 – Lote 1	Unidade de Medição Fasorial	Reason Tecnologia S.A	28.557,00
004/2013 – Lote 2	Receptor GPS externo à PMU e acessórios	Schweitzer Engineering Laboratories Brasil Ltda.	85.200,00
004/2013 – Lote 3	Unidade de medição fasorial c/ proteção de linhas de transmissão	Schweitzer Engineering Laboratories Brasil Ltda.	48.800,00
004/2013 – Lote 4	Unidade de medição fasorial c/ medição de qualidade de energia	Novakoasin Equipamentos e Sistemas Ltda.	59.600,00
005/2013 – Lote 1	Osciloscópio Digital, Multímetro de 6,5 dígitos, Multímetro de 3,5 dígitos, Fonte de alimentação DC	Rohde & Schwarz do Brasil Ltda.	71.000,00
006/2013 – Lote 1	Programas Computacionais para Concentração de Dados de Fasores e Visualização de Dados de Fasores	Schweitzer Engineering Laboratories Brasil Ltda.	76.500,00
006/2013 – Lote 2	Servidor para PDC/Estação de trabalho	Print Solução em Tecnologia	28.490,00

Status: Atividade concluída – bens fornecidos, pagos e etiquetados com número patrimonial. Os equipamentos já estão em plena operação no Laboratório de Medição Fasorial do CEPEL.

Observações sobre o processo licitatório e execução contratual: Foram realizados três pregões eletrônicos que resultaram na assinatura de sete contratos para o fornecimento dos bens ao CEPEL, executados entre o período de agosto a dezembro de 2014.

Os pagamentos às empresas contratadas foram realizados pelo CEPEL entre os meses de outubro e dezembro de 2014, conforme previsão contratual.

Execução contratual encerrada em 2014, com contratos vigentes até 2015 em razão da garantia dos bens.

6. PESQUISA DO CONSUMO DE ENERGIA NO SETOR DE SERVIÇOS

Atividade 16

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
2/7/2014	1/7/2015	R\$ 784.875,09	R\$ 510.168,82	NCB (Pregão)	EPE	Serviços

Objeto da Contratação: Realização de pesquisa do consumo de energia no setor de serviços, para desenvolvimento de banco de dados, com as informações sobre consumo, hábitos de uso de energia e posse de equipamentos, por unidade da federação.

Empresa contratada: Foco Opinião e Mercado - EPP.

Status: Contrato encerrado – produtos entregues, aprovados e pagos.

Observações sobre a execução contratual: O contrato previa a apresentação de oito produtos, sendo que apenas quatro eram remunerados. Para o exercício de 2015, estavam previstos os seguintes produtos:

Produto 6 – Base de dados resultante da pesquisa de campo (não remunerado);

Produto 7 – Relatório com avaliação da base de dados, versão final da base de dados e apresentação na EPE – (3ª parcela – R\$ 313.950,05); e

Produto 8 – Relatório com metodologia usada na construção das tabelas, além de tabelas para aplicação de modelagem e apresentação na EPE – (4ª parcela – R\$ 235.462,52).

A empresa contratada solicitou a prorrogação do prazo para entrega dos Produtos 6 e 7, em mais 30 dias corridos, em razão do reduzido ritmo de sucesso nas pesquisas de campo, devido à baixa receptividade de alguns segmentos do setor de serviços, em função de aspectos conjunturais. A UGP/C realizou tratativas no sentido de formalização de termo de aditamento de prazo ao contrato, no entanto, a EPE manifestou-se informando que a Cláusula Sétima, item 7.2., do Contrato previa um prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fim da vigência do instrumento, para o recebimento definitivo de todo o serviço.

A versão final do Produto 8, contendo o conjunto de documentos previstos em contrato, foi apresentada com atraso, em 2 de setembro. Por essa razão, a EPE aplicou a multa contratual no valor de 20% do total do instrumento, realizando-se o pagamento final no valor de R\$ 78.487,51.

7. METODOLOGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAIS GERADORAS HIDROELÉTRICAS CONCEITO PLATAFORMA – COOPERAÇÃO SUL-SUL **Atividade 36**

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
30/9/2013	30/6/2016	R\$ 2.342.933,31	R\$ 571.573,45	Contratação Direta	SPE/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Elaboração de metodologia para a implementação de usinas hidrelétricas no conceito plataforma, contemplando a avaliação da situação socioambiental das bacias com os empreendimentos hidrelétricos implantados.

Instituição contratada: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Status: Estudo em desenvolvimento.

Observações sobre a execução contratual: O contrato foi assinado em setembro de 2013, no entanto, a ordem de serviço para início da execução contratual somente foi emitida pela SPE/MME em 1º de dezembro de 2013. Para o exercício de 2015, estava prevista a entrega do seguinte produto:

Produto 2 – Análise e propostas de aperfeiçoamento do processo de licenciamento de empreendimentos hidroelétricos com vistas a efetivar projetos de Usinas-Plataforma (entrega prevista para 8 meses após a assinatura do contrato).

O Produto 2 foi apresentado em março, contemplando: o detalhamento do conceito de usina-plataforma; estudos necessários para a implantação das usinas; licenciamento ambiental e conceito de usinas-plataforma; propostas preliminares sobre os estudos necessários e o processo para o licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas sob o conceito plataforma; e análise com o MME do conjunto preliminar de propostas visando selecionar aquelas que passarão para a próxima etapa do projeto. Ainda, foi realizado um levantamento de propostas que vem sendo formuladas por entidades e agentes do setor, buscando a melhoria do processo de licenciamento.

Em 14 de julho, o CEPEL solicitou o aditamento do contrato por um ano, a partir de 30 de setembro de 2015. O Comitê Técnico Supervisor do Contrato manifestou-se informando que o prazo restante para o término do contrato era insuficiente para que o CEPEL pudesse concluir o objeto do contrato com a qualidade desejada. Ainda, considerou adequado o prazo de doze meses para a conclusão das etapas 3 e 4 do contrato. Nesse sentido, o Comitê deferiu a solicitação do CEPEL, informando que a extensão do prazo contratual não implicará ônus ao MME.

O contrato foi aditado por nove meses, até a data de encerramento do Projeto META, à época, estabelecida em 30 de junho de 2016.

8. AQUISIÇÃO DE PÓRTICOS E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL (LABUAT) **Atividade 4.1**

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
20/3/2015	17/2/2016	R\$ 10.882.789,31	R\$ 9.195.937,94	NCB (Concorrência)	CEPEL (Convênio)	Obras

Objeto da Contratação: Realização de obra civil para a construção de infraestrutura complementar para a instalação dos Pórticos do Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL (Unidade Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ).

Empresa contratada: Nóbilis Construções e Empreendimentos Ltda.

Status da atividade: Contrato em execução. Obra em fase de conclusão.

Observações sobre a execução contratual:

De acordo com o relatório de acompanhamento da obra civil encaminhado pelo CEPEL, contendo o status da obra em 5 de janeiro de 2016, as atividades previstas no contrato foram concluídas, exceto a montagem do galpão e a desmobilização final da obra.

Etapas concluídas, conforme relato e registro fotográfico:

- i) Implantação do canteiro de obras;
- ii) Fundações em estaca raiz;
- iii) Construção das lajes e das canaletas concluída;
- iv) Construção das bases de elevação e das bases de tracionamento;
- v) Drenagem e arruamento; e
- vi) Construídas as cercas e instalados os portões da área de ensaio do laboratório.

Até a presente data, foram realizadas sete medições, e o faturamento total representa um percentual de execução de 84,78%.

Em novembro de 2015, a empresa contratada solicitou a prorrogação do contrato por 60 (sessenta) dias, alegando que os perfis metálicos usados na fabricação do galpão não foram entregues pelo fornecedor.

Nesse sentido, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato, postergando o final do contrato de 20/12/2015 para 17/2/2016.

Observa-se que está prevista para janeiro de 2016, visita ao CEPEL para fiscalização das atividades previstas no Convênio do CEPEL, nas unidades da Ilha do Fundão e Adrianópolis, ambas no estado do Rio de Janeiro, incluindo as atividades deste contrato.

9. AQUISIÇÃO DE PÓRTICOS E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL (LABUAT) **Atividade 4.2**

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
2/4/2015	26/2/2016	R\$ 15.064.137,22	R\$ 13.470.190,83	NCB (Concorrência)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Fabricação de estrutura metálica para a instalação de dois pórticos (norte e sul), para sustentação dos arranjos das linhas de transmissão do Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL (Unidade Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ).

Empresa contratada: Consórcio das empresas – Clemar Engenharia Ltda. e Seccional Brasil S/A.

Status da atividade: Contrato em execução. Montagem da estrutura em estágio avançado.

Observações sobre a execução contratual:

De acordo com o relatório de acompanhamento da obra civil encaminhado pelo CEPEL, contendo o status da atividade em 5 de janeiro de 2016, foram registradas as seguintes etapas:

- i) Colunas dos pórticos sul e norte concluídas;
- ii) Montagem das travessas do pórtico sul concluídas; e
- iii) Içamento das travessas dos pórticos sul e norte.

Foram realizadas sete medições do cronograma da fabricação do material metálico, com faturamento total de R\$ 14.183.453,93, o que representa um percentual de execução de 94,15%.

Em razão da quantidade de dias de chuva (38 dias nos meses de setembro, outubro e novembro), não foi possível avançar na montagem da estrutura, conforme o cronograma planejado. Nesse sentido, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato, postergando o final do contrato de 2/1/2016 para 26/2/2016.

Observa-se que está prevista para janeiro de 2016, visita ao CEPEL para fiscalização das atividades previstas no Convênio do CEPEL, nas unidades da Ilha do Fundão e Adrianópolis, ambas no estado do Rio de Janeiro, incluindo as atividades deste contrato.

10. REVITALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA UNIDADE CEPEL DE ADRIANÓPOLIS: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE SECCIONADORAS E CUBÍCULOS

Atividade 14.1

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
25/5/2015	13/6/2017	R\$ 2.850.977,00	R\$ 267.564,06	Pregão	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de Cubículos, desmontagem dos existentes e instalação dos bens fornecidos, para a revitalização da subestação de 138 kV da Unidade do CEPEL – Adrianópolis, Nova Iguaçu – RJ.

Empresa contratada: Siemens Ltda.

Status da atividade: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: O Produto 1 – Projeto Executivo – foi entregue e aprovado. Os cubículos estão em fabricação, mas o prazo de execução do contrato foi postergado para maio de 2016.

11. REVITALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA UNIDADE CEPEL DE ADRIANÓPOLIS: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE SECCIONADORAS E CUBÍCULOS

Atividade 14.2

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
4/5/2015	13/5/2017	R\$ 1.170.000,00	R\$ 819.000,00	Pregão	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de Seccionadores, desmontagem dos existentes e instalação dos bens fornecidos, para a revitalização da subestação de 138 kV da Unidade do CEPEL – Adrianópolis, Nova Iguaçu – RJ.

Empresa contratada: GTMS Equipamentos Elétricos Ltda.

Status da atividade: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: O Produto 1 – Projeto Executivo foi entregue e aprovado. As chaves seccionadoras chegaram ao CEPEL em 1/12/2015. A desmontagem das chaves antigas e a montagem das novas chaves teve início na segunda quinzena de dezembro, com previsão de conclusão da montagem no final de janeiro de 2016.

12. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS

Atividade 32.1 (Lote 2)

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
1/12/2015	30/6/2016	R\$ 797.874,00	-	Pregão	CPRM (TC)	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de equipamentos geofísicos – quatro sismógrafos de refração e reflexão.

Empresa contratada: Hasageo Comércio, Importação e Exportação Ltda.

Status da atividade: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: Entrega e aprovação dos equipamentos prevista para 180 dias após o início do contrato.

13. AVALIAÇÃO DOS CUSTOS RELACIONADOS ÀS INTERRUPÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REGULAÇÃO						Atividade 1
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
10/12/2015	30/6/2016	R\$ 618.737,79	-	SBQC	ANEEL	Consultoria

Objeto da Contratação: Realizar avaliação dos custos relacionados às interrupções de energia elétrica no Brasil e suas implicações na regulação.

Empresa contratada: Consórcio das empresas – SINAPSIS Inovação em Energia Ltda.; Mercados de Energia Consultoria Ltda., e Mercados Energéticos Consultores S/A.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: Execução iniciada em dezembro, com entrega do Produto 1 prevista para janeiro de 2016.

14. CAPACITAÇÃO MME: PLANO DE CAPACITAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MME E ENTIDADES COEXECUTORAS						Atividade 38
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago em 2015	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
29/12/2015	30/6/2017	R\$ 1.190.585,85	-	Contratação Direta	SPOA/SE/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Realização de Pós-Graduação Lato Sensu para quarenta servidores públicos (analistas de infraestrutura, gestores, entre outros).

Empresa contratada: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (Faculdades Católica).

Status: Contrato em execução.

Observações sobre o processo licitatório e a execução contratual: A SMI foi publicada em julho de 2014 e novamente em 15 de dezembro de 2014, em razão de não ter sido possível formar a lista curta. Após a prorrogação do prazo da SMI, somente uma instituição manifestou interesse no processo. Em 12 de fevereiro, foi solicitada a não objeção ao Relatório de Lista Curta e à SDP. Em 26 de março, o Banco emitiu objeção ao processo e solicitou reavaliação da UGP/C, considerando que houve apenas uma empresa classificada no processo de análise de manifestação de interesse, não havendo assim, competitividade no processo.

A UGP/C, juntamente com a SPOA/MME, avaliaram alternativas para o prosseguimento do processo, havendo consenso quanto à contratação da única proponente – Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ, com a aprovação do Banco Mundial.

Como relatado, além dos contratos assinados e em execução em 2015, há várias atividades em andamento, seja em processo de revisão de TR, especificação técnica ou em processo licitatório (publicação de edital, análise de propostas, entre outras), com previsão de assinatura de contrato em 2016, conforme detalhamento a seguir. As ações restantes do planejamento do Projeto, não iniciadas, estão previstas para serem iniciadas em 2016.

Atividades em andamento

1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO FASORIAL SINCRONIZADA DO CEPEL (2ª etapa)			Atividade 11
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
2.076.828,10	Pregão	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos (Simulador Digital em Tempo Real – RTDS e Amplificadores trifásicos de tensão e corrente) para o Laboratório de Medição Fasorial Sincronizada – LabPMU do CEPEL.

Status: Aguardando a publicação do edital pelo CEPEL, prevista para o final de janeiro de 2016.

Observações sobre o processo licitatório: Foi realizado pregão eletrônico pelo CEPEL em 2014, para aquisição de parte dos equipamentos para o LABPMU, entretanto, é necessário realizar um segundo processo licitatório, para adquirir o restante dos equipamentos.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA O LABORATÓRIO DE SMART-GRID DO CEPEL			Atividade 12
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria

2.415.825,06	SBQC ¹	CEPEL (Convênio)	Consultoria
--------------	-------------------	------------------	-------------

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo para o Laboratório de Smart-Grid do CEPEL.
Status: Aguardando abertura das propostas financeiras.

Observações sobre o processo licitatório: A SMI foi publicada em 5 de fevereiro de 2015, com prazo para envio de MI's até 4 de março de 2015, prorrogado para 9 de abril de 2015. O Relatório de Formação de Lista Curta e a SDP foram encaminhados ao Banco em julho, e a não objeção foi concedida em 3 de agosto de 2015. As propostas técnicas foram abertas em 16 de outubro de 2015, sendo a avaliação finalizada em dezembro. Em 16 de dezembro de 2015, o Banco concedeu a não objeção ao Relatório de Avaliação de Propostas Técnicas. A abertura das propostas financeiras está prevista para 8 de janeiro de 2016.

3. CONSULTORIA DE ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SEGMENTOS INDUSTRIAIS SELECIONADOS	Atividade 17
---	---------------------

Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
2.219.911,00	SBQC	EPE	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para análise da eficiência energética em segmentos industriais selecionados.

Status: Em fase de ajustes do Relatório de Formação de Lista Curta das MI's e Solicitação de Propostas – SDP.

Observações sobre o processo licitatório: A Solicitação de Manifestação de Interesse – SMI foi publicada em 3 de março de 2015, tendo sido republicada em 19 de março de 2015, com prazo até 3 de abril de 2015 para o recebimento das Manifestações de Interesse – MI's. Durante os meses de maio a setembro, houve diversas tratativas entre a Comissão de Licitação da UGP/C e a EPE, para revisão, esclarecimentos de dúvidas e ajustes no Relatório de Formação da Lista Curta e na SDP. Em 15 de outubro, os documentos foram encaminhados para a não objeção do Banco, que emitiu comentários e solicitou ajustes em 2 de dezembro de 2015. A UGP/C aguarda nova revisão dos documentos pela EPE para envio ao Banco.

4. AVALIAÇÃO DO MERCADO POTENCIAL DE GÁS NATURAL NA INDÚSTRIA BRASILEIRA			Atividade 18
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
2.028.473,00	SBQC	EPE	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para avaliação do mercado potencial de gás natural na indústria brasileira.

Status: Em fase de ajustes do Relatório de Formação de Lista Curta das MI's e Solicitação de Propostas – SDP.

Observações sobre o processo licitatório: A Solicitação de Manifestação de Interesse – SMI foi publicada em 4 de março de 2015, tendo sido republicada em 20 de março de 2015, com prazo até 4 de abril de 2015 para o recebimento das Manifestações de Interesse – MI's. Durante os meses de maio a setembro, houve diversas tratativas entre a Comissão de Licitação da UGP/C e a EPE, para revisão, esclarecimentos de dúvidas e ajustes no Relatório de Formação da Lista Curta e na SDP. Em 15 de outubro, os documentos foram encaminhados para a não objeção do Banco, que emitiu comentários e solicitou ajustes em 19 de novembro de 2015. A UGP/C aguarda nova revisão dos documentos pela EPE para envio ao Banco.

5. PROPOSIÇÃO DE MARCO CONCEITUAL PARA A QUESTÃO AMBIENTAL, NA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA SUL-AMERICANA (Cooperação Sul-Sul)			Atividade 23
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
532.420,90	SBQC	AESA/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Proposição de diretrizes e formulação de um marco conceitual, contendo princípios e recomendações para o tratamento dos aspectos socioambientais da implantação de projetos internacionais, visando à integração energética brasileira com os países sul americanos.

Status: Em fase de elaboração do Relatório de Formação de Lista Curta das MI's e Solicitação de Propostas – SDP.

Observações sobre o processo licitatório: O processo foi reiniciado em abril de 2015, após avaliação de especialistas da área ambiental do Banco Mundial, que apresentaram sugestões no escopo da consultoria. Ainda, o processo que estava previsto para ser realizado por consultoria individual passou a ser pessoa jurídica, por meio da modalidade SBQC.

O novo TR foi encaminhado para a não objeção do Banco em 17 de abril, tendo sido aprovado em 6 de maio. A SMI foi publicada em 8 de julho e republicada em 26 de agosto, com prazo para envio das MI's até 8 de setembro. Em razão de não ter sido formada a lista curta de empresas, a SMI foi republicada em 20 de outubro, com prazo para recebimento de MI's até 18 de novembro. A publicação não obteve êxito e não foi possível formar a lista curta com o mínimo de empresas qualificadas, conforme diretrizes do BM. Assim, estão sendo realizadas tratativas entre a UGP/C e a AESA para definição sobre o prosseguimento do processo ou publicação de nova SMI revisada.

6. ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES CONCERNENTES A USINAS HIDRELÉTRICAS ESTRUTURANTES			Atividade 25
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
771.010,00	SBQC	AESA/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Proposição de modelo de inserção regional para os empreendimentos hidrelétricos estruturantes, visando o apoio à formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, a estruturação e a ocupação socioeconômica da região de influência desses empreendimentos.

Status: Em fase de recebimento de propostas técnicas.

Observações sobre o processo licitatório: O processo foi reiniciado em abril de 2015, após avaliação de especialistas da área ambiental do

Banco Mundial, que apresentaram sugestões no escopo da consultoria.

O novo TR foi encaminhado para a não objeção do Banco em 17 de abril, tendo sido aprovado em 6 de maio. A SMI foi publicada em 8 de julho com prazo para envio das MI's até 7 de agosto. Em razão de não ter sido formada a lista curta de empresas, a SMI foi republicada em 18 de novembro, com prazo para recebimento de MI's até 1º de dezembro de 2015. Como não houve nenhuma MI em resposta à nova

publicação, a Comissão Especial de Licitação – CEL decidiu pelo prosseguimento do processo, considerando o Relatório de Lista Curta formalizado a partir da primeira publicação da SMI. Em 22 de dezembro, a CEL enviou convite às empresas que manifestaram interesse, para envio de propostas técnicas e financeiras.

A abertura das propostas técnicas está prevista para 15 de fevereiro de 2016.

7. CONCENTRADORES: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO SINCRONIZADA DE FASORES – SMSF DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN			Atividade 29
--	--	--	---------------------

Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
17.939.800,00	(ICB) Licitação Internacional em duas etapas	ONS (Convênio)	Bens e Serviços

Objeto da Contratação: Compra de hardware e software necessários para os concentradores de dados fasoriais do ONS pertencentes ao Sistema de Medição Sincronizada de Fasores (SMSF) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Status: Em fase de análise das pré-propostas das empresas.

Observações sobre o processo licitatório: Considerando a complexidade do sistema que se pretende adquirir, o Banco Mundial sugeriu que o processo seja realizado em duas etapas: na primeira, ocorre a solicitação de propostas exclusivamente técnicas; a segunda consiste na emissão de edital atualizado e na apresentação de propostas técnicas definitivas, acompanhadas dos respectivos preços.

A minuta do edital foi encaminhada para a não objeção do Banco em 5 de agosto, tendo sido concedida em 31 de agosto. O edital foi publicado em 18 de setembro, com abertura das propostas em 23 de novembro. O ONS está em fase de análise das pré-propostas encaminhadas, com previsão de finalização da avaliação para o final do mês de janeiro de 2016.

8. INVENTÁRIO PEQUENA MINERAÇÃO: INVENTÁRIO E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA PEQUENA MINERAÇÃO NO BRASIL			Atividade e 30
--	--	--	-----------------------

Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
7.026.460,94	SBQC	SGM/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para elaborar inventário e diagnóstico socioeconômico da pequena mineração no Brasil.

Status: Em fase de negociação do contrato com o consórcio vencedor da licitação.

Observações sobre o processo licitatório: O processo de licitação foi iniciado em setembro de 2014, com a publicação da SMI. Em fevereiro de 2015, o Relatório de Formação de Lista Curta e a SDP foram encaminhados ao Banco, e após ajustes e a tradução dos documentos, o Banco concedeu a não objeção em 6 de maio de 2015. Houve

questionamentos por empresas participantes de consórcios que formavam a lista curta e a CEL solicitou a retirada de uma empresa do processo e a inserção de uma nova, constante da lista longa. A não objeção do Banco ao novo relatório de formação da lista curta foi concedida em 2 de junho e as SDP's foram enviadas às empresas em 3 de junho, com prazo para recebimento de propostas até 17 de julho. As propostas foram abertas em 24 de julho. Houve tratativas entre a CEL e o Banco Mundial, em razão de questionamentos das empresas e do próprio Banco. Em 28 de outubro, foi enviado o Relatório Final de Avaliação para a não objeção do Banco. Após solicitação de ajustes, o Banco emitiu a não objeção em 19 de novembro de 2015. A abertura das propostas financeiras foi realizada em 25 de novembro de 2015 e o relatório final foi encaminhado para o Banco em 30 de novembro. Em dezembro, foram realizadas tratativas com o consórcio de empresas (alemã e inglesa) para definições sobre as cláusulas contratuais, fase prevista nas diretrizes do Banco Mundial.

9. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS			Atividade e 32.1 (Lote 1)
--	--	--	----------------------------------

Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
758.400,00	NCB (Pregão)	CPRM	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais (Três Radars de Penetração – GPRS do Solo).

Status: Pregão finalizado – em avaliação das propostas.

Observações sobre o processo licitatório: O processo original previa a realização do pregão em dois lotes, para aquisição de 4 (quatro) sismógrafos e 3 (três) GPRS. O primeiro pregão eletrônico, realizado no início de 2015, teve de ser cancelado. Um novo pregão eletrônico foi iniciado, com a publicação do edital em 3 de julho de 2015 e abertura de propostas em 16 de julho de 2015. Em 27 de agosto, foi enviado ao Banco o Relatório Final de Avaliação das Propostas, referente aos dois lotes do pregão. Em 2 de setembro, o Banco concedeu a não objeção à contratação do Lote 2. Relativamente ao Lote 1, houve solicitação de esclarecimentos do BM, que estão em fase de avaliação da CPRM.

10. LEVANTAMENTO DO POTENCIAL DE ENERGIA EÓLICA A SER INSERIDO NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL PARA FINS DE PLANEJAMENTO			Atividade e 35
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
2.169.475,85	SBQC	SPE/MME	Consultoria
<p>Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para o desenvolvimento de estudo dos impactos da inserção de maiores blocos de energia eólica para o Sistema Elétrico Brasileiro.</p> <p>Status: Atividade cancelada em 17 de dezembro, a pedido da Secretaria de Planejamento Energético – SPE/MME.</p> <p>Observações sobre o processo licitatório: O processo de licitação foi iniciado em julho de 2014. De março a julho de 2015, a SPE/MME analisou as MI's e elaborou o Relatório de Formação de Lista Curta e a SDP, com base nos comentários do Banco Mundial. A não objeção ao documento foi concedida em 9 de julho, tendo sido enviada a SDP para as empresas em 15 de julho, com prazo para envio das propostas técnicas e financeiras até 14 de agosto de 2015. O Relatório de Avaliação das Propostas Técnicas foi enviado para o Banco em 10 de setembro. O Banco solicitou ajustes no relatório, tendo sido realizadas várias tratativas entre o Banco, a UGP/C e a SPE/MME nos meses de setembro a novembro. O Relatório foi novamente encaminhado ao Banco em 13 de novembro, contemplando as sugestões do BM. O Banco solicitou novos ajustes, pois houve divergência com relação à desclassificação de dois consórcios proponentes.</p> <p>Em dezembro, a SPE, após avaliação interna, manifestou o interesse em não prosseguir com o processo de contratação, por não haver mais necessidade de aprofundamento das questões apontadas pelo estudo, uma vez que o arcabouço legal e regulatório da fonte eólica atende às necessidades dos investidores. Além disso, a geração da energia eólica já representa valores significativos, sem nenhuma ocorrência de problemas na programação e operação eletroenergéticas.</p>			

11. DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MME			Atividade e 43
Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
2.680.612,40	SBQC	AEGE/MME	Consultoria
<p>Objeto da Contratação: Desenvolvimento e implantação de processo estruturado e integrado de Gestão Estratégica no MME, abarcando os diversos planos setoriais desenvolvidos no Ministério, de modo a propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade na gestão de todos os seus segmentos.</p> <p>Status: Em fase de elaboração do Relatório de Formação de Lista Curta e SDP.</p> <p>Observações sobre o processo licitatório: O processo de contratação iniciado em 2014 foi cancelado, em razão da necessidade de substituição do software adquirido pelo Ministério para fins de construção de painel de indicadores de desempenho estratégico, afetando assim um dos critérios de seleção estabelecidos na SMI.</p> <p>Em julho de 2015, o processo foi reiniciado com o envio do novo termo de referência para análise e não objeção do Banco, concedida em 14 de setembro. A SMI foi publicada em 21 de setembro, com prazo final para recebimento de MI's em 20 de outubro de 2015. A Comissão está finalizando a análise das onze MI's recebidas, para elaborar o Relatório de Formação de Lista Curta e SDP.</p>			

As atividades em andamento tem valor total estimado de R\$ 37.264.491,38 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), equivalente a US\$ 9.806.445,102 (nove milhões, oitocentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco dólares e dez centavos) com desembolsos previstos para 2016 e 2017, o que representará um avanço substancial da execução física e financeira do Projeto.

Atividades de Acompanhamento do Projeto

Em 2015, foram realizadas reuniões com os coexecutores do Projeto e com o Banco Mundial, além das atividades permanentes de monitoramento.

Auditoria do Projeto pela Controladoria-Geral da União – CGU

No período de 28 de maio a 15 de junho de 2015, foi realizada auditoria pela Controladoria Geral da União – CGU, referente ao exercício 2014.

Execução Orçamentária e Financeira

Do Orçamento

Para a implementação das atividades vinculadas ao Projeto META (componentes 1 a 4), em 2015, foram alocados recursos no orçamento do MME no valor de R\$ 20.312.054,00 (vinte milhões trezentos e doze mil e cinquenta e quatro reais), que posteriormente foi reduzido com limite de empenho fixado em R\$ 16.100.737,00 (dezesseis milhões, cem mil, setecentos e trinta e sete reais), conforme Quadro 6, além de um saldo em restos a pagar no valor de R\$ 28.889.648,68 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Do orçamento de 2015, foi empenhado o total de R\$ 14.928.896,79 (quatorze milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos), do qual R\$ 9.752.170,16 (nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cento e setenta reais e dezesseis centavos), foram inscritos em Restos a Pagar e R\$ 5.176.726,63 (cinco milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos) foram pagos no exercício.

Dos Procedimentos para a Execução Financeira

O acordo de empréstimo é executado na modalidade adiantamento de fundos, em dólares americanos, pelo Banco Mundial à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, na conta designada do Projeto, para posterior internalização em Reais para UGP/C.

A execução financeira do acordo de empréstimo é orientada pela Carta de Desembolso emitida pelo Banco Mundial, documento que contém as disposições e limites para os desembolsos e prestações de contas do Projeto, bem como pela legislação nacional pertinente (PPA, LDO/LOA e Decreto de Execução Financeira).

A movimentação orçamentária e financeira do acordo é registrada no SIAFI, nas duas unidades gestoras exclusivas do Projeto, em moedas distintas: UG 320060, em Reais; e UG 320062, em Dólares.

Conforme o estabelecido no Acordo de Empréstimo, Seção II, Item B, a UGP/C, trimestralmente, elabora os Demonstrativos Financeiros Intermediários – IFR's, contemplando a execução do Projeto e a movimentação da conta designada. Os IFR's do último trimestre, acompanhados de notas explicativas, demonstram a execução acumulada do exercício e são objeto de auditoria pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Da Execução Financeira

No exercício de 2015, foram encaminhados ao Banco Mundial oito pedidos de saques de adiantamentos, no total de US\$ 8.817.283,00 (oito milhões, oitocentos e dezessete mil, duzentos e oitenta e três dólares), equivalentes a R\$ 30.928.516,81 (trinta milhões, novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), dos quais, aproximadamente 97% (noventa e sete por cento) foram utilizados para transferência ao Convênio MME/CEPEL no 769.362/2012.

Para os instrumentos firmados (Convênios e TC), conforme Quadro 8, foram repassados, em 2015, recursos para: o CEPEL no valor R\$ 29.875.531,88 (vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos); e para a EPE no valor de R\$ 392.437,56 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), considerando-se a devolução, ao MME, de R\$ 156.975,01 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e um centavo), não utilizados.

Quadro 68: Convênios e Termos de Cooperação firmados no âmbito do Projeto META

Nome: PROJETO META								
CNPJ: 37.115.383/0036-83				UG/GESTÃO: 320060/00001				
Informações sobre as Transferências								
Tipo	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim
1	769362/2012	CEPEL	59.276.345,40	3.267.500,00	29.875.531,88	50.865.802,20	28.05.12	27.06.16
3	001/2012	ANEEL	689.785,72	-	-	-	31.10.12	30.01.16
3	002/2012	CPRM	2.927.656,82	-	-	-	31.10.12	30.06.16
3	001/2013	EPE	3.949.732,06	-	392.437,56	627.900,08	05.03.13	04.06.16
1	812289/2014	ONS	13.651.988,96	3.265.788,96	-	-	12.11.14	30.06.16

OBS.: Todos os Convênios/Termos de Cooperação estão adimplentes.

LEGENDA

Tipo:

1 - Convênio

2 - Contrato de Repasse

3 - Termo de Cooperação

4 - Termo de Compromisso

Fonte: SICONV/SIAFI

Abaixo, demonstra-se, por Categoria, os valores desembolsados pelo Banco Mundial ao Projeto, com destaque para a categoria “Bens, Obras e Serviços de não Consultoria”, com percentual de 50% (cinquenta por cento) de execução em relação ao valor previsto no Contrato de Empréstimo.

Quadro 69: Desembolsos por Categoria (Pedidos de Saque efetuados)

Categoria	Valores do Empréstimo		Valor Desembolsado		% de desembolso	A desembolsar US\$
	Reais	US\$	Reais	US\$		
Front-end fee (0,25%)	217.018,06	124.010,00	217.018,06	124.010,00	100%	-
Serviço de Consultoria	32.293.965,00	12.664.300,00	1.333.036,79	578.712,70	5%	12.085.587,30
Treinamento	1.384.395,00	542.900,00	-	-	-	542.900,00
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	90.288.615,00	35.407.300,00	51.433.659,23	17.716.697,38	50%	17.690.602,62
Custos Operacionais	2.207.320,80	865.616,00	-	-	-	865.616,00
TOTAL	126.391.313,86	49.604.126,00	52.983.714,08	18.419.420,08	37%	31.184.705,92

Posição em 31 de dezembro de 2015

Valor desembolsado: a taxa cambial utilizada correspondente à taxa de internalização do recurso, a cada saque efetuado.

Abaixo estão demonstrados os valores cuja comprovação dos gastos foi apresentada ao Banco Mundial.

Quadro 70: Executado e Comprovado por Categoria até 2015

Categoria	Valor previsto no empréstimo		Executado e Comprovado -		% Executado x Previsto
	Reais	US\$	Reais	US\$	
Front-end fee (0,25%)	217.018,06	124.010,00	217.018,06	124.010,00	100%
Serviço de Consultoria	32.293.965,00	12.664.300,00	1.333.036,79	578.712,70	5%

Treinamento	1.384.395,00	542.900,00	-	-	-
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	90.288.615,00	35.407.300,00	31.897.827,61	12.591.245,17	36%
Custos Operacionais	2.207.320,80	865.616,00	-	-	-
TOTAL	126.391.313,86	49.604.126,00	33.447.882,46	13.293.967,87	27%

Prestação de Contas

Do montante desembolsado, US\$ 18.419.420,08 (dezoito milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte dólares e oito centavos), equivalentes a R\$ 52.983.714,08 (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e quatorze reais e oito centavos), foram comprovados ao Banco Mundial, até dezembro de 2015, US\$ 13.169.957,87 (treze milhões, cento e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete dólares e oitenta e sete centavos), restando comprovar US\$ 5.249.462,21 (cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois dólares e vinte e um centavos), conforme informado abaixo:

Quadro 71: Pedidos de Saque e Comprovação de Gastos até dezembro de 2015

Pedido nº	Valores		Comprovação de Gastos		Saldo a Comprovar	
	Em US\$	Em R\$	Em US\$	Em R\$	Em US\$	Em R\$
1	94.577,01	195.112,37	-	-	94.577,01	195.112,37
2	95.907,42	194.548,20	-	-	190.484,43	389.660,57
3-A	-	-	88.608,60	182.799,55	101.875,83	206.861,02
4	2.269.704,11	5.348.737,42	-	-	2.371.579,94	5.555.598,44
5	-	-	90.803,10	184.400,00	2.280.776,84	5.371.198,44
6	2.478.578,46	5.835.069,41	-	-	4.759.355,30	11.206.267,85
7	-	-	2.007.567,69	4.728.000,00	2.751.787,61	6.478.267,85
8	4.408.000,00	9.830.280,80	-	-	7.159.787,61	16.308.548,65
9	-	-	600.837,03	1.414.500,00	6.558.950,58	14.894.048,65
10	255.370,08	651.449,07	-	-	6.814.320,66	15.545.497,72
11	-	-	1.005.172,99	2.366.378,25	5.809.147,67	13.179.119,47
12	-	-	295.129,81	694.794,60	5.514.017,86	12.484.324,87
13	1.657.301,00	5.051.453,45	-	-	7.171.318,86	17.535.778,32
14	673.660,00	2.155.509,90	-	-	7.844.978,86	19.691.288,22
15	1.020.802,00	3.215.526,30	-	-	8.865.780,86	22.906.814,52
16	-	-	4.065.266,61	9.171.516,45	4.800.514,25	13.735.298,07
17	1.471.700,00	5.130.346,20	-	-	6.272.214,25	18.865.644,27
18	1.208.185,00	4.638.222,22	-	-	7.480.399,25	23.503.866,49
19	1.106.000,00	4.312.736,40	-	-	8.586.399,25	27.816.602,89
20	-	-	3.115.706,53	8.395.152,68	5.470.692,72	19.421.450,21
21	707.000,00	2.647.008,00	-	-	6.177.692,72	22.068.458,21
22	972.635,00	3.777.714,34	-	-	7.150.327,72	25.846.172,55
23	-	-	1.900.865,51	6.093.322,87	5.249.462,21	19.752.849,68
TOTAL	18.419.420,08	52.983.714,08	13.169.957,87	33.230.864,40	5.249.462,21	19.752.849,68

O valor a comprovar é composto da seguinte forma:

- II) US\$ 5.204.432,08 (cinco milhões, duzentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois dólares e oito centavos), equivalentes a R\$ 19.595.874,67 (dezenove milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), que estão em poder do CEPEL, para o pagamento de contratos firmados no âmbito do Convênio; e

III) US\$ 45.030,13 (quarenta e cinco mil, trinta dólares e treze centavos), equivalentes a R\$ 156.975,01 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e um centavo), em poder da UG 320060 – UGP/C.

É relevante destacar que, do saldo em poder do CEPEL, por força de cláusula contratual, já foi pago ao fornecedor o montante de US\$ 3.218.492,00 (três milhões, duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e dois dólares), equivalente a R\$ 11.986.958,22 (onze milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos), que serão comprovados, definitivamente, quando do comissionamento dos equipamentos contratados e respectiva emissão de documento fiscal.

Ressalta-se que a comprovação de recursos, para o Banco Mundial, dar-se-á com a apresentação das despesas efetivamente pagas com os respectivos documentos fiscais (regime de caixa).

Pagamento de Encargos do Empréstimo

Conforme estabelecido no Contrato de Empréstimo, Artigo II, itens 2.04 e 2.05, os juros são calculados sobre os recursos efetivamente desembolsados e são pagos, semestralmente, nas datas de 15 de março e 15 de setembro.

Assim, foram pagos ao Banco Mundial, até o exercício, juros no total de US\$ 146.210,14 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e dez dólares e quatorze centavos), equivalentes a R\$ 457.341,78 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos). O Quadro 12 demonstra os valores pagos, desde a assinatura do Contrato, até dezembro de 2015.

Quadro 72: Detalhamento dos Encargos Pagos até 2015

Datas	R\$	US\$	Taxa de Conversão
15/03/2013	2.374,59	1.200,44	1,9781
15/09/2013	3.318,20	1.446,66	2,2937
15/03/2014	43.621,68	18.417,43	2,3685
15/09/2014	72.494,32	31.574,18	2,2960
16/03/2015	129.483,96	40.287,48	3,2140
15/09/2015	206.049,03	53.283,95	3,8670
TOTAL	457.341,78	146.210,14	2,6696

Cabe informar que, em atendimento aos Decretos nos 5.994/2006 e 8.295/2014, e Portaria STN no 427/2015, as obrigações da dívida externa de contratos de empréstimos foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, de modo que os próximos pagamentos de juros, a partir de 2016, já serão de sua responsabilidade.

Efeitos da Variação da Taxa de Câmbio

Relativamente aos efeitos positivos ou negativos, decorrentes da variação cambial, sobre os recursos do Projeto, informamos que, até o exercício de 2015, foram efetuados saques no montante de US\$ 18.419.420,08 (dezoito milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte dólares e oito centavos), equivalentes a R\$ 52.983.714,08 (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e quatorze reais e oito centavos), sem considerar a taxa Front-end Fee, o que indica uma taxa de câmbio média de R\$/US\$ 2,87 (dois vírgula oitenta e sete).

O valor de R\$ 52.983.714,08 (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e quatorze reais e oito centavos), necessário à execução das atividades do Projeto até o exercício de 2015, se convertido em Dólar, à taxa de formação do empréstimo (R\$/US\$ 1,75 – um vírgula setenta e cinco), equivaleria ao montante de US\$ 30.276.408,00 (trinta milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oito dólares). Isso representa um incremento de recurso ao Projeto de US\$ 11.856.987,00 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e sete

dólares), os quais poderão ser utilizados para a contratação de novas atividades, caso o Projeto tenha tempo hábil para contratá-las e executá-las.

Como pode ser observado, quando se compara a taxa de formação do Projeto com a taxa de câmbio média, observa-se uma variação positiva de, aproximadamente, 64% (sessenta e quatro por cento), o que possibilitou saques de uma menor quantidade em Dólar, bem como alocação de recursos para novas atividades no Projeto.

O saldo do empréstimo a sacar, de US\$ 31.060.696,60 (trinta e um milhões, sessenta mil, seiscentos e noventa e seis dólares e sessenta centavos), tomando por base a taxa de câmbio de R\$/US\$ 3,80 (três virgula oitenta), prevista na Ata da Reunião no 195, do Copom, realizada nos dias 24 a 25 de novembro de 2015, indica, quando comparado com a taxa de formação do Projeto, uma variação positiva de 117% (cento e dezessete por cento), o que, mantendo-se a previsão, proporcionará uma maior quantidade de recursos para contratação de novas atividades na moeda Real.

Acordo Marco de Cooperação entre MME e CAF

No dia 25 de outubro de 2013, foi firmado, entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF, um Acordo Marco de Cooperação, com o objetivo de fornecer o escopo para a cooperação e facilitar a colaboração entre as partes, em bases não-exclusivas, em áreas de interesse mútuo relacionadas à integração energética da América Latina, à universalização do acesso à energia elétrica e à aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social do Brasil e da Região, tendo sido publicado, no Diário Oficial da União – DOU, do dia 31 de outubro de 2013.

No âmbito do Acordo Marco, objetivando a avaliação da redução de investimentos em redes elétricas, com aumento na confiabilidade dos sistemas, o MME propôs, ainda no ano de 2013, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável, para a contratação de empresa de consultoria para atendimento ao Termo de Referência – TR relativo à “Análise do Sinal Locacional da Expansão da Transmissão: Aspectos Técnicos, Regulatórios e de Política Energética”.

O Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável foi assinado em 25 de março de 2014. Pelo acordo, a CAF disponibilizou a quantia de US\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil dólares), com prazo estabelecido de 6 (seis) meses para a utilização dos recursos. Através do Ofício no 051/2014-SE-MME, de 25 de março de 2014, foi solicitada à CAF a seleção e contratação do objeto do acordo.

Procedida a seleção e contratação, foi assinado o contrato com a PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda, em 10 de outubro de 2014, no valor de US\$ 119,300.00 (cento e dezenove mil e trezentos dólares), com prazo de execução de 6 (seis) meses, a contar de 13 de outubro de 2014, para execução do objeto proposto no citado TR. Ainda durante o processo de seleção e contratação, foi solicitada a prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável, por meio do Ofício no 543/2014-GM-MME, de 10 de setembro de 2014, sendo concedida, pela CAF, por meio do documento PE-315/2014, de 6 de novembro de 2014, tal prorrogação, por um período de 12 (doze) meses, com encerramento em 26 de setembro de 2015.

No ano de 2015, foram entregues todos os produtos relacionados no TR, tendo sido concluída, em 2 de julho, o serviço de consultoria com a entrega formal do produto final ao Sr Secretário-Executivo do MME.

3. GOVERNANÇA

3.1. Descrição das estruturas de governança

De acordo com o Referencial Básico de Governança, 2ª versão publicada pelo Tribunal de Contas da União – TCU em 2014, a governança no setor público pode ser definida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

O TCU entende que o Sistema de Governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Segundo autores que tratam do assunto “Governança Pública”, na Administração Pública, a governança deve tornar explícito o papel de cada ator, definindo seus objetivos, responsabilidades, modelos de decisão, rotinas, entre outros aspectos.

No Ministério de Minas e Energia a governança se faz em várias frentes que têm, em cada uma delas, finalidades específicas de gestão corporativa, mas que em conjunto convergem para assegurar boas práticas na condução dos seus macroprocessos organizacionais, sempre observando a supremacia do interesse público e pautando-se pelos Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública Federal.

Nesse contexto, a Governança no MME está estruturada, essencialmente, nos seguintes pilares:

- Disposições constitucionais relativas à Administração Pública em geral e, especificamente, aquelas inerentes aos segmentos de energia e mineração;
- Toda a base legal e regulamentar aplicável ao contexto de atuação do Ministério, que dispõe sobre as suas competências e atuação;
- As políticas setoriais vigentes, de energia e mineração;
- Os instrumentos de planejamento de Governo, como o Plano Plurianual – PPA e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no que tange às competências e responsabilidades do MME;
- As deliberações do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;
- As recomendações e orientações técnicas do Comitê de Monitoramento Setorial – CMSE;
- O planejamento setorial, incluindo planos, programas e projetos específicos para os segmentos de atuação do MME, a exemplo de: Programas Nacionais de Energia-PNE, Plano Decenal de Expansão de Energia-PDE, Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás-ZNMT, Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário- Pemat, Plano Nacional de Mineração-PNM e outros.;
- A Estrutura Regimental do Ministério, que define as competências, dos seus órgãos internos e as responsabilidades dos seus dirigentes;
- A sistemática de acompanhamento da gestão dos macroprocessos internos do MME que os monitora pontualmente quanto à consecução dos objetivos, ações, metas e estágios de desenvolvimento e implementação;

- No âmbito de cada Unidade organizacional, os respectivos titulares e os gerentes de área supervisionam e controlam a execução dos trabalhos, com foco especial para possíveis condições de riscos, legalidade dos atos, qualidade e eficiência dos trabalhos e cumprimento efetivo dos objetivos organizacionais;
- Os canais abertos para receber queixas, reclamações e denúncias por intermédio da Ouvidoria Geral e da Comissão Setorial de Ética, às quais cabe recepcionar, analisar e adotar medidas pertinentes que vão desde providências para solucionar as questões apresentadas, como iniciativas destinadas a apuração de fatos;
- Para eventuais situações de indício de irregularidade o Ministério dispõe de servidores para conduzir processos de apuração que se façam necessários, quer seja por sindicâncias ou processos administrativos disciplinares;
- Os trabalhos de assessoramento de controle interno, orientam e acompanham processos de apuração de indício de irregularidade, de tomada de contas especial, dissemina e assessora todas as áreas do Ministério quanto a normas e procedimentos inerentes às questões de controle e monitoramento no âmbito de cada Unidade;
- Os trabalhos de assessoramento de controle interno acompanham orientações, normativos e demandas provenientes do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, assessorando o Ministro, o Secretário Executivo, os titulares de todas as áreas do Ministério, bem como os níveis de gerência envolvidos nas questões tratadas;

3.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Sistema de Correição

Quantitativo de Procedimentos relativos ao MME
PADs instaurados em 2015: 01
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2015: 00
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2015: 01
PADs julgados em 2015: 01
Sindicâncias julgadas em 2015: 00
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2015: 00
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2015: 00
Quantidade de demissão aplicada a estatutários em 2015: 01

Fonte: CGRH/MME (CGUPAD)

Note-se que esses dados só se referem aos eventos referentes ao quadro de pessoal do MME.

Em observância ao disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, as informações dos processos são registradas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD).

3.3. Gestão de riscos e controles internos

De uma maneira geral, a literatura COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission dos Estados Unidos define “Risco” como a possibilidade de que um evento ocorra e afete negativamente a realização de objetivos. A avaliação de risco envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e avaliar os riscos à realização dos objetivos.

O Ministério de Minas e Energia – MME, tem como um dos seus objetivos estratégicos o

equilíbrio entre a oferta e a demanda, a garantia do abastecimento dos mercados de energia elétrica, petróleo e gás e recursos minerais para o desenvolvimento sustentável do país.

Para ter essas garantias o MME supervisiona/coordena por meio de suas secretarias, juntamente com os órgãos coligados, tais como as agências reguladoras, ANEEL, ANP, a autarquia especial DNPM, as empresas vinculadas Petrobras e Eletrobras, as empresas públicas EPE, PPSA e CPRM e outras entidades, todas as ações e atividades que visam o sucesso desses objetivos estratégicos.

Os estudos de inventários e de aproveitamento de potenciais hidrelétricos, a organização e a realização dos leilões de compras de energia elétrica, a implantação e operação de usinas, a realização de rodadas de licitações de novos campos de petróleo e gás natural e o desenvolvimento da pesquisa geológica na procura de novas jazidas minerais, são parte das ações e atividades empreendidas para gestão de riscos, para garantir a realização dos objetivos acima elencados, razão da própria existência deste Ministério.

O Ministério de Minas e Energia, de forma mais específica, considera também como importante a segurança da informação, como atividade de gestão de risco.

A segurança da informação tem evoluído de tal forma que agências reguladoras e órgãos fiscalizadores têm exigido cada vez mais ações efetivas de proteção.

Melhores práticas e regulamentações específicas têm sido elaboradas e revisadas, tendo como premissas os seguintes documentos:

- Norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005.
- Manual para Auditoria de Sistemas publicados pelo Tribunal de Contas da União.
- Decreto nº. 3.505/2000, da Presidência da República, que institui a Política de Segurança da Informação nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.
- Tipificações de crimes e responsabilidades previstas em projetos de lei para alteração do Código Penal, em trâmite de aprovação no Congresso Nacional.
- Código Civil, mais particularmente nas responsabilidades associadas ao gestor organizacional.
- Decreto nº 7.845/2012 que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Na realização dos trabalhos do MME, são geradas e armazenadas informações críticas aos seus objetivos institucionais. Há uma necessidade de proteção dessas informações, de acordo com seu momento em seu ciclo de vida, quanto à sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

O uso de tecnologia da informação agiliza e facilita o controle de informações. Por outro lado, essa mesma tecnologia, uma vez aplicada, agrega também vulnerabilidades.

O Ministério em conformidade com a legislação vigente sobre segurança da informação, tem buscado o levantamento, a identificação e o tratamento das possíveis vulnerabilidades existentes nas informações custodiadas pelo órgão. Nesse sentido, o MME desenvolve um trabalho de análise de riscos das informações, tendo em seu grupo de colaboradores, especialistas com o objetivo de implantar os controles aplicáveis e elevar o nível de segurança a patamares aceitáveis.

Um outro item de grande importância no rol dessas atividades de gestão de riscos que deve ser destacado é o trabalho desenvolvido pelo grupo de brigadistas realizado no prédio do MME, referente à proteção contra incêndios.

Faz parte dessa gestão os exercícios anuais regulares de evacuação do prédio em simulações de incêndio, a checagem de validade dos extintores, as instruções dadas aos usuários do prédio, o relacionamento com o Corpo de Bombeiros do DF, métodos, indicadores e procedimentos interligados.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. Canais de acesso do cidadão

O Ministério de Minas e Energia permite o acesso e interage com cidadãos, de modo a atender a todas as demandas dirigidas a este Órgão e, também, oferece informações e esclarecimentos sobre temas e questões setoriais de interesse da sociedade brasileira. Neste sentido podem ser destacadas as atividades a seguir indicadas:

I) Trabalhos de Ouvidoria

- **Ouvidoria Geral do MME**

- disponibiliza canais de acesso para viabilizar, facilitar e agilizar o trâmite das demandas e manifestações apresentadas pelos cidadãos, em relação às quais desenvolve as ações necessárias ao atendimento e solução de todos os pleitos dirigidos ao Ministério;
- recebe as solicitações, reclamações, sugestões e representações, e adota procedimentos administrativos e regulamentares pertinentes;
- atua como facilitadora entre os cidadãos e os Órgãos do MME, motivando medidas que se fizerem necessárias ao atendimento das demandas formuladas, informando aos demandantes, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- registra e dissemina informações, para conhecimento e providências dos Órgãos do MME e de suas Entidades vinculadas, sobre demandas a respeito de necessidades de melhorias ou mesmo deficiências nas respectivas áreas de atuação, objetivando mais eficiência e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral; e
- realiza acompanhamentos das medidas necessárias, junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos.

- **Demandas da Ouvidoria do Poder Executivo Federal - e-OUV**

Trata-se de um outro canal de acesso destinado ao atendimento de demandas da sociedade, que funciona em link com as atividades de Ouvidoria do MME, por meio de sistema informatizado pelo qual a Ouvidoria do Poder Executivo Federal encaminha a este Ministério as demandas por ela recebidas e que tratam de questões afetas às competências do Ministério.

Uma vez aqui recebidas são devidamente tratadas com o objetivo de viabilizar as avaliações necessárias e tomar as providências pertinentes, de modo a viabilizar respostas e soluções para todas as demandas recebidas e as respectivas informações à Ouvidoria do Poder Executivo Federal. Só no ano de 2015 foram atendidas quase 1000 (mil) demandas oriundas daquela Ouvidoria.

II) Sistema e-SIC e Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Sistema E-SIC e o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foram criados em cumprimento às disposições da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como medidas efetivas para viabilizar uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do Ministério de Minas e Energia está preparado

para receber demandas por meio dos seguintes canais disponíveis para a sociedade em geral:

- Sistema e-SIC;
- página do Ministério na Internet;
- por correio eletrônico;
- por encaminhamento via correios e telégrafos;
- por telefonemas; e
- também por “atendimento de balcão” aos cidadãos que procuraram pessoalmente o SIC.

Principais atividades do SIC/MME, realizadas em 2015:

- recebimento de documentos e requerimentos de acesso às informações encaminhados pelo Balcão SIC, e-mail do SIC e Sistema e-SIC;
- análise das demandas, encaminhamento aos técnicos responsáveis pela geração das informações requeridas e a devida produção de informações necessárias para o atendimento das demandas.
- análise da qualidade das respostas recebidas e aperfeiçoamentos quando se fez necessário; e
- expedição de todas as respostas às Demandas no e-SIC.

Durante o ano foram desenvolvidas, também, várias ações junto às áreas do Ministério no sentido de manter a atualização e a inserção de dados e informações de “transparência ativa”, no sítio do MME. Nesse sentido, foram divulgados, por Secretarias, dados e informações sobre programas, projetos e ações conduzidos no âmbito do Órgão, bem como informações técnicas, indicadores, eventos, publicações, atualidades, glossários de perguntas e respostas mais frequentes, além daquelas informações relativas a transparência pública.

Destacam-se também as informações publicadas pós reuniões do CMSE e CMPE, além dos documentos Mensagem Presidencial e Relatório de Gestão.

III)Página do Ministério de Minas e Energia, na Internet

Além dos canais já mencionados, o Ministério mantém na internet, possibilitando amplo acesso da sociedade, dados e informações sobre as questões mais relevantes e da atualidade acerca dos trabalhos que desenvolve, conforme exemplos indicados a seguir:

- atos editados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário Executivo e Secretários;
- planos, programas e projetos setoriais;
- informações técnicas;
- indicadores setoriais;
- relatórios analíticos;
- estatísticas e boletins de desempenho;
- legislação setorial;
- destaques setoriais relevantes; e
- atualidades sobre os setores energético e mineral.

4.2. Cartas de Serviços ao cidadão

Embora o Ministério de Minas e Energia não seja considerado uma organização que tenha um portfólio de serviços prestados diretamente ao cidadão, suas entidades vinculadas (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista) e concessionárias públicas federais, estaduais e também privadas, mantêm Cartas de Serviços disponibilizadas ao público em geral na internet, por exemplo, no site da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Agência Nacional do

4.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos - usuários

No atendimento aos cidadãos que dirigem demandas ao Ministério, especificamente pelos canais de Ouvidoria, é solicitado ao demandante, para cada atendimento, que manifeste avaliação acerca do atendimento prestado, incluindo a indicação do grau de satisfação ao atendimento, ao tempo de resposta, à qualidade do conteúdo oferecido, à eficiência do sistema de acesso e à qualidade do trabalho do agente público atendente.

4.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

- **Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI**

A implementação da LAI, além de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, não só põe à disposição da sociedade a quase totalidade dessas informações, como também, em consequência, expande expressivamente a transparência dos atos públicos, gerando objetivamente maior participação popular e mais controle social em relação às ações governamentais.

No Ministério de Minas e Energia, a implantação do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC e as contínuas ações para implementação da referida Lei trazem importantes mudanças (de rotinas, de processos e até mesmo de condutas dos agentes públicos), bem como leva a aperfeiçoamentos inspirados na natureza das demandas recebidas e que exigem medidas para o seu atendimento.

Especificamente no exercício de 2015, foram recebidas e atendidas cerca de mil demandas – por meio do e-SIC e atendimentos de balcão. Todas essas demandas foram tramitadas junto às áreas detentoras das informações, internamente e em determinados casos envolvendo outros órgãos e entidades, de modo a assegurar o pleno atendimento.

Da mesma forma, também em consonância com a mencionada Lei, a publicidade das informações foi viabilizada por intermédio do conjunto de transparências ativas disponibilizadas na página do MME, na internet, incluindo contratos, prestações de contas, rol de servidores e suas remunerações, estrutura regimental, agendas de trabalho dos agentes públicos, atos formais firmados pelas autoridades, entre muitas outras divulgações que permitem maior transparência em relação aos trabalhos do Ministério.

- **Transparência por meio das relações com o Congresso Nacional**

Outra forma de permitir transparência aos atos do MME advém das várias atividades de articulação e atendimento a demandas junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados. As duas Casas do Congresso Nacional, por intermédio dos Parlamentares que representam os interesses da sociedade, demandam do MME atendimento a Requerimentos de Informações, a Indicações, a convocações para Audiências Públicas e outras formas de participações.

Em 2015, incluindo Requerimentos de Informações, Audiências e outros atendimentos o MME recebeu do Congresso Nacional cerca de oitocentas demandas. Além desses atendimentos, cabe ressaltar também os seguintes trabalhos:

- Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia;
- Consolidar sinopses de pronunciamentos dos parlamentares e de outros assuntos de interesse do Ministério, ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;
- acompanhar as demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos Órgãos e Entidades vinculados ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza; e
- Acompanhar as sessões e os trabalhos das Comissões do Congresso Nacional.

Os assuntos mais relevantes, tratados junto ao Congresso Nacional, relacionados à área de competência do Ministério, foram levados às Comissões da Câmara e do Senado, sendo examinados e discutidos, inclusive com o comparecimento e a participação de técnicos, dirigentes e do próprio Ministro de Estado, em Audiências Públicas realizadas.

4.5. Medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Tendo em vista o cumprimento das normas relativas à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004, no âmbito da acessibilidade física foram adotadas, neste Ministério, diversas medidas.

Na entrada do edifício, foi executada obra para tornar acessível o percurso até as portarias (principal e privativa), incluindo vagas reservadas, rampas de acesso direto e lateral e identificadores nos degraus. No balcão da portaria principal foi instalada catraca especial, com leitor de crachá de identificação. Também, nesta portaria, está disponível um telefone próprio para deficiente auditivo.

Ainda, para garantir acessibilidade às pessoas com dificuldades de locomoção, as áreas administrativas de interesse comum, tais como, Biblioteca, Protocolo e Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, estão localizadas no térreo do edifício.

Nos banheiros foram instalados vasos sanitários e boxes com dimensões específicas, barras de apoio, louças apropriadas, entre outros itens previstos nos normativos sobre acessibilidade. Igualmente, nos auditórios foram colocadas portas duplas, para facilitar a circulação dos usuários, poltronas para pessoas acima do peso, além de local para cadeirantes.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Unidade Prestadora de Contas – UPC adotou os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, e em conformidade com os Manuais expedidos pelo Órgão Central de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Para o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio, tem-se como norteador o Manual STN - Macrofunção 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND, com a metodologia aplicada para a estimativa da vida útil econômica do ativo e cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para os respectivos cálculos.

Quanto à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido aplicáveis a esta UPC, é observado o Manual STN - Macrofunção 021137 - PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO E REGISTRO DE PROVISÃO, para os devidos procedimentos.

Não houve impacto negativo sobre o resultado da UPC ao utilizar critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, principalmente quando aplicada a NBC T 16.9, por se tratar da reavaliação, redução a valor a recuperável e depreciação, atividades que iniciaram no exercício de 2011, conforme cronograma estipulado pela STN.

5.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Histórico:

O Sistema de Custos do Governo Federal foi criado por meio da Portaria nº 157, de 09/03/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como sistema estruturante do Governo Federal, que compreende aquela Secretaria (órgão central) e os Ministérios (órgãos setoriais). Antes da criação do Sistema de Custos, havia, em cada Ministério, um Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos. No caso do MME, o Comitê foi criado em 2010 e era integrado por servidores da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA e da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE. Na prática, o Comitê se reunia apenas uma vez por ano, para preencher o Relatório de Custos da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, cuja consolidação no âmbito do MME, está sob a responsabilidade da AEGE.

Por meio do Ofício-Circular nº 14/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF, de 24/11/2011, a STN solicitou às Secretarias Executivas de todos os órgãos que fossem “tomadas as providências necessárias para a formalização da estrutura administrativa e o início de funcionamento dos processos organizacionais nessa unidade, referentes ao exercício de suas atividades enquanto Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal”. No anexo ao Ofício Circular (“Orientações para a Estruturação dos Órgãos Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal”), a STN sugeria um agrupamento multidisciplinar de conhecimentos e habilidades dos profissionais que iriam compor as equipes de apoio à gestão de custos (setoriais de custos) e recomendava que “as atividades da setorial de custos não sejam executadas pelas mesmas equipes dedicadas ao apoio de setoriais contábeis,

orçamentárias e financeiras”.

Em resposta, por meio do Ofício nº 008/2012-SE-MME, de 13/01/2012, a Secretaria-Executiva propôs que “a criação da estrutura em questão deveria ocorrer de forma padronizada, em todos os Órgãos da Administração Pública” e, ainda, informou: “Sobre a incorporação da referida unidade à estrutura deste Ministério, cumpre-nos esclarecer que, preliminarmente, faz-se necessário alterar o Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do MME, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP ser instado a respeito, visto sua competência para analisar e aprovar todas as propostas de expansão e alteração de estruturas organizacionais inerentes à Administração Pública Federal”.

A STN não respondeu ao Ofício da Secretaria-Executiva do MME. Posteriormente, a Estrutura Regimental do MME foi alterada por meio do Decreto nº 7.798, de 12/09/2012, mas não houve alterações relacionadas ao Sistema de Custos do Governo Federal.

No dia 26/03/2013, durante o I Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, os representantes da STN informaram que, a partir daquele exercício, as unidades setoriais de custos deveriam apresentar relatórios mensais sobre o assunto, que, provavelmente, já seriam exigidos pelos órgãos de controle (CGU e TCU) nos próximos trabalhos de auditoria.

No processo de revisão do Regimento Interno do MME, decorrente da aprovação da nova estrutura regimental deveria ser considerada a inclusão das atividades relacionadas ao Sistema de Contas do Governo Federal, porém, o novo Regimento Interno do MME, aprovado pela Portaria nº 89, de 27/02/2014, não atribuiu a nenhuma unidade a competência para exercer as atividades de órgão setorial do Sistema de Custos do Governo Federal.

Na Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR referente ao exercício de 2013, o Relatório de Custos exigia informações relacionadas apenas ao Orçamento de Investimento das Estatais, competência específica da AEGE, razão pela qual essa Assessoria se encarregou do assunto sem a necessidade de colaboração dos demais membros do antigo Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos. Para a PCPR 2014 e a PCPR 2015, novamente a AEGE deu continuidade a essa rotina.

5.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas

Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.

Os seis demonstrativos abaixo estão inseridos na seção Anexos e Apêndices do e-Contas:

- BF – Balanço Financeiro
- BP – Balanço Patrimonial
- DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais
- BO – Balanço Orçamentário
- DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa
- DMPL – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota Explicativa

I) Conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei nº 4.320/1964)

Esta Unidade Prestadora de Contas – UPC por estar submetida às exigências da Lei nº 4.320/64 tem trabalhado em conjunto com o Órgão Central do Sistema de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional – STN no processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T às Normas Internacionais de Contabilidade, originando principais mudanças

no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e nas suas Demonstrações Contábeis.

II) Ajustes Contábeis

Para o exercício de 2015, foi realizado um ajuste de baixa na conta contábil 11381.06.08 – Transferências Constitucionais em Trânsito, fonte 0177, no valor de R\$ 1.041.555.238,64, na UG/Gestão 320002/00001, documento 2015NL000344, referente a exercícios anteriores. Com a regularização, houve como contrapartida o registro na conta 23711.03.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores, o qual ficou evidenciado no Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de pessoas

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, que integra a estrutura da Secretaria Executiva, tem entre suas atividades a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Compete a SPOA, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à Administração Pública Federal, conforme disposto no Decreto nº 7.798 de 12/09/2012, que aprova a estrutura regimental do MME.

A SPOA trabalha para adequar quantitativa e qualitativamente o Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

No processo de administração de recursos humanos, é apresentado abaixo o detalhamento da composição do Quadro de Pessoal do Ministério.

Quadro 73: Quadro de Pessoal do Ministério

QUADRO DE PESSOAL DO MME		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	190	7,16
Aposentado	685	25,82
Requisitado Administração Direta	48	1,81
Nomeado cargo em comissão	150	5,65
Natureza Especial	1	0,04
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,04
Cedido	76	2,86
Requisitado Administração Indireta	38	1,43
Exerc. Descentralizado de Carreira	91	3,43
CLT anistiado	541	20,39
Beneficiário de Pensão	769	28,99
Contrato Temporário	7	0,26
Estagiário	56	2,11
TOTAL	2.653	100

DESCRIÇÃO	2014		2015	
	QTDE	%	QTDE	%
Pessoal na área finalística	239	37,70	223	36,80
Pessoal na área meio	395	62,30	383	63,20
Total Geral	634	100	606	100

Fonte: SGRH

6.2. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 74: Força de Trabalho do MME

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	908	449	21	44
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	01	01
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	907	448	20	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão Obs.: (*) incluídos os anistiados.	907	271 (*)	12	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado.	-	91	05	19
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas.	-	86	03	10
2. Servidores com Contratos Temporários	17	07	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	-	150	11	15
4. Total de Servidores (1+2+3)	925	606	32	59

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro acima demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME

Quadro 75: Distribuição da Lotação Efetiva do MME

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	288	162
1.1. Servidores de Carreira	288	162
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	224	46
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	28	63
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	36	50
2. Servidores com Contratos Temporários	07	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	88	64
4. Total de Servidores (1+2+3)	383	223

Fonte: SIAPE / SGRH

Quadro 76: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	375	356	29	40
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	01	01
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	374	355	28	39
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	94	08	07
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	50	06	07
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	60	03	10
1.2.4. Sem Vínculo	-	150	11	15
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas (FGR + FCT)	99+45 = 144	119	14	09
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	74+34 = 108	13	05

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	06 + 03 = 09	00	06
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	02 + 00 = 02	01	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	519	475	43	49

Nota: As informações do Quadro acima demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME.

Quadro 77: Distribuição da Força de Trabalho por Unidade Administrativa

Área	Unidade	Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado	Total	Total por Área
MEIO	Gabinete do Ministro	1	29	2	1	29	0	0	5	67	383
	Assessoria Econômica	0	1	4	1	2	3	0	0	11	
	Assessoria Especial de Relações Internacional	0	1	0	1	4	0	0	0	6	
	Assessoria Especial de Apoio ao Ministro	0	0	0	0	5	0	0	0	5	
	Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setorial	0	1	0	1	1	0	0	0	3	
	Consultoria Jurídica	0	5	6	0	6	5	0	0	22	
Secretaria-Executiva	0	130	16	4	40	20	7	52	269		
FINALÍSTICA	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	0	6	7	1	19	7	0	4	44	223
	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	0	10	4	6	15	24	0	8	67	
	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	0	2	5	11	9	14	0	1	42	
	Secretaria de Energia Elétrica	0	5	4	12	21	18	0	10	70	
TOTAL		1	190	48	38	151	91	7	80	606	606

Fonte: CGRH

Quadro 78: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				5	32	91	4	1	1	
1.1. Membros de poder e agentes políticos						1				
1.2. Servidores de Carreira				5	31	84	4	1	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					1	6				
2. Provimento de cargo em comissão			6	31	159	246	25	3	2	
2.1. Cargos de Natureza Especial						1				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1	5	105	224	18	3	2	
2.3. Funções gratificadas			5	26	54	21	7			
3. Totais (1+2)			6	36	191	337	29	4	3	

Legenda:

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado / Pós Doutorado / PhD / Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Quadro 79: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	15	26	17	42	34
1.1. Membros de poder e agentes políticos				1	
1.2. Servidores de Carreira	14	22	16	41	33
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	1	0	1

2. Provimento de cargo em comissão	16	91	94	184	87
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	87	78	124	55
2.3. Funções gratificadas	2	4	16	60	31
3. Totais (1+2)	31	117	111	226	121

Análise Situacional

A Unidade Prestadora de Contas (Secretaria-Executiva), por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contemplar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB, SIDERBRÁS, CSN e USIMINAS, além da recente entrada dos FAS – Função de Assessoramento Superior, todos no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei no 8.878, de 11/5/1994, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Ainda, atuam no Ministério de Minas e Energia, servidores públicos requisitados da Administração direta e indireta, bem como pessoas sem vínculo com o serviço público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e os Analistas de Infraestrutura), cujo exercício é descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão.

Também, nos termos da Portaria Interministerial MP/MME nº 456, de 28/10/2011, foi realizado processo seletivo simplificado, para contratação de 10 (dez) servidores temporários, sendo 3 (três) Analista de Licitação, 1 (um) Analista Financeiro, 2 (dois) Gerente de Projeto, 1 (um) Assistente Administrativo, 1 (um) Assistente Financeiro, para atuação na Unidade de Gestão de Projetos (UGP) do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META. Foram realizadas 3 (três) rescisões de contrato.

Há que se justificar, ainda, que no Quadro 8.1.1.A – Força de Trabalho do MME, foram incluídos somente os anistiados com retorno deferido para o Ministério que permaneceram atuando na Sede (80 empregados), o restante de 549 (quinhentos e quarenta e nove), são anistiados cujo retorno se deu por via judicial e pela Lei nº 8.878/94 a partir de 2009, que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Convém ressaltar que continuaram os esforços para oferecer serviços na área de Assistência à Saúde como clínica médica, enfermagem, psicologia, odontologia e ações de Qualidade de Vida com destaque para a Campanha Anual de Vacinação e os Exames Médicos Periódicos. Ainda, foram oferecidas as possibilidades de adesão a planos de saúde (GEAP, Aliança ou Auxílio de caráter indenizatório) e Massagem Expressa realizada por deficientes visuais, também com o objetivo de inclusão social.

- **Qualificação e Capacitação de Recursos Humanos**

Com relação à capacitação de servidores do Ministério de Minas e Energia, o exercício de 2015 foi marcado por restrição orçamentária que impactou as ações de treinamento e desenvolvimento. Apesar disso, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH procurou adequar e ajustar seus

processos e controles internos para manter o atendimento mínimo às crescentes demandas institucionais atribuídas ao MME.

Ainda, com a finalidade de capacitar os servidores deste Ministério por meio de troca de conhecimento, informações e experiências, em 2015, foram realizadas parcerias com a CCEE, CEPEL e ABB no Brasil e acordo de cooperação técnica com a Eletronorte que resultou em 60 participações de servidores do MME em eventos.

Cabe destacar que, em 29 de dezembro de 2015, foi assinado o Contrato nº 001/2015-SPOA/MME, decorrente de procedimento licitatório realizado pelo Projeto META (Acordo de Empréstimo nº 8095-BR), celebrado entre a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério de Minas e Energia – SPOA/MME e as Faculdades Católicas do Rio de Janeiro – PUC Rio, objetivando a realização de curso de especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Abaixo, são demonstradas as ações de treinamento e as áreas atendidas:

Quadro 80: Ações de treinamento e as áreas atendidas (Capacitação)

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO	PARTICIPAÇÕES
Ações Administrativas	12	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.	147
Ação em Língua Estrangeira	02	Promover a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola, beneficiando 125 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessas línguas estrangeiras.	117
Ações Técnicas Finalísticas	13	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas fins do MME.	102
Ações na Área de Legislação	02	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.	07
Ações de Tecnologia da Informação	06	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.	95
Ações do Projeto Qualidade de Vida	04	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.	1.110
Ações em Educação Formal	03	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública e finalística, sendo: 01 participação em projeto de pós-graduação avulso, 13 em projeto de graduação e 11 em Pós-Graduação no contexto de Gestão Pública.	25

Fonte: CODES/CGRH

- **Política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica dos servidores do MME**

Essa medida foi iniciada em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos definidos nessa área, a saber:

a) Planos de saúde:

O Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- Contrato de Adesão nº 001/2012-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 29/06/2012, sem ônus para o MME .
- Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., sem ônus para o MME, objetivando a prestação de serviços de saúde suplementar aos servidores, dependentes e beneficiários; e
- Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Medicina social:

O Ministério dispõe de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo.

6.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro - Despesa do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	2.699.337,98	213.944,06	252.972,33	109.973,09	279.657,83	92.321,24	0,00	0,00	0,00	3.648.206,53
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	9.474.938,41	3.224.299,09	7.992.500,81	658.372,77	1.452.204,21	1.250.895,34	0,00	0,00	37.279,74	24.090.490,37
	2014	9.273.185,45	3.128.389,22	7.195.943,46	680.422,89	1.407.210,50	1.073.192,18	0,00	3.152,10	50.861,12	21.739.164,74
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	5.210.141,84	697.508,73	212.568,46	574.194,98	29.105,87	22.237.429,00	0,00	0,00	28.960.948,88
	2014	0,00	6.889.030,60	730.845,68	222.744,99	1.167.613,34	25.941,68	25.986.495,42	5.077,72	0,00	35.027.749,43
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015		9.231.386,18	766.549,64	265.129,18	1.066.444,49	223.627,18	0,00	0,00	0,00	11.553.136,67
	2014	0,00	8.409.532,08	698.877,95	227.397,33	848.518,47	210.326,06	0,00	4.928,45	0,00	10.399.580,34
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	22.089.329,41	0,00	3.764.339,00	855.024,36	3.349.950,31	830.856,16	0,00	0,00	260.530,46	31.150.029,70
	2014	20.786.493,95	0,00	4.027.984,29	820.661,03	3.230.454,14	929.808,48	0,00	0,00	176.390,04	29.971.791,93
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	460.884,33	0,00	38.290,00	13.519,96	33.491,52	0,00	0,00	0,00	0,00	546.185,81
	2014	361.249,65	0,00	29.303,32	7.797,75	27.888,06	0,00	0,00	0,00	0,00	426.238,78

Nota: As informações do Quadro acima demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

• **Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Os controles para detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos (art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal) são realizados em parceria com o órgão central do SIPEC, ou seja, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, periodicamente, efetua auditoria mediante confrontação de bancos de dados de diversas instituições (Ministério do Trabalho e Emprego, GDF e SIAPE).

Posteriormente, as ocorrências são encaminhadas aos órgãos setoriais para apurar e, se confirmadas, adotar as providências cabíveis para a regularização da inconsistência.

Além disso, os sistemas SIAPE e SISAC mantêm, em suas rotinas, críticas sugerindo possíveis inconsistências.

No exercício de 2015, não foi verificado casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

6.4. Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

A perda de pessoal treinado em virtude de baixos salários e ausência de perspectivas na carreira é o principal risco identificado na gestão de pessoas.

Esses fatores provocam a desmotivação dos servidores para aqueles que ficam e a saída ou transferência de exercício para os outros que buscam melhores salários, gratificações, chefias e perspectivas de crescimento na organização.

Essa afirmação pode ser comprovada pelo número de cedidos da organização (76 servidores) e pela saída contínua dos analistas de infraestrutura, prejudicando as atividades finalísticas deste Órgão, demonstrado a seguir:

Quantitativo de Analistas de Infraestrutura em Exercício no MME			
2012	2013	2014	2015
96	93	79	70

6.5. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 8.1.10.A – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	56	61	55	57	133.555,52
1.1 Área Fim	17	16	16	17	38.126,96
1.2 Área Meio	39	45	39	40	95.428,56
2. Nível Médio	77	120	119	111	153.521,37
2.1 Área Fim	21	37	32	38	46.103,80
2.2 Área Meio	56	83	87	73	107.417,57
3. Total (1+2)	133	181	174	168	287.076,89

Fonte: CGRH-Área de Estágio/SIAPE

- **Estágio Supervisionado**

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão da CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conciliar os conhecimentos acadêmicos com vivências práticas.

Esse programa oferece oportunidade aos estagiários para melhor avaliar a opção profissional e relacioná-la ao potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar o crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento das unidades de atuação neste Ministério. Essa mão de obra estagiária muito tem auxiliado na execução de serviços administrativos.

Ademais, a partir da instituição do “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE”, são oferecidas, por meio de ações voluntárias de servidores do Quadro do MME, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para um bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal, compreendendo palestra introdutória e atendimento ao público.

Quadro 8.1.10.B – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE Unidade Contratante						
Nome: Ministério de Minas e Energia						
UG/Gestão: 320004						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2009	Manutenção preventiva e corretiva, nos sistemas de autocondicionadores de ar, dos tipos self-contained e splits.	26.972.885/0001-84	07/07/2009	07/07/2015	F/S	E
2010	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis / imóveis.	08.247.960/0001-60	31/08/2010	31/08/2015	F	E
2010	Serviços acessórios e complementares de recepção.	04.248.842/0001-18	28/10/2010	28/10/2015	M	E
2010	Atualização tecnológica, de serviços de suporte técnico e manutenção de Versão, além dos serviços profissionais para operacionalização e customização do Software DocFlow – Gestão Documental.	02.277.205/0001-44	31/12/2010	31/12/2016	M/S	P*
2012	Vigilância armada e desarmada.	03.497.401/0001-97	07/03/2012	07/03/2016	M	P
2012	Serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado).	05.280.504/0001-26	11/07/2012	11/07/2016	F	P
2013	Prevenção e combate a incêndio	72.591.894/0001-42	27/05/2013	27/05/2016	M	P
2013	Transporte na condução de veículos, por meio de motorista executivo.	03.497.401/0001-97	03/07/2013	03/07/2016	M	P
2014	Manutenção Predial, preventiva e corretiva.	04.768.702/0001-70	02/06/2014	02/06/2016	F/M/S	P
2015	Manutenção dos sistemas de ventilação, exaustão, sistema central de ar condicionado.	26.972.885/0001-84	08/07/2015	08/07/2016	F/S	A
2015	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis / imóveis.	08.247.960/0001-62	10/09/2015	10/09/2016	F	A
2015	Serviços acessórios e complementares de recepção.	08.247.960/0001-62	30/11/2015	30/11/2016	M	A
Observação: Contratos de prestações de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.						

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes.

Legenda: Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

* Prorrogado **em caráter excepcional**, com fundamento no art. 57 §§ 2º e 4º da Lei nº 8.666/93.

6.6. Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Programa Executivo entre Governo Federal e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura -IICA

Em 26 de março de 2012, foi firmado o Programa executivo relativo ao acordo básico sobre privilégios e imunidades e relações institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, no valor de R\$ 8 milhões, com o intuito de possibilitar a implementação do Projeto de Cooperação para a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – PCT/BRA/IICA – ABC/12/001.

O Plano Operativo Anual – POA 2015, previa o desembolso de R\$ 1.673.360,00 (um milhão seissentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta reais), para 2015, referentes à contratação de consultores, contratação de eventos, contratação de pessoas jurídicas e emissões de passagens e diárias, conforme registros no Quadro abaixo:

Detalhamento dos Objetivos Imediatos – POA 2015

Objetivo Imediato	Descrição	Estimativa de Recursos Financeiros (R\$)
1	Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão socioproductiva e a mitigação da pobreza extrema.	449.600,00
2	Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.	883.760,00
3	Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.	340.000,00
Total		1.673.360,00

Para possibilitar a execução do PCT, em conformidade com o POA de 2015, foram contratados: 3 (três) consultores individuais, sendo estes “Pessoas Físicas”, na modalidade “Produto” e 2 (duas) empresas, sendo estas “Pessoas Jurídicas”. As citadas empresas foram contratadas para possibilitar as aquisições de passagens aéreas e serviço de consultoria em terras indígenas.

Em 2015, foram concluídos os serviços de 1 (uma) consultoria na modalidade “Produto” e prorrogados outros 2 (dois) contratos, para conclusão no ano de 2016. No que se refere à contratação de empresas foi concluído um contrato vinculado à empresa responsável pelas aquisições de passagens aéreas.

No Quadro abaixo, encontram-se registrados e estratificados, por objetivos imediatos, a relação dos montantes contratados e liquidados no âmbito do projeto, bem como os montantes referentes aos contratos de pessoas jurídicas e o saldo, em conta, com o devido rendimento em decorrência da aplicação dos valores repassados.

Objetivos	Resultados	2012 (R\$)				2013 (R\$)				2014 (R\$)				2015 (R\$)				
		Comprometido (R\$)	Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros
1	1.1	177.449,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.823,20	4.693,96	4.071,00	-	
	1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total 1	177.449,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.823,20	4.693,96	4.071,00	-
2	2.1	377.078,36	-	-	-	-	7.210,00	-	-	-	75.570,00	6.985,60	12.167,48	4.937,70	59.390,00	3.268,60	15.082,01	1.196,74
	2.2	133.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.640,00	5.398,50	7.172,52	150,50
	2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.4	136.600,00	12.000,00	1.003,00	2.372,73	-	64.500,00	8.156,25	11.041,06	-	19.500,00	-	-	-	-	-	-	-
	Total 2	646.878,36	12.000,00	1.003,00	2.372,73	-	71.710,00	8.156,25	11.041,06	-	95.070,00	6.985,60	12.167,48	4.937,70	140.030,00	8.667,10	22.254,53	1.347,24
3	3.1	85.494,40	-	855,50	-	71.394,40	3.079,80	8.734,09	1.113,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.3	326.100,00	-	702,14	812,12	-	83.400,00	9.351,50	7.961,05	19.631,06	122.800,00	11.670,20	10.393,93	39.804,47	-	-	-	-
	3.4	133.125,00	-	702,10	984,30	-	48.000,00	2.059,10	3.457,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 3	544.719,40	-	2.259,74	1.796,42	-	202.794,40	14.490,40	20.152,24	20.744,81	122.800,00	11.670,20	10.393,93	39.804,47	-	-	-	-	
Totais 1+2+3			12.000,00	3.262,74	4.169,15	-	274.504,40	22.646,65	31.193,30	20.744,81	217.870,00	18.655,80	22.561,41	44.742,17	204.853,20	13.361,06	26.325,53	1.347,24
Total Folders		89.168,00	-	-	-	-	-	-	-	84.700,00	-	-	-	4.468,00	-	-	-	-
Total Publicações		25.134,00	-	-	-	7.708,87	-	-	-	8.314,51	-	-	-	4.796,98	-	-	-	4.313,64
Repasses						1.892.000,00				1.200.000,00								
Rendimentos						10.686,50				52.851,55				86.148,85				91.651,83
Saldo Total do Projeto = Repasses + Rendimentos - [(Totais 1+2+3) + Total Folders + Total Publicações]*1,05 (Taxa do IICA)																		2.249.172,30

De acordo com o Quadro acima, verifica-se que, em 2015, foram liquidados R\$ 250.200,67 (duzentos e cinquenta mil, duzentos reais e sessenta e sete centavos), os quais equivalem, sem a taxa de administração, a aproximadamente 15% (quinze por cento) do montante previsto para o ano, e que o rendimento no ano foi de R\$ 91.651,83 (noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), o qual, somado ao montante de rendimentos, dos anos de 2012 a 2014, contabilizam R\$ 241.338,73 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos).

Considerando-se a taxa de administração do IICA, obtém-se o valor desembolsado, em 2015, de R\$ 262.710,70 (duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e dez reais e setenta centavos).

Até o ano de 2015 foi efetivado o pagamento de R\$ 1.084.166,43 (um milhão, oitenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos), correspondente a 13,55% do total do Projeto, sendo comprometido o valor de R\$ 1.557.516,84 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), equivalente a 19,47% do total do Projeto.

Nos Quadros seguintes estão as informações vinculadas à recomendação do TCU acerca da forma de apresentação dos dados dos projetos de cooperação técnica na modalidade “produto”.

Detalhamento dos Contratos em Andamento ou Firmados no Ano de 2015

Contrato 114.050/2014 (Gutemberg Pereira Dias)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 114.050/2014					
Objetivo da Consultoria: Orientar as populações em áreas de uso específico de comunidade especiais sobre os aspectos gerais do uso produtivo, seguro e eficiente da energia da energia elétrica com desenvolvimento sustentável local dos beneficiários e promover a organização social com vistas à inclusão das comunidades rurais e populações tradicionais, além de contribuir na implementação e na gestão de projetos que venham gerar renda e agregar valor para as comunidades atendidas pelo LpT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
20/2/2014	19/2/2015	102.000,00	18.360,00	35.700,00	102.000,00
Insumos Externos					

Estão previstos como insumos externos os valores de: R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais) para diárias e auxílio transporte; e R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para passagens. Ao término do ano de 2015, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 6.985,60 (seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 49% (quarenta e nove por cento) do planejado; R\$ 15.600,28 (quinze mil e seiscentos reais e vinte e oito centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 71% (setenta e um por cento) do planejado; e R\$ 6.134,44 (seis mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) com despesas diversas, as quais não haviam sido planejadas para o citado serviço.

Produtos Contratados		
Descrição	Prazo Previsto para Entrega	Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo a elaboração de plano de trabalho que contemple o planejamento de capacitação para agentes multiplicadores do conhecimento sobre a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e sobre o uso racional, eficiente, seguro e produtivo da energia elétrica; e as metodologias para a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, e para o dimensionamento e qualificação de potência de equipamento de produção.	20/3/2014	17.340,00
PRODUTO 2: Relatório contendo a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, o dimensionamento e qualificação de potência de equipamentos de produção ; e as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação saneamento básico, lideranças e agricultores), envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica em comunidades Quilombolas nos estados do Piauí e Goías.	20/5/2014	16.320,00
PRODUTO 3: Relatório contendo a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, o dimensionamento e qualificação de potência de equipamentos de produção ; e as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação saneamento básico, lideranças e agricultores), envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica em comunidades Quilombolas nos estados do Rio Grande do Sul e Pará.	20/7/2014	16.320,00
PRODUTO 4: Relatório contendo a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, o dimensionamento e qualificação de potência de equipamentos de produção ; e as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação saneamento básico, lideranças e agricultores), envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica em comunidades Quilombolas nos estados de Pernambuco e Mato Grosso.	20/9/2014	16.320,00
PRODUTO 5: Relatório contendo a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, o dimensionamento e qualificação de potência de equipamentos de produção ; e as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação saneamento básico, lideranças e agricultores), envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica em comunidades Quilombolas nos estados da Bahia e Maranhão.	20/11/2014	17.340,00
PRODUTO 6: Relatório contendo a realização de diagnóstico para implantação de novos projetos de geração de renda e sustentabilidade local, o dimensionamento e qualificação de potência de equipamentos de produção; e as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação saneamento básico, lideranças e agricultores), envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica em comunidades Quilombolas nos estados do Ceará, Paraná e Minas Gerais.	19/2/2015	18.360,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Gutemberg Pereira Dias		CPF: 136.012.296-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 4.121/2013-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, no ano de 2014, o que ensejou o atraso na entrega do produto: nº 1 (um), tendo sido entregue em 1º de abril de 2014; nº 2 (dois), tendo sido entregue em 2 de junho de 2014; nº 4 (quatro), tendo sido entregue em 9 de outubro de 2014; nº 3 (três), tendo sido entregue em 26 de novembro de 2014; e nº 5 (cinco), tendo sido entregue em 13		

de janeiro de 2015. O produto nº 6 (seis) foi entregue em 16 de janeiro de 2015, atendendo ao cronograma previsto para o ano de 2015. Ressalta-se que fora alterada a ordem de entrega dos produtos nºs 3 (três) e 4 (quatro), sem que houvesse prejuízos ao serviço de consultoria. Ao final da consultoria verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 5,5% (cinco e meio por cento) inferior ao total orçado para o serviço de consultoria.

Contrato 114.299/2014 (Maria do Socorro Costa Brito)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura			IICA		
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica			PCT BRA/IICA/12/001		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 114.299/2014					
Objetivo da Consultoria: Articular, coordenar e planejar atividades interativas para elaboração de material didático bilíngue sobre o uso racional e eficiente, seguro, produtivo e sobre Lei da Tarifa Social de Energia Elétrica, adequado aos costumes e cultura da população indígena da etnia Pataxó, no âmbito do Programa Luz para Todos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
23/10/2014	22/2/2016	96.000,00	64.320,00	80.640,00	80.640,00
Insumos Externos					
Estão previstos como insumos externos os valores de: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) para diárias e auxílio transporte; e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para passagens. Ao término do ano de 2015, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 5.398,50 (cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 41% (quarenta e um por cento) do planejado; e R\$ 7.172,52 (sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 30% (trinta por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega		Valor	
PRODUTO 1: Relatório contendo o registro das reuniões de articulação institucional e nas aldeias, realização de oficinas de capacitação sobre a Tarifa Social e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica com lideranças e professores indígenas na comunidade indígena Pataxó, no sul da Bahia, visando o alinhamento de critérios e definição de estratégias para elaboração do material didático.		23/12/2014		16.320,00	
PRODUTO 2: Relatório contendo a produção textual em português, sobre a Tarifa Social e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica, com aproximadamente 30 páginas, fonte Arial tamanho 12, em papel formato A4, adequado às crenças e costumes da comunidade indígena Pataxó, no estado da Bahia.		23/2/2015		15.360,00	
PRODUTO 3: Relatório contendo as atividades desenvolvidas em oficinas com alunos indígenas da etnia Pataxó, no sul da Bahia, para a criação de desenhos e figuras para ilustração dos textos escritos, com aproximadamente 30 páginas, fonte Arial tamanho 12, em formato A4, sobre o uso racional e eficiente da energia elétrica que irá compor o material didático.		23/4/2015		16.320,00	
PRODUTO 4: Relatório contendo os textos da cartilha em português, devidamente revisados, inclusive quanto à gramática e à ortografia.		23/6/2015		15.360,00	
PRODUTO 5: Relatório contendo as atividades de coordenação e acompanhamento junto ao GT indígena que supervisionará a tradução da cartilha para a língua Patxohã.		22/2/2016		15.360,00	
PRODUTO 6: Planejar, articular e realizar 2 oficinas de capacitação em comunidades indígenas Pataxó do Sul da Bahia, para a formação de agentes multiplicadores, para a aplicação da metodologia adequada na utilização da cartilha produzida junto às comunidades beneficiadas pelo Programa.		22/12/2015		17.280,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria do Socorro Costa Brito				CPF: 125.877.294-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 4.551/2014-TR/PF/IICA, em decorrência de particularidades no agendamento das viagens pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, no ano de 2014, o que ensejou o atraso na entrega do produto: nº 1 (um),					

tendo sido entregue em 10 de março de 2015; nº 2 (dois), tendo sido entregue em 12 de maio de 2015; nº 3 (três), tendo sido entregue em 8 de julho de 2015; e nº 4 (quatro), tendo sido entregue em 25 de agosto de 2015. Foi solicitado, por meio dos Memorandos nºs 208/2015-DPUE/SEE-MME e 457/2015-SEE-MME, de 28 e 30 de setembro de 2015, respectivamente, embasados pela Nota Técnica nº 16/2015-DPUE/SEE-MME, de 28 de setembro de 2015, a alteração da ordem de entrega dos produtos nºs 5 (cinco) e 6 (seis), bem como a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 4 (quatro) meses tendo, estas solicitações, sido atendidas por meio da assinatura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato. Assim, tendo em vista o novo cronograma, o produto nº 6 (seis) foi entregue dentro do prazo, em 1º de dezembro de 2015. Até o fechamento do ano de 2015, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 70% (setenta por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.

Contrato 114.323/2014 (Luiz Antônio Falcão de Moura)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 114.323/2014					
Objetivo da Consultoria: Planejar, organizar e propor metodologias para execução e monitoramento de ações de capacitação para formação de multiplicadores para a Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local dos beneficiários e para a promoção da organização social destas comunidades especiais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
10/11/2014	09/2/2016	51.500,00	42.230,00	23.690,00	23.690,00
Insumos Externos					
Estão previstos como insumos externos os valores de: R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para diárias e auxílio transporte; e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para passagens. Ao término do ano de 2015, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 3.268,60 (três mil, duzentos e sessenta e oito reais, e sessenta centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 30% (trinta por cento) do planejado; e R\$ 11.118,21 (onze mil, cento e dezoito reais e vinte e um centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 56% (cinquenta e seis por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega	Valor		
PRODUTO 1: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado de Tocantins.		10/1/2015	7.210,00		
PRODUTO 2: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado da Bahia.		10/3/2015	9.270,00		
PRODUTO 3: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado do Amazonas.		10/5/2015	7.210,00		
PRODUTO 4: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado de Rondônia.		9/10/2015	9.270,00		
PRODUTO 5: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado do Maranhão e do Mato Grosso.		9/12/2015	9.270,00		

PRODUTO 6: Relatório contendo a consolidação das capacitações realizadas nos Estados, resultados detalhados por cada um dos grupos étnicos capacitados, desdobramentos e propostas que visem a continuidade do processo educativo sobre o uso da eletricidade em áreas indígenas atendidas com o serviço de energia elétrica.	9/2/2016	9.270,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luiz Antônio Falcão de Moura		CPF: 173.297.877-87
<p>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 4.685/2014-TR/PF/IICA, em decorrência de particularidades no agendamento das viagens pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, nos anos de 2014 e 2015, o que ensejou o atraso na entrega do produto: nº 1 (um), tendo sido entregue em 20 de março de 2015; nº 2 (dois), tendo sido entregue em 26 de junho de 2015; e nº 3 (três), tendo sido entregue em 11 de setembro de 2015. Foi solicitado, por meio dos Memorandos nºs 208/2015-DPUE/SEE-MME e 457/2015-SEE-MME, de 28 e 30 de setembro de 2015, respectivamente, embasados pela Nota Técnica nº 15/2015-DPUE/SEE-MME, de 28 de setembro de 2015, a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 4 (quatro) meses tendo, esta solicitação, sido atendida por meio da assinatura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato. Assim, tendo em vista o novo cronograma, os produtos nºs 4 (quatro) e 5 (cinco) não foram entregues dentro do prazo, nem no ano de 2015. Até o fechamento do ano de 2015, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 46% (quarenta e seis por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.</p>		

Contrato 115.132/2015 (Luiz César Siqueira)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 115.132/2015					
<p>Objetivo da Consultoria: Fornecer instrumentos técnicos, com tecnologias apropriadas, que resultem no apoio à agregação de valor a processos produtivos. Os objetivos devem ser alcançados por meio de projetos técnicos, elaborados de acordo com normas sanitárias e ambientais vigentes, e que sejam economicamente viáveis, visando o desenvolvimento local sustentável. Visa também fortalecer a organização e favorecer a inclusão de comunidades rurais e populações tradicionais, além de contribuir na implementação e na gestão de projetos que venham gerar renda e agregar valor para as comunidades atendidas pelo LpT.</p>					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
11/6/2015	25/3/2016	123.662,72	52.855,84	64.823,20	64.823,20
Insumos Externos					
<p>Estão previstos como insumos externos os valores de: R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais) para diárias e auxílio transporte; R\$ 10.381,94 (dez mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos) para passagens; e R\$ 25.204,95 (vinte e cinco mil e duzentos e quatro reais e noventa e cinco centavos) para despesas diversas, tais como aluguel de veículo e combustível. Ao término do ano de 2015, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 4.071,00 (quatro mil e setenta e um reais) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 22% (vinte e dois por cento) do planejado; e R\$ 4.693,96 (quatro mil e seiscentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 45% (quarenta e cinco por cento) do planejado.</p>					
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
<p>PRODUTO 1: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir do beneficiamento e/ou processamento da banana; b) 1 projeto para produção de peças artesanais para comercialização direta e uso em embalagens de produtos derivados da banana. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental no município de Santa Maria da Boa Vista, estado de Pernambuco, visando possibilitar uma "identidade" para os produtos produzidos e a obtenção de um selo de origem (quilombola).</p>			10/8/2015		11.967,36
<p>PRODUTO 2: Relatório contendo diagnósticos de atividades produtivas com maior potencial de geração de renda e sustentabilidade local; e estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 3 diagnósticos para definir as potencialidades de comunidades rurais do sul do Piauí, 1 em cada município, a saber: Curimatá, Avelino Lopes e Morro de Cabeça do</p>			10/10/2015		25.929,28

Tempo, com vistas a viabilizar projetos de geração de renda, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento; b) 3 projetos definidos nos diagnósticos com as comunidades e segmentos institucionais desses municípios. Os diagnósticos e projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.		
PRODUTO 3: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda com a produção de polpa do umbu, no município de Queimada Nova/PI; b) 1 projeto para produção e comercialização de hortaliças ou frangos semi caipiras no Município de D. Inocêncio/PI. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	10/12/2015	14.959,20
PRODUTO 4: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 diagnóstico para definir potencialidade da comunidade rural do município de Vitória da Conquista/BA; b) 1 projeto para geração de renda, definido no diagnóstico com a comunidade e seguimentos institucionais do município. O projeto deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	10/2/2015	11.967,36
PRODUTO 5: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir do processamento e/ou beneficiamento de tilápia, no município de Minaçu/GO; b) 2 projetos, sendo 1 para produção de polpas de frutas e 1 para produção de derivados da mandioca no município de Seabra/BA. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	16.953,76
PRODUTO 6: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda de produção e comercialização de frangos semicaipira, no município de Leme do Prado/MG; b) 1 projeto para produção de derivados do leite, no Município de Pedras de Maria da Cruz/MG. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	14.959,20
PRODUTO 7: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir da produção e comercialização de rapadura e melado, no município de Poconé/MT; b) 1 projeto para classificação, embalagem, e comercialização de farinha de mandioca, no município de Moju/PA. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/03/2016	14.959,20
PRODUTO 8: Relatório contendo diagnóstico de atividade produtiva com maior potencial de geração de renda e sustentabilidade; e estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 diagnóstico para definir as potencialidades da Comunidade Kalunga, no município de Cavalcante/GO, com vistas a viabilizar projetos de geração de renda, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento local; b) 1 projeto técnico definido a partir do diagnóstico com as comunidades e segmentos institucionais desse município. O diagnóstico e o projeto deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/03/2016	11.967,36

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Luiz César Siqueira

CPF: 024.928.208-90

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor cumpriu o cronograma para entrega dos produtos nºs 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), existente no Termo de Referência nº 5.507/2015-TR/PF/IICA, tendo estes sido entregues em 31 de julho, 31 de agosto, 13 de outubro e 17 de novembro de 2015, respectivamente. Até o fechamento do ano de 2015, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 41% (quarenta e um por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.

Contrato 115.263/2015 (Gutemberg Pereira Dias)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica	PCT BRA/IICA/12/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 115.263/2015	

Objetivo da Consultoria: Planejar, organizar e propor metodologia para execução e monitoramento de ações de capacitação de atores multiplicadores do conhecimento sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades quilombolas atendidas pelo LpT, sob a ótica do desenvolvimento e promoção de ações que contribuam para a organização e inclusão social de comunidades quilombolas atendidas pelo LpT.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
30/11/2015	25/3/2016	53.853,12	6.980,96	-	-

Insumos Externos

Estão previstos como insumos externos os valores de: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) para diárias e auxílio transporte; R\$ 9.407,00 (nove mil, quatrocentos e sete reais) para passagens; e R\$ 9.418,24 (nove mil, quatrocentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos) para despesas diversa, tais como aluguel de veículo e combustível. Ao término do ano de 2015, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 9% (nove por cento) do planejado.

Produtos Contratados

Descrição	Prazo Previsto para Entrega	Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo da energia elétrica, em comunidades quilombolas do estado de Tocantins.	29/12/2015	6.980,96
PRODUTO 2: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados de Mato Grosso do Sul e Pará.	29/1/2016	11.967,36
PRODUTO 3: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados do Maranhão e Amapá.	29/2/2016	11.967,36
PRODUTO 4: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas do estado de Alagoas.	25/3/2016	6.980,96
PRODUTO 5: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados do Piauí e Goiás.	25/3/2016	15.956,48

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Gutemberg Pereira Dias

CPF: 136.012.296-68

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O prazo para a entrega do primeiro produto é de até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato. Contudo, o consultor não cumpriu o cronograma para entrega do produto nº 1 (um), existente no Termo de Referência nº 5.920/2015-TR/PF/IICA. Ressalta-se que o não cumprimento do cronograma decorreu de particularidades no agendamento da viagem pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, sem que houvesse prejuízos à consultoria.

Quadro 22 – Contrato 115.265/2015 (Cosme Araújo dos Santos)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica	PCT BRA/IICA/12/001

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 115.265/2015					
Objetivo da Consultoria: Traduzir para língua indígena Pataxó cartilha didática sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica adequada aos costumes e à cultura da etnia Pataxó, decorrente da contratação do Termo de Referência nº 4.551/2014 – PCT BRA/IICA/12/001.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
2/12/2015	1 ^o /2/2016	13.961,92	-	-	-
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo tradução da cartilha didática para língua indígena, adequada aos costumes e à cultura da etnia Pataxó.			1 ^o /2/2016		13.961,92
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cosme Araújo dos Santos				CPF: 039.630.315-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O prazo para a entrega do produto é de até 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato.					

Análise Situacional

A motivação do MME para formalização de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT decorreu da necessidade de subsidiar a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, no âmbito do Programa LpT.

Para suprir tal necessidade seria fundamental a contratação de consultores, os quais elaborariam produtos registrando: as lições aprendidas, no âmbito da Universalização do Acesso à Energia Elétrica; e as metodologias para habilitação de técnicos, gestores e beneficiários dos programas de universalização, bem como a avaliação e difusão dos resultados e lições aprendidas.

Assim, tal cooperação admite a contratação de consultores individuais na modalidade “Produto”, após uma seleção rigorosa, com análise de currículos e perfis profissionais, de forma competitiva e transparente, incentivando a competição entre estes, os quais, quando selecionados, cooperam com a elaboração de acervo técnico que balizam nossos servidores na elaboração de políticas, materiais e procedimentos, os quais permitem a implementação de uma política eficaz de universalização e uso seguro da energia elétrica.

Ocorre que dificuldades diversas, referentes à alterações de Leis e procedimentos, bem como questões de ordem administrativas, dificultaram a plena execução do citado PCT, entre os anos de 2012 e 2014, impossibilitando assim a contratação dos profissionais e empresas, em quantidades necessárias, para elaboração dos produtos e a realização de seminários, eventos e confecção de folders, cartilhas e informativos para dissiminação dos resultados decorrentes dos produtos das consultorias.

Em razão de dificuldades operacionais orçamentárias e financeiras, não vinculadas ao PCT, o Programa Luz para Todos sofreu impactos que comprometeram o seu desempenho nos últimos quatro anos. Outro fator importante, que vinha dificultando a política de universalização nas comunidades isoladas, era a aplicação das diretrizes da Lei no 12.111/2009. Assim, diante do cenário apresentado, o PCT em comento sofreu uma redução na sua realização.

Em decorrência da publicação do Decreto no 8.378/2014, de 30 de dezembro de 2014, o qual prorrogou o Programa Luz para Todos – LpT, para dezembro de 2018, o Ministério de Minas Energia – MME solicitou anuência para a prorrogação do prazo de vigência do Projeto de Cooperação Técnica – PCT BRA/IICA/12/001. O assunto foi pauta da reunião tripartite, ocorrida em 3 de julho

de 2015, entre o Ministério de Minas Energia - MME, Agência Brasileira de Cooperação – ABC e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, na sede da ABC.

Neste sentido, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura analisou o contexto e o desempenho do referido projeto, que ao longo dos últimos anos executou ações em atenção a comunidades especiais atendidas pelo Programa Luz para Todos – LpT. Tais iniciativas demonstram a relevância da cooperação entre o IICA e o MME como um importante instrumento para o desenvolvimento social dos beneficiários e para a promoção da organização social destas comunidades especiais.

Por outro lado, sob o aspecto do desempenho, foi registrado pelo IICA que o presente PCT apresentava uma execução aquém da prevista, o que inviabilizaria uma prorrogação de seu prazo de vigência, posicionamento este que encontra-se em pauta para discussão e resolução conjunta, entre o MME, ABC e IICA.

6.7. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

A gestão do patrimônio e da infraestrutura no Ministério, que compreende a frota de veículos e o patrimônio imobiliário, obedece às orientações normativas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais-SISG.

Não se aplica para o conteúdo deste item, o subitem - Informações sobre os imóveis locados de terceiros. O MME é responsável pelo imóvel localizado em Brasília, Esplanada dos Ministérios, bloco U, sob o regime de uso em serviço público. Os subitens abaixo expõem esses temas.

6.8. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O Ministério de Minas e Energia dispõe de frota de veículos próprios para realizar o transporte institucional de servidores e demais autoridades, materiais e documentos. Os serviços são realizados por meio de servidores ocupantes do cargo de motorista e também de motoristas terceirizados.

O MME, diferentemente da maioria dos demais órgãos federais, possui em seu quadro de servidores ocupantes do cargo de motorista oficial na ativa. Além disso, o edifício dispõe de uma garagem que possibilita a guarda e a boa preservação dos veículos oficiais.

Abaixo, informações sobre a quantidade atual de veículos que compõem a frota, discriminados e totalizados por grupos e total geral; média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos; idade média da frota, por grupo de veículos; gasto com seguro e gasto com motoristas terceirizados.

Quadro 8.2.1.A – Resumo Geral da Frota de Veículo Oficial do Ministério de Minas e Energia - 2015

Grupo	Qtde	Idade Média (ano)	Km Rodado	Custo Anual com Manutenção e Combustíveis (R\$)	Gasto com Seguro Total (R\$)	Gasto com Seguro Obrigatório, Licenciamento e Uso de Placa de Bronze (R\$)	Gasto com Motoristas Terceirizados (R\$)
I - representação	1	3	15.371	19.597,74			
II - veículos especiais	0	0	0	0			
III - institucional	8	5	113.230	88.076,72			
IV - serviços comuns (a)	17	10	183.159	117.063,92			
IV - serviços comuns (b) (*)	2	28	2.835	15.046,32			
Total	28	-	314.595	239.784,70	34.432,02	4.959,63	949.689,86

(*) - 1 micro-ônibus e 1 caminhão médio tipo baú.

6.9. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

De acordo com o Decreto nº 6.403, de 17/3/2008, e a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 3, de 15/5/2008, o Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV) para o ano de 2015 resultou na substituição de 1 (um) veículo, que se caracterizava como antieconômico, com mais de 10 (dez) anos de uso. O veículo substituído será doado a outro órgão público que manifestou interesse, além disso, em 2015 foi adquirido 1 (hum) veículo de transporte institucional.

Com relação ao Plano Anual de Substituição da Frota, em razão da edição do Decreto nº 8.541, de 13/10/2015, está previsto a doação de 4 (quatro) veículos do Grupo IV/a (veículos de serviços comuns), uma vez que apresentam altos custos de manutenção e média elevada de consumo de combustível, devido ao tempo de uso ser superior a 10 (dez) anos.

No setor responsável, existem mecanismos de controle implantados, principalmente por meio da utilização de planilhas, nas quais são registradas a quilometragem percorrida, os gastos com combustível e manutenção, o desempenho dos veículos, as infrações de trânsito, as taxas e a validade de seguros etc.

6.10. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Unidade Gestora é responsável pelo imóvel cadastrado no Sistema SPIUNET, de RIP nº 9701.16936-500-1, localizado em Brasília-DF, sob o regime de Uso em Serviço Público e seu estado de conservação foi classificado como muito bom.

A gestão do patrimônio imobiliário é focada na manutenção e conservação do bem, já que importantes obras realizadas em exercícios anteriores possibilitaram a substituição de instalações elétricas e hidráulicas desgastadas e ultrapassadas por instalações modernas que contribuiram para a redução de gastos com manutenção, consumo de água, energia etc., além de ter proporcionado um melhor aproveitamento dos espaços internos.

Cabe destacar duas obras que promoveram uma melhor utilização dos espaços internos: revitalização de áreas anteriormente ocupadas pelas prumadas verticais dos dutos de ar condicionados, que incorporados à área útil da edificação totalizaram 422,14 m² e adaptação de área localizada na garagem para instalação do Centro de Treinamento e Capacitação de servidores que também contribuiu para um melhor aproveitamento do espaço, estimado em 400 m². Esse espaço foi equipado com mobiliário específico e aparelhos de refrigeração.

A seguir são demonstradas as despesas com manutenção e reforma pagas durante o exercício de 2015.

Quadro 81: Despesas com Manutenção e Reforma do Imóvel

a) Despesas com Manutenção do Imóvel

Serviços	Empresa	CNPJ	Valor (R\$)
Serviços de Manutenção Predial (2015NE800570)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	623.078,96
Manutenção dos elevadores (2015NE800083)	MÓDULO ENGENHARIA	05926726/0001-73	67.550,16
Manutenção dos sistema e instalações elétrica, hidrossanitárias, águas pluviais e de combate a incêndio (2015NE800054)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	904.971,69
Manutenção da Sala Cofre (2015NE800072)	ACECO LTDA	43209436/0001-06	379.454,13
Total			1.975.054,94

b) Despesas com Reforma do Imóvel

Serviços	Empresa	CNPJ	Valor (R\$)
Serviços de Adaptação da Área de Treinamento (2015NE800096 e 2015NE800723)	ENGEMIL ENGENHARIA	04768702/0001-70	349.299,11
Total			349.299,11

6.11. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Identificação do Imóvel Objeto de Cessão Parcial: Bloco "U" - Esplanada dos Ministérios Brasília/DF								
Identificação do Cessionário	Forma de Seleção do Cessionário	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prazo da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	Benefícios Pecuniários Recebidos como Remuneração pelo Espaço Cedido	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	Rateio dos Gastos, Quando Cessão Parcial	Uso dos Benefícios Decorrentes da Cessão pela UPC
Banco do Brasil S. A.	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 12/08/2016.	52,38 m², no Térreo do edifício.	R\$ 9.991,72	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Caixa Econômica Federal - CEF	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 30/11/2016.	3 m², no Térreo do edifício.	R\$ 780,93	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Banco de Brasília - BRB	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 30/12/2016.	3 m², no Térreo do edifício.	R\$ 780,93	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Associação dos Servidores do MME - AME	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Oferecer aos seus associados e servidores em geral, a prestação de pequenos serviços.	Prazo indeterminado e a título precário.	152 m², no 1º Subsolo e Garagem do edifício.	R\$ 6.591,00	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Valor fixo, mensal.	Comodidade e segurança aos servidores, que usam dos serviços da Entidade.
Cristina's Restaurante Ltda.-ME.	Contrato nº 10/2012-MME.	Concessão administrativa de uso de área própria com utilização de equipamentos já instalados, para exploração de serviços de lanchonete e restaurante.	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 05/03/2017.	400 m², no 1º Subsolo do edifício.	R\$ 59.160,00 (R\$ 4.930,00/mês)	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Valor fixo, mensal, reajustável anualmente.	Comodidade e segurança aos servidores, os quais são beneficiados com lugar apropriado para realizar suas refeições sem ter a necessidade de deslocamento.

6.12. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não se aplica

6.13. Gestão da tecnologia da informação

No exercício de 2015, a exemplo de anos anteriores, a SPOA/CGTI buscou promover a governança da Tecnologia da Informação com vistas a modernizar a infraestrutura tecnológica do Ministério de Minas e Energia, manter a alta disponibilidade do ambiente tecnológico e aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sempre com foco no planejamento sistemático de investimentos e na racionalização de gastos.

Em 6 de fevereiro de 2014 foi instituído, no MME, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, com a finalidade precípua de fixar políticas e diretrizes de gestão da tecnologia da informação, competindo-lhe, em especial: propor e acompanhar a execução da Política de Segurança da Informação do MME; aprovar o Plano Diretor de TI e o plano de ações e investimentos em tecnologia da informação; definir prioridades de execução de projetos relacionados à TI; e, fixar os padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de tecnologia da informação, dentre outros objetivos expressos no Anexo à Portaria MME nº 47/2014. Após a aprovação, pelo Comitê Estratégico, do último PDTI, não foram realizadas reuniões ordinárias em 2015.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O Plano de Capacitação do corpo técnico da Tecnologia da Informação contemplou a realização de treinamentos tanto no segmento de TI – com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades em serviços especializados – quanto nos aspectos relacionados à gestão administrativa.

Quadro 82: Capacitações CGTI/2015

EVENTO	CARGA HORÁRIA (2015)	Nº PARTICIPANTES CGTI
Gerenciamento de Projetos	24h	1
Língua Espanhola	180h	1
Língua Inglesa	90h	1
MBA em Gestão Pública	46h*	2
NIKSUN	16h	2
<i>QlikView</i> – desenvolvedor	8h	7
<i>QlikView</i> – designer	40h	7
Docflow	4h	3

*: Horas relativas à entrega de Trabalho de Conclusão de Curso.

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 83: Força de Trabalho CGTI/2015

	Servidores Efetivos da Carreira de TI	Servidores Efetivos de Outras Carreiras	Terceirizados	Estagiários
Ministério de Minas e Energia	-	12	52	4
Outros Órgãos/Entidades	4	2	-	-
Total	4	14	52	4

6.14. Principais sistemas de informação

Quadro 84: Principais Sistemas em Atividade

SISTEMA	OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. ÁREA NEGÓCIO	CRITICIDADE
DDIG (Sistema de Declaração Digital)	Gerir as solicitações de Compra de Energia Elétrica das Concessionárias, referente aos leilões A-1, A-3, A-5 e Sistemas Isolados	- Manter: Declaração; Categoria; Formulário. - Autenticar Certificado Digital. - Enviar Termo de Compromisso. - Consultar Histórico.	Edson Borges	Marcos Franco Moreira	Alta
SREIDI (Sistema para prestação da Declaração de Benefícios para os projetos enquadrados no REIDI)	Elaborar a prestação da Declaração de Benefícios de acordo com a instrução normativa da Receita Federal 13/07/2012 para os projetos aprovados no REIDI	- Manter: Dados para Geração de arquivo DBF; Cadastro de Usuário Externo; dados de Identificação da pessoa jurídica; dados de controle de projetos do REIDI; análise dos dados de identificação da pessoa jurídica; análise dos dados de projetos vinculados a pessoa jurídica; tabelas de apoio. - Gerar arquivo DBF. - Enviar Notificação.	Vinícius Mendonça	Maurício Abi-Chahin	Alta

SIGESA (Sistema de Gerenciamento Socioambiental)	Cadastrar dados socioeconômicos de pessoas impactadas pela construção de empreendimentos	- Gerenciar: Dados Gerais do Empreendimento; Características do Empreendimento; Localização do Empreendimento; Empreendedor; Licenciamento Prévio / de Instalação / de Operação; Questões Jurídicas; Questões AESA; Cadastro Sócio econômico – Gestão MME; Inventário; Características de Inventário; Avaliação Ambiental Integrada do Inventário. - Manter Leilão. - Emitir Relatórios.	Vinícius Mendonça	Maria Ceicilene Rêgo	Alta
SCAEE (Sistema de Controle de Acesso à Energia Elétrica)	Auxiliar a gestão da Universalização do Acesso a Energia	- Manter: Cadastro de programas do governo; Tipos de Comunidade; Grupo de Tarifas; Tipo de Atendimento; Território da Cidadania; Nome de Comunidade; Cadastro de Municípios IBGE; Distribuidora de Energia; ODI. - Importar: planilha Eletrobrás; planilha MDS; Planilha ANEEL - Padrão e Kit. - Acompanhar contratos.	Vinícius Mendonça	Aurélio Farias	Alta
STTE (Sistema Transacional de Transmissão de Energia)	Cadastrar e Atualizar informações do andamento dos empreendimentos de transmissão de energia sob gestão do MME.	- Consultar Empreendimento/Obra. - Realizar: Avaliação DMSE; Fechamento da Avaliação DMSE. - Gerenciar: Órgão Ambiental; Licenciamento Ambiental; Informações de Desenvolvimento do Empreendimento/Obra.	Dênio Morelle	Domingos Romeu Andreatta	Média
SISTEMA	OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. ÁREA NEGÓCIO	CRITICIDADE
STMGE (Sistema Transacional de Monitoramento de Grandezas Energéticas)	Módulo 1: Apresentar dados da capacidade instalada e da expansão da oferta de geração no sistema elétrico brasileiro. Módulo 2: apresentar dados de usinas térmicas, histórico de geração por essa fonte e informações do Custo Marginal de Operação – CMO e do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD	- Manter: PLD (Preço de Liquidação das Diferenças); Tipo de Geração para Agregação; Tipo de Geração para CEG; Área Geométrica; Destino da Energia; CMO (Custo Marginal de Operação); tabelas de apoio. - Importação: Comentários; Planilhas (Frequência Semanal); Planilhas (Frequência Diária). - Exportação de arquivos excel e PDF. - Upload de Arquivos PDF. - Gerar relatórios.	Josafá Santos	Domingos Romeu Andreatta	Média

<p>PGES (Sistema gerenciador do Plano de Gestão)</p>	<p>Acompanhar, em tempo real, as ações e Programas das Secretarias, possibilitando mensurar os resultados obtidos e o alcance das metas estabelecidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter: Programas; Objetivos do Programa; Responsável; Ações do Programa. - Visualizar Plano de Gestão. - Gerar Relatório Gerencial. 	<p>Edson Borges</p>	<p>Dalton José de Oliveira</p>	<p>Baixa</p>
<p>STGE (Sistema Transacional de Geração de Energia Elétrica)</p>	<p>Cadastrar e Atualizar informações do andamento dos empreendimentos sob gestão do CGMEG/DMSE/SEE/MME, incluindo o controle do transacional e de máquinas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar, Consultar e Avaliar Empreendimento. - Selecionar Empresa. - Realizar: Fechamento da Avaliação Mensal dos Órgãos; Avaliação DMSE. - Exibir Avaliações do DMSE Anteriores. - Gerir: Cronograma de Atividades do Empreendimento; Investimentos Mensais do Empreendimento; Imagens do Empreendimento. - Gerar: Arquivo com Informações de Empreendimento; Relatórios Gerenciais. 	<p>Nelma Castro</p>	<p>Domingos Romeu Andreatta</p>	<p>Média</p>
<p>WPAC</p>	<p>Dar suporte aos projetos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar: Relatório Detalhado do Empreendimento; Cronograma de Execução da Obra; arquivos com Informações dos Empreendimentos; Atividades do Empreendimento; Imagens do Empreendimento; Situação do Empreendimento; Investimentos Mensais do Empreendimento; Cronograma de Atividades do Empreendimento; Relatórios Gerenciais. - Realizar Fechamento da Avaliação Mensal pela Casa Civil. - Efetuar Autenticação de Usuário para Acesso ao Sistema. 	<p>Nelma Castro</p>	<p>Domingos Romeu Andreatta</p>	<p>Alta</p>

6.15. Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação – PDTI

As diretrizes e decisões estratégicas de TI, no âmbito do MME integram o planejamento para o biênio 2014-2015 que foi expresso no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, elaborado e aprovado pelos membros do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MME nº 48, de 6/2/2014.

O referido documento foi ratificado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, instituído pela Portaria MME nº 47/2014 e presidido pelo Secretário-Executivo. Na função de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) é responsável pela execução do Plano.

É preciso registrar que o MME está em fase de licitação para seleção de empresa destinada a elaborar o Plano Estratégico Institucional, de modo a direcionar, de maneira mais efetiva, a atuação de cada Unidade para a consecução dos seus propósitos. Nesse contexto, a elaboração do PDTI 2014-2015 foi realizada com respaldo principalmente no Plano Plurianual 2012-2015, nos regulamentos editados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, nos Relatórios de Gestão das Unidades do Ministério e na análise SWOT da Unidade.

Os objetivos que compuseram o mapa estratégico de TI foram agrupados nas cinco perspectivas propostas pela metodologia BSc (Balanced Scorecard), e várias necessidades identificadas como prioritárias para serem implementadas, foram efetivamente executadas nos últimos dois anos.

6.16. Descrição dos Projetos e dos Processos de Gerenciamento de Serviços TI

Os processos de gerenciamento de serviços de TIC – formulação, documentação, implantação e aprimoramento – estão baseados nas melhores práticas ITIL, com foco nas áreas táticas e operacionais (atividades de 1º e 2º níveis de suporte técnico), e ocorrem por intermédio dos seguintes processos: gerenciamento de incidentes; cumprimento de requisições; gerenciamento de problemas; gerenciamento de mudanças e gerenciamento de ativos e configurações de serviços.

O suporte aos processos de gerenciamento de serviços está disponível oito horas por dia, cinco dias por semana de forma presencial, podendo, ainda, ser solicitado sob demanda aos sábados, domingos e feriados. A ferramenta utilizada é o Microsoft System Center Service Manager 2012.

No exercício de 2015, a exemplo de anos anteriores, a CGTI buscou promover a governança da Tecnologia da Informação com vistas a modernizar a infraestrutura tecnológica do MME, manter a alta disponibilidade do ambiente tecnológico e aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sempre com foco no planejamento sistemático de investimentos e na racionalização de gastos. Entre outras ações destacam-se:

- Instalação de Solução de Auditoria e Gerenciamento de Serviços do AD (Microsoft Active Directory), Servidor de Arquivos e Correio Eletrônico, com a execução de serviços de planejamento, implementação e testes. Como justificativas a embasar a referida contratação estavam, principalmente, a prevenção à perda de dados e informações em caso de sinistros ou falhas de sistema; garantia de visibilidade de todos os eventos ocorridos por meio dos logs de

auditoria; e gestão do permissionamento e dos logs de plataformas monitoradas em uma única console.

- Acréscimo de 2 (dois) servidores ao parque computacional do Ministério, de maneira a diminuir o tempo necessário para restabelecimento dos serviços prestados pela rede corporativa, além da preparação da infraestrutura existente para utilização de tecnologia de *cloud computing*, que permitirá o emprego, em qualquer lugar e independente de plataforma, das mais variadas aplicações por meio da internet, e com a mesma facilidade de tê-las instaladas em computadores locais.
- Aquisição de ferramenta de suporte remoto (Bomgar), composta de *hardware* e *software*, instalação e configuração, suporte técnico e repasse tecnológico, com objetivo de possibilitar à equipe de *help desk* a resolução de problemas técnicos em computadores e dispositivos móveis localizados fora das dependências do MME de forma segura, auditável e com desempenho aceitável.
- Implantação de ferramenta de *data discovery* (descoberta de dados) visando auxiliar na extração, transformação e carga de dados, bem como fornecer interfaces amigáveis com diversos indicadores técnicos e de desempenho agrupados por interesse. Em 2015 foram desenvolvidos, com o *software Qlikview*, três painéis com indicadores, gráficos e tabelas dinâmicas: uma das interfaces concentra informações sobre leilões de energia elétrica, capacidades contratadas e suas fontes energéticas; o segundo painel agrupa oito indicadores sobre capacidade energética instalada e em expansão, evolução, previsões e metas para atender aos gestores do Sistema de Monitoramento da Geração; e o terceiro contém dez indicadores sobre a exploração de recursos minerais, autorizações de pesquisa, títulos minerários e permissões de lavra, para suprir as necessidades de informação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
- Aquisição de dois terminais de Videoconferência de alta resolução para atender à demanda do Gabinete do Ministro e do Centro de Capacitação do MME. As vantagens de ordem técnica e econômica com a aquisição desses equipamentos restaram comprovadas com a experiência anterior, quando foram realizadas aquisições semelhantes para serem utilizadas em outras Unidades desta Instituição, e consistem basicamente em: facilitar a interação dos participantes de reuniões virtuais; agilizar o processo de tomada de decisão, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos; e diminuir gastos com diárias e passagens de servidores e autoridades.
- Compra de solução de segurança (*Firewall*) capaz de resolver problemas existentes na topologia de Rede e assegurar a comunicação com a Internet de forma segura, garantindo a proteção dos sistemas acessíveis externamente ao Ministério – correio eletrônico, Luz para Todos, Ouvidoria, Portal – contra sites maliciosos, vazamento de informações, vírus e consumo de banda de internet, dentre outras ações potencialmente nocivas à integridade da Rede.
- Atualização da central telefônica IP com a ampliação do número de ramais de acesso à telefonia corporativa e a expansão da capacidade de utilizadores do sistema de Comunicações Unificadas era uma necessidade já presente há algum tempo, quando o quadro de servidores do MME aumentou significativamente. A atualização da forma como foi realizada teve por objetivo não apenas elevar a disponibilidade dos serviços de telefonia postos à disposição dos usuários, mas também oferecer aos servidores novas funcionalidades, como a integração da telefonia fixa com *smartphones* e *tablets*, permitindo a utilização de aplicativos que emulam o ramal com voz, vídeo, presença e *instant messaging*.

Com o término do contrato de impressão corporativa previsto para meados de 2015 foi instaurado, em junho passado, procedimento licitatório com vistas a selecionar empresa para oferecer serviços de reprodução de documentos para as unidades do MME em regime *outsourcing* de impressão. O modelo de impressão corporativa, já adotado em 2010, revelou-se vantajoso, dentre outras razões, pelo fato da manutenção dos equipamentos ser realizada pelos próprios operadores da contratada, pela existência de dispositivos eficazes voltados para a elevação dos níveis de disponibilidade dos equipamentos e, ainda, pela previsão de que todos os custos operacionais corram à custa da empresa contratada.

O quadro abaixo detalha os valores de cada uma das ações mencionadas.

PROJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR DISPENDIDO
Atualização do parque tecnológico de servidores	4.532.294,65	568.000,00
Renovação de 40% do parque computacional	1.158.577,40	1.158.577,40
<i>Firewall</i>	1.422.942,66	1.358.000,00
Solução de Suporte Remoto	142.133,33	132.399,92
Solução de Auditoria de Dados	1.785.934,56	247.985,00
Ferramenta <i>Data Discovery</i>	1.359.806,47	557.050,00
Atualização da central telefônica IP	2.705.605,74	1.182.950,00
Impressão Corporativa	1.729.654,08	981.234,12
Solução Videoconferência	63.516,00	63.516,00

Na área de Desenvolvimento de Sistemas, foram finalizados, entregues pelas empresas contratadas e recebidos pelos responsáveis, em 2015, os seguintes projetos/iterações:

- Declaração Digital – DDIG, solicitado Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia (DGSE) com o objetivo de desenvolver Solução de Gestão das Solicitações de Compra de Energia Elétrica das Concessionárias referentes aos Leilões A-1, A-3, A-5 e Sistemas Isolados;
- Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST, destinado a gerenciar o contrato dos estagiários deste Órgão;
- Sistema de Ligações – CLIG, desenvolvido para apoiar as Secretárias em suas atividades de rotina, a saber: registrar contatos, eventos e compromissos, controlar ligações recebidas. No ano de 2015 procedeu-se a uma atualização da linguagem do sistema, originalmente desenvolvido em Visual Basic – desktop, para a linguagem JAVA;
- Primeira Iteração do SREIDI, Sistema para prestação da Declaração de Benefícios para os projetos enquadrados no REIDI (Regime Especial de Incentivos para o desenvolvimento da Infraestrutura).
- Iterações 1 a 6 do Sistema de Controle de Acesso à Energia Elétrica (SCAEE), que visa o acompanhamento físico e financeiro dos contratos das Distribuidoras e das solicitações de ligação de energia elétrica em todo o país;
- Iterações 1 a 3 do SIGESA – Sistema de Gerenciamento Socioambiental, cujo objetivo é o de acompanhar e monitorar os empreendimentos de geração e transmissão de energia que necessitam da concessão das três licenças ambientais (Prévia, Instalação e Operação) para entrar em funcionamento.

As Tabelas 85 e 86 explicitam os valores dos projetos acima referidos.

Quadro 85: Sistemas Concluídos em 2015 – Valores (R\$)

PROJETO	VALOR ESTIMADO DO PROJETO	VALOR DISPENDIDO (jan a dez/2015)
Declaração Digital – DDIG	168.753,50	99.598,00
Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST	175.040,79	103.463,25
Sistema de Ligações – CLIG	111.055,20	44.422,00

Quadro 86: Sistemas com Iterações Concluídas em 2015 – Valores (R\$)

PROJETO	VALOR ESTIMADO DO PROJETO	VALOR DISPENDIDO (jan a dez/2015)
Sistema de Controle de Acesso à Energia Elétrica – SCAEE	280.666,00	220.057,06
Sistema de Gerenciamento Socioambiental – SIGESA	803.466,43	50.543,84
Sistema para prestação da Declaração de Benefícios para os projetos enquadrados no REIDI – SREIDI	256.268,99	38.574,06

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Com a finalidade de suprir uma defasagem histórica de recrutamento de pessoal especializado na área de Tecnologia da Informação, foi criado, em 2006, o cargo de nível superior de Analista em Tecnologia da Informação – ATI, integrante do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), com vistas a fortalecer as áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP.

Embora se trate de servidores qualificados, cuja atuação certamente traz ganhos para a gestão das atividades de Tecnologia da Informação, ainda há um déficit de pessoal necessário para a execução de atividades críticas na área. Assim, apesar do MME contar ao final de 2015, com quatro ATI's e estar em vias de receber mais dois, a falta de um plano de carreira de tecnologia atrativo para o mercado de TI faz com que haja alta evasão desses profissionais para outros cargos e órgãos, dificultando o cumprimento das metas da área e ensejando a contratação de serviços terceirizados, principalmente em áreas reconhecidamente complexas, como Desenvolvimento de Sistemas – atualmente sob regime de fábrica de *softwares*.

Dado esse contexto, deve-se mencionar, como medida tomada para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, a previsão de cláusulas contratuais para a transmissão de conhecimento acerca das ferramentas de desenvolvimento e manutenção utilizadas, as especificações e documentação técnica produzida para a Solução e a migração das bases de dados e tabelas de propriedade da instituição para padrões abertos que possam ser reconhecidos por outros *softwares* não proprietários.

Existe ainda a previsão, nos editais para a licitação de novas soluções tecnológicas, de realização de treinamentos para servidores do Quadro do Ministério e de outros cargos e carreiras da Administração, de modo a internalizar parte do conhecimento provido pelas empresas contratadas.

6.17. Gestão ambiental e sustentabilidade

Em que pese este Ministério não participar da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), o Órgão tem desenvolvido atividades de gestão ambiental com adoção de critérios para garantir a sustentabilidade nas diversas ações do dia a dia.

O MME firmou Termo de Compromisso com Associações de Catadores do DF que já beneficiou 4 (quatro) instituições, abrangendo cerca de 300 famílias. Assim, os materiais descartados são entregues às associações e/ou cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Até a presente data o descarte atinge quase 500 toneladas de resíduos sólidos coletados no Ministério.

Nesse processo, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária do Ministério de Minas e Energia, constituída, em 2007, com representantes de unidades do órgão, estimula os servidores e prestadores de serviço a separar os resíduos recicláveis que são descartados.

Foi Celebrado também o Termo de Cooperação Técnico-Financeira entre a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, para a “Instalação de um sistema de geração de energia elétrica solar fotovoltaica na cobertura do edifício do MME, com potência para gerar 70 kW, previsto para março/2016”.

6.18. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Nas contratações de bens e serviços, de forma evolutiva, foi introduzido critério e requisito de sustentabilidade, impondo, nos editais licitatórios, as cláusulas sustentáveis que visam à obtenção de produtos e serviços com menor impacto para o meio ambiente, mais economia para a Administração e menos resíduos para a natureza, observando-se, em especial, os critérios estabelecidos na IN/SLTI/MP nº 01/2010, e as diretrizes constantes no Decreto nº 7.746/2012.

A partir de 2013, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia, constituída pela Portaria SPOA/SE/MME nº 115, de 26 de dezembro de 2012, elaborou o Plano de Logística Sustentável – PLS no Ministério, conforme o disposto na IN SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012. O Plano está publicado no endereço: <http://www.mme.gov.br/web/guest/plano-de-gestao-logistica-sustentavel>.

Cabe ressaltar algumas ações desenvolvidas no MME:

- implantado um sistema de captação de águas de condensação dos aparelhos de ar condicionado da fachada leste do edifício, com o objetivo de irrigar jardins e lavar calçadas, sendo captado um volume d’água, no período úmido, de + 200 litros/hora;
- instalado um sistema de captação de águas pluviais, provenientes da cobertura do edifício, para aproveitamento na lavagem dos veículos oficiais e do piso da garagem, cuja capacidade de armazenagem é de 20.000 litros;
- instaladas lixeiras para lixo orgânico, nos halls das copas dos andares, colaborando na diminuição de insetos nos ambientes de trabalho;
- reduzido o uso de copos descartáveis, com a eliminação dos existentes próximos aos bebedores de todos os andares;
- realizada a Semana do Meio Ambiente com campanhas de economicidade de energia, água e coleta seletiva. Na oportunidade, foi realizado um QUIZ, via internet, com entrega de brindes aos participantes, bem como a confecção de uma Cartilha distribuída aos servidores;
- participado do lançamento do Plano para Produção e Consumo Sustentáveis – 2º Ciclo de Implementação (2016-2019) realizado no Ministério do Meio Ambiente, em 28/08/2015;
- promovida capacitação dos funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza, que prestam serviço no MME, para atuarem como agentes de promoção do uso consciente de água e luz, como também do descarte consciente

6.19. Gestão de fundos e de programas

Os Fundos existentes para o setor elétrico são geridos pela ELETROBRAS.

No ítem seguinte (8.5.1) é informado a recente criação de dois Fundos destinados ao fornecimento de energia às indústrias eletrointensivas.

6.20. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O fornecimento de energia competitiva para a indústria eletrointensiva (empresas que utilizam grande quantidade de energia) no país com preços competitivos foi equacionado com a sanção da Lei 13.182 em 4/11/2015, resultante da conversão da Medida Provisória (MP) 677.

A criação do Fundo de Energia do Nordeste (FEN) e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), previstos na nova lei, afasta o risco de fechamento de postos de trabalho em empresas desse segmento em Estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, que empregam mais de 220 mil pessoas. Os investimentos dos dois fundos em projetos de energia nos próximos 20 anos poderão superar R\$ 50 bilhões.

O FEN permite manter condições de fornecimento de energia que permitam a manutenção desses empregos e a atividade dessas indústrias, que recebiam benefícios tarifários por terem se instalado na Região Nordeste, que acabariam neste ano. Porém, a estruturação do Fundo permite a redução gradual da energia disponível para atendimento desses contratos de fornecimento de energia às indústrias eletrointensivas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

A lei definiu que as empresas terão 15 anos para buscar novas formas de suprimento elétrico, de forma a não ameaçar os investimentos e empregos na região. Não renovar os contratos dessas empresas colocaria em risco a permanência dessas empresas na região, que geram mais de 145 mil empregos diretos e indiretos no Nordeste e uma receita de R\$ 16 bilhões nas cadeias produtivas envolvidas.

Por outro lado, a estruturação da solução para essas empresas inclui benefícios para todos os consumidores de energia do país. Por meio do FEN, pelo menos R\$ 13 bilhões serão investidos em empreendimentos de geração de energia, que reforçarão o suprimento energético dos brasileiros e vão alavancar os investimentos em energia renovável a partir de 2030. Os investimentos poderão até dobrar, com adesão de novos investidores privados.

De forma similar, a lei instituiu também o FESC, para suprir as empresas eletrointensivas do setor de ferroligas do Centro-Oeste e do Sudeste. São indústrias com mais de um século de atuação no país e estratégicas para a siderurgia nacional. O setor representa um faturamento de R\$ 8 bilhões ao ano, com exportações anuais de R\$ 5 bilhões, que geram mais de 80 mil empregos.

O FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroligas, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Os fundos serão criados e administrados por uma instituição financeira controlada pela União. O FEN poderá aumentar a capacidade instalada do país em 5,4 GW até 2037. O FESC seguirá lógica semelhante, mas com possibilidade de investimentos ainda maiores.

Esperam-se investimentos iniciais da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões oriundos da participação de Furnas, com até 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) criadas para realizar os empreendimentos com recursos do Fundo. Esse valor pode chegar a R\$ 38 bilhões, também com aumento da participação privada e redução proporcional da participação de Furnas. Com essa expansão dos investimentos, o aumento da capacidade de geração poderá subir de 8 GW para 20 GW, em novos empreendimentos de geração tomando por base eólicas e usinas termelétricas a gás natural e biomassa.

7. CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O MME acompanha permanentemente as demandas do TCU, seja por meio de Ofícios ou Acórdãos. Essas demandas são atendidas dentro dos prazos definidos pelo TCU.

As demandas recebidas são endereçadas às áreas internas e órgãos setoriais competentes, para conhecimento, manifestação e providências necessárias. Além disso, sempre que necessário, a Secretaria Executiva do MME realiza reuniões com as áreas internas e órgãos setoriais sobre as demandas, com o objetivo de conciliar as interpretações das áreas envolvidas.

Posteriormente ao recebimento das manifestações de todos os envolvidos, a Secretaria Executiva analisa e consolida as informações, que são encaminhadas ao TCU por meio de Ofícios do Secretário-Executivo, na maior parte dos casos.

Durante a elaboração do Relatório de Gestão, a Secretaria Executiva se incumbem de reunir os Acórdãos e Ofícios-respostas e consolidar no formato padrão estabelecido pelo TCU.

É importante observar que o MME, busca aprimorar a sistemática de controle das demandas. Nesse sentido há tratativas em cursos para implantação Sistema Apolo para monitoramento de demandas externas, já em funcionamento no Ministério do Turismo.

Por fim, destaca-se que, atualmente, todo o acompanhamento é realizado via sistema Doc Flow e planilhas eletrônicas, por meios das quais são registrados os Ofícios e Avisos do TCU, bem como os Ofícios de respostas do MME e documentos relacionados.

Secretaria Executiva

Durante o ano de 2015 foram recebidos 6 Acórdãos do TCU referentes ao MME, a saber:

Acórdão nº	nº de itens referentes ao MME	data da ciência
184/2015	3	12/02/2015
17/2015	1	27/02/2015
88/2015	1	09/03/2015
944/2015	1	06/05/2015
2.253/2015	2	25/09/2015
2.900/2015	2	17/11/2015

Obs: Todos os Acórdãos foram respondidos ao TCU em 2015, exceto o de nº 2.900/2015, cuja resposta foi dada em fevereiro de 2016.

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TCU - SPG

Quadro 87: Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento em 2015- SPG

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
031.831/2014-1	2900/2015 – Plenário	9.2	Aviso nº 911-Seses-TCU-Plenário	17/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Ministério de Minas e Energia (MME)
Descrição da determinação/recomendação
9.2. Com fundamento no art. 70, inciso IX, da CF/1988, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao MME, ao MPOG e ao MF que elaborem entendimento conjunto e atuação coordenada para equacionar os problemas de atrasos nos repasses de recursos legalmente previstos para a PPSA, a fim de evitar problemas de solução de continuidade para o bom desempenho da empresa no cumprimento de sua missão.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em 20 de maio de 2015, a SPG esteve em reunião com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para tratar do contrato de remuneração com a PPSA. Na oportunidade foi enfatizada a necessidade de a SOF não contingenciar os recursos referentes à remuneração para esta empresa pública. Entretanto, face à necessidade de contingenciamento por parte do Governo Federal, recursos da ação 000E – Remuneração da PPSA pela Gestão dos Contratos – foram reduzidos. Com a celebração do contrato, a previsão orçamentária passa a ser muito mais objetiva. O Ministério de Minas e Energia está fazendo todo o possível para que não haja redução nos valores orçados.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
031.831/2014-1	2900/2015 – Plenário	9.4	Aviso nº 911-Seses-TCU-Plenário	17/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério de Minas e Energia (MME)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. Com fundamento no art. 70, inciso IX, da CF/1988, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao MME que, no prazo de noventa dias, ultime as negociações com a PPSA com vistas a formalizar o contrato de remuneração a ser com ela firmado e a definir indicadores e metas para aferir o desempenho da empresa, encaminhando os respectivos documentos a esta Corte de Contas, ou que apresente as devidas justificativas que impeçam o cumprimento desta determinação no prazo estabelecido.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Contrato celebrado entre MME e PPSA em 30 de novembro de 2015. Com relação à definição de indicadores e metas para aferir o desempenho da PPSA, na evolução das tratativas entre as partes, ficou estabelecido que haverá um Termo de Gestão a ser celebrado entre o Conselho de Administração e a diretoria da PPSA. Até 31/12/2015, está em elaboração uma nota técnica da SPG para tratar do tema. Prazo para atendimento: 15 de fevereiro de 2016. Resposta em elaboração.				

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TCU - SGM

Não houve ocorrência no período e tampouco apresentaram desdobramento neste exercício as recomendações do ano anterior.

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TCU - SEE

Não houve ocorrência no período e tampouco apresentaram desdobramento neste exercício as recomendações do ano anterior.

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TCU - SPE

Não houve ocorrência no período e tampouco apresentaram desdobramento neste exercício as recomendações do ano anterior.

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TCU - SPOA

Quadro 88: Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento em 2015- SPOA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 015.357/2012-0	-	-	Of. 3412/15-TCU-SEFIP (Diligência)	19/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SECRETARIA-EXECUTIVA – SE				
Descrição da determinação/recomendação				
- Pagamento de remuneração acima do teto constitucional ao servidor público WALDEMAR OSWALDO BIANCO (solicita justificativa e os fundamentos autorizativos do pagamento indevido).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
- Não consta da Folha de Pagamento do Ministério de Minas e Energia/MME nenhum pagamento de remuneração acima do teto constitucional. WALDEMAR OSWALDO BIANCO é ex-servidor do MME (aposentado por invalidez em 1992, com vantagens de incorporação de 1/5 do DAS 4, e 4/5 do DAS 3, e falecido em 2013), e além de figurar na Folha de Pagamento deste Ministério, consta também na Folha de Pagamento do Comando do Exército, fato desconhecido deste Órgão até a data da diligência do TCU (com a morte do ex-servidor foi concedida pensão à Srª MARIANA MERCEDES VIEIRA BIANCO, sua dependente direta e legalmente instituída). OBS.: O Comando do Exército foi notificado para se pronunciar a respeito, mas até o momento não enviou resposta.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.124/2013-6	1009/2015-TCU 2ª Câmara	1.7	Ofício 0066/2015-TCU/SeinfraPetróleo	24/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7 – Julga, regulares, as contas dos responsáveis, Marcelo Cruz (CPF 316.297.171-34), Sérgio Luiz Barbosa (CPF 462.823.946-00), Max Lopes Bezerra (CPF 512.745.825-04), Amantino Soares de Oliveira (CPF 351.543.811-49), Simone Márcia Borges (CPF 319.390.401-59), Dalva Helena Ferreira (CPF 258.768.991-00), Carlos Eduardo Mendes Galvão (CPF 316.274.201-34) e José Evandro Nascimento Carvalho (CPF 373.289.801-68).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
-				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.152/2015-0	-	-	Ofício 1.806/2015 TCU/Selog	03/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SECRETARIA-EXECUTIVA - SE				
Descrição da determinação/recomendação				
- Representação apontando fatos acerca de supostas irregularidades no edital do Pregão SRP 14/2015, bem como solicita envio de documentação e informações sobre o certame (requer oitiva prévia do MME).				

OBS.: Foram prestadas todas as informações e esclarecimentos requeridos, com envio da documentação comprobatória solicitada (Ofício nº 086/2015-SPOA/SE-MME, de 15/09/15, e Memº nº 53/2015-CGTI/SPOA-MME, da mesma data).

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

-

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.152/2015-9	2.523/2015-TCU-Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 2.065/2015-TCU/Selog,	20/10/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE

Descrição da determinação/recomendação

9.1. Determina ao MME, cautelarmente, que não autorize a adesão de órgãos/entidades à ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico SRP 14/2015, até que o TCU decida o mérito deste processo. Ainda, determinou oitiva do MME, na pessoa do seu representante legal, para que se manifeste acerca da realização da pesquisa limitada à coleta de preços de 3 empresas fornecedoras, ao tempo que solicita demonstração de que os equipamentos informados ao Tribunal em sede de oitiva prévia se encontram na mesma faixa de preços

9.2. Requer oitiva do MME.

OBS.: Foram prestadas todas as informações e esclarecimentos requeridos, com envio da documentação comprobatória solicitada (Ofício nº 112/2015-SPOA/SE-MME, de 19/11/15, e Memº nº 69/2015-CGTI/SPOA-MME, da mesma data, sendo que não foi autorizada nenhuma adesão ao PE-SRP nº14/2015-MME até o momento).

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

-

7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O MME recebe recomendações à época da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União.

À exemplo da informação prestada no item 9.1, o MME por meio da Secretaria Executiva acompanha as análises e discussões a respeito dos itens de auditoria.

À época da Auditoria, o MME por intermédio de suas secretarias nomeia equipes técnicas que irão prestar a devida assistência aos Auditores da CGU, com o intuito de informar, esclarecer ou encaminhar as recomendações, durante as reuniões oficiais mantidas com os Auditores. Ao final da Auditoria é elaborado pela CGU o Relatório de Auditoria Anual de Contas Consolidado, referente ao exercício. Esse Relatório é apresentado à alta chefia do MME e são construídos, de comum acordo entre as Secretarias e os Auditores, os Planos de Providências Permanentes a serem monitorados ao longo do ano.

Abaixo estão informados as determinações e recomendações pendentes da CGU, por Secretaria do MME.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPG

Não houve ocorrência no período e tampouco apresentaram desdobramento neste exercício as recomendações do ano anterior.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SGM

Quadro 89: Tratamento de Recomendações CGU - SGM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº: 201406138	2	Ofício 33.794/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR n°
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se à SGM que estude uma melhor adequação de sua força de trabalho operacional, procurando otimizar, da melhor forma possível, a sua distribuição, priorizando as áreas ligadas mais diretamente às execuções das Ações, em especial as Coordenações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A política de requisição de servidores encontra-se no âmbito da Secretaria Executiva. Entretanto, a SGM tem envidado esforços para aumentar e readequar o quantitativo de pessoal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A SGM em consonância com a Secretaria Executiva vem envidando esforços para ampliação do quadro de servidores visando a adequação da força de trabalho às demandas operacionais da gestão da SGM.			

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPE

Quadro 90: Tratamento de Recomendações CGU - SPE

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201406133	1.1.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO Nº 1: Revisar os indicadores instituídos de forma que os atributos de utilidade e mensurabilidade possam ser identificados na sua construção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A revisão dos indicadores será feita continuamente de acordo com a necessidade da área e sob a orientação das diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico do MME			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201406133	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 1:			
Por se tratar de grande passivo de contas a analisar atrasadas, que a Unidade Examinada atente para os prazos e procedimentos acordados no Plano de Ação com vistas à sua execução de forma tempestiva e completa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Destaca-se que foi estabelecida uma proposta de Plano de Ação com o objetivo de finalizar as análises das prestações de contas de todos os convênios do DDE. Entretanto, as ações propostas em nosso documento não teve a evolução desejada, mas pode-se dizer que houve progresso diante da finalização de dois convênios. Um fato que ajudou ao insucesso dessa meta foi a perda de três servidores que atuavam na área de convênios do DDE..			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109027	36	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO N°: 1			
Implementar indicadores de gestão institucionais que auxiliem o processo de decisão gerencial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme informado na Constatação n° 1.1.2.3, ratifico as informações anteriormente prestadas à equipe de Auditoria da CGU, esclareço que a revisão dos indicadores será feita continuamente de acordo com a necessidade da área e sob a orientação das diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico do MME.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109027	19	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Descrição da Recomendação			

RECOMENDAÇÃO N.º 1:

Implemente medidas administrativas no intuito de concretizar o disposto na legislação pertinente a transferências voluntárias, em especial, ao exarado na Portaria SE-MME n.º 494/2009.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE	320010

Justificativa para o seu não Cumprimento

Conforme esclarecido na Nota Informativa n.º 011/2014/DDE/SPE-MME, de 3 de julho de 2014, o DDE tem tido dificuldades para encerrar convênios realizados no passado, desse modo a atual Diretoria adotou a política de acabar com os passivos existentes antes de promover novos convênios. Diante do fato de que todos os convênios estão com o prazo de vigência encerrado, as ações atuais são específicas de análise física e técnica para cada convênio. Considerando as situações particulares e distinta de cada processo fica descaracterizada a solução de um plano comum para todos. Destaca-se que a proposta do Plano de Ação apresentada na Nota Informativa não foi totalmente alcançada, mas teve certa evolução na análise.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SEE**Quadro 91: Tratamento de Recomendações CGU - SEE**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
No plano de providências da SEE, foram definidas três ações para atender a recomendação da CGU, são elas:			
<u>Ação SEE nº 01/2009:</u>			
Elaborar e submeter à análise e aprovação da CONJUR/MME Nota Técnica e arcabouço normativo para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos ativos do PRODEEM;			
<u>Ação SEE nº 02/2009:</u>			
Análise e aprovação do arcabouço legal;			
<u>Ação SEE nº 03/2009:</u>			
Submeter o arcabouço legal à análise e aprovação da Casa Civil, para posterior publicação.			
<u>A Ação SEE nº 01/2009</u> foi concluída. Por meio do Memorando nº 624/SEE/2009, de 7 de outubro de 2009, a SEE submeteu à CONJUR a Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, de 18 de setembro de 2009, com os fundamentos técnicos e regulatórios que resultaram na minuta de Decreto de encerramento do Prodeem, a qual foi construída em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e integra o Processo nº 48000.001732/2008-17.			
Naquele momento, dadas as dificuldades, dentre outras, relacionadas (i) à sustentabilidade do Prodeem, considerando o cenário restritivo de doação de bens públicos a empresas privadas, que são predominantes no segmento de distribuição de energia elétrica, (ii) ao descontrole físico-documental-patrimonial, (iii) à ausência de normatização do órgão regulador em se tratando do fornecimento de energia elétrica a comunidades isoladas, por meio de sistemas fotovoltaicos, deliberou-se pela necessidade da edição de decreto, redefinido as estratégias da política pública.			

Assim, a minuta de Decreto propunha, além do encerramento do Prodeem, a transferência dos equipamentos para atendimento das demandas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, sendo: (i) equipamentos instalados a serem incorporados às concessões do serviço público de energia; (ii) equipamentos armazenados em almoxarifados, para utilização preferencial nos sistemas isolados ou regiões remotas da Amazônia, por meio das empresas de distribuição que integram o grupo empresarial da Centrais Elétricas do Brasil S.A – Eletrobras; e (iii) excepcionalmente, a doação para outras instituições, nos termos do Decreto nº 99.658, de 1990.

A Minuta de Decreto previa, também, as situações excepcionais de doação, a forma de contabilização dos ativos pelas empresas e a possibilidade de edição de atos específicos voltados à regularização dos lançamentos financeiro-patrimoniais dos equipamentos do Prodeem.

A Ação SEE nº 02/2009, nos termos do Ofício nº 896/2010/SEE-MME, de 7 de junho de 2010, dirigido à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, e Despacho CONJUR/MME, 7 de junho de 2011, ficou definido que o Decreto de encerramento do Prodeem somente seria editado após o processo de desfazimento de todos os almoxarifados das empresas conveniadas.

A recondução dessa estratégia, agregada à edição do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituindo o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, resultaram, também, na necessidade de revisão de algumas ações firmadas no âmbito da PPP/CGU/MME, conforme análise per si de cada conjunto de Recomendações e Ações.

Objetivando a sustentabilidade dos sistemas instalados e em operação, o MME iniciou tratativas, por meio de reuniões, em que se fizeram presentes, além das conveniadas Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Furnas, Eletrobras Chesf e Eletrobras Eletronorte, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Eletrobras Distribuição, e as concessionárias de distribuição de energia elétrica, públicas e privadas, responsáveis pelas áreas de concessão que integram os respectivos convênios.

Nas reuniões foram compartilhados os objetivos, informados os procedimentos regulatórios acerca do registro dos ativos junto à ANEEL e quanto à operação e manutenção, o cenário de georreferenciamento e funcionalidade dos sistemas do Prodeem, e, por fim, sobre o início do processo de elaboração do instrumento jurídico de transferência e incorporação à concessão, por meio de termo de cessão não onerosa.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Dada a complexidade de cada convênio, foram realizadas várias reuniões com as diversas empresas envolvidas.

No âmbito do Convênio nº 009/2004 – MME, firmado entre Eletrosul, **Copel** (Companhia Paranaense de Energia), a **Celesc** (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A) e a **Enersul** (Empresa Energética do Mato Grosso do Sul), foi expedido o Ofício nº 325/2013-DPUE/SEE-MME, autorizando a Eletrosul dar início ao processo com vistas à formalização dos instrumentos jurídicos de transferência dos equipamentos.

De acordo com o Parecer nº 389/2014/CONJUR-MME/CGU/AGU e com a avaliação da Consultoria Jurídica, foi emitido o Termo de Cessão de Uso de Bem Público dos equipamentos/sistemas fotovoltaicos do Prodeem que seriam transferidos à COPEL.

Foram assinados Termos de Cessão de Uso de Bem Público com as distribuidoras Celesc, Copel e Enersul.

A destinação dos sistemas instalados e em operação em Universidades, Centros de Ensino e Formação Técnica, Prefeituras e Órgãos da Administração Direta e Indireta, que se encontram na área de atuação da Eletrosul, estão previstos no Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento, criada pela Portaria SE nº 540, de 24 de maio de 2010 e alterada pela Portaria SE nº 1005, de 24 de dezembro de 2010.

O 11º Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2004-MME foi assinado em 4 de dezembro de 2015 e publicado no DOU em 10 de dezembro de 2015.

O prazo de vigência do Convênio foi estendido até 31/12/2017.

No âmbito do Convênio nº 012/2004 – MME, firmado com a Eletrobras Furnas, participaram das reuniões as concessionárias **Celg D** (Celg Distribuição S.A), Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais S.A), Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas S. A), Elektro (Eletricidade e Serviços S.A), Ampla Energia e Serviços S.A, e Bandeirantes Energias do Brasil.

A conveniada, por sua vez, definiu junto às concessionárias, cronograma de avaliação dos sistemas fotovoltaicos instalados. Em 9 de abril de 2014, fez reunião com a Ampla, responsável pelos atendimentos nas localidades de São Fidelis, Trajano de Moraes, Praia do Aventureiro, Araçongas, Ponta Grossa, Saco do Mamangua, Curupira, Juatinga, Pouso da Cajarba, Aldeia Saco do Mamangua, Ponta Negra e Praia de Calhaus.

Em 15 de abril de 2014, reuniu-se com a Escelsa e, de igual forma, deliberou acerca do cronograma de inspeção nas localidades de Pedra Azul, Paulo Vinhas, Guaçu-Vira, Lagoa do Juara, Mosteiro Zen Budista, Parque Estadual de Itaunas e Comunidade Coxi.

Em 15 de dezembro de 2014, foi aprovada Nota Técnica nº 42/2014-DPUE/SEE-MME, e autuado Processo nº 48000.002446/2014-17, para transferência e incorporação dos ativos às respectivas concessões, no caso, para a CELG Distribuição.

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida a Nota Técnica nº 43/2014-DPUE/SEE-MME, autuado ao Processo nº 48000.002458/2014-33, também, para a transferência e incorporação dos ativos à Concessão, ou seja, CEMIG Distribuição.

As ações estratégicas voltadas à sustentabilidade do Prodeem estão em curso e são aderentes às Recomendações que integram o Plano de Providências Permanente da CGU/MME/SEE.

Assim, os atos e fatos relacionados aos processos de desfazimento dos bens que se encontram armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas estão consignados na Recomendação 005, Ações/SEE 08 e 09.

Foram assinados Termos de Cessão de Uso de Bem Público com as distribuidoras Celg e Cemig.

Continuam as atividades para conclusão da destinação constante do Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento na área de atuação de Furnas, conforme Portaria nº 10, de 11 de junho de 2013, prorrogada pela Portaria nº 16, de 18 de setembro de 2013.

A Ação SEE nº 03/2009 depende da conclusão da Ação SEE nº 02/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os fatores positivos estão relacionados ao engajamento dos atores envolvidos na execução das ações visando o cumprimento da Recomendação. A Secretaria-Executiva/MME, a CONJUR/MME, a SEE/MME, a SPOA/MME, as empresas estatais (Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas) e a ANEEL, bem como a própria CGU.

Vale registrar, por oportuno, como positivo, ações deflagradas pela SEE, iniciadas em 2013, voltadas ao processo de incorporação dos ativos instalados às respectivas concessões, bem como à aplicação dos sistemas que foram objeto das Comissões de Desfazimento.

Descrição da Recomendação:

002 - Na execução remanescente do convênio com a Eletronorte, ainda em vigência, priorize as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos projetos especiais do Luz para Todos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:

SITUAÇÃO ANTECEDENTE

No Plano de Providências da SEE, foi definida uma ação para atender essa recomendação da CGU:

Ação SEE nº 04/2009:

Realizar reunião com a Eletronorte para compartilhar os resultados da auditoria e reorientar a execução do PRC, definindo como prioridades as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque.

A Ação SEE nº 04/2009 foi concluída.

Conforme anteriormente informado, foram firmados com a Eletronorte dois instrumentos jurídicos: (i) Convênio nº 010/2004 (execução do PRC), e o (ii) Convênio nº 011/2004 (instalação de sistemas no Estado do Maranhão).

Estrategicamente, em virtude do significativo avanço do Programa Luz para Todos, e diante da expectativa de edição de Decreto de encerramento do Prodeem, o objeto do Convênio nº 011/2004 foi interrompido, com devolução de recursos ao Tesouro, deliberando-se, conseqüentemente, que os equipamentos seriam incorporados ao Convênio nº 010/2004-MME, de forma que o número de sistemas deste convênio passa a ser conforme abaixo:

ATIVOS PRODEEM										
Convênio	Estados									
	AC	AM	AP	MA	MT	TO	PA	RO	RR	TOTAL
010/2004-MME	253	210	44	223	177	157	761	163	55	2.043
011/2004-MME				581						581
Total	253	210	44	804	177	157	761	163	55	2.624

Por ocasião da Auditoria Anual de Contas, exercício 2011, a CGU demandou, por meio da SA nº 201118344/005, item 5, a apresentação de novo cronograma de finalização dos convênios do Prodeem e do montante de recursos necessários para a manutenção e armazenamento dos ativos inventariados.

O posicionamento técnico constou do Memorando nº 3/2012-PRODEEM/DPUE-MME, encaminhado à CGU, por Ofício nº 017/2012-SEE-MME, de 31 de janeiro de 2012, oportunidade foram prestadas as seguintes informações com

relação ao convênio firmado com a Eletronorte:

Convênio nº 010/2004 –Eletronorte: este convênio agrega o maior número de estados, a maior área geográfica e o maior número de sistemas conveniados. Considerando que houve redefinição das estratégias relacionadas ao encerramento do Prodeem, a SEE juntamente com a Eletronorte estão elaborando estudos específicos objetivando redirecionar a implementação do PRC/PRODEEM nas áreas de abrangência do Convênio, especialmente relacionada à sustentabilidade dos sistemas instalados, como os penderes de revitalização. O diagnóstico indicará os recursos necessários à execução de tais tarefas e, oportunamente será informado à CGU.

O processo de universalização dos Sistemas Isolados e Regiões Remotas é complexo e os desafios técnicos são diversos. Muito já se

evoluiu, mas as demandas por atendimento ainda persistem. Também assim é com relação à execução do Prodeem, nas áreas que integram o Convênio nº 010/2004: Amazonas, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão.

Seu atendimento agrega o maior número de estados, a maior área geográfica e o maior número de sistemas conveniados. O acesso às localidades atendidas envolve uma logística que perpassa rotinas cotidianas, especialmente quando se trata do atendimento ao Amazonas, percalços agravados pela carência de mão de obra para a execução dos serviços.

O cenário atual indica a necessidade de assistência técnica dos sistemas inicialmente recuperados, da recuperação daqueles suspensos, do recolhimento daqueles em que houve avanço do Luz para Todos, e do armazenamento e estruturação dos almoxarifados para fins de desfazimento.

Contudo, ao lado das experiências até aqui adquiridas, sobretudo, pelas novas perspectivas que se redesenha frente às dificuldades que se revelaram de ordem técnica, administrativa, e de logística, o modelo de execução adotado, nesta etapa, passa, necessariamente, pela integração das concessionárias de distribuição do Grupo Eletrobras ao processo local de assistência técnica ou recuperação dos sistemas instalados.

Nesse contexto, o Ministério deflagrou uma série de reuniões com a Eletrobras Distribuição, Eletronorte e Aneel, objetivando a redefinição das estratégias de atuação.

Para tanto, propõe-se a liberação da parcela dos recursos integralizados ao Convênio nº 010/2004-MME, no Quarto Termo Aditivo, mediante a celebração do Oitavo Termo Aditivo.

O Nono Termo Aditivo, cujo extrato foi publicado em 24/12/2014, prorrogou o convênio até 30/11/2016.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

- Eletronorte realizou licitação (*turn key*) para revitalização no AC, AM e RO. Demais estados a partir de 2016.
- Ofício CE-DE-1.40.035-2014, de 11/09/2014, da Eletronorte, solicita prorrogação do convênio.
- Após as tratativas necessárias para as assinaturas e demais ações inerentes ao processo, foi publicado, em 24 de dezembro de 2014, o extrato do 9º Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2004-MME, prorrogando o Convênio até 30 de novembro de 2016.
- Em 2015 foi concluído processo de licitação e iniciados os serviços de recolhimento dos sistemas no estado do Maranhão. Para os demais estados o recolhimento deverá ocorrer em 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os fatores positivos referem-se às parcerias entre MME/Eletrobras, Distribuição/Eletrobras e Eletronorte/Aneel, no que tange à implementação das novas estratégias, notadamente quanto à sinalização do Órgão Regulador quanto à possibilidade de utilização dos recursos da CCC para os fins de O&M dos referidos sistemas. Os fatores negativos estão afetos às dificuldades técnicas e de logísticas que permeiam o atendimento aos Sistemas Isolados e Regiões Remotas.

Descrição da Recomendação:

003 - Adote providências no sentido de concluir e encerrar os convênios com Chesf, Furnas e Eletrosul, ainda em vigência.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Secretaria de Energia Elétrica

Código SIORG

1919

Justificativa para o seu não cumprimento:

No Plano de Providências da SEE, foram definidas duas ações para atender essa recomendação da CGU:

Ação SEE nº 05/2009:

Realizar reunião com a Chesf, Furnas e Eletrosul para compartilhar os resultados da auditoria e estabelecer os prazos de encerramento dos convênios;

Ação SEE nº 06/2009:

Monitorar o andamento da execução do convênio por meio de reuniões periódicas com as empresas conveniadas e inspeções técnicas em campo e almoxarifados.

A Ação SEE nº 05/2009 foi implementada em 16 de julho de 2009, oportunidade em que foram compartilhados os resultados da auditoria e os compromissos firmados no âmbito do PPP/CGU/MME.

Inobstante, considerando que a (i) obrigação de assistência técnica ou recuperação dos sistemas instalados é condição de sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica às comunidades atendidas, que o (ii) Programa “LUZ PARA TODOS” ainda encontra-se em vigência, e que há (iii) necessidade de recolhimento dos equipamentos das localidades atendidas pelo LpT, houve a necessidade de prorrogação da vigência dos referidos convênios.

A Ação nº 06/2009 foi implementada.

Além disso, foi elaborado o Termo de Referência, objetivando a contratação de consultores pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para realização de inspeções técnicas de acompanhamento.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

Segue abaixo descritivo informando a situação dos convênios:

CHESF

- A CHESF, em setembro de 2014, solicitou a ampliação de prazo vigência do Convênio nº 014/2004-MME, de modo a dar prosseguimento às ações relativas ao processo de desfazimento dos materiais e equipamentos do Prodeem.
- Em 5 de novembro de 2014, o Ministério apresentou as considerações para a necessidade de se dar continuidade às ações que permitirão a sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica às comunidades atendidas no âmbito do Prodeem, assim como as atividades de desfazimento e destinação dos bens armazenados nos almoxarifados e em operação.
- Em 30 de dezembro de 2014, foi publicado o extrato do 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 014/2004-MME, prorrogando o Convênio até 31 de dezembro de 2016.
- Em 2015 foi criada Comissão de Desfazimento do almoxarifado de Abreu e Lima, cujo Relatório Conclusivo com a destinação dos bens remanescentes foi aprovado pela Secretaria de Energia Elétrica pela Portaria nº 16, de 25 de junho de 2015.

ELETROSUL

- A ELETROSUL em 2 de outubro de 2014, solicita a ampliação de prazo vigência do Convênio nº 009/2004-MME, por 12 meses, de modo a dar prosseguimento às ações relativas a conclusão do processo de desfazimento dos materiais e equipamentos do Prodeem.
- Em 13 de outubro de 2014, o Ministério apresentou considerações para a necessidade de se dar continuidade às ações que permitirão a sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica às comunidades atendidas no âmbito do Prodeem.
- Em 10 de dezembro de 2014, foi publicado o extrato do 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2004-MME, prorrogando o convênio até 31 de dezembro de 2015.
- Em 10 de dezembro de 2015 foi publicado o extrato do 11º Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2004-MME prorrogando o convênio até 31 de dezembro de 2017.

FURNAS

- Em 17 de setembro de 2014, FURNAS solicitou a ampliação de prazo vigência do Convênio nº 012/2004-MME, por 24 meses, de modo a dar prosseguimento às ações relativas a conclusão do processo de desfazimento dos materiais e equipamentos do Prodeem.
- Em 13 de outubro de 2014, o Ministério apresentou as considerações para a necessidade de se dar continuidade às ações que permitirão a sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica às comunidades atendidas no âmbito do Prodeem.
- Em 5 de dezembro de 2014, foi publicado o extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 012/2004-MME, prorrogando o Convênio até 31 de dezembro de 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Destaca-se, como fator positivo, a integração que se faz entre o MME e as empresas federais conveniadas para a execução do PRC/Prodeem.

Descrição da Recomendação:

005 - Promova a integração das atividades do PRC/Prodeem com o Programa Luz para Todos, conforme previsto no Manual de Operacionalização do Programa, preferencialmente no âmbito dos projetos especiais, de acordo com o Manual de Projetos Especiais, instituído pela Portaria nº 60, de 12/02/2009.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação**

Secretaria de Energia Elétrica

Código SIORG

1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO ANTECEDENTE**

No Plano de Providências da SEE, foram definidas duas ações para atender essa recomendação da CGU:

Ação SEE nº 08/2009:

Publicar arcabouço legal para transferência dos equipamentos instalados para as concessionárias de distribuição, no âmbito do Programa Luz para Todos;

Ação SEE nº 09/2009:

Transferir os equipamentos armazenados em almoxarifados das empresas federais para a Eletrobrás, para serem utilizados no Programa Luz para Todos, utilizando o Decreto nº 99.658/90.

Em relação à ação SEE nº 08/2009, a SEE implementou todas as estratégias que lhe foram atribuídas, conforme registro que se fez relativamente à Recomendação da CGU 01.

No que se refere à ação SEE nº 09/2009, deliberou-se que sua implementação dar-se-ia mediante a constituição de comissões específicas, com a finalidade propor a alienação à Eletrobras, dos bens armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas.

No âmbito do Convênio nº 009/2004 – MME, firmado com a Eletrosul, para execução do PRC/Prodeem nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi editada a Portaria/SE nº 540, de 24 de maio de 2010, com alterações subsequentes, que constituiu a Comissão de Desfazimento de Bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, armazenados nos almoxarifados da Eletrosul.

A Comissão, composta por representantes do MME, da Eletrobras e do CEPEL, apresentou o Relatório Final à Secretária de Energia Elétrica que, em atendimento à previsão do artigo 2º da referida, aprovou o Relatório e, por meio do Memorando nº 132/2011-SEE, de 13 de abril de 2011. Em 2 de janeiro de 2014 o processo foi homologado.

Ainda com relação a este convênio, o Ministério realizou reunião com foco na incorporação dos sistemas instalados às respectivas concessões, das quais participaram Aneel, Copel, Celesc, Enersul e Eletrosul.

Quanto ao Convênio nº 012/2004 – MME, firmado com Furnas para execução do PRC/Prodeem nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, foi editada a Portaria/SE nº 10, de 11 de junho de 2013, com alteração subsequente, que constituiu a Comissão de Desfazimento de Bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, armazenados nos almoxarifados.

Conclusas as etapas, o Relatório final, aprovado pelo SEE, foi encaminhado à Secretaria-Executiva para fins de homologação, que ocorreu em 2 de janeiro de 2014.

Em razão do exposto, foram expedidos Ofícios à Eletrobras Distribuição 056/2014-SEE-MME, de 28 de fevereiro de 2014 e 057/2014-SEE-MME à Eletrobras, dando-lhes ciência dos resultados, dos procedimentos e solicitando o endereço para a entrega dos equipamentos.

Em 23 de abril de 2014, os autos processuais 48000.001157/2010-69, de desfazimento dos ativos armazenados nos almoxarifados da Eletrobras Eletrosul e 48000.002450/2010-43, da Eletrobras Furnas, foram encaminhados, por meio do Memorando nº 147/2014-SEE-MME, de 23 de abril de 2014, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE, para as devidas providências relacionadas às transferências dos ativos, conforme proposições apresentadas pelas respectivas Comissões de Desfazimento.

O Convênio nº 014/2004 – MME, firmado com a Chesf para execução do PRC/Prodeem nos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. No que se refere às etapas de recuperação a execução foi de 100%. A fase atual é de recolhimento dos sistemas nas localidades atendidas pelo Programa Luz para Todos. Para tanto, a Chesf deflagrou procedimento licitatório que resultou na contratação da empresa Salviano Engenharia Ltda, para realizar os serviços de avaliação, desmontagem, recolhimento e transporte dos sistemas fotovoltaicos para o almoxarifado da Chesf em Abreu e Lima.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

Por meio da Portaria nº 16/2015 de 23 de junho de 2015 foi criada Comissão de Desfazimento dos bens do Prodeem armazenados em Abreu e Lima/PE cujo Relatório Conclusivo foi aprovado pela Secretaria de Energia Elétrica em 28 de dezembro de 2015.

As ações relativamente ao Convênio nº 010/2004 – MME, firmado com a Eletronorte, para os fins de execução do PRC/Prodeem nos Estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão, estão registradas na Recomendação 002/CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como fator positivo no processo de desfazimento, destaca-se a organização dos almoxarifados da Eletrosul, cujo modelo de armazenamento dos sistemas fotovoltaicos e padrão documental estão sendo aplicados aos demais almoxarifados das empresas conveniadas.

No processo de Furnas, destaca-se a centralização dos equipamentos em um único almoxarifado, a estruturação dos equipamentos de acordo com modelo pré-fixado e a organização documental disponibilizada, pelo gestor, aos membros da Comissão.

O processo de desfazimento da Chesf, a exemplo dos demais desfazimentos, ocorreu dentro da normalidade e as atividades ocorreram dentro do prazo previsto.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Resultados do monitoramento das obras da Copa FIFA 2014			1919
Descrição da Recomendação:			
001: Ao realizar o planejamento e identificação de empreendimentos a serem monitorados para o atendimento de grandes eventos (COPA, OLIMPÍADAS, CARNAVAL, etc.), incluir apenas aqueles que trazem impacto direto para a qualidade, segurança e confiabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Recomendação Atendida	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	1.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Fragilidade no monitoramento das obras da Copa			1919
Descrição da Recomendação:			
01- Incluir no monitoramento das obras do PMIS, relacionadas ao atendimento a grandes eventos, sistemática de monitoramento que permita a disponibilização de informações gerenciais sobre o andamento das obras.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Redução do quadro de pessoal e sobrecarga de trabalho com as Olimpíadas.			

Descrição da Recomendação:	
002 - Incluir mecanismos de controles que garantam o cumprimento das recomendações emanadas pelo MME no que se refere ao atendimento à garantia de suprimento de energia elétrica a grandes eventos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Redução do quadro de pessoal e sobrecarga de trabalho com as Olimpíadas.	

Descrição da Recomendação:	
003 - Disponibilizar o resultado das discussões com a ANEEL e ONS sobre a melhor maneira de realizar o monitoramento das obras do PMIS.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Redução do quadro de pessoal e sobrecarga de trabalho com as Olimpíadas.

Descrição da Recomendação:

004 - Apresentar as conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo CMSE, na sua 135ª reunião, sobre as melhorias e adequações necessárias na regulamentação e procedimentos de monitoramento das obras de distribuição em função do conjunto de situações vivenciadas durante o monitoramento das obras da Copa FIFA de 2014.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO ANTECEDENTE**

Os resultados do Grupo de Trabalho de Distribuição serão apresentados na reunião do CMSE de Outubro de 2014.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

Os trabalhos deste GT estão em andamento e são coordenados pela SPE/MME.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Redução do quadro de pessoal e sobrecarga de trabalho com as Olimpíadas.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919

Recomendações do OCI**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	1.1.2.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Definição de indicadores do DMSE com baixa utilidade	1919

Descrição da Recomendação:

001: Definir indicadores de desempenho para o DMSE que sejam uteis à tomada de decisão gerencial

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO EM 31/12/2015**

As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não se aplica.

Descrição da Recomendação:

002 - Desenvolver e disponibilizar o resultado dos estudos relacionados aos novos indicadores do DMSE.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO EM 31/12/2015**

As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	1.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Inconsistências na definição e na apuração de indicador do DPUE.			1919
Descrição da Recomendação			
001: Reavaliar o indicador utilizado a fim de que o resultado do mesmo possa mensurar o mais próximo possível o resultado da Secretaria, de forma que sejam atendidos os atributos de Utilidade e Mensurabilidade. Avaliar a possibilidade de inclusão de novos indicadores para a avaliação do desempenho da área.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DPUE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 As ações previstas não ocorreram em 2015 e serão reprogramadas para 2016.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	2.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Estrutura Organizacional do DMSE incompatível com a definida nos ditames legais			1919
Descrição da Recomendação:			
001: Promover a estruturação da Coordenação-Geral de Recursos Hídricos com força de trabalho adequada à realização das atividades previstas nos ditames legais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
SITUAÇÃO ANTECEDENTE Entendemos que o atendimento a esta recomendação carece da reestruturação do quadro de recursos humanos da Secretaria, demanda já encaminhada à Secretaria Executiva.			
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Aguardando atendimento à demanda.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.			

Descrição da Recomendação:	
002 - Formalizar a Coordenação de Assessoria e Monitoramento da Expansão da Distribuição do Sistema Elétrico no organograma do Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico, estabelecendo no regimento interno da Secretaria de Energia Elétrica as respectivas atribuições.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Aguardando atendimento à demanda de Recursos Humanos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.	

Descrição da Recomendação	
003 - Adequar os cargos e funções alocados ao departamento conforme estabelecido nos ditames legais.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Estudos concluídos Com a nova redução no quadro de servidores do Ministério, faz-se necessário aguardar a recomposição do efetivo para realizarmos a readequação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	2.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Estrutura Organizacional do DGSE incompatível com a definida nos ditames legais			1919
Descrição da Recomendação:			
001: Promover a estruturação da Coordenação-Geral de Gestão de Programas e Regulamentação com força de trabalho adequada à realização das atividades previstas nos ditames legais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DGSE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Estudos concluídos Com a nova redução no quadro de servidores do Ministério, faz-se necessário aguardar a recomposição do efetivo para realizarmos a readequação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.			

Descrição da Recomendação:
002 - Adequar os cargos e funções alocados ao departamento conforme estabelecido nos ditames legais.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DGSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Estudos concluídos Com a nova redução no quadro de servidores do Ministério, faz-se necessário aguardar a recomposição do efetivo para realizarmos a readequação</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	2.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Estrutura Organizacional do DPUE incompatível com a definida nas normas vigentes			1919
Descrição da Recomendação:			
001: Adequar a estrutura do Departamento, bem como os cargos e funções alocados, conforme estabelecido nos ditames legais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DPUE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>SITUAÇÃO EM 31/12/2015 Estudos concluídos. Foram emitidos memorandos dirigidos às instâncias correspondentes, solicitando acertos possíveis do quadro de funções da SEE.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	2.1.1.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Risco de redução significativa no quadro de pessoal do DPUE.			1919
Descrição da Recomendação:			
001: Realizar levantamento a respeito do dimensionamento do quadro de pessoal no Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia - DPUE da Secretaria de Energia Elétrica - SEE levando em consideração a Portaria nº 89/2014 do MME, o Decreto nº 7.798, bem como a perspectiva de perda futura de mão-de-obra fornecida com apoio da Eletrobras Eletronorte e do IICA. Encaminhar o referido levantamento à(s) área(s) competentes do MME para providências.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DPUE			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

Estudos concluídos. Foram emitidos memorandos dirigidos às instâncias correspondentes, solicitando acertos possíveis do quadro de funções da SEE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.

Descrição da Recomendação:

002 - Apresentar cronograma previsto para a realização do levantamento mencionado na Recomendação anterior.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DPUE	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO EM 31/12/2015**

O levantamento já foi efetuado e encaminhado à Secretaria Executiva em 21 de agosto de 2014.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.

Descrição da Recomendação:

003 - Avaliar a necessidade de se realizar novo levantamento sobre o quadro de pessoal das áreas restantes da Secretaria de Energia Elétrica - SEE.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica – Gabinete	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO EM 31/12/2015**

O levantamento já foi efetuado e encaminhado à Secretaria Executiva em 21 de agosto de 2014.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Restrição governamental quanto a ampliação de quadro de servidores.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919

Recomendações do OCI**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	3.1.1.2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - Descumprimento dos prazos legais de análise das contas e encerramento dos respectivos convênios no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica - SEE/MME.	1919

Descrição da Recomendação:

001: Apresentar plano de ação contendo cronograma das atividades, de forma que as contas sejam analisadas e concluídas, eliminando assim o passivo de contas a se analisar.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DPUE	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:**SITUAÇÃO ANTERIORE**

Foi estabelecido Plano de Ação em Reunião de Busca Conjunta de Soluções para atendimento a esta Recomendação com previsão de conclusão em dezembro de 2014.

Ação 001 – ofícios encaminhados para as Prefeituras de Palmeira dos Índios e São Francisco; ofício encaminhado para a Secretaria de Obras do Estado do Pará, referente ao convênio 001/98; ofício encaminhado para a CPRM; e memorando nº 279/2014, de 11 de julho de 2014, encaminhado à SPOA.

Ação 002 – documentação recebida das Prefeituras de Palmeira dos Índios e São Francisco e registro aprovado no SICONV, Nota Técnica em processo de análise e aprovação; Convênio 023/2004 firmado com FUNARBE, em análise na CGOF/SPOA desde 16/05/2013; Convênio 015/2006 firmado com FUNARBE, reencaminhado para CGOF/SPOA em 12/08/2014 com informações solicitadas na NT nº 6/2014-CONT/CGOF-MME; Convênio 009/2002 firmado com CPRM, encaminhado para CGOF/SPOA em 25/08/2014 com informações solicitadas na NT nº 5/2013-CONT/CGOF-MME; Convênio 001/1998 firmado com SEOP, a ser encaminhado para CGOF tão logo tenhamos as informações solicitadas na NT nº 10/2014-CONT/CGOF-MME; Convênio 001/1999 firmado com SEOP, a ser encaminhado para CGOF na primeira quinzena de setembro.

Ação 003 – Demais convênios em análise de documentação.

As ações são acompanhadas semanalmente pelo Gabinete do Secretário-Adjunto da SEE, por meio de reunião presencial para análise da planilha de acompanhamento das ações e definição de deliberações correspondentes.

SITUAÇÃO EM 31/12/2015

Em 2015 foram encerrados 6 Convênios e 1 Termo de Parceria remanescentes, a saber:

1. Convênio 001/98 - Secretaria de Obras do Pará – SEOP (concluído)
2. Convênio 001/99 - Secretaria de Obras do Pará – SEOP (concluído)
3. Convênio 009/2002 - CPRM (concluído)
4. Convênio 023/2004 - Fundação Artur Bernardes – FUNARBE (concluído)
5. Convênio 015/2006 - Fundação Artur Bernardes – FUNARBE (concluído)
6. Convênio 011/2001 - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE (concluído)
7. Termo de Parceria - 700872/2008 – Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC (TCE)

O Termo de Parceria foi enviado à Controladoria Geral da União – CGU em 29/05/2015, para certificação das contas e posterior envio ao Tribunal de Contas da União – TCU - Tomada de Contas Especial com Comissão instaurada pela Portaria SPOA/SE/MME nº 16 de 10/03/2015, prorrogada pela Portaria SPOA/SE/MME nº 20 de 28/04/2015 – Processo nº 48000.000379/2015-79.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Houve concentração de esforços das áreas envolvidas para eliminação das pendências.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPOA

No exercício de 2015 o Órgão de Controle Interno fez acompanhamento da gestão da Unidade/SPOA, sendo que toda a documentação e processos requisitados foram disponibilizados para análise e verificação, não tendo sido identificado nenhuma irregularidade ou vício insanável.

Com relação a avaliações pontuais realizadas pelo OCI (abaixo listadas) e daquelas decorrentes do acompanhamento da Folha de Pagamento no SIAPE e dos editais publicados no Portal de Compras do Governo Federal, todos os apontamentos registrados foram verificados, avaliados pelas Unidades responsáveis e justificados, com implementação das recomendações aplicáveis a cada caso.

• Acompanhamento da Gestão de Pessoas, por meio do Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal (Relatório de Auditoria nº 201412082)

Na avaliação da Folha de Pagamento da Unidade por meio do Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, o objetivo era acompanhar preventivamente os atos e fatos de gestão ocorridos no período verificado – de 01 a 30/06/2014, com emissão e entrega do relatório correspondente.

Como resultado o OCI indicou 58 supostas inconsistências em trilhas de auditoria do período acima assinalado, todavia, após análise da Unidade responsável (CGRH), verificou-se que 28 dos

registros provinham de decisão judicial, e os demais registros foram devidamente esclarecidos, justificados e acatados pelo próprio OCI

- **Avaliação do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2014-MME – Serviços de Rede Dinâmica de Distribuição de Conteúdo (Relatório de Auditoria nº 201412707)**

Essa avaliação se restringiu ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 2/2014-MME, no prazo de divulgação da sessão de abertura, cujo resultado apontou supostos vícios na documentação técnica e edital, com recomendação do OCI para reavaliar a necessidade da contratação, identificar outras soluções disponíveis no mercado, estabelecer controles paralelos para o monitoramento dos serviços e retificar a documentação com erro.

Foram feitas as correções requeridas no Termo de Referência e edital, razão da republicação e alteração da data de realização da sessão de abertura do certame, tendo a licitação sido concluída após

avaliação Tribunal de Contas da União, em face de contenção de despesas a Unidade Gestora do contrato não formalizou o contrato.

- **Avaliação da Gestão das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Eletrônico SRP nº 28/2012-MME – Fábrica de Software (Nota Técnica nº 2747/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR)**

Trata-se de acompanhamento dos resultados da Gestão de 2014 da SPOA/SE-MME, sobre a atividade de gerenciamento das Atas de Registro de Preços decorrentes da realização do Pregão Eletrônico SRP nº 28/2012-MME, que ensejou a contratação de empresa de Tecnologia da Informação para prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação dimensionados pela métrica de pontos de função nas modalidades Fábrica de Software, Fábrica de Métrica e Mensuração de Demanda e Fábrica de Testes.

Nesse caso, o OCI apontou fragilidades no gerenciamento das atas de registro de preços do certame: i) suposto extrapolamento dos limites legais fixados para autorização de adesões, ii) descumprimento dos prazos estabelecidos para publicação de extrato de contrato e iii) falhas materiais nos autos licitatórios.

Após verificação das questões indicadas, a Unidade de Licitações e Compras se manifestou a respeito, indicando nos autos licitatórios as peças não vislumbradas pelos auditores e providenciando a divulgação do extrato de contrato pendente. Quanto ao excedente de autorizações para adesão, após análise dos controles internos da Unidade, restou demonstrado que não houve excedentes de adesão.

Os controles da Unidade são feitos em planilhas Excel e gerenciados de forma rotineira, com atenção aos limites impostos pela legislação, todavia, tais planilhas não integram os processos licitatórios, por isso não foram percebidas tão pouco requeridas pelo Controle Interno.

Sobre as falhas materiais verificadas nos autos (falta de numeração de páginas e juntada de documentação sem observância da ordem cronológica dos fatos e que não ensejaram nenhum prejuízo para o Órgão) foram objeto de verificação e reparo no que coube. Ainda os servidores responsáveis pela instrução dos processos de compras e contratações foram alertados e orientados sobre a necessidade de rigoroso cumprimento do rito formal requerido na instrução dos processos administrativos.

- **Avaliação da prestação de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação de desenvolvimento, documentação e manutenção de sistemas pela métrica de pontos de função - período de 1º/01/07 a 31/12/12 (Relatório de Auditoria nº 201314590)**

Trata-se de auditoria realizada no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, referente à prestação de serviços de tecnologia da informação para documentação, desenvolvimento e manutenção de sistemas, quantificados segundo a métrica de pontos de função, a fim de avaliar a eficiência dos gastos públicos ocorridos no período de 01/01/2007 a 31/12/2012, conforme

comunicado pelo OCI no Ofício nº 33.261/2013/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 1º/11/2013. Esse trabalho teve efeito retroativo, abarcando exercícios já auditados anteriormente, cujas contas foram aprovadas e

julgadas como regulares, todavia, em 14 de setembro de 2015 foi concluída a avaliação e apresentado o relatório.

Em face do tempo consumido pelo OCI em sua avaliação, quando do recebimento do relatório a Unidade já havia cumprido alguns dos quesitos registrados com recomendações, tais como: (i) instituir Comitê de Tecnologia da Informação; (ii) prever contratação de empresa especializada na mensuração dos serviços de desenvolvimento de software; (iii) providenciar adequada capacitação da equipe envolvida na fiscalização e execução de contratos de terceirização de serviços de desenvolvimento de software, em gestão de contratos administrativos e em métricas de software, sobretudo em Análise de Pontos de Função; (iv) evitar investimentos relacionados ao desenvolvimento de sistemas administrativos; (v) definir e aplicar processo de gestão de requisitos adequado às necessidades do MME, contemplando (identificação; análise e negociação; especificação e documentação; validação e controle de mudanças); (vi) adequar a quantidade de serviços demandados à contratada, de forma a compatibilizar a prestação de serviços com a capacidade real da CGTI em fiscalizar a execução contratual.

As demais recomendações feitas, envolvendo análise, diagnóstico, apurações e aquisição de sistemas de apoio à gestão contratual, estão em andamento conforme cronograma apresentado ao OCI.

• **Avaliação da execução dos Contratos n°s 16/2013 e 21/2014 - Fábrica de Software (Relatório de Auditoria n° 201502970)**

Trata-se de análise da execução dos Contratos n°s 16/2013-MME e 21/2014-MME, decorrente do Pregão Eletrônico SRP n° 28/2012, cujo objeto é a prestação de serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação, na modalidade de Fábrica de Software, com mensuração e remuneração segundo a métrica Análise de Pontos de Função.

Como resultado foi recomendado e acatado pela Unidade Gestora do contrato a celebração de um aditivo contratual estabelecendo limite para utilização da métrica Unidade de Serviço Técnico (UST) no percentual de 20% da quantidade de pontos de função obtida na contagem detalhada, para pagamento dos serviços referentes às etapas de Análise/Modelagem de Negócios e Levantamento/Análise de Requisitos.

Como se observa no relato acima, com relação aos Órgãos de Controle, a Unidade Gestora tem adotado medidas corretivas para elidir as criticidades apontadas e tem aperfeiçoado seus controles internos.

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Quadro 92: Casos de Dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
03	-	-	-	01	-	-	-	02

* Especificar razões

No exercício de 2015, a Unidade Prestadora de Contas – UPC instaurou três processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE, atendendo aos requisitos formais na constituição de comissões, por meio de

Portarias, com publicação em Boletim Interno.

No MME, a comissão é formada por pelo menos três servidores do órgão, sendo alguns pertencentes às unidades técnicas responsáveis pelos acordos celebrados e outros pertencentes à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

De acordo com o Regimento Interno da Secretaria Executiva do MME, aprovado pela Portaria MME nº 89, de 27 de fevereiro de 2014, Artigo 12, inciso VII, compete à SPOA “realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário”.

Dentre as três Tomadas de Contas Especiais instauradas, apenas duas foram remetidas ao Tribunal de Contas da União – TCU. A Setorial Contábil da UPC realizou os respectivos registros na conta contábil 112290500 – CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA-TCE, Unidades Gestoras 320060 e 320013.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com disposto no art 5º da Lei nº8666/93

Os pagamentos realizados pelo Ministério de Minas e Energia seguem um cronograma lógico, em que somente ocorrem após a regular liquidação das despesas, e a comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados ou a entrega dos bens adquiridos, bem como a devida instrução do processo para averiguação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Igualmente, todos os contratos celebrados contemplam cronograma de pagamento, sendo de no máximo 30 dias após a apresentação da fatura, devidamente atestada, nos caso de contratos com valor acima do limite estabelecido no inciso II do art. 24 da LLC, e cinco dias úteis para as compras e serviços com valor abaixo deste limite, conforme estabelecido no art. 5º, § 3º da referida lei.

Tanto é que um dos indicadores de desempenho instituído para gestão é o que trata dos Prazos Médios para Pagamentos de Contratos tem alcançado resultados positivos.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos

Posteriormente à publicação da Lei nº 12.546/2011 e do Decreto nº 7.828/2012, o MME firmou contratos com empresas do seguimento da tecnologia da informação, beneficiadas pelo regime da desoneração da folha de pagamento. No entanto, esses instrumentos ainda estão pendentes de revisão, na forma orientada no Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU e no Acórdão 1212/2014 – Plenário/TCU.

Essa questão não pode ser finalizada, devido ao pedido de reexame dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU feito junto ao Tribunal de Contas da União, o qual foi acatado pela egrégia Corte. Em função do efeito suspensivo até que fosse dada a decisão final do mérito do TCU, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrante do SISG, por meio de mensagem datada de 01/04/2015, a suspensão dos citados itens, ficando, ainda, registrado que a SLTI expediria orientações a esses entes públicos após o exame final da matéria pelo TCU.

7.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 93: Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
Institucional			
Legal	2000 - Administração da Unidade	1.888.374,30	1.721.782,80
Mercadológica			
Utilidade pública			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse Relatório de Gestão seguiu, o mais de perto possível, as normas do TCU (Decisões Normativas, Portaria e Sistema e-Contas), no que diz respeito à abrangência de seus conteúdos. Esse procedimento resultou em um documento de 236 páginas (incluindo os anexos), o que, na prática, ainda consideramos um volume excessivo para compreensão da gestão do MME.

Representantes do MME participaram de apresentações do Sistema e-Contas nas datas 17, 18 e 22 de fevereiro de 2016, bem como do Fórum de Dúvidas no Portal do TCU. Essas participações foram importantes para a melhoria do processo de elaboração deste Relatório, pois representou uma oportunidade de esclarecimento e alinhamento das informações. Nesse sentido, o Relatório vem ao longo dos anos sendo aprimorado pela participação dos representantes do TCU e pelo esforço e dedicação dos servidores do MME.

De forma conclusiva, entendemos que o desempenho do Ministério de Minas e Energia durante o ano de 2015 foi satisfatório e o presente documento demonstra o seu relevante papel.

8. ANEXOS E APÊNDICES

Balço Financeiro (2015)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	420.112.027,28		- Despesas Orçamentárias	20.653.986.773,12	-
Ordinárias	70.789.525,06		Ordinárias	1.211.519.251,03	-
Vinculadas	349.322.829,80		Vinculadas	19.442.467.522,09	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	91.977.635,07	-
Operação de Crédito	15.665.669,93		Operação de Crédito	12.691.568,19	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais	3.818.279.379,00	-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	333.657.159,87		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	15.519.518.939,83	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-327,58				-
Transferências Financeiras Recebidas	23.184.925.663,14		- Transferências Financeiras Concedidas	3.608.192.271,33	-
Resultantes da Execução Orçamentária	22.504.300.702,66		Resultantes da Execução Orçamentária	2.775.200.103,05	-
Cota Recebida	21.022.903.354,58		Cota Concedida		-
Repasse Recebido	602.862.257,24		Repasse Concedido	1.896.665.012,21	-
Sub-repasse Recebido	878.016.522,69		Sub-repasse Concedido	878.016.522,69	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	518.568,15		Valores Diferidos - Baixa	518.568,15	-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	680.624.960,48		Independentes da Execução Orçamentária	832.992.168,28	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	650.299.631,16		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	473.878.535,85	-
Demais Transferências Recebidas	4.690.718,23		Demais Transferências Concedidas	7.390.565,60	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	25.634.611,09		Movimento de Saldos Patrimoniais	351.723.066,83	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.075.092.941,68		- Despesas Extraorçamentárias	405.754.865,62	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	89.248.864,23		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	985.503.348,31		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	335.542.032,05	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.954,73		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.067,40	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	296.774,41		Outros Pagamentos Extraorçamentários	70.159.766,17	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	1.493.529,65	-

Balço Orçamentário (2015)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	32.929.856.519,00	32.929.856.519,00	404.446.357,35	-32.525.410.161,65
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	219.204.631,00	219.204.631,00	299.131.065,65	79.926.434,65
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	219.204.631,00	219.204.631,00	299.131.065,65	79.926.434,65
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	32.194.660.032,00	32.194.660.032,00	68.741.295,66	-32.125.918.736,34
Receitas Imobiliárias	-	-	75.345,45	75.345,45
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	32.194.660.032,00	32.194.660.032,00	68.665.950,21	-32.125.994.081,79
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	117,92	117,92
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	515.991.856,00	515.991.856,00	36.573.878,12	-479.417.977,88
Multas e Juros de Mora	550.749,00	550.749,00	204.756,91	-345.992,09
Indenizações e Restituições	-	-	10.726.206,12	10.726.206,12
Receita da Dívida Ativa	8.675.534,00	8.675.534,00	-	-8.675.534,00
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	506.765.573,00	506.765.573,00	25.642.915,09	-481.122.657,91
RECEITAS DE CAPITAL	19.338.406,00	19.338.406,00	15.665.669,93	-3.672.736,07

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	19.338.406,00	19.338.406,00	15.665.669,93	-3.672.736,07
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	19.338.406,00	19.338.406,00	15.665.669,93	-3.672.736,07
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	32.949.194.925,00	32.949.194.925,00	420.112.027,28	-32.529.082.897,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	32.949.194.925,00	32.949.194.925,00	420.112.027,28	-32.529.082.897,72
DÉFICIT	-	-	20.233.874.745,84	20.233.874.745,84
TOTAL	32.949.194.925,00	32.949.194.925,00	20.653.986.773,12	-12.295.208.151,88
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	263.623.832,00	263.623.832,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	263.623.832,00	263.623.832,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	36.590.724.193,00	37.147.775.260,00	20.609.296.609,70	19.628.333.281,32	19.539.084.417,09	16.538.478.650,30
Pessoal e Encargos Sociais	198.721.774,00	202.252.493,00	198.077.191,05	195.910.181,11	195.910.181,11	4.175.301,95
Juros e Encargos da Dívida	555.427,00	555.427,00	335.532,99	335.532,99	335.532,99	219.894,01
Outras Despesas Correntes	36.391.446.992,00	36.944.967.340,00	20.410.883.885,66	19.432.087.567,22	19.342.838.702,99	16.534.083.454,34
DESPESAS DE CAPITAL	72.072.840,00	71.722.840,00	44.690.163,42	40.150.143,49	40.150.143,49	27.032.676,58
Investimentos	54.072.840,00	53.722.840,00	26.827.618,42	22.287.598,49	22.287.598,49	26.895.221,58
Inversões Financeiras	18.000.000,00	18.000.000,00	17.862.545,00	17.862.545,00	17.862.545,00	137.455,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	724.252.762,00	724.252.762,00	-	-	-	724.252.762,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	37.387.049.795,00	37.943.750.862,00	20.653.986.773,12	19.668.483.424,81	19.579.234.560,58	17.289.764.088,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	37.387.049.795,00	37.943.750.862,00	20.653.986.773,12	19.668.483.424,81	19.579.234.560,58	17.289.764.088,88
TOTAL	37.387.049.795,00	37.943.750.862,00	20.653.986.773,12	19.668.483.424,81	19.579.234.560,58	17.289.764.088,88

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	778.344.261,53	9.556.273.617,56	269.255.804,08	269.255.804,08	9.364.710.373,28	700.651.701,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.629.848,83	2.376.276,85	2.376.276,85	253.571,98	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	778.344.261,53	9.553.643.768,73	266.879.527,23	266.879.527,23	9.364.456.801,30	700.651.701,73
DESPESAS DE CAPITAL	9.371.920,63	58.196.695,41	66.286.651,38	66.286.227,97	-	1.282.388,07
Investimentos	9.371.920,63	58.196.695,41	66.286.651,38	66.286.227,97	-	1.282.388,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	787.716.182,16	9.614.470.312,97	335.542.455,46	335.542.032,05	9.364.710.373,28	701.934.089,80

Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	37.334,48	519,66	-	2.595,49	35.258,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	37.334,48	519,66	-	2.595,49	35.258,65
DESPESAS DE CAPITAL	23.692,54	146,25	-	-	23.838,79
Investimentos	23.692,54	146,25	-	-	23.838,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	61.027,02	665,91	-	2.595,49	59.097,44

Balço Patrimonial (2015)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	615.890.528,51	-	PASSIVO CIRCULANTE	262.871.823,90	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	415.198.476,48	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	207.024,71	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	89.294.760,45	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	173.370.038,74	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	200.507.471,88	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	184.580,15	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	318.227.416,96	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.420,86	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	2.420,86	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.420,86	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	262.871.823,90	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014

Estoques		-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos	3.011,75	-	Reservas de Capital	-	-
Participações Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	671.246.121,57	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	-470.739.907,26	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	2.129.871.252,2	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-987.885.223,38	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	671.246.121,57	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	3.011,75	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	3.011,75	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	315.411.987,91	-			
Bens Móveis	92.748.931,97	-			
Bens Móveis	106.993.215,84	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.244.283,87	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	222.663.055,94	-			
Bens Imóveis	222.722.892,03	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-59.836,09	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.809.996,44	-			
Softwares	2.405.410,13	-			
Softwares	3.148.492,55	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-743.082,42	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	404.586,31	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	404.586,31	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	934.117.945,47	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	934.117.945,47	-

ATIVO	PASSIVO
-------	---------

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	417.229.112,46	-	PASSIVO FINANCEIRO	1.950.060.508,87	-
ATIVO PERMANENTE	516.888.833,01	-	PASSIVO PERMANENTE	248.329,73	-
SALDO PATRIMONIAL	1.016.190.893,13	-	SALDO PATRIMONIAL		-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.214.919,59	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	92.649.442,77	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.214.919,59	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	92.649.442,77	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.914.919,59	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	30.433.035,82	-
Direitos Contratuais a Executar	300.000,00	-	Obrigações Contratuais a Executar	62.216.406,95	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.214.919,59	-	TOTAL	92.649.442,77	-

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-489.162.411,79
Recursos Vinculados	-1.043.668.984,62
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-161.800,22
Operação de Crédito	-95.876.108,11
Transferências Constitucionais e Legais	-811.084.271,57
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-135.268.985,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.284.079,56
Demais Recursos	6.259,87
TOTAL	-1.532.831.396,41

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	73.091.891,68	-
INGRESSOS	23.589.712.749,63	-
Receitas Derivadas e Originárias	404.446.357,35	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	299.131.065,65	-
Receita Patrimonial	68.741.295,66	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	117,92	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.573.878,12	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	23.185.266.392,28	-
Ingressos Extraorçamentários	43.954,73	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	23.184.925.663,14	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	296.774,41	-
DESEMBOLSOS	-23.516.620.857,95	-
Pessoal e Demais Despesas	-982.318.922,11	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-8.975.205,06	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-92.253.344,58	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
	2015	2014

Cultura	-9.084,81	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-1.140.902,75	-
Comércio e Serviços	-1.159.961,87	-
Comunicações	-	-
Energia	-175.513.229,79	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-703.267.193,25	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-335.532,99	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-335.532,99	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-18.855.561.297,95	-
Intergovernamentais	-18.810.199.327,14	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-10.133.224.387,39	-
A Municípios	-8.676.974.939,75	-
Intragovernamentais	-15.271.687,93	-
Outras Transferências Concedidas	-30.090.282,88	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.678.405.104,90	-
Dispêndios Extraorçamentários	-53.067,40	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.608.192.271,33	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-1.493.529,65	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-68.666.236,52	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-76.560.839,58	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-76.560.839,58	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-76.130.254,58	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-

Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	-	671.246.121,57	-	671.246.121,57

Demonstração das Variações Patrimoniais (2015)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		23.593.189.591,1	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		299.131.065,65	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		299.131.065,65	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		75.463,37	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		75.463,37	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		88.612,86	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		88.612,86	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		23.185.083.257,1	-
Transferências Intragovernamentais		23.185.078.862,9	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.394,26	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		71.517.192,91	-
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos		58.104.832,28	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		13.412.360,63	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		37.293.999,22	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	37.293.999,22	-
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	24.063.929.498,4	-
Pessoal e Encargos	108.476.574,23	-
Remuneração a Pessoal	65.057.456,99	-
Encargos Patronais	14.824.042,36	-
Benefícios a Pessoal	6.564.564,73	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	22.030.510,15	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87.252.728,30	-
Aposentadorias e Reformas	50.590.644,75	-
Pensões	36.582.312,77	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	79.770,78	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.657.040,23	-
Uso de Material de Consumo	352.401,87	-
Serviços	36.125.729,15	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.178.909,21	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	42.705.276,27	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	566.401,89	-
Juros e Encargos de Mora	119,57	-
Variações Monetárias e Cambiais	42.138.477,23	-
Descontos Financeiros Concedidos	277,58	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	22.422.956.682,8	-
Transferências Intragovernamentais	3.608.345.471,10	-
Transferências Intergovernamentais	18.812.933.004,1	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	214.751,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.463.456,60	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	518.337.222,74	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	381.637.213,76	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	136.700.008,98	-
Tributárias	1.826,00	-

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.826,00	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	842.542.147,86	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	842.510.096,00	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	32.051,86	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-470.739.907,26	-

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. Relatório de Avaliação de Resultados de Contrato de Gestão

Ministério de Minas e Energia (MME)
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Ano 2015

Contexto

O art. 7º da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

Em 19 de fevereiro de 2013, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2016, o qual tem por objeto a pactuação, entre as partes de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

Os desafios adotam como referência as atribuições da ANEEL, conforme a Lei nº 9427/1996, e desdobra-se em objetivos a serem alcançados no período. Por sua vez, os objetivos desdobram-se em metas para cada ano. As metas fixadas para 2015 foram orientadas pelo Programa Temático “Energia Elétrica” do Plano Plurianual 2012-2015, pela Lei Orçamentária Anual 2015 e pelas metas globais e intermediárias da Agência definidas para o ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional 2014/2015. A proposta observou os aspectos técnicos e gerenciais envolvidos, bem como as normas legais vigentes.

O Contrato de Gestão 2013-2016 fixou as metas anuais para o ano de 2013 e dispõe que as metas serão definidas a cada ano para o exercício seguinte.

Ao final de 2014 foram estabelecidos contatos entre o MME e a ANEEL para a composição das metas do ciclo de 2015, que tiveram seu desdobramento ao longo deste ano. Em 23 de fevereiro de 2015, a União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL firmaram o 2º Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão, que define as metas para o exercício de 2015.

Conforme estabelecido no Contrato, o acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2015, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais.

A avaliação final do cumprimento das metas fixadas para 2015 foi feita após o encerramento do exercício pela ANEEL e documentada neste Relatório, que detalha a metodologia de avaliação adotada, em 11 de fevereiro de 2016.

Avaliação do Cumprimento das Metas

A metodologia de avaliação, a seguir exposta, considera o programa temático, o objetivo do programa, a iniciativa e as metas pactuados, que estão resumidos no quadro a seguir:

Programa Temático	Objetivo	Iniciativa	Nº	Metas
Energia Elétrica	Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.	Regulação do Setor Elétrico	1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.
			2	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica, a Tarifa Atualizada de Referência – TAR e da Tarifa de Itaipu.
			3	Definir os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC.
			4	Acompanhar a execução dos Planos de Universalização de Energia Elétrica.
			5	Revisar a Resolução Normativa nº 265, de 10/6/2003, que estabelece os procedimentos para prestação dos serviços ancilares de geração e distribuição.
			6	Revisar a Resolução Normativa nº 442/2011 que trata das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam a Rede Básica.
			7	Fiscalizar a expansão da oferta de energia elétrica, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados e obrigações regulamentares.
			8	Fiscalizar usinas de geração estratégicas do Sistema Interligado Nacional em fase de operação, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.
			9	Fiscalizar procedimentos de auto-restabelecimento (black start) em usinas de geração de energia elétrica.
			10	Fiscalizar os empreendimentos de transmissão outorgados por meio de resoluções autorizativas ou leilões de transmissão, incluindo as obras do Programa de Modernização das Instalações - PMI.
			11	Fiscalizar a qualidade da prestação do serviço público de transmissão nos aspectos relacionados a operação e manutenção.
			12	Fiscalizar as principais perturbações no Sistema Interligado Nacional.
			13	Fiscalizar em concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica nas áreas comercial e técnica.
			14	Fiscalizar as concessionárias do serviço público de energia elétrica referente aos processos tarifário e licitatório.
			15	Realizar, conforme demanda do MME, os leilões de geração e transmissão de energia.
			16	Emitir outorgas de autorização de geração.
			17	Analisar inventários.
			18	Realizar as Audiências Públicas e Consultas Públicas necessárias para subsidiar os processos regulatórios.
			19	Apurar e divulgar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).

As metas indicadas desdobram-se nas etapas necessárias para o alcance dos resultados esperados. Na maioria dos casos, a meta tem sido constituída de uma etapa única.

O processo de avaliação consiste em aferir o grau, em percentual, de alcance do cumprimento de cada etapa, considerando os seus respectivos pesos. O produto entre o grau de alcance aferido e o peso atribuído para cada etapa corresponderá à sua pontuação aferida. A soma desta pontuação indicará o grau de alcance de cada meta. O valor correspondente ao somatório da Pontuação Aferida

das Etapas dividido pelo somatório do Peso das Metas indicará, de forma percentual, o desempenho institucional.

O resultado da avaliação do Contrato de Gestão é representado pelo percentual alcançado do total dos pesos estipulados, que totalizam 100 pontos, ou seja:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100$$

São propostos os seguintes parâmetros para avaliação do desempenho do Contrato de Gestão:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO: $\geq 75\%$ - Satisfatório
 $<75\%$ e $> 50\%$ - Regular
 $\leq 50\%$ - Insatisfatório

O Quadro a seguir mostra a execução apurada (em pontos percentuais) de cada etapa estabelecida no Anexo ao Contrato de Gestão que definiu as metas para 2015 e apresenta o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas.

O processo de avaliação consiste em aferir o grau, em percentual, de alcance do cumprimento de cada etapa, considerando os seus respectivos pesos. O produto entre o grau de alcance aferido e o peso atribuído para cada etapa corresponderá à sua pontuação aferida. A soma desta pontuação indicará o grau de alcance de cada meta. O valor correspondente ao somatório da Pontuação Aferida das Etapas dividido pelo somatório do Peso das Metas indicará, de forma percentual, o desempenho institucional.

O Quadro a seguir mostra a execução apurada (em pontos percentuais) de cada etapa estabelecida no Anexo ao Contrato de Gestão que definiu as metas para 2015 e apresenta o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas.

Nº	Meta	Peso da Meta	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.	2	Estabelecimento das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST para 100% dos usuários do sistema de transmissão. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	2,00
		2	Realização de reajuste anual da receita de 100% das transmissoras. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	2,00
		2	Realização da revisão tarifária periódica de 12 concessionárias de transmissão de energia elétrica. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	2,00
2	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica, a Tarifa Atualizada de Referência – TAR e da Tarifa de Itaipu.	4	Realização do reajuste tarifário anual de 56 concessionárias de distribuição de energia elétrica. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	4,00
		5	Realização da revisão tarifária periódica de 7 agentes de distribuição de energia elétrica. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	5,00
		2	Estabelecimento da Tarifa Atualizada de Referência - TAR para 2016. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	2,00
		2	Estabelecimento da Tarifa de Itaipu. (Publicação de Resolução Homologatória)	1,00	100	2,00
3	Definir os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC.	5	Definição do DEC e FEC para 7 concessionárias de distribuição. (Publicação de Resolução Autorizativa)	1,00	100	5,00
4	Acompanhar a execução dos Planos de Universalização de Energia Elétrica.	3	Acompanhamento da execução de 100% dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão. Forma de apuração: Análise dos Relatórios de Universalização - período 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de	1,00	100	3,00

Nº	Meta	Peso da Meta	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
			2015. Nota Técnica emitida → 100%.			
5	Revisar a Resolução Normativa nº 265, de 10/6/2003, que estabelece os procedimentos para prestação dos serviços ancilares de geração e distribuição.	3	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	100	3,00
6	Revisar a Resolução Normativa nº 442/2011 que trata das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam a Rede Básica.	3	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	100	3,00
7	Fiscalizar a expansão da oferta de energia elétrica, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados e obrigações regulamentares.	2	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação.	1,00	100	2,00
		2	Fiscalização in loco de 50 usinas em fase de implantação ou ampliação. Forma de apuração: X = 2% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	90	1,80
8	Fiscalizar usinas de geração estratégicas do Sistema Interligado Nacional em fase de operação, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	3	Fiscalização in loco de 48 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção. Forma de apuração: X = 2,08% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	95,83	2,87
9	Fiscalizar procedimentos de auto-restabelecimento (black start) em usinas de geração de energia elétrica.	3	Fiscalização in loco de 9 usinas em fase de operação, para avaliação dos testes de black start. Forma de apuração: X = 11,11% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	88,89	2,67
10	Fiscalizar os empreendimentos de transmissão outorgados por meio de resoluções autorizativas ou leilões de transmissão, incluindo as obras do Programa de Modernização das Instalações - PMI.	3	Fiscalização in loco ou por monitoramento de 40 conjuntos de obras de transmissão outorgados por meio de resoluções autorizativas ou leilões de transmissão, incluindo as obras do Programa de Modernização das Instalações - PMI. Forma de apuração: X = 2,5% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	3,00
11	Fiscalizar a qualidade da prestação do serviço público de transmissão nos aspectos relacionados a operação e manutenção.	3	Realização de 30 fiscalizações in loco ou por monitoramento da qualidade da prestação do serviço público de transmissão nos aspectos relacionados a operação e manutenção. Forma de apuração: X = 3,33% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	3,00
12	Fiscalizar as principais perturbações no Sistema Interligado Nacional	3	Fiscalização in loco das 5 principais perturbações no Sistema Interligado Nacional. Forma de apuração: X = 20% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	3,00
13	Fiscalizar em concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica nas áreas comercial e técnica.	3	Fiscalização, como pessoal próprio, realizada e Termo de Notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 60 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição. Forma de apuração: X = 1,67% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	3,00

Nº	Meta	Peso da Meta	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
		2	Fiscalização, por meio da execução dos contratos de metas de descentralização firmados com as agências reguladoras estaduais, realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 80 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em concessionárias ou permissionárias de distribuição. Forma de apuração: X = 1,25% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	2,00
14	Fiscalizar as concessionárias do serviço público de energia elétrica referente aos processos tarifário e licitatório.	4	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste tarifário programados para 2014. Forma de apuração: X = 1,59% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	4,00
		2	Fiscalização da Base de Remuneração em 12 concessionárias de distribuição previstas em calendário para revisão tarifária. Forma de apuração: X = 8,33% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	2,00
		2	Fiscalização do Controle Patrimonial em concessionárias de geração, transmissão e distribuição, totalizando 3 fiscalizações. Forma de apuração: X = 33,3% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	2,00
		2	Fiscalização da Base de Remuneração para fins de Indenizações em concessionárias de geração e transmissão, totalizando 4 fiscalizações. Forma de apuração: X = 25% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado.	1,00	100	2,00
		2	Fiscalizações do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS em 19 distribuidoras. Forma de apuração: X = 5,26% por Termo de Notificação ou Termo de Intimação (TI) lavrado	1,00	100	2,00
15	Realizar, conforme demanda do MME, os leilões de geração e transmissão de energia.	7	Realização de 100% dos leilões de geração, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. Forma de apuração: Sessões Públicas de Leilões Realizadas / Leilões demandados.	1,00	100	7,00
		7	Realização de 100% dos leilões de transmissão conforme cronograma definido pela ANEEL. Forma de apuração: Sessões Públicas de Leilões Realizadas / Leilões demandados.	1,00	100	7,00
16	Emitir outorgas de autorização de geração.	5	Aprovação de 100% dos processos e publicação das respectivas autorizações, cujos pedidos tenham sido protocolados sem ressalvas até 30/9/2015. Forma de apuração: percentual de demandas atendidas nos prazos estabelecidos e publicado na internet com a conclusão da instrução da demanda.	1,00	98,91	4,95
17	Analisar inventários.	5	Avaliação de 140 estudos ou 5000 MW no somatório das potências dos empreendimentos identificados em estudos de inventário hidrelétrico. Forma de apuração: X = nº de inventários avaliados/140 ou X = Σ Potencial inventariado/5000, o maior dentre eles.	1,00	53,57	2,68
18	Realizar as Audiências Públicas e Consultas Públicas necessárias para subsidiar os processos regulatórios.	4	Realização, até 31 de dezembro de 2015, 80% do total das Audiências e Consultas Públicas, iniciadas entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2015.	1,00	100	4,00
19	Apurar e divulgar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).	3	Realização e apuração de resultados e divulgação do Índice IASC 2015. Forma de apuração: Realização de sorteio dos Municípios = 10%; Treinamento dos entrevistadores = 20%; Realização de pesquisa de campo = 50%; Apuração de resultados e divulgação do IASC = 30%.	1,00	100	4,00

O quadro demonstra que o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas foi de 97,07 pontos percentuais. De posse dessa pontuação aferida, procedeu-se ao cálculo do índice de desempenho da instituição, como segue:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100 \leftrightarrow \frac{97,07 \times 100}{100} = 97,07\%$$

Pelos aspectos acima expostos, e de acordo com a apuração dos percentuais de realização das metas, a ANEEL alcançou 97,07 pontos, que correspondem ao índice de desempenho de 97,07%. Dessa maneira, conforme metodologia de avaliação adotada, o índice de desempenho institucional apurado foi classificado como “Satisfatório”.

Acompanhamento da Execução

O acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2015, por meio de reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres, realizadas em 5 de maio, 12 de agosto e 10 de novembro, respectivamente. Em 11 de fevereiro de 2016 foi realizada reunião para acompanhamento final e avaliação do cumprimento das metas do ano de 2015.

Conclusão

Conclui-se que, no cumprimento das metas do Contrato de Gestão fixadas para o ano de 2015, a ANEEL alcançou o índice de desempenho de **97,07%**, o que é considerado um índice de desempenho institucional “**Satisfatório**”.

9.1.1. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão

A Comissão de Avaliação do referido Contrato de Gestão é composta por representantes da Secretaria de Energia Elétrica e de seus departamentos, da Secretaria Executiva, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE e por representante da ANEEL, cuja função é a apresentação do desempenho anual da Agência.

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL					
CNPJ	02.270.669.0001/29					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Gualter de Carvalho Mendes	021439331-34	Engenharia	Chefe de Gabinete da SEE	Port. nº 801, de 23/09/2010	26/02/2010	-
João Claudio Lima de Franco	097225566-49	Engenharia	Assessor Técnico	Port. nº 296, de 06/09/1995	26/02/2010	-
Ricardo Martins	452526377-68	Engenharia	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia	Port. nº 481, de 04/01/2007	05/02/2007	-
Fernanda Almeida Proença de Menezes	828716801-59	Ciência Política	Analista Administrativo	Port. nº 73, de 23/05/2005	24/05/2005	-
André Luis Dias de Oliveira	925344571-87	Rel. Institucionais	Gestor Público	Port. nº 234, de 24/04/2009	05/05/2015	-
Allan Carlo Lopes de Menezes	553997461-15	Administração	Assessor Técnico	Port. nº 370, de 05/08/2015	12/08/2015	-

NOTA TÉCNICA Nº 3/2016=AEGE/SE-MME

Assunto: Contrato de Gestão MME/ANEEL. Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME sobre a execução das Metas Anuais descritas no "Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão - Ano 2015".

Referência: Parecer Conclusivo do MME. Execução das Metas do Contrato de Gestão - Ano 2015.

INTRODUÇÃO

1. O Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de Contrato de Gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria da ANEEL e o Poder Executivo. O § 1º do Art. 7º dispõe que o Contrato de Gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia, da avaliação de seu desempenho e elemento integrante da prestação de Contas do MME e da ANEEL.

2. A União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL celebraram Contrato de Gestão, em 19 de fevereiro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2016, conforme preconiza o Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 e o Art. 2º do Anexo I do Decreto nº 2.335/1997.

3. O Contrato de Gestão tem por objeto a pactuação, entre o MME e a ANEEL, de diretrizes desafios, objetivos e metas definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do Setor Elétrico.

ANÁLISE

4. Pela Cláusula Sétima, Subcláusula Segunda, do Contrato de Gestão, que diz respeito ao Acompanhamento e Avaliação, a ANEEL se obriga a encaminhar anualmente ao MME, até 40 dias após o término do exercício, o Relatório Gerencial de Avaliação das metas do Contrato de Gestão, referente ao ano anterior.

5. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2015, da ANEEL, analisado pelos técnicos do MME e da ANEEL, durante reunião realizada em 11 de fevereiro de 2016, foi encaminhado ao MME pelo Ofício nº 49/2016-SCR/ANEEL, com a finalidade de cumprir a Cláusula Sétima do Contrato de Gestão.

6. Para 2015, o objetivo da ANEEL, definido no âmbito do PPA, é o de “Aprimorar a qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica e zelar pela modicidade dos preços para a sociedade”. Para cumprir esse objetivo foram definidas 19 Metas, as quais se desdobram em 31 Etapas necessárias para o alcance dos resultados esperados.

7. O acompanhamento da execução das metas, para o exercício de 2015, foi realizado por meio de reuniões trimestrais, nas datas de 05/05/2015, 12/08/2015, 10/11/2015 e 11/02/2016, contando com a participação de técnicos do MME e da ANEEL.

8. A análise do Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2015, da ANEEL, que levou em conta as premissas definidas na Cláusula Terceira do Contrato de Gestão, indicou que 4 metas foram parcialmente concluídas e 15 foram totalmente concluídas.

Com relação às metas parcialmente concluídas, foi observado:

- Meta 7 – A Etapa de “Fiscalizar a expansão da oferta de energia elétrica, atuando no

sentido de fazer cumprir os prazos pactuados e obrigações regulamentares”, foi parcialmente cumprida. Foram realizadas, na Etapa de fiscalização in loco das usinas em fase de implantação ou ampliação, 45 das 50 fiscalizações programadas (90%), tendo sido realizado na Etapa de fiscalização à distância, por monitoramento, todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes. Sendo assim, a fiscalização realizada corresponde a 90,5% da Meta. O contingenciamento orçamentário prejudicou a realização da Etapa de fiscalizações programadas in loco, afetando o alcance da Meta. Além dessa restrição, alguns empreendimentos não estavam em estágio de obras que viabilizasse a inspeção em campo;

- Meta 8 – A Etapa de “Fiscalizar usinas de geração de energia elétrica estratégicas do Sistema Interligado Nacional, em fase de operação, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção” foi parcialmente cumprida. Foram realizadas 46 fiscalizações do tipo “Diagnóstico” das 48 previstas. Aqui também o contingenciamento orçamentário prejudicou a realização das fiscalizações programadas, tendo sido necessário cancelar o contrato celebrado com uma das empresas credenciadas, prejudicando o alcance da Meta;
- Meta 9 – A Etapa de “Fiscalizar procedimentos de auto restabelecimento (black start) em usinas de geração de energia elétrica” foi prejudicada pelo contingenciamento orçamentário nas fiscalizações programadas, sendo realizadas 8 das 9 planejadas. Além disso, alguns ensaios programados foram antecipados pelo ONS e pelos agentes de geração, sem aviso prévio à ANEEL;
- Meta 17 – Na Etapa “Analisar Inventários” ocorreu a reestruturação de processos de gestão dos potenciais hidráulicos, sendo publicada nova Resolução Normativa sobre o tema (REN nº 672), que trouxe impacto nos procedimentos de análise e aprovação dos estudos de inventário hidrelétrico, o que afetou o cumprimento da Meta.

CONCLUSÃO

10. As avaliações das metas institucionais da ANEEL, para o ano de 2015, pactuadas no Contrato de Gestão, possibilitaram concluir que a ANEEL teve desempenho classificado como “Satisfatório”, tendo alcançado 97,07% de realizações das Metas.

11. As Metas não concluídas, descritas no item 9 desta Nota Técnica, continuam em desenvolvimento e poderão ser atingidas ao longo de 2016.

12. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2015, da ANEEL, apresentado na reunião de 11/02/2016, e encaminhado ao MME por meio do Ofício nº 49/2016-SCR/ANEEL, de 11/02/2016, está aprovado.

13. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2015, da ANEEL, e esta Nota Técnica, que constitui o Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação, do MME, integrarão as prestações de contas anuais do MME e da ANEEL, para o exercício de 2015, em cumprimento ao § 1º do Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 e a Subcláusula Quinta da Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, a serem enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU, em tópico específico do Relatório de Gestão do MME e da ANEEL, conforme definido no Anexo Único da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

9.2. Relatório de Instância ou Área de Correição

Em observância ao disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, as informações dos processos são registradas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGUPAD. No entanto, os dados obtidos do aludido Sistema representam o somatório de procedimentos referentes ao MME, às Agências ANP e ANEEL e à autarquia DNPM. Assim, apresenta-se, abaixo, o extrato dos dados atinentes apenas aos procedimentos realizados no MME.

Nota-se que este quadro é o mesmo apresentado no item 3.2 (Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos) do presente Relatório.

Quantitativo de Procedimentos relativos ao MME
PADs instaurados em 2015: 01
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2015: 00
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2015: 01
PADs julgados em 2015: 01
Sindicâncias julgadas em 2015: 00
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2015: 00
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2015: 00
Quantidade de demissão aplicada a estatutários em 2015: 01

Fonte: Sistema CGU-PAD

9.3. Declarações de integridade

9.3.1. Integridade e Completude das Informações dos Contratos e Convênios nos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade, sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015, e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de março de 2016.

Carlos Eduardo Mendes Galvão
CPF nº 316.274.201-34
Coordenador-Geral de Recursos Humanos
Secretaria-Executiva/Unidade
Prestadora de Contas

Simone Marcia Borges
CPF nº 319.390.401-59
Coordenadora-Geral de Compras e Contratos
Secretaria-Executiva/Unidade
Prestadora de Contas

Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

9.3.2. Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Ministério de Minas e Energia estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 22 de março de 2016.

Carlos Eduardo Mendes Galvão
CPF nº 316.274.201-34
Coordenador-Geral de Recursos Humanos
Secretaria-Executiva/Unidade Prestadora de Contas

9.3.3. Integridade e completude do Atendimento dos Requisitos da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas

Declaração da CGRH responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos Servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que nove servidores do Ministério de Minas e Energia obrigados pela Lei nº 8.730/1993 deixaram de disponibilizar suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 22 de março de 2016.

Carlos Eduardo Mendes Galvão

CPF nº 316.274.201-34

Coordenador-Geral de Recursos Humanos Secretaria-
Executiva/Unidade Prestadora de Contas

A entrega das DBRs se dá em mídia impressa (papel), sendo que a CGRH incentiva autoridades e servidores a assinar o formulário de “Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, para posterior arquivamento nas pastas funcionais. Assim, em 2015, cerca de 83% de ocupantes de cargos comissionados assinaram esse formulário. Vale ressaltar, nesse ponto, que as DBRs entregues em mídia impressa são colocadas em envelopes devidamente lacrados, com posterior arquivamento nas pastas funcionais dos servidores. Esses documentos são organizados e guardados em armários instalados na área de cadastro de pessoal, local trancado a chave, por conter dados de caráter sigiloso do contingente de recursos humanos do MME.

No âmbito do Ministério, a Coordenação de Administração de Pessoal – CAPES/CGRH é a unidade responsável por gerenciar a cobrança e a entrega das DBRs ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

9.3.4. Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 22 de março de 2016.

Marcelo Cruz

CPF nº 316.297.171-34

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Secretaria-Executiva/Unidade Prestadora de Contas

9.3.5. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

O conteúdo deste item consta nos Balancetes apresentados no Anexo do presente Relatório.

9.3.6. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR Denominação Completa (UPC)		Código da UG	
Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia – MME		320011	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial das UGs pertencentes à Unidade Prestadora de Contas que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO 607 OUTROS - ATIVO CIRCULANTE 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB 653 SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE 707 SALDO INVERTIDO - CLASSE 8 754 SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília (DF)	Data	24/02/2016
Contador Responsável	Elizane Velozo Costa Guedes	CRC nº	CRC – DF nº 018138/O-2